



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS
TESE DE DOUTORADO**

IGOR MACEDO REIS

**Precarização e sofrimento no trabalho: o caso dos motoristas de
aplicativos**

**São Cristóvão
2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS
TESE DE DOUTORADO**

IGOR MACEDO REIS

**Precarização e sofrimento no trabalho: o caso dos motoristas de
aplicativos**

Tese apresentada como requisito
para obtenção do título de Doutor em
Sociologia pela Universidade Federal
de Sergipe no Programa de Pós-
Graduação em Sociologia.

Orientadora: Professora Dr^a. Tania Elias Magno da Silva

**São Cristóvão
2022**

IGOR MACEDO REIS

Precarização e sofrimento no trabalho: o caso dos motoristas de aplicativos

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr^a Tania Elias Magno da Silva – Orientadora - PPGS

Professora Dr^a Aline Suelen Pires – PPGS – UFScar

Professor Dr. Leomir Cardoso Hilário – DPS – UFS

Professor Dr. Rogério Proença de Sousa Leite – PPGS – UFS

Professor Dr. Ivan Fontes Barbosa – PPGS - UFS

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Reis, Igor Macedo

R375p Precarização e sofrimento no trabalho : o caso dos motoristas de aplicativos / Igor Macedo Reis ; orientadora Tania Elias Magnoda Silva. – São Cristóvão, SE, 2022.

252 f. : il.

Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2022.

1. Sociologia do trabalho. 2. Emprego precário. 3. Sociologia clínica. 4. Sofrimento – Aspectos psíquicos. 5. Motoristas. 6. Aplicativos móveis. I. Silva, Tania Elias Magno da, orient. II. Título.

CDU 316.334.22

Este trabalho é dedicado para quatro grandes mulheres que estiveram sempre ao meu lado: Valdelice e Maria, respectivamente, mãe e tia, por toda dedicação de uma vida para me formar como pessoa; minha esposa, Elisa, por todo amor e carinho; e minha irmã, Iara, pela fraternidade de todos os momentos.

Dedico também *in memoriam* do meu pai, Antônio; minha tia, Rosália e da minha avó, Zilai.

AGRADECIMENTOS

A Tania Magno. No processo de orientação acadêmica não ficam só os detalhes para se produzir conhecimento, estes são importantes e essenciais, porém, a formação humana se estende também para toda uma vida que se segue a partir do fim da entrega da pesquisa. Será nesses dois âmbitos das nossas vivências que irei sempre levar os seus ensinamentos. Desde as duras críticas propositivas para a construção do objeto de pesquisa até as risadas descontraídas em nossos encontros mensais, me fortaleceram para crescer intelectualmente e que também me modificaram humanamente. Obrigado por ter me aturado por tanto tempo (desde o nosso primeiro contato em 2012 para a construção do meu projeto de mestrado, até agora com a finalização dessa tese) todas as minhas inseguranças, e sobretudo, por ter me incentivado a seguir em frente nos meus momentos mais difíceis de angústias, sendo a vontade de desistir da minha carreira profissional a minha maior fraqueza. Se estou escrevendo esse agradecimento é por conta dos seus incentivos. Obrigado por ter acreditado e não ter desistido de mim.

Aos professores e secretários do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. Preciso fazer destaques em alguns nomes, a saber: Marcelo Ennes e Wilson Oliveira. Além do aprendizado em sala de aula, foram responsáveis diretos pelos fomentos que obtive para a minha pesquisa de doutorado, durante o período em que estiveram como coordenadores do programa. Agradeço também aos professores Ivan Barbosa e Vilma Soares por me darem suportes analíticos através do grupo de pesquisa que coordenam. Não posso também deixar de mencionar o professor Rogério Proença pelas indicações de leituras que foram essências para a construção desse trabalho. Muito obrigado a Péricles Andrade, pelo estágio supervisionado; Fernanda Petrarca, pelas dicas para estruturação da tese; Paulo Neves, pelas provocações teóricas. Meus agradecimentos aos secretários do programa, Jonatas e Dayanne, por toda paciência e carinho para resolver as minhas demandas.

A Fapitec e o CNPq pelas bolsas de pesquisa, sem elas essa tese não teria sido realizada. A primeira, no início, e a segunda, nos últimos dois anos de pesquisa.

Aos professores Jacob Lima e Aline Pires do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos pelo intercâmbio realizado através da bolsa de fomento do CNPq. As contribuições de ambos foram essências para análise do material empírico.

A Leomir Hilário. No decorrer do doutorado algumas mudanças de perspectivas teóricas foram reavaliadas, sendo que o professor Leomir do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe foi um dos responsáveis por essas mudanças, sobretudo enfatizando na necessidade de um diálogo maior entre as ciências humanas.

Aos amigos do doutorado. Ao longo desse trajeto construí laços que foram além da sala de aula e passaram a povoar o meu cotidiano. Obrigado Jonatha, Roger e Karol, com vocês as angústias e os medos desapareciam, e as risadas se faziam presentes.

Aos amigos de longa data. Vocês são a família que acrescentei e só somaram e multiplicaram as melhores vivências que já tive. Grato a Milla, Lázaro, Mara, Euzébio, Claudinha, Cris, Guilherme, Tarcizio, Ricardo e Vagner.

Aos familiares. Àqueles mais próximos minha eterna fraternidade pelos belos momentos. Obrigado minhas tias Marli e Rosa; meus tios Ademir e José; e aos meus primos-irmãos Robério e Rosemeire.

Ao revisor e tradutor. Obrigado Ronaldson pela revisão do texto e Rodrigo pela tradução dos resumos para o inglês e francês. No entanto, todas as possíveis falhas que possa conter na redação final dessa tese é de minha inteira responsabilidade.

Aos entrevistados dessa pesquisa. Muito grato a todos que contribuíram com o material empírico que colhi para essa tese, sem vocês seria impossível esse estudo. Espero que essas análises críticas possam contribuir para a melhoria na condição dos seus trabalhos.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo uma análise das relações de trabalho que ultrapasse os limites das abordagens apenas econômicas, procurando abranger também a dimensão subjetiva do sujeito que trabalha. Para isso, tomamos como modelo empírico os (as) motoristas de aplicativos, tendo em vista que a precarização vivenciada por esse setor da economia de serviços aponta para uma forma de autocontrole que os impulsionam a cada vez mais atuarem como se fossem agentes responsáveis pelas suas próprias situações de vida. Neste caso, mostramos como o neoliberalismo e seus arautos do empreendedorismo de si mesmos são a chave heurística para a compreensão da subjetividade contemporânea do mundo do trabalho. Utilizamos como metodologia a narrativa de vida dos trabalhadores de aplicativos de viagens, com o intuito de apreender não só as suas vivências no trabalho, mas também as trajetórias individuais, que de alguma maneira os conduziram para ingressar nas fileiras de um dos setores de serviços mais precarizados, tanto economicamente, com as incertezas financeiras provocadas pela falta de garantias legais, como o não direito a carteira de trabalho e as vantagens dela decorrentes; quanto emocionalmente, por se tratar de um setor que requer um alto grau de engajamento subjetivo. Procuramos fazer um diálogo entre a Sociologia Clínica e a Sociologia do Trabalho que possibilitou adentrar no objeto em suas formas estruturais, mas sem perder de vista o sujeito em suas conexões dentro e fora do trabalho, expondo suas angústias existenciais e, conseqüentemente, evidenciando o caráter inequívoco da produção de sofrimento através do trabalho. Essa conclusão foi possível por meio do seguinte percurso alicerçado em três capítulos: no primeiro, denominado “Trabalho no Brasil, surgimento de novas tecnologias e a ‘economia do compartilhamento’: o neoliberalismo como gestor das subjetividades dos trabalhadores”, apresento uma breve contextualização histórica do trabalho no Brasil, bem como também mostro o surgimento de novas tecnologias e as suas influências nas metamorfoses da esfera laboral, analisando como essas mudanças se retroalimentaram com o novo modelo de gestão do capital – o neoliberalismo – e de que forma ele funciona em relação aos modos de controlar o trabalho e desenvolver novos mecanismos ideológicos de dominação sobre os trabalhadores; no segundo, intitulado “As problemáticas estruturais dominantes na Sociologia do Trabalho no Brasil: Da crítica ao diálogo com as perspectivas da precarização do trabalho também por meio da subjetividade”, o objetivo é problematizar as várias temáticas abordadas pela Sociologia do Trabalho, apontando as principais teorias que contribuíram em torno dos debates sobre o mundo do trabalho no Brasil. Assim, pretendemos ressaltar a necessidade de renovação nas pesquisas sobre o trabalho no Brasil, que se leve em conta também a conexão com os atores sociais, sobretudo as construções das suas subjetividades. No último capítulo intitulado “O trabalho dos motoristas de aplicativos de viagem a partir das suas histórias de vida: o sofrimento psíquico como fundamento sociológico” mostramos a narrativa de vida de quatro motoristas de aplicativos no intuito de analisarmos suas vivências e apontar as conseqüências desse trabalho na construção das suas subjetividades.

Palavras-chave: Sociologia do Trabalho. Sociologia Clínica. Precarização. Subjetividade. Sofrimento psíquico. Motoristas de aplicativos.

ABSTRACT

This thesis aims at an analysis of labor relations that goes beyond the limits of only economic approaches, seeking to encompass also the subjective dimension of the subject that works. To this end, we take app drivers as an empirical model, considering that the precarization experienced by this sector of the service economy points to a form of self-control that drives them to increasingly act as if they were responsible agents for their own life situations. In this case, we show how neoliberalism and its heralds of self-entrepreneurship are the heuristic key to understanding contemporary subjectivity in the world of labor. We used as methodology the narrative of the lives of travel app workers, with the purpose of apprehending not only their experiences at work, but also their individual trajectories, which somehow led them to join the ranks of one of the most precarious service sectors, both economically, with the financial uncertainties caused by the lack of legal guarantees, such as the lack of right to a work card and the advantages arising from it; and emotionally, because it is a sector that requires a high degree of subjective engagement. We tried to establish a dialogue between Clinical Sociology and Sociology of Work that made it possible to enter the object in its structural forms, but without losing sight of the subject in its connections inside and outside work, exposing its existential anguishes and, consequently, evidencing the unequivocal character of the production of suffering through work. This conclusion was possible through the following path based on three chapters: in the first, entitled "Labor in Brazil, the emergence of new technologies and the "sharing economy": neoliberalism as a manager of workers' subjectivities," I present a brief historical contextualization of labor in Brazil, as well as also show the emergence of new technologies and their influences on the metamorphoses of the labor sphere, analyzing how these changes fed back into the new management model of capital - neoliberalism - and how it works in relation to ways of controlling labor and developing new ideological mechanisms of domination over workers; in the second, entitled "The dominant structural problematics in the Sociology of Work in Brazil: From criticism to dialogue with the perspectives of labor precarization also through subjectivity", the goal is to problematize the various themes addressed by the Sociology of Labor, pointing out the main theories that have contributed around the debates about the world of labor in Brazil. Thus, we intend to highlight the need for renewed research on labor in Brazil, which also takes into account the connection with social actors, especially the constructions of their subjectivities. In the last chapter entitled "The work of the drivers of travel apps from their life stories: psychological suffering as a sociological basis" we show the narrative of the lives of four drivers of apps in order to analyze their experiences and point out the consequences of this work in the construction of their subjectivities.

Keywords: Sociology of Work. Clinical Sociology. Precarization. Subjectivity. Suffering.

RÉSUMÉ

Cette thèse vise une analyse des relations de travail qui dépasse les limites des seules approches économiques, en cherchant à couvrir également la dimension subjective du sujet qui travaille. Pour cela, nous prenons comme modèle empirique les conducteurs d'applications, considérant que la précarité vécue par ce secteur de l'économie des services renvoie à une forme d'autocontrôle qui les pousse à agir de plus en plus comme s'ils étaient des agents responsables de leur propre situation de vie. Dans ce cas, nous montrons comment le néolibéralisme et ses hérauts de l'auto-entrepreneuriat sont la clé heuristique pour comprendre la subjectivité contemporaine dans le monde du travail. Nous avons utilisé comme méthodologie le récit de la vie de travailleurs de l'application de voyage, afin d'appréhender non seulement leurs expériences au travail, mais aussi leurs trajectoires individuelles, qui les ont en quelque sorte amenés à rejoindre les rangs de l'un des secteurs de services les plus précaires, à la fois sur le plan économique, avec les incertitudes financières causées par le manque de garanties légales, comme l'absence de droit à une carte de travail et les avantages qui en découlent ; et sur le plan émotionnel, car c'est un secteur qui exige un haut degré d'engagement subjectif. Nous avons essayé d'établir un dialogue entre la sociologie clinique et la sociologie du travail qui nous a permis d'entrer dans l'objet dans ses formes structurelles, mais sans perdre de vue le sujet dans ses connexions à l'intérieur et à l'extérieur du travail, en exposant ses angoisses existentielles et, par conséquent, en mettant en évidence le caractère sans équivoque de la production de la souffrance par le travail. Cette conclusion a été possible grâce au parcours suivant, basé sur trois chapitres : dans le premier, intitulé "Le travail au Brésil, l'émergence des nouvelles technologies et l' "économie du partage": le néolibéralisme comme gestionnaire des subjectivités des travailleurs", je présente une brève contextualisation historique du travail au Brésil, et je montre également l'émergence des nouvelles technologies et leurs influences sur les métamorphoses de la sphère du travail, en analysant comment ces changements alimentent le nouveau modèle de gestion du capital - le néolibéralisme - et comment il fonctionne en relation avec les manières de contrôler le travail et de développer de nouveaux mécanismes idéologiques de domination sur les travailleurs; dans le deuxième, intitulé "La problématique structurelle dominante dans la sociologie du travail au Brésil : De la critique au dialogue avec les perspectives de la précarisation du travail aussi à travers la subjectivité", l'objectif est de problématiser les différents thèmes abordés par la Sociologie du Travail, en signalant les principales théories qui ont contribué autour des débats sur le monde du travail au Brésil. Ainsi, nous entendons mettre en évidence la nécessité d'une recherche renouvelée sur le travail au Brésil, qui prenne également en compte le lien avec les acteurs sociaux, notamment les constructions de leurs subjectivités. Dans le dernier chapitre intitulé "Le travail des conducteurs d'apps de voyage à partir de leurs récits de vie : la souffrance psychologique comme base sociologique", nous montrons le récit de la vie de quatre conducteurs d'apps afin d'analyser leurs expériences et de souligner les conséquences de ce travail dans la construction de leurs subjectivités.

Mots-clés: Sociologie du travail. Sociologie clinique. Précarisation. Subjectivité. Souffrance.

Introdução.....	12
I – CAPÍTULO.....	42
Trabalho no Brasil, surgimento de novas tecnologias e a “economia do compartilhamento”: o neoliberalismo como gestor das subjetividades dos trabalhadores	
1.1 - Uma breve contextualização do trabalho no Brasil.....	43
1.2 - Techné e labor na construção da subjetividade dos trabalhadores..	54
1.3 - Neoliberalismo e a produção do novo indivíduo.....	61
1.4 - “A economia do compartilhamento”: gestora da precarização subjetiva.....	65
1.5 - Operacionalidade dos aplicativos de viagem.....	74
1.6 - O motorista e a dignidade humana.....	80
II – CAPÍTULO.....	84
As problemáticas estruturais dominantes na Sociologia do Trabalho no Brasil: Da crítica ao diálogo com as perspectivas da precarização do trabalho também por meio da subjetividade	
2.1 – A problemática da industrialização no Brasil.....	85
2.2 - Da problemática processual do trabalho à cultura fabril.....	90
2.3 - A problemática da Reestruturação produtiva, flexibilização e precarização no mundo do trabalho.....	94
2.4 - A problemática da precarização a partir da subjetividade.....	101
2.5 - O sofrimento como campo de investigação do mundo do Trabalho..	106
III – CAPÍTULO.....	122
O trabalho dos motoristas de aplicativos de viagem a partir das suas histórias de vida: o sofrimento psíquico como fundamento sociológico	
3.1 – “O fantástico mundo de Bob” na encruzilhada da “uberização”.....	124
3.2 - Meryl Streep: Do telefone ao volante.....	147
3.3 - “O lobo de Walt Street” não se encontra na “periferia do capitalismo”: O “indivíduo desfigurado”.....	182
3.4 – “Regressão social” e Síndrome de Burnout como expressão fenomênica do neoliberalismo.....	204
Considerações finais.....	240
Referências bibliográficas.....	244

Introdução

O sofrimento nos ameaça a partir de três direções: de nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento e a ansiedade como sinais de advertência; do mundo externo, que podem voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e, finalmente, de nossos relacionamentos com os outros homens. O sofrimento que provém dessa última fonte talvez nos seja mais penoso do que qualquer outro. Tendemos a encará-lo como uma espécie de acréscimo gratuito, embora ele não possa ser menos faticamente inevitável do que o sofrimento oriundo de outras fontes.

(Sigmund Freud, O mal-estar na civilização)

Uma nota subjetiva (elementos para uma justificativa de tese)

Pouco mais de uma semana após defender minha dissertação de mestrado sobre a mobilidade de capital de uma empresa de calçados, intitulada de “NA ROTA DOS CALÇADOS: a Vulcabras Azaleia em Sergipe. Um estudo das transformações no mundo do trabalho”, pesquisa altamente calcada em bases estruturais sobre o mundo do trabalho, tomo conhecimento de uma nota jornalística – apresentada abaixo na íntegra – que chamou a minha atenção para a necessidade de voltar o meu olhar sociológico sobre o mundo do trabalho a partir dos atores que compõem esse universo, principalmente buscando dialogar com os aspectos subjetivos que permeiam essas relações, sobretudo a visão sociopsicológica¹ que essa abordagem exige. Segue a nota:

¹ Desenvolverei melhor essa concepção no decorrer dessa introdução.

Na tarde desta quarta-feira, 24 [de junho de 2015], a morte de uma funcionária dentro da empresa Al maviva gerou uma grande comoção entre os colegas de trabalho. A equipe do *Portal Infonet* esteve na empresa e conseguiu falar com alguns funcionários, que por medo de represálias, preferiram não mostrar o rosto ou se identificar na matéria. As informações são de que uma atendente de *call center* passou mal e morreu no local, por falta de atendimento rápido por parte da empresa.

“Na hora que ela passou mal, todo mundo tentou ajudar, mas na empresa não tem médico nos finais de semana e feriado. Foi chamada uma equipe do Samu que fez os primeiros atendimentos, mas tiveram que aguardar uma ambulância mais avançada. Quando essa ambulância chegou, ela já estava morta. Tudo isso ocorreu porque não tinha médico e ela foi atendida por uma auxiliar de enfermagem”, alega uma colega de trabalho.

A equipe do *Portal Infonet* também ouviu relatos de que a funcionária, identificada como Bárbara Monique Soares Souza, de 26 anos, estava submetida a uma sobrecarga de trabalho. As informações, por parte da empresa, foram prontamente detalhadas pelo diretor de relações institucionais, Douglas Fernandes, que negou a falta de assistência médica e disse ainda que todos os procedimentos de atendimento da empresa foram cumpridos.

“De acordo com os relatos que recebi, ela estava trabalhando normalmente, era início das atividades, ela se sentiu mal e as pessoas notaram que ela teve um mal súbito e perdeu os sentidos. Nós acionamos as nossas estruturas de atendimento, acionamos também o atendimento do Samu, que foi muito rápido e esteve conosco minutos após o acionamento. Mas infelizmente quando chegaram a funcionária tinha já entrado em óbito. Nos parece que é uma situação específica própria dela. Nós não tivemos nenhum tipo de outra atividade preventiva porque simplesmente foi um mal súbito”, afirma.

Sobre a demora do atendimento por parte da empresa e a falta de profissionais no ambulatório, o diretor de relações institucionais diz que o corpo de segurança é completo e atende à legislação. “É claro que em uma situação desse porte e dessa natureza, há uma comoção natural, as pessoas ficam bastante atingidas e nós também, em observar um dos nossos semelhantes passando por uma situação dessa. O que ocorreu, foi que chamamos as estruturas internas [que são pessoas ligadas à área de segurança do trabalho]”, completou Douglas Fernandes, que não soube responder se na hora do ocorrido, a empresa contava com médico e enfermeiro.

“Eu necessito saber maiores detalhes disso, mas o que posso assegurar é que nosso corpo de segurança e medicina do trabalho é completo e atende às determinações da legislação. Exatamente em relação à jornada e horário não tenho elementos nesse momento, vou verificar e esclarecer em outro momento”, garante.

O diretor também respondeu a denúncia de sobrecarga de trabalho. “É absolutamente improvável uma situação dessa natureza. Vamos lembrar que era início de jornada. A nossa empresa tem práticas muito restritas, em relação ao tratamento das pessoas. Nossa política de tolerância a abusos é zero. Nós não temos relatos dessa natureza em nenhum dos nossos sites e posso lhe assegurar que não há nenhuma relação entre essa tragédia e qualquer condição de trabalho”, assegura.

Em relação ao apoio à família, o diretor diz que a empresa se solidariza com os familiares e que a equipe dos recursos humanos informa: “Decidimos também dentro de alguns instantes, liberar os nossos operados no dia de hoje”, acrescenta.

Em outubro do ano passado, funcionários da empresa denunciaram ao Portal Infonet, desrespeitos aos direitos trabalhistas e casos de abuso e perseguições por parte da empresa².

² <https://infonet.com.br/noticias/cidade/funcionaria-da-almaviva-morre-durante-o-trabalho/>. Acessado em 25/06/2015.

Assédio moral, pressão para atingirem metas, com sobrecarga de trabalho efetivada, menos pela quantidade de horas no serviço – são 6hs de trabalho (comparado com outros tipos de trabalho, a carga horária poderia ser considerada “pequena”) –, e mais pela gerência e controle dessas horas trabalhadas; além da negligência do problema ocorrido, que foi preferível transferir a responsabilidade para o indivíduo; são problemas recorrentes nesse ambiente dos serviços, que vêm sendo pesquisados pela Sociologia do Trabalho sob a hegemonia de teorias que não se atêm ao aspecto do indivíduo. Não o indivíduo isolado, mas o processo de individuação³ que é inerente às relações sociais. Será por essa perspectiva que caminhará a minha investigação em torno do setor de serviços, tomando o ator que participa ativamente do processo.

O fato relatado da morte no trabalho de telemarketing, levou-me a querer desenvolver essa pesquisa sobre os motoristas de aplicativos de viagens, por se tratar também de um setor de serviços como o telemarketing, e pelo fato de ser uma das mais novas ocupações, sobretudo para aquelas pessoas que não têm um trabalho formal, ou que usam desse modelo de trabalho como “bico” para complementar a renda no final do mês.

Além do mais, esse estudo se justifica também na medida em que traz para dentro dele uma longa discussão das ciências sociais, que se reporta aos clássicos, sobretudo Émile Durkheim e Marcel Mauss, sobre o sentido do objeto analisado ser de caráter sociológico ou psicológico. Assim, procuramos também contribuir as indagações feitas por Mauss ainda na primeira metade do século XX, mas que continua a animar os debates científicos da imersão da psicologia nas ciências sociais e vice-versa, a saber:

Quais são as relações atuais, e quais as relações, desejáveis, certamente próximas, de nossos dois grupos de cientistas? Quais as colaborações a buscar e quais os conflitos a evitar, que incursões de uns no terreno dos outros não devemos fazer? E, ainda, que questões nos colocais às quais poderíamos atualmente responder? Mas, também, que questões já elucidastes e cujo progresso faz avançar nossas pesquisas?

3

A discussão em torno do processo de individuação se encontrará no tópico sobre a metodologia (ainda nessa introdução).

Que questões temos a vos colocar, mais ou menos urgentes, e em relação às quais esperamos vossos progressos para poder, por nossa vez, aperfeiçoar nossa própria aparelhagem? (MAUSS, 2003, p. 318).

Parafraseando Georges Canguilhem em “O normal e o patológico” (2022) ao tratar da relação entre filosofia e medicina, aqui substituindo-as por sociologia e psicologia: não é necessariamente para conhecer melhor as doenças mentais que um professor de sociologia pode se interessar pela psicologia. Esperávamos da psicologia exatamente aquilo que também é próprio da sociologia, como bem já apontava Marcel Mauss (2003), uma sucção aos problemas humanos concretos. Ou seja, o presente estudo é, portanto, um esforço – muito embora saibamos das suas limitações, sobretudo no que tange ao conhecimento geral do campo da psicologia, o que pode gerar margens para questionamentos mais generalizantes, porém servirá, de certa forma, para fazer o debate científico avançar, através de contribuições que possam incrementar as nossas limitações – para integrar os conhecimentos sociológicos através da empiria com as teorias do campo psicológico, sobretudo a psicanálise. Sem querermos ser pretenciosos, tivemos a ambição de contribuir para os debates dentro da sociologia do trabalho no Brasil sobre o papel do indivíduo em suas relações de produção. Mas não sejamos precipitados, pois sabemos que essa discussão já existe, todavia, em outros sentidos, como vai ficar claro ao longo desse nosso estudo.

Podemos, por fim, mas não por isso sem grande importância, justificar essa tese também no ponto de que ela procura mostrar que o sentido das ações no mundo do trabalho não são só motivadas por intenções meramente econômicas, muito embora não seja possível o seu descarte, porém, ficará claro ao longo do texto o quanto outras dimensões serão caras na construção das disputas ao redor do mundo do trabalho, sobretudo o papel dado pelo sujeito em relação, por exemplo, à busca pelo reconhecimento social, tanto dos seus pares, mas principalmente dos seus familiares. Dialogando com uma tradição da teoria crítica que aborda o mundo social nesses termos, mas não com tanta ênfase na esfera do trabalho, que é onde procuramos contribuir nesse estudo com esse debate. Em consonância com essa tradição, enfatizamos essa questão ao longo

de toda nossa pesquisa, através dos ensinamentos de Jessé Souza (2022) sobre os “interesses econômicos” versus o “reconhecimento social”, sendo que o segundo não pode ser negligenciado em relação ao primeiro, e este, não poderia jamais ser a única chave heurística de interpretação sociológica. Pormenoriza o autor:

Hoje em dia, tendemos a perceber as razões últimas de nosso comportamento e de tudo que fazemos como sendo guiado, em última instância, pela busca de dinheiro e poder, ou seja, precisamente como Hobbes imaginava, autopreservação física ou, na linguagem de hoje, os “interesses econômicos” (...). O que nos faz procurar obsessivamente dinheiro e poder senão a necessidade de ser admirado, respeitado, invejado e, portanto, “reconhecido” pelos outros? Se isso é verdade, como acho que seja, então a necessidade última dos seres humanos é a busca incansável por “reconhecimento social” (SOUZA, 2022, 182).

Isso porque, o próprio neoliberalismo não é somente um sistema econômico, mas vem se traduzindo como um modelo de “engenharia social” que produz e gera sofrimento, segundo Safatle, Silva Júnior e Dunker (2021). Categorias morais foram amplamente implementadas no mundo do trabalho, tendo sofrendo alterações que mexeram nas estruturas empresarias com impactos cada vez mais degradantes na subjetividade daqueles que trabalham. Um nexos de mecanismos psicológicos foi sendo encaixados nos discursos das empresas com claro intuito de agir economicamente. Ou seja, não se é mais possível determinar onde começa a esfera econômica e onde ela finda, pois, o seu complexo é um emaranhado de conexões tênues com a vida ordinária do indivíduo comum. Os “interesses econômicos” irão sempre se emaranhar nos poros dos desejos mais próximos da cotidianidade dos indivíduos, a saber: a sua própria constituição ontológica, que abrange necessariamente a sua forma de ser e de como os outros lhe observam, com a lenta que o próprio neoliberalismo exige que seja usada, sobretudo a capacidade de se transformar em um agente dotado de energia para se autoexplorar, mas com a certeza de que o que realiza é fruto do seu investimento em si, da sua visão empreendedora sobre sua vida social. Assim, as

ações econômicas são justificadas nem sempre devido à sua eficácia propriamente econômica na produção e circulação de riqueza, mas devido a sua pretensa justeza moral na realização social da liberdade (...). Nesse sentido, o neoliberalismo, com suas doses maciças de intervenção estatal no campo político e social, aparece como uma engenharia social (SAFATLE, SILVA JÚNIOR e DUNKER, 2021, p. 9).

Nesses termos, o presente estudo procurou mostrar a importância dos afetos e das emoções na condução do trabalho no mundo contemporâneo, enfatizando a noção de que os aspectos econômicos não estão dissociados na formação e conformação da subjetividade do ser que trabalha, sobretudo depois da consolidação dos trabalhos realizados por meio de aplicativos, que exigem um autocontrole do trabalhador para exercerem suas tarefas.

A tese

Devido às mudanças tecnológicas e ao crescimento do setor de serviços, vêm surgindo valiosos estudos que buscam compreender o advento dessas novas tecnologias, que cada vez mais adentraram no mundo do trabalho. No seu conjunto, essas análises se voltam a procurar entender essas novas relações de produção apenas pela via das forças produtivas e sua relação com o Estado. Logo, esta pesquisa, irá mostrar que essas análises estruturais não procuram entender as relações de produção na contemporaneidade tomando os atores sociais como protagonistas desse cenário.

A pergunta norteadora que essa tese se propõe a responder é: em que medida as novas tecnologias que adentraram no mundo do trabalho nos últimos anos têm impactado na construção das subjetividades e na cotidianidade dos trabalhadores?

A tese que permeia essa pesquisa é a de que as novas tecnologias que adentraram no mundo do trabalho alteraram a composição da precarização, ela não é só expressão fenomênica da exploração do trabalho no seu sentido econômico e físico, mas também se apresenta altamente envolta de uma carga de sofrimento causado pelo uso excessivo dos afetos no trabalho, o que

ocasiona novas formas de subjetivação do sentido do trabalho. Paulatinamente, além de causar sofrimento, paradoxalmente também gera a narrativa de liberdade. Portanto, defendo nessa tese que na medida em que o instrumento do gerenciamento é produzir paradoxos, as vivências dos trabalhadores tendem a ser cada vez mais incoerentes e contraditórias, se voltando menos para os processos de consciência de classe, e mais para uma disputa por posições dentro da sociedade capitalista.

Para embasar essa tese, tive que avançar para além dos quadros teóricos hegemônicos na Sociologia do Trabalho no Brasil e buscar um diálogo com outras matrizes sociológicas que procuram explicar o capitalismo sob a égide do neoliberalismo, tendo uma perspectiva do papel da subjetividade no desenvolvimento das estruturas do mundo do trabalho. Bem como também, busquei aportes epistemológicos dentro da Sociologia Clínica que me permitiram olhar o meu objeto em sua completude, desde os aspectos econômicos que podem gerar sofrimento no trabalho, mas também como o próprio sofrimento impulsiona o novo capitalismo que vivemos.

Nessa óptica, a vivência de um trabalhador se inscreve em movimentos existenciais dialéticos, frutos da confrontação de determinações sociais, familiares, genealógicas e psíquicas. Na tentativa de evitar tanto a individualização do sofrimento como a psicologização das contradições sociais, considera-se que problemáticas individuais e sócio-organizacionais se vinculam irreduzivelmente a uma dimensão coletiva (...) ao rejeitar perspectivas patologizantes ou instrumentalistas, a Sociologia Clínica convoca o pesquisador a construir uma postura sensível e aberta à compreensão dos sofrimentos dos trabalhadores, em situações mediadas ou não por uma institucionalidade formal. Igualmente, sua matriz pluridisciplinar coloca a abertura epistemológica como condição a realização de pesquisas (Braz, 2021, p. 25).

Assim, nossa análise baseia-se em algumas premissas norteadoras da Sociologia Clínica, a saber: 1 – uma problematização que relaciona várias perspectivas do conhecimento em ciências humanas, sobretudo a sociologia e a psicologia. Logo, trata-se de uma pesquisa interdisciplinar; 2 – Um modelo de autonomia relativa que permite articular o registro social e psíquico, mostrando

suas dinâmicas de funcionamento, que se complementam e se integram dentro dos processos laborais; e a ênfase colocada sobre as contradições dos conflitos vividos pelos indivíduos, e como eles respondem às contradições com as quais são confrontados.

A sociologia clínica como fonte epistemológica de pesquisa

A abordagem sociológica de um objeto deve levar em consideração os seus aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais. Ao menos essa é uma das principais generalizações que poderíamos fazer em torno do que se aprende desde os primeiros anos de estudo dentro das Ciências Sociais. Seja a análise feita por meio do marxismo, da sociologia compreensiva ou positivista – para ficarmos somente nos clássicos – e guardada também as devidas proporções de cada matriz teórica, apontando com maior ênfase para um desses aspectos.

No entanto, a análise do indivíduo em interação com esses fatores acabou sendo delegada à psicologia, incumbindo a ela analisar o indivíduo moderno e os seus dilemas subjetivos. Se por um lado isso permitiu o desenvolvimento de uma sociologia mais universal, ou seja, com conceitos mais totalizantes, com teorias generalizáveis, levando-a para dentro de uma perspectiva científica mais aceita, por outro lado, poderíamos dizer que enfraqueceu o aprimoramento de uma teoria sociológica com base nos aspectos emocionais dos indivíduos.

Embora a chamada sociologia clássica tivesse procurado, à sua maneira, valorizar o indivíduo em suas relações: como em Max Weber, a busca de sentido na ação social (COHN, 2009); Karl Marx e a relação dos processos de consciência de classe para a transformação social (CAILLÉ e VANDENBERGHE, 2021); e Émile Durkheim e os laços sociais que os indivíduos adquirem (COHN, 2009); nenhum deles apresentaram uma teoria da subjetividade tendo as emoções e os afetos como centro das origens das motivações dos indivíduos aplicados ao seu ambiente social (PETERS, 2017).

Muito embora tenha sido Weber o que mais tenha potencializado em direção para esse caminho.

Ao passo que seus métodos de pesquisa vislumbravam diminuir a distância entre sujeito e objeto, as proposições weberianas colocaram em xeque o *modus operandi* da Sociologia funcionalista durkheimiana, marcada pela recusa ao singular e ao pessoal. Com efeito, suas contribuições foram essenciais para que os precursores da Sociologia Clínica se engajassem em apreender a dimensão existencial das relações sociais, se propondo a chegar *o mais perto do vivido dos atores* e reiterando o interesse em analisar de que maneira a história de vida de cada um de nós é a expressão de um destino particular, mas que ao mesmo tempo reflete também a interiorização da sociedade da qual fazemos parte. Portanto, ao rejeitar a oposição entre objetivação e subjetivação, entre psíquico, biológico e social, a Sociologia Clínica se revela marcadamente weberiana (BRAZ, 2021, p. 87).

O indivíduo sem interação social perde sentido sociológico se não levar em conta todos os outros fatores que o cercam, sendo necessário sua interação nas relações sociais para entender sua subjetividade (ENRIQUEZ, 2005). Logo, os aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais precisam dialogar também com as emoções que os indivíduos encaram em seus devidos ambientes de socialização (CAILLÉ e VANDENBERGHE, 2021).

Entretanto, talvez tenha sido Georg Simmel (2006) o primeiro a tentar construir uma teoria da subjetividade ao intercalar o pertencimento de grupo às motivações pessoais. Interpretação devedora da sua filiação filosófica com a obra de Friedrich Nietzsche, que procurava a integração das paixões, ou nos seus termos: na vontade de potência com aquilo que os indivíduos realizam na sua cotidianidade (2014). Porém, Simmel não viveu a tempo de aprimorar a sua teoria através de um diálogo com o desenvolvimento da psicanálise, e teve que delimitar os seus objetos em torno de uma individuação ainda desfigurada, por não se ter conhecimento do papel das emoções nas relações sociais.

De forma mais enfática, Marcel Mauss em sua obra “Sociologia e Antropologia” (2003) mostrou-nos como seria o caminho mais eficaz para a compreensão da subjetividade por meio das ciências sociais, e o caminho não

seria outro senão a busca de diálogo com a psicologia. Tendo conhecimento desse campo e, especialmente, de uma das suas ramificações, a psicanálise, Mauss já apontava contribuições que poderiam ser incorporadas pelas ciências sociais para a compreensão do seu objeto. Seriam os “serviços recentes prestados pela psicologia à sociologia”⁴, a saber, naquele momento: 1 - *Noção de vigor mental*. 2 - *Noção de psicose*. 3 - *Noção de símbolo e de atividade essencialmente simbólica do espírito*. 4 - *Noção de instinto*. Concluindo ele que

Todos esses progressos que nos trouxestes provêm daqueles que trouxestes à psicologia, não apenas enquanto tal, mas enquanto dirigida a uma espécie de biologia mental, uma espécie de verdadeira psicofisiologia; por outro lado, todos provêm da consideração que fizestes, não dessa ou daquela função mental, mas da mentalidade do indivíduo como um todo (MAUSS, 2003, p. 330).

A psicanálise vai mostrar que as emoções se referem sobre aquilo que incide sobre o sujeito, e como isso se manifesta com um estímulo externo, nos autoafeta e como é experienciado, tramitado em termos representacionais (ENRIQUEZ, 2005). No fundo é algo de como a gente escuta emocionalmente a sociedade, ou seja, a emoção é sobretudo sempre uma experiência coletiva, uma atmosfera partilhada pelos indivíduos (SAFATLE, SILVA JUNIOR, DUNKER, 2018).

A revolução teórica causada por essa perspectiva freudiana, colocando o indivíduo como objeto de conhecimento, conjuntamente com a crítica das estruturas sociais e econômicas encabeçadas pelo marxismo, acrescida a crítica sobre a construção da verdade formulada Nietzsche, possibilitaram o surgimento de uma inovadora forma de pesquisa social, que tinha como fundamento geral, apesar de suas várias ramificações e peculiaridades, os estudos subjetivos do ser e sua relação com o cotidiano do mundo capitalista pós-liberal (SAFATLE, 2018), trata-se da Escola de Frankfurt ou Teoria Crítica que desenvolveu uma teoria social para além dos muros entre os conhecimentos filosóficos,

⁴ Por trata-se de uma obra póstuma, publicada em 1950, “Sociologia e Antropologia” reúne textos de períodos distintos da vida do autor. Logo, algumas abordagens da relação entre sociologia e psicologia não são trabalhadas por ele.

sociológicos e psicológicos, potencializando a noção da construção dos objetos teóricos tendo em vista as Ciências Humanas em sua totalidade (JEFFRIES, 2018).

A Teoria Crítica talvez tenha sido a primeira a mostrar a impossibilidade de aproximação epistemológica entre as chamadas “ciências duras” e as Ciências Humanas, tendo em vista a necessidade da segunda em se relacionar com um objeto nada estático e, sobretudo, movido por emotividade que projeta uma complexibilidade peculiar às Humanidades, fazendo da objetividade um amálgama de resultados plurais e não um campo de exatidão de significados, ainda mais quando está em jogo não somente um mundo estruturado com ações orquestradas por ele, mas acima de tudo, como essas ações são frequentemente motivadas por impulsos afetivos/emotivos (SAFATLE, 2018).

Essa perspectiva teórica, de forma direta ou indireta, abriu espaço para uma tradição nas Ciências Humanas, que apesar de toda pluralidade, levando em conta também todas as assimetrias, tem em comum, de certo modo, a trincheira que cravaram contra a radicalidade de um conhecimento objetivo que se pautava nas estruturas sociais, por ser somente por meio dos seus estudos que seria possível maximizar a teoria e minimizar o objeto (JEFFRIES, 2018). Em outras palavras, os atores sociais só seriam visíveis em suas particularidades enquanto objeto empírico, cabendo apenas as estruturas ao qual ele pertence, ser universalizável (CAILLÉ e VANDENBERGHE, 2021). Ou seja, embora saibamos que emotividade e afetividade são particularidades de cada indivíduo, o que se nega nas teorias estruturais não são essas particularidades, e sim a generalização do campo afetivo e emotivo para dentro das próprias estruturas (SAFATLE, 2018).

A partir da Teoria Crítica, em alguns casos influenciada por ela ou remetendo-se, mesmo que com distância, algumas de suas premissas, surgem interpretações do capitalismo que procuram analisar a realidade social com a noção das complexidades que elas apresentam. Sendo assim, conceitos como de Biopolítica (FOUCAULT, 2010) e Reconhecimento (HONNETH, 2009), apresentam a estrutura do capitalismo entendida não somente como sistema econômico, sobretudo também enquanto reprodução de lógica de controle corporal e afetivo, onde os sujeitos agem de acordo com uma racionalidade

hipostasiada, ou seja, reifica a estrutura nas entranhas das subjetividades, sendo os seus atos, reflexo dela, buscando interação que possibilite se reconhecer e ser reconhecido em torno dessa racionalidade (HONNETH, 2018).

A reificação aqui proposta vai para além de querer iluminar a compreensão de determinadas formas de dominação social vigente, como a proposta de Georg Lukács (HONNETH, 2018), procura na verdade atrelar o conceito também aos comportamentos cotidianos. A necessidade de recorrer à reificação a partir de Honneth, se dá, por aceitar que existe uma relação do sujeito com o mundo e essa relação vem perdendo elementos de reconhecimento que formam as bases da nossa cognição e de nossa vida social.

Esse tipo de teoria social que procura humanizar o conhecimento por meio das emoções e afetos, compõe uma noção ampliada do indivíduo, pois coloca-o em movimento com a razão social a que ele pertence, podendo atingir o campo subjetivo sem se associar a nenhum tipo de psicologismo (SAFATLE, 2018). A teoria do reconhecimento permite desenvolver em que grau de pertencimento se encontra o indivíduo, até onde vai sua ligação com o outro que dialoga dentro das suas esferas sociais, o que nega invariavelmente subjugar o nível de participação do ambiente em que se encontra. Porém, não há como se negar a capacidade de intervenção das subjetividades nas relações, pois o sujeito se identifica e autoindentifica a partir do grau em que se tem reconhecimento, e não em relação à própria noção que se tem de si mesmo (HONNETH, 2009).

A tarefa de intercalar reconhecimento com as técnicas de controle é uma tentativa de acionar teorias que possibilitem entender, em primeira instância, as formas pelas quais os sujeitos se fazem sujeito por meio de mecanismos que, embora inerentes a eles, só se viabilizam através deles, por meio de subjetivação e reificação de uma racionalidade hipostasiada (HONNETH, 2018). É uma forma possível de se alcançar as subjetividades dos objetos estudados sem se abandonar a perspectiva sociológica de generalizações que não se prende às especificidades apenas daquela pesquisa, e muito menos se atrelar a qualquer tipo de solipsismo, mas o vínculo que ela possa contribuir para uma análise mais abrangente das totalidades sociais (CAILLÉ e VANDENBERGHE, 2021).

Para entender o capitalismo contemporâneo não basta somente buscar respostas no seu “habitat econômico”, é necessário adentrar no universo mais empírico da sua existência, que é o atingimento que ele causa na vida do indivíduo, localizando suas mediações de primeira ordem – corpo e mente – como fundamentais para a reprodução do sistema (SAFATLE, 2018). Só por meio desse corpo subjetivado pelas imposições aplicadas a ele, é que encontramos a racionalidade do capitalismo (DARDOT e LAVAL, 2016). Com as técnicas de controle – que na era da sociedade do desempenho o indivíduo é persuadido a trabalhar achando-se dono do seu próprio trabalho (HAN, 2017), ou negando – o que se realiza não é um trabalho, mas um empreendimento, visto agora menos como negatividade e com um olhar mais de positividade (HAN, 2018b), imprimindo um aprimoramento na produtividade.

Essa perspectiva teórica voltada para entender os fenômenos sociais por meio dos campos afetivos/emocionais dos indivíduos em sociedade, que venho abordando até aqui, tem como principal propósito entender uma esfera social bastante cara ao capitalismo – o mundo do trabalho. As pesquisas nessa área dentro das Ciências Sociais, sobretudo no Brasil, têm como principais preocupações a realidade econômica dos trabalhadores, em que na maioria dos casos o indivíduo que trabalha perde o seu destaque em nome de uma possível totalidade social, muitas vezes desordenadas, que não leva em conta a construção subjetiva que compõe qualquer tentativa de totalizar o objeto estudado.

Para essa empreitada, busco um diálogo epistemológico com a Sociologia Clínica⁵ que se remete a um campo de conhecimentos teórico-metodológicos que tem por finalidade a compreensão⁶, sistematizada e

⁵ Por “Sociologia” entende-se aqui a necessidade de compreender a inter-relação que possuem as diversas contradições sociais que atravessam nossas vidas, e como elas interferem nas nossas histórias individuais, tanto pela reprodução de formas específicas de ser e agir no mundo, quanto pela canalização e condicionamento de sentidos e significações. Já por “Clínica”, entende-se que, por outro lado, remete ao movimento de compreensão dos processos sociopsíquicos, os quais somente podem ser efetivamente apreendidos diante a conceituação e interpretação de experiências e vivências reais (GAULEJAC, 2009). Sociologia e Clínica, portanto, são indissociáveis e indispensáveis, pois é nessa articulação que encontramos a coerência para a produção de conhecimentos que contemplem o registro da produção de sentido das pessoas, sem desprezar os “determinismos sociais” que as constituem (BRAZ, 2021).

integralizada da interconexão entre fenômenos sociais e psíquicos. Atendo-se as histórias de vida e trajetórias sociais, busca-se atuar no nível das emoções, corporal e dos processos sociais, com base em uma postura que favorece a construção coletiva de sentido (GAULEJAC, 1999).

As heranças e filiações epistemológicas da Sociologia Clínica são oriundas da Sociologia Compreensiva de Max Weber e da Sociologia de Marcel Mauss. Segue uma longa citação de Braz, que demonstra de maneira elucidativa essa conexão: “Em 1924, em texto intitulado *Relações reais e práticas entre a Psicologia e a Sociologia*, o sociólogo (Marcel Maus) reconheceu a divisão entre ambos os campos de saber, mas discutiu seus pontos de intersecção, especialmente aqueles que permitiam que fossem discutidas convergências mediante a noção de Psicologia Coletiva (ou Sociologia Psicológica, conforme propôs o autor), para além dos estudos sobre as interações individuais ou sobre as representações grupais. A esse respeito, sublinhava Mauss: ‘os fenômenos sociológicos são fenômenos da vida. Logo, a Sociologia não é senão parte da Biologia assim como a Psicologia, pois tanto vós [psicólogos] quanto nós [sociólogos] lidamos somente com homens em carne e osso, que vivem ou que viveram’ (p. 319, 2003,). ‘Quer estudemos fatos especiais ou fatos gerais, no fundo é sempre com o homem completo que lidamos’ (p. 337). A partir de Mauss (...) inaugurou-se um movimento sociológico que rejeitava a noção na qual fenômenos sociais deveriam ser compreendidos como coisas e cuja pedra angular se assentava no esforço analítico em construir uma Sociologia viva, da experiência, que levava em conta os conflitos, mitos fundadores e as relações existenciais que permeiam o laço social (...) acrescida do pensamento de Jean-Paul Sartre (...) acerca das relações entre o Ser do Homem e o Ser da Sociedade. Este aforismo nos ensina que a constituição do sujeito é atravessada por contradições constantes entre as interiorizações históricas que fazemos do social, as quais condicionam nossas maneiras de ser, agir e pensar, mas também é influenciada pelo inconsciente, pela dinâmica pulsional, pelo funcionamento psíquico dos afetos e pelos conflitos de nossa sexualidade. Superando uma abordagem instrumentalista e pragmática, Vicent de Gaulejac (um dos principais representantes da Sociologia Clínica) discorre que a vertente clínica da Sociologia deve se abrir ao pluralismo epistemológico no trabalho de compreensão da complexidade dos fenômenos sociais. Mauss, nesse sentido, representa até a atualidade uma figura central, que encorajou os sociólogos clínicos a romperem essas fronteiras disciplinares historicamente cristalizadas e a se implicarem na criação de modalidades de pesquisas e intervenções baseadas em análises objetivas, porém integradas com as particularidades da subjetividade dos indivíduos. A segunda grande influência da Sociologia Clínica é representada por Max Weber que, mobilizado pelo idealismo alemão, foi crítico duro do positivismo e das ciências que se propunham a oferecer explicações para a totalidade da sociedade. A Sociologia Compreensiva inaugurada pelo autor consistia em analisar seus objetos a partir de seu interior, sem perder de vista que toda atividade social é condicionada por comportamentos humanos. Para Weber, as ações, comportamentos e, por conseguinte, as coletividades, só podem ser compreendidas a partir dos sentidos atribuídos pelos sujeitos. Quando o autor afirma que mais do que um sistema econômico, o capitalismo constitui uma ética, subtende-se que o principal vetor de sustentação desse sistema é antes de tudo o conjunto de crenças (religiosas ou não) e normas de ação a ele veiculadas. Em contraponto ao marxismo dogmático, que faz da subjetividade um epifenômeno de forças produtivas materiais, Weber se interessa pelo devir humano e pelas experiências dos indivíduos. Se seu método de investigação foi nomeado de Sociologia Compreensiva, é porque a apreensão das relações sociais implica análises sociológicas, culturais, axiológicas e psicológicas. Investigar os objetos a partir de seu interior, portanto, envolve reconstruir relações de sentido, reconhecendo no sujeito a sua capacidade de agir. Sem desprezar as estruturas, o foco se dá nas conjunturas. A Sociologia weberiana inaugurou no campo sociológico a concepção de que o social é indissociável da intersubjetividade, à medida que esta se manifesta simbolicamente nos sistemas de ações” (p. 84-85, 2021). Mauss e Weber contribuíram para o surgimento da Sociologia Clínica ao defenderem que os fenômenos sociais somente podem ser apreendidos quando consideradas as formas como os sujeitos os vivenciam, os interiorizam, os reproduzem e os transformam.

O fazer laboral é então posto lado a lado com os desejos teleológicos de cada vida individual e confrontado com a realidade social. Sendo preciso passar a questionar e a refutar a oposição das abordagens psicológicas e sociológicas. A clivagem radical, como sugere Fernando Gastal de Castro (2020), gerada pelos enclausuramentos disciplinares, sempre irá culminar na criação de dois registros independentes: do indivíduo e da sociedade, e precisa ser evitada. Caso contrário, o indivíduo corresponderá sempre primeiro aos fenômenos psíquicos, singulares, devedor de afetos, representações, sentimentos e emoções. E o segundo ficará sempre correspondente da exterioridade, da estrutura das relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

O psicologismo, que tende a considerar que a pessoa humana é o motor da história, não teria tanto sucesso se não fosse ao encontro de um fantasma profundamente enraizado no inconsciente de todos. Fantasia de onipotência, concepção narcísica do sujeito, visão etnocêntrica do mundo, crença na capacidade ilimitada do homem de se realizar independentemente de qualquer contingência histórica e social, esses diversos elementos psicoideológicos se apoiam e se estimulam, provocando resistências importantes à introdução de uma compreensão sócio-histórica (...) A introdução de uma visão mais sociológica dos destinos individuais provoca um questionamento dessa ilusão e desemboca com muita frequência em uma fase depressiva: "Eu me dou conta de como sou prisioneiro de minha história, como estou inscrito na reprodução. Até agora acreditava ter controle de meu destino, ser ator, mas tomo consciência de que sou apenas atuante" (...) Quando se levam em conta as dimensões sociológicas e históricas dos destinos pessoais, as próprias, mas também as dos outros, cada um pode compreender como diversos fatores agiram em seu caso, como contribuíram para posicioná-lo em sua família e nas relações sociais, o que modifica profundamente sua relação com essa "situação" e lhe permite compreender concretamente que a realidade é apenas uma das formas do realizável, que o possível não se reduz ao provável. (GAULEJAC, 2014, p. 172).

Sendo assim, a abordagem da Sociologia Clínica impõe uma forma anti-instrumentalista e pluridisciplinar, rejeitando a oposição entre Psicologia e Sociologia, interioridade e exterioridade, objetivação e subjetivação, e assume a irreduzibilidade entre o social e o psíquico (CASTRO, 2020). Muito embora esses elementos possuam uma autonomia relativa, já que obedecem muitas lógicas

contrárias, acabam se nutrindo um dos outros, indissociavelmente. O que faz com que o pesquisador norteado pela Sociologia Clínica seja desafiado a compreendê-los enquanto processos sociopsíquicos em constante articulação (GAULEJAC, 1999). Sendo o trabalho um componente relacional, nada mais viável do que sua compreensão em aspectos que possam solucionar a equação entre o indivíduo que trabalha e a sociedade com quem ele se relaciona. Mais ainda, no caso do seu *ethos*, o trabalho que é por excelência a manifestação social dos modos de vida, logo o seu fazer é também um fazer-se que se estabelece por meio da construção subjetiva que ele ocasiona nas suas vivências. É nesse ponto que se encontra a importância da Sociologia Clínica para esse estudo, pois:

O que faz com que seja possível distingui-la de outros campos de conhecimento é justamente sua maneira particular de abordar os problemas, cujos princípios oferecem subsídios que tornam possível compreender a realidade articulando a análise objetiva com elementos singulares das vivências e subjetividade dos sujeitos (BRAZ, 2021, p. 88).

Na abordagem clínica fica considerado que a vida em sociedade, no trabalho, no relacionamento com as pessoas, necessariamente impõe confrontos constantes com as contradições de nossas trajetórias sociais. “A oposição entre racional e emocional não é somente artificial, mas radicalmente inumana”, discorre Gaulejac (2009, p. 47). O sentimento de incoerência, oriundo do confronto com essas contradições, de acordo com o sociólogo provém do hiato entre o racional e o emocional, isto é, entre o que pensamos e o que sentimos.

Não há novidade nesse ponto, pois estamos agindo de acordo com as provocações de Max Weber em sua célebre palestra sobre “A ciência como vocação” (2005), nela o autor destaca que a compreensão sociológica dos “sentidos subjetivos” das ações sociais dos atores requer conviver com vários fatores da busca por significado. Pois, nesse sentido, ser humano, segundo ele, é sempre buscar sentido para sua própria existência, e conseqüentemente no que ela nos traz de alegria e sofrimento.

Assim, a nossa chave analítica de investigação sobre trabalho e subjetividade se propõe partir dessas premissas, tendo um “norte” metodológico traçado por meio de questionamentos que serão respondidos no próximo tópico dessa introdução. A saber, esses questionamentos dizem respeito a: como validar hipóteses sobre a influência de processos intrapsíquicos mediante uma abordagem sociológica não individualizante? Qual quadro metodológico e prático poderia permitir o aprofundamento da análise dos processos sociopsíquicos, inclusive em sua dimensão inconsciente? (GAULEJAC, 2008).

Metodologia e fontes de pesquisa

Para responder metodologicamente às questões anteriores e para operacionalizar a pesquisa, parti de duas concepções de conhecimento para a análise do meu objeto: a perspectiva da Sociologia Clínica e a da Sociologia da crítica, de Luc Boltanski e Laurent Thévenot. Ambas, a meu ver, cada uma a sua maneira, contribuem para o entendimento das relações sociais por meio dos processos subjetivos.

A Sociologia Clínica foi edificada, segundo Gaulejac (2009), para que fosse possível se analisar os conflitos em sentido amplo, tanto conflitos econômicos, quanto existenciais, buscando mediações e respostas diante das contradições da vida social, para evitar cair nas armadilhas do sociologismo, do economicismo ou do psicologismo. Tratando-se então de um rompimento com antigos métodos de pesquisas, sendo o seu engajamento voltado para uma abordagem que integrasse o conhecimento intelectual e o conhecimento sensível, isto é, o plano da reflexão e o da experiência. A partir dessas inquietações, dois registros têm centralidade nessa perspectiva: o da história e o da historicidade (BRAZ, 2021).

A história, alerta Enriquez (2005), remete a nossa história social, ou seja, às heranças transmitidas em termos de estruturas sociais, de classe, ideológicas, culturais, econômicas, familiares e afetivas. Dessa forma, ao mesmo tempo em que nos diz que nossa história provém de uma história comum, que

condiciona a identidade, ela é também uma história profundamente singular, pois cada ser humano é diferente do outro. Em outros termos, a história influencia nossos destinos e escolhas, mas não os decide. O indivíduo não é um agente passivo de transmissões e heranças. Por sua vez, a historicidade, complementa Enriquez, se refere à disposição do sujeito de agir, modificar sua própria história, confrontar suas angústias, medos e raízes. Portanto, é na construção de sua historicidade que o indivíduo afirma sua existência social e sua identidade narrativa como sujeito de desejo, criador de sua própria história.

Se consideramos que o destino de um indivíduo é determinado pela história, ele não é redutível à história das relações afetivas entre a criança e os adultos que a circundaram para seguir seus primeiros aprendizados. Essas relações são, elas mesmas, portadoras de uma série de registros que as determinam. Elas são portadoras de aspectos não somente afetivos, mas igualmente ideológicos, culturais, sociais e econômicos, cada um desses níveis não podendo ser dissociados dos outros na medida em que é sua imbricação que produz a estrutura de programação, o sistema de hábitos e o quadro referencial sobre os quais a criança vai construir sua própria história (GAULEJAC, 2014, p. 48).

Como forma de apreender todos esses registros é preciso colocá-los em articulação, utilizando-se do trabalho de análise e compreensão das trajetórias sociais dos sujeitos a partir de suas narrativas de vida (ENRIQUEZ, 2015). Portanto, abandona-se qualquer perspectiva favorável à separação entre vida pessoal e profissional, rechaçando todas e quaisquer outras vias analíticas que trabalhem a partir da fragmentação do social (BRAZ, 2021). Se aproximando a fundo do objeto pesquisado, implicando em se ater as suas vivências, em suas pluralidades subjetivas, entendidas enquanto os produtos de suas vivências, contradições e sofrimentos.

A Sociologia Clínica remete a um campo de escuta, implicação e mudança. Ao passo que se distancia de perspectivas patologizantes, totalizantes e adota uma postura sensível sobre a subjetividade e o sofrimento psíquico, ela se propõe também a fazer uma clínica do social, distanciando-se das práticas

analíticas centradas tão somente no indivíduo, inserido em dispositivos particulares (BRAZ, 2021, p. 167).

Ao servir-se de uma matriz pluridisciplinar, entende-se que os processos psíquicos não bastam para compreender o sujeito em situação. Para tanto, é preciso considerar as dinâmicas, as relações, os vínculos e os imaginários sociais coletivos, ademais de uma ampla gama de fenômenos (do intersubjetivo ao societal), que demandam uma óptica sensível em relação aos processos de exclusão, desempenho, alienação, dominação, juntamente às relações de conflito, solidariedade, controle e reconhecimento.

Ou seja, conhecer essas necessidades psicológicas das nossas ações, se diferencia de um estudo voltado para o indivíduo em sua individualidade, e se põe em marcha para o entendimento do indivíduo em suas ações, que precisaria ser analisado dentro de relações sociais, com um olhar imerso na sua subjetividade. As narrativas do mundo do trabalho não fugiriam a essa premissa. Seria preciso então analisar as construções narrativas a partir das vivências dos trabalhadores e não apenas, como se tornou majoritário no campo de estudos sobre o trabalho, por meio das análises estruturais que os pesquisadores dessa área desenvolvem.

Max Pagès em “A vida afetiva dos grupos” (1984) aponta um caminho para pensar como a estrutura socioafetiva das organizações laborais condicionava os comportamentos dos trabalhadores e, inclusive, legitimava o seu funcionamento, muitas das vezes fora da normalidade e extremamente próximo ao adoecimento devido às lógicas de cobranças. O autor aponta para o fato de que os sistemas das empresas modernas em suas estruturas organizativas são criadoras de sistemas psicológicos, ideológicos, econômicos e políticos, que têm por finalidade, sempre, garantir a produtividade, e impedir a irrupção de conflitos coletivos. O aprimoramento neoliberal, sobretudo após o avanço das novas tecnologias do trabalho, simplesmente potencializou ao máximo isso que Pagès chama de estrutura organizativa, liberando todas as energias potenciais do ser que trabalha, ou como prefere o autor, assegurando o “investimento libidinal dos trabalhadores”, mediante gratificações narcísicas e promessas que passam por identificações de cunho maternal. Essa dinâmica

determina formas específicas de se portar, de pensar e executar o trabalho, direcionando os conflitos ao nível individual (CASTRO, 2020). Assim, Pagès nos mostra que o nosso objeto precisa da articulação entre diferentes domínios disciplinares.

Pagès, na mesma obra, nos dá as bases explicativas das relações entre a realidade social e a ordem das emoções. A afetividade, portanto, não seria um epifenômeno, pelo contrário, muito menos seria uma estrutura inerte. Os afetos e sentimentos dominantes vivenciados na esfera do trabalho seriam peças-chaves à compreensão da lógica de funcionamento da precarização.

Através desse plano intersubjetivo e, por meio de ressonâncias emocionais, é que busco a exploração de diferentes aspectos sociais que se encontram na vivência laboral e cotidiana dos motoristas de aplicativos. A partir da contextualização de cada história de vida e da tese que elas estão submetidas a forma como as suas subjetividades foram construídas, é que tornou possível a análise de conflitos psíquicos, familiares e sociais. Embora ficou aqui também presente nesse estudo a lembrança deixada em dois célebres aforismos de Henri Lefèbvre (1975): o vivido sem conceito e o conceito sem vida. Grosso modo, trata-se, no primeiro caso, em relação à penetração na experiência pessoal como se esta fosse portadora do sentido, como se o sujeito pudesse produzir uma verdade sobre si mesmo. Já a segunda armadilha seria a penetração na teoria, nas construções intelectuais, eliminando a subjetividade, ignorando a possibilidade de que somos sujeitos ativos. Introduzir o vivido no conceito seria unir esses dois grandes eixos, que por muito tempo se mantiveram em dimensões opostas, seja por psicologismo ou racionalismo extremado.

Assim, por meio da Sociologia Clínica, colocamos no centro do nosso estudo a irredutibilidade do social e do psíquico, notadamente comprometido com a compreensão das vivências dos indivíduos, da particularidade de suas subjetividades e do potencial em se afirmar como sujeitos.

Complementamos nossa análise com a ideia de Boltanski e Thévenot (1991) sobre como os atores sociais também têm a capacidade crítica de analisar as suas situações, presente em “la justification: économies de la grandeur”. O modelo teórico para investigar o modo como os atores justificam

suas ações, destacando disputas, desacordos, controvérsias e acordos em situações da vida cotidiana, estipulando como hipótese de fundo a ideia de que o social não é nem um universo redutível a relações arbitrárias e de dominação. Os autores privilegiaram como objeto de pesquisa os momentos de disputas sociais com o intuito de identificar os princípios ou valores que definiam as posições nos conflitos. Boltanski e Thévenot propuseram uma teoria dos regimes de ação e das operações críticas, privilegiando a capacidade crítica e reflexiva dos indivíduos, os modos como as pessoas justificam as suas práticas e as operações críticas são essenciais para a investigação da ação social.

Essa forma de coletas de dados primários a partir dos atores como protagonistas do processo de criação do conhecimento, permite se fazer uma análise de como se constroem as subjetividades no mundo do trabalho, por meio daqueles/daquelas que vivenciam esse mundo, tomando sempre como referência aquilo que eles preconizam como sendo a chave para o entendimento dessas vivências. Seguindo esse percurso foi possível entender a articulação do capitalismo contemporâneo com a formação de um novo tipo de trabalhador envolto aos serviços e mediados pela tecnologia, se atendo aos seus dramas, angústias e sonhos, o que, na perspectiva de Jessé Souza (2012), é o papel fundamental do trabalho de uma Sociologia crítica do Brasil contemporâneo.

Não existe teoria que substitua esse trabalho, sempre árduo e difícil, mas fundamental. A relação entre empiria e teoria é de diálogo constante e de aprendizado mútuo. A própria empiria – pelo menos a empiria crítica, que reflete sobre seus pressupostos – já é saturada de reflexão teórica, e vice-versa. É o esclarecimento teórico que permite perceber a existência de classes sociais como o maior segredo da dominação social no capitalismo (ibidem, 45).

A Sociologia da crítica permite ver nas ações ordinárias altos graus de reflexividade, em que os envolvidos são portadores de críticas não apenas sociais, mas também de caráter epistemológico. Os cientistas sociais então deveriam acompanhar essas críticas em sua forma bruta e descrever os movimentos dos atores. Nesse caso, o social não seria mais tratado como substância (“uma coisa”) – para usarmos uma expressão da tradição

durkheimiana – ele deixaria de ser o fator explicativo do mundo e tornar-se-ia aquilo que deve ser explicitado e explicado por meio do modo como os atores, em meio aos momentos críticos e situações indeterminadas, fazem, desfazem e refazem suas associações heterogêneas. Nas palavras de Boltanski e Thévenot (1991, p. 25),

[...] a partir do momento em que o pesquisador não pode se dar ao direito de assentar a validade de suas afirmações em uma exterioridade radical, o término da descrição se torna problemático. É preciso então, na descrição, se manter o mais perto possível do modo como os próprios atores estabelecem a prova na situação observada, o que conduz a estar atento à diversidade de formas de justificação (tradução minha).

Essas duas concepções metodológicas estarão em simbiose com a etnobiografia, com uso de entrevistas semiestruturadas e abertas, e com o auxílio de dados secundários.

O método etnobiográfico faz parte do leque de possibilidades disponíveis ao pesquisador dentro dos modos de se registrar as falas dos “informantes”, “nativos”, permitindo a captação das subjetividades contemporâneas no processo de compreensão da condição humana. Trata-se de uma fusão entre a etnografia e a biografia, que emergiu na História, Antropologia e Psicologia, e tinha como objetivo inicial de dar voz aos grupos marginalizados (GONÇALVES; MARQUES; CARDOSO, 2012).

Esse método, sistematizado na obra organizada pelos pesquisadores Marco Antônio Gonçalves, Roberto Marques e Vânia Cardoso – *Etnobiografia: subjetivação e etnografia* –, que em uma série de artigos procuram apontar os caminhos necessários para o desenvolvimento desse método, mostrando as suas potencialidades e fragilidades, ao mesmo tempo em que discutem qual o caráter da pesquisa que pode se encaixar nessa forma de se fazer ciência nas humanidades.

O conceito de Etnobiografia propõe, necessariamente, uma problematização dos conceitos-chave do pensamento sociológico clássico – como o individual e o coletivo, o sujeito e a cultura – ao abrir

espaço para a individualidade ou a imaginação pessoal criativa. O indivíduo passa a ser pensado a partir de sua potência de individuação enquanto manifestação criativa, pois é justamente através dessa interpretação pessoal que as ideias culturais se precipitam e tem-se acesso à cultura (CARDOSO, GONÇALVES e MARQUES, 2012, p.9).

Assim, a individuação proposta pela Etnobiografia cria o personagem-pessoa que narra e ao mesmo tempo potencializa o desenvolvimento da ação que interage socialmente, desenvolve uma autonomia de significado que não está submetida diretamente à força imanente da sociedade. Pelo contrário, o imprevisto da sua fala, a narração, não seria uma discursividade neutra, assumindo, pois, o papel de agência, na medida em que criam e agregam novos significados ao mundo e às coisas (CARDOSO, GONÇALVES e MARQUES, 2012). Nesse caso,

Escutar o outro é escutar o que realmente ele diz, e não o que nós, ou ele mesmo, gostaria de ouvir. Escutar o que realmente alguém sente ou expressa, e não o que seria mais agradável, adequado ou confortável sentir. Escutar o que realmente está sendo dito e pensado, e não o que nós ou ele deveríamos pensar e dizer (DUNKER e THEBAS, 2019, p. 31).

A abordagem etnobiográfica refere-se a técnicas da entrevista narrativa: o pesquisador convida o entrevistado a contar suas experiências vividas ou parte da vida dele, como forma captação da temática estudada. A fala seria entendida processualmente por meio da história de vida não individualizada, mas enraizada na ação cotidiana dos atores.

A Etnobiografia foi “escolhida” como método, principalmente porque a pesquisa está apontada para uma análise teórica e empírica que procura discutir as noções subjetivas no estoque das ciências sociais, e em especial à dimensão diacrônica da vida social dos indivíduos. Sendo, portanto, pertinente nos estudos sobre trajetórias, carreiras, e sobretudo nas construções de identidades laborais, oferecendo a possibilidade de reconstruir o que há de singular nos aspectos biográficos, com evidências fortes a curto, médio e longo prazo na vida dos indivíduos.

Sobre isso, não poderíamos deixar passar as contribuições de Walter Benjamin (2012), que procura mostrar que o narrador teria a chance de nos contar a verdade por meio do mais profundo dos sentimentos, aquele que abrange as subjetividades, porém esse tipo de verdade vem a cada dia perdendo o interesse devido à pretensa falta de objetividade que a narração contada de dentro acarreta.

A narrativa que durante muito tempo floresceu num meio artesão – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada, como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim, imprime-se na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. É uma inclinação dos narradores começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir, isso quando não atribuem essa história simplesmente a uma vivência própria (Idem, p. 221).

A percepção de Benjamim sobre a obra do artesão mostra o clima de tensão entre a formulação sociológica e a criação pessoal, problemas sobre os quais se constrói o pensamento sociológico clássico e contemporâneo ao apontar para a tensão entre o individual, a subjetividade, o sociológico e as representações. O artesanato intelectual (MILLS, 2009) abriria brechas criativas no desenvolvimento de uma ciência social comprometida com os “informantes”, e aberta a discutir as problematizações deles. Para Foucault (2010) essa tensão poderia chegar a um fim, profetizando que a autobiografia, a biografia, a psicobiografia, a história de vida e o testemunho pessoal se tornariam uma moda nas ciências humanas, uma vez que o ocidente se tornou uma sociedade confessional desde a Idade Moderna. Implicada nesta proposição reside a ideia de sujeito enquanto uma construção social e política com implicações morais, éticas e estéticas, o que acentua e potencializa: a criação, a consciência, a identidade, o controle e a dependência.

Ademais, a Etnobiografia é herdeira da etnografia, sendo que é no sentido de partilha que a biografia se encontra com a etnografia. A possibilidade de etnografar uma vida acentua a relação entre etnógrafo e nativo. Assim, o etno

de Etnobiografia é derivado da etnografia de sua potência narrativa que implica a relação complexa e produtiva entre um alter e um ego. Etnobiografia, portanto, é produto de um discurso autoral proferido por um sujeito num processo de reinvenção identitária mediada por uma relação (CARDOSO, GONÇALVES e MARQUES, 2012).

O conceito de Etnobiografia empregado aqui não é uma tentativa de produzir uma visão autêntica de dentro procurando 'apreender um ponto de vista nativo', mas sim um modo de definir a complexa forma de representação do outro que se realiza enquanto construção de diálogo [...]. Portanto, Etnobiografia é, antes de tudo, produto de uma relação e de suas implicações a partir da interação entre pessoas situadas em suas respectivas vidas e culturas, tendo como pano de fundo suas percepções sobre a alteridade [...]. Deste modo, Etnobiografia é produto e constructo de uma relação que altera percepções no processo mesmo de sua criação, não se reduz às alternativas do tipo ou/ou, isto é, ou a visão do nativo, ou a visão do **pesquisador**. Etnobiografia parece ser, neste novo contexto, condição mesma de ultrapassagem desta dualidade quando não tem por objetivo procurar discernir quem é o produtor do conhecimento [...] (idem, p. 29).

O que se enfatiza então com esse método adotado aqui é mais a dimensão biográfica e nada do gênero biografia. Uma construção numa determinada interação representativa/apresentativa em que se evoca um modo de produzir um conhecimento sobre si e sobre o outro a partir de uma subjetividade objetificada. Neste sentido, a personagem (ibidem, 2012), seja o pesquisador ou o nativo, é produto deste aspecto formal de construção a partir de um processo de alteração que produz um discurso sobre si próprio ou sobre o outro como meio de conhecimento. Trata-se de pensar a emergência da pessoa-personagem como sugerindo uma síntese entre as dualidades propostas pelas teorias psicológicas ou sociológicas (indivíduo e sociedade, por exemplo).

O método Etnobiográfico necessariamente implica em técnicas de pesquisas que utilize a entrevista como norte central do trabalho, pois requer que o "informante" narre uma parte da vida dele, ou uma experiência vivida, como é o caso da nossa pesquisa sobre a construção da subjetividade no mundo do trabalho. Nossa técnica de entrevista será guiada por meio da história de vida, modelo de análise proposto por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988), por se

tratar de uma técnica que busca fundamentos da psique por meio do social, e que procura mostrar o fenômeno social através do indivíduo sem perder o foco com o todo que o cerca, já que o indivíduo não é tomado isoladamente, mas sim, sobretudo dentro de uma coletividade. O que busco então a partir da Maria Isaura é uma Sociologia que dialogue com a subjetividade, sem os preconceitos colocados de que essa seria a função da pesquisa apenas na área da Psicologia. Pois, com a técnica da história de vida, o subjetivismo pode ser tratado pela Sociologia sem cair na concepção de que seria uma marca individual não traduzível.

Ainda que o subjetivo seja entendido como as sensações intraduzíveis, ainda assim é próprio dos indivíduos tentar compreendê-las primeiramente, e transmitir aos outros o que compreendeu; porém ao fazê-lo forçosamente utiliza os mecanismos que tem à sua disposição e que lhe foram dados pela família, pelo grupo, pela sociedade. A história de vida pode tentar desvendar o ponto em que características destas coletividades se juntam às sensações sinestésicas, buscando a interação entre ambas, e esclarecendo quais os instrumentos sociais utilizados para a tradução [...] Todo psiquismo seria, então, menos individual do que coletivo, pois estaria sempre sobre a influência das representações e imagens arcaicas reunidas no inconsciente coletivo [...] com mais razão então recai ele [o subjetivismo] no campo dos estudos da antropologia e da sociologia. O conhecimento dos arquétipos, figuras dinâmicas com estrutura relativamente geral, estariam presentes no inconsciente de qualquer indivíduo. Uma análise que desvendasse estas configurações invariantes, veladas pelos significados simbólicos acumulados através dos tempos, constituiria um objetivo daquelas duas disciplinas (QUEIROZ, 1988, p. 39).

Pelo caráter do estudo das subjetividades no nosso processo de pesquisa, consideramos que a entrevista por meio da história de vida, seja uma ferramenta adequada para se aproximar do objeto, possibilitando uma aproximação com a realidade por meio da interação da tríade: pesquisador, objeto de pesquisa e sujeito pesquisado (CARDOSO, GONÇALVES e MARQUES, 2012).

As fontes utilizadas para desenvolver a pesquisa são basicamente duas: oral e escrita. As fontes escritas foram as coletas de dados secundários (plataforma dos aplicativos de viagem); revisão bibliográfica sobre o trabalho no Brasil e as teorias em torno da subjetividade (teses, dissertações, artigos, livros);

material de imprensa (jornais e revistas). Por sua vez, as fontes orais trarão a coleta de relatos de vida, a partir da biografia dos trabalhadores condutores de viagens de aplicativos. Para tanto, os instrumentos utilizados para a pesquisa são esses: fichas de leituras, fichas de catalogação de dados, caderno de campo, entrevistas semiestruturadas abertas, gravadores e resenhas.

Ao todo, para a feitura dessa tese foram ouvidos dez motoristas de aplicativos, sendo oito do sexo masculino e dois do sexo feminino. Dos oito homens, apenas um se intitulava preto, todos os outros consideravam-se brancos. As duas mulheres se apresentavam como brancas, sendo uma delas lésbica. Essa variável de orientação sexual entre os homens, apenas um deles se considerava homossexual. Embora essas duas variáveis não tivessem no cerne central da discussão da tese, se fez necessário para uma primeira noção geral explanatória do nosso campo empírico. Chegamos a esses informantes por várias vias, a saber: por meio das minhas vivências como usuário de aplicativos de viagens, ou seja, eu fiz os convites através dos contatos diretos por meio das “corridas” que eu realizava; também acontecia em casos de situações cotidianas, que coincidentemente tive contatos com pessoas que trabalhavam como motoristas; através de contatos de outras pessoas que conheciam colegas que viviam do trabalho de motorista de aplicativos.

As entrevistas semiestruturadas, ora gravadas (mais formais), ora de forma mais informal, em que os informantes faziam seus relatos pessoais, tanto do trabalho, quanto da sua história de vida, eram realizadas, quase sempre, todas as semanas, nos horários que eles delimitavam devido as várias horas de carga de trabalho que eles tinham de realizar.

Por questões práticas, tivemos que diminuir o número de participantes na pesquisa. Pois, o fato de os horários de todos não serem flexíveis, já que o tempo para poderem contribuir com meus estudos não era grande suficiente para o que eu propunha fazer – como por exemplo, o relato das histórias das suas vidas – tendo em vista que o tempo que sobrava para mim era praticamente, na maioria dos casos, o horário do almoço ou da janta, ou quando o pico de movimento de chamadas para viagens era ruim, sendo que algumas vezes eu tinha que desmarcar com muitos deles para poder dar atenção a somente uma pessoa naquele horário, pois sempre ocorreram situações em que o horário e

dia da semana disponível por um, chocava com todos os outros. Diante disso, assumi a responsabilidade de focar em apenas quatro dos dez informantes que comecei a pesquisa de campo, fato que ocorreu de janeiro de 2019 até março de 2020, antes da pandemia do novo Coronavírus. Sendo que mantive contato com os demais ainda por quase quatro meses, embora não apareça de forma direta no texto dessa tese, serviram de bússola para me ajudar a refletir sobre o objeto empírico dos motoristas de aplicativos de viagens.

Qual o critério para focar em quatro dos dez informantes? O primeiro deles foi a acessibilidade para fazer os nossos encontros. Em outras palavras, aqueles que ao longo dos primeiros meses não rejeitaram nenhum dos meus convites para a entrevista. O segundo critério foi mais subjetivo, realizado por meio da empatia que me mostraram ao longo das primeiras conversas para poderem contribuir com meus estudos. Por fim, mas não menos importante, estava o fato de que todos os quatro possuíam trajetórias bastante díspares entre si.

Com o fim das entrevistas em março de 2020, fiquei um longo período sem ouvir as gravações ou até mesmo estudar o caderno de campo com minhas anotações sobre o objeto empírico. Muito devido à pandemia do novo Coronavírus, que mexeu com a vida e a rotina de todos nós, mas também pelo fato do desemprego e a falta de bolsas de estudo que me incentivasse a continuar com minha pesquisa. Fatos esses que somados me levaram a um estado depressivo marcado por momentos que a última coisa que queria fazer era continuar a me dedicar a minha tese. Entretanto, por meio de tratamento psicológico e psiquiátrico, e com o surgimento em setembro de 2020 de uma bolsa de estudo vinculada ao CNPq, pude voltar minhas atenções novamente para a pesquisa, apesar de toda angústia que a pandemia ainda me causava.

Dessa forma, passei o final de 2020 e os quatro primeiros meses de 2021 apenas fazendo as descrições das minhas entrevistas, não só aquelas quatro que eu concluí, mas também das outras seis que ficaram incompletas, mas que pretendo voltar para terminar e apresentar em um outro momento da minha vida acadêmica.

Como o primeiro capítulo já havia sido colocado ao crivo da minha orientação e em seguida da banca de qualificação (que sugeriu algumas mudanças) no final de 2019, só me restava a feitura do segundo e terceiro capítulo, e ambos foram escritos entre o segundo semestre de 2021 e o primeiro semestre de 2022.

A estrutura da tese

A tese é composta por três capítulos. O primeiro deles faz um breve balanço do trabalho no Brasil apresentando o surgimento das novas tecnologias no ambiente laboral e como elas impactaram na construção das subjetividades dos trabalhadores e geraram novas formas de precarização, mostrando também como o neoliberalismo vem contribuindo para a produção tanto de novas subjetividades quanto de precarizações cada vez mais danosas que afetam não só os aspectos econômicos, mas também os emocionais. E por fim, achamos necessário descrever o surgimento e consolidação de um dos aplicativos de viagens mais utilizados, tanto por motoristas quanto por consumidores. No intuito de mostrarmos como eles se formaram dentro da perspectiva neoliberal de individualização do mundo do trabalho.

O segundo capítulo traz uma historicização das teorias sobre o trabalho dentro do Brasil mostrando o quanto elas se voltaram, não de forma única, mas em forma hegemônica voltadas a compreender as relações de trabalho através das estruturas sociais, o que, como afirmamos ao longo da tese, acaba por comprometer as análises subjetivas das vivências desses trabalhadores, sobretudo seus dilemas e aspirações que se colocam além de reivindicações por melhorias salariais.

Nosso último capítulo apresenta os resultados coletados no campo empírico, através das narrativas de vida e das vivências dos trabalhadores no seu ambiente de trabalho. Pudemos diagnosticar o peso da subjetividade neoliberal na precarização da vida social desses trabalhadores, marcado sobretudo pelo adoecimento não apenas físico, mas também psíquico.

Ao partirmos da premissa que saúde mental e trabalho devem ser compreendidos como frutos de uma miríade de fenômenos de ordem familiar, social e existencial, buscamos dar visibilidade a um arcabouço teórico, técnico e metodológico ainda pouco explorado no Brasil, mas que nos convida a sermos mais sensíveis ao sofrimento no trabalho, para além do realismo econômico.

I – CAPÍTULO

Trabalho no Brasil, surgimento de novas tecnologias e a “economia do compartilhamento”: o neoliberalismo como gestor das subjetividades dos trabalhadores

Nosso dia vai chegar
Teremos nossa vez
Não é pedir demais
Quero justiça
Quero trabalhar em paz
Não é muito o que lhe peço
Eu quero trabalho honesto
Em vez de escravidão
Deve haver algum lugar
Onde o mais forte não
Consegue escravizar
Quem não tem chance
De onde vem a indiferença
Temperada a ferro e fogo?
Quem guarda os portões da fábrica?
O céu já foi azul, mas agora é cinza
E o que era verde aqui já não existe mais
Quem me dera acreditar
Que não acontece nada
De tanto brincar com fogo
Que venha o fogo então

(Renato Russo, A fábrica, letra extraída do álbum “Dois” da Legião Urbana)

Este capítulo tem como objetivo traçar uma breve contextualização histórica do trabalho no Brasil, bem como também mostrar o surgimento de novas tecnologias e as suas influências nas metamorfoses da esfera laboral, sobretudo a partir do momento em que o setor de “serviços” se torna um dos principais representantes da economia global⁷.

⁷ No Brasil, em 2021, o setor cresceu 10,9% segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), enquanto que a indústria, por exemplo, teve uma alta de 3,9 em relação a 2020.

<https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2022/02/setor-de-servicos-cresce-10-9-com-altas-nas-cinco-atividades-pesquisadas#:~:text=Mensal%20de%20Servi%C3%A7os-,Setor%20de%20servi%C3%A7os%20cresce%2010%2C9%25%20com,altas%20nas%20cinco%20atividades%20pesquisadas&text=Em%202021%2C%20o%20setor%20de%20servi%C3%A7os%20do%20pa%C3%ADs%20cresceu%2010,da%20s%C3%A9rie%20hist%C3%B3rica%2C%20em%202012.> Acessado em 27/12/2021.

Procuro analisar como essas mudanças se retroalimentaram com o novo modelo de gestão do capital – o neoliberalismo – e de que forma ele funciona em relação aos modos de controlar o trabalho e desenvolver novos mecanismos ideológicos de dominação sobre os trabalhadores.

Assim, tomo o modelo Uber como exemplo desse setor de serviços que impulsiona a nova economia capitalista, e as formas de gestão aplicadas nele e que desemboca por todos os poros, não somente do trabalho, mas da vida cotidiana de forma generalizada.

1.1 - Uma breve contextualização do trabalho no Brasil

O primeiro surto industrial mediado pela chamada “reestruturação produtiva” no Brasil está totalmente vinculado à grande indústria de caráter taylorista-fordista, que se expande no momento em que a economia brasileira vivia o desenvolvimentismo dos anos de 1950 (ALVES, 2000). Dessa forma, o Brasil chega atrasado ao processo de industrialização da sua economia, “pois segue uma trajetória distinta dos países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, de caráter clássico, ou da Alemanha e do Japão, de caráter tardio” (ALVES, 2000, p. 104).

O processo de racionalização do trabalho⁸ se deu de maneira conflitante, pois, as relações de classe não eram propícias para a aceitação dos trabalhadores de um modelo de produção que exigia longas horas de trabalho (HARVEY, 2009), cobrando uma relação mais harmoniosa entre Capital e Trabalho, sendo necessária então uma intermediação ainda maior do Estado⁹, principalmente após a primeira grande crise do sistema capitalista em 1929.

⁸ “Parece ser possível responder que o método Ford é racional, isto é, deve generalizar-se, mas que para isso é necessário um processo longo, no qual ocorra uma mutação das condições sociais e uma mutação dos costumes e dos hábitos individuais, o que não pode ocorrer somente com a coerção, mas apenas com a moderação da **coação** (autodisciplina) e da persuasão, também sob a forma de altos salários, isto é, com a possibilidade de um melhor nível de vida, ou talvez, mais exatamente, com a conquista de um nível de vida adequado aos novos modos de produção e de trabalho, que demandam um particular dispêndio de energias musculares e nervosas” (GRAMSCI, 2008, p. 81).

⁹

Essa relação entre “Capital, Trabalho e Estado” (HARVEY, 2009) se mantivera em um equilíbrio de força até 1973, quando se iniciou uma aguda recessão, causada depois da crise do petróleo. No período anterior, o processo produtivo em massa conseguiu manter os padrões de vida da classe trabalhadora dos países capitalistas centrais numa relativa estabilidade, e os lucros monopólicos também se mantiveram estáveis. Com base no fordismo, as indústrias conseguiram padronizar os produtos através da fabricação em larga escala, em que os custos da produção seriam reduzidos e em contrapartida haveria um aumento do consumo com a elevação da renda¹⁰, já que os salários subiram em relação a outros tempos. Esses salários aumentaram em função do aumento de vendas e, conseqüentemente, dos lucros.

Os avanços nas condições de vida da classe trabalhadora não se deram devido a uma relação amistosa entre capital e trabalho, pelo contrário, a forma de produção fordista propiciou um maior desenvolvimento na condição de pertencimento de classe, na sua organização e formas de luta, pois, a produção em série permitiu que os trabalhadores vivessem de forma mais coletiva dentro das fábricas. Seguindo este raciocínio, Ricardo Antunes (2009) refere-se à classe trabalhadora desse período como “operário-massa”¹¹, ou seja, o trabalhador coletivo das grandes empresas verticalizadas e fortemente hierarquizadas. No Brasil, esse operário-massa está totalmente vinculado à linha

“O Estado teve de assumir novos (Keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção” (HARVEY, 2009, p. 125).

¹⁰ Com relação à elevação dos salários da classe trabalhadora, e tomando como parâmetro os primórdios da empresa Ford, Gramsci enfatizava e questionava-se em relação ao fenômeno, pois para ele “toda ideologia fordista dos altos salários é um fenômeno derivado de uma necessidade objetiva da indústria moderna, somada a um determinado grau de desenvolvimento e não um fenômeno primário – porém não exonera do estudo da importância e das repercussões que a ideologia pode ter sua conta”. (2008, p. 79-80).

¹¹

“Tendo perdido a identidade cultural da era artesanal e manufatureira dos ofícios, esse operário havia se ressocializado de modo relativamente homogeneizado, quer pela parcelização da indústria taylorista/fordista, pela perda da destreza anterior ou ainda pela desqualificação repetitiva de suas atividades, além das formas de sociabilização ocorridas fora do espaço da fábrica. Isso possibilitou a emergência, em escala ampliada, de um novo proletariado, cuja forma de sociabilidade industrial, marcada pela massificação, ofereceu as bases para a construção de uma nova identidade e de uma nova forma de consciência de classe” (Antunes, 2009, p. 42-43).

de montagem de automóveis que começou a ser implantado em São Paulo e impulsionou o crescimento do proletariado industrial moderno.

Para inserção do capitalismo brasileiro no sistema capitalista mundial fazia-se necessário que a classe trabalhadora brasileira fosse colocada num patamar onde houvesse aumento de consumo, assim, a produção em série poderia ser ampliada. Era preciso então, criar um mercado interno de consumidores, aumentar salários, diminuir jornadas de trabalho, ampliar as férias anuais etc. Medidas que os países capitalistas centrais não conseguiram realizar (implementar, pôr em prática), pois nesses países as jornadas de trabalho se mantiveram muito elevadas; mesmo com o poder aquisitivo aumentando o consumo, ainda permaneciam aquém do desejado.

Essas contradições inerentes ao capitalismo foram se agravando cada vez mais. O período entre 1965 a 1973 marca o começo de problemas fiscais e da aceleração da inflação (HARVEY, 2009), bem como a queda da taxa de lucro, a hipertrofia da esfera financeira, o incremento acentuado das privatizações que levaram ao esgotamento do padrão de acumulação fordista de produção (ANTUNES, 2009). Um novo “complexo de reestruturação produtiva” é incorporado à dinâmica do capital. Trata-se de um

[...] sistema de inovação tecnológico-organizacionais no campo da produção social capitalista – por exemplo, a robótica e a automação microeletrônica aplicada à produção; as novas modalidades de gestão da produção, tais como os CCQs e Programas de Qualidade Total; a série de racionalização da produção, tais como os “downsizing” e a reengenharia, muitas das racionalizações produtivas decorreram de novos patamares de centralização e concentração do capital, por meio de fusões, aquisições e diversificações corporativas, que implicaram – e ainda implicam – demissões em massa” (ALVES, 2000, p. 11).

Apesar de ter sua gênese histórica no Japão, nos anos de 1950, é a partir da mundialização do capital, no decorrer das décadas de 1980 e 1990, que o novo modelo adquiriu dimensão universal. A partir daí ele perde sua singularidade restrita e seu valor ontológico para a produção capitalista e projeta-se como uma categoria universal, que articula em si um complexo de

particularidades regionais, nacionais (e locais), seja de setores ou de empresas (ALVES, 2011).

A racionalização do novo processo de produção – o toyotismo¹² –, em linhas gerais, pode ser caracterizada como uma produção realizada em pequenos lotes e uma variedade de tipos de produto, sem a presença dos grandes estoques, em que o controle de qualidade é integrado ao próprio ato de produção. As mercadorias são produzidas pensando nas demandas do mercado (HARVEY, 2009), permitindo assim uma abertura para uma acumulação flexível¹³, pois, enfrenta a rigidez do fordismo, tanto nos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Em suma, uma completa “desconstrução do mundo do trabalho” se forma, como diria Boltanski e Chiapello (2009), porém,

o objetivo continua sendo, claro, obter a colaboração dos assalariados para a realização do lucro capitalista. Mas, enquanto no período anterior esse resultado fora buscado (especialmente sob pressão do movimento operário) por intermédio da integração coletiva e política dos trabalhadores na ordem social e por meio de uma forma do espírito do capitalismo que unia o progresso econômico e tecnológico a uma visão de justiça social, agora ele pode ser atingido com o desenvolvimento de um projeto de autorrealização que vincula, por um lado, culto ao desempenho individual e exaltação da mobilidade e, por outro, concepções reticulares do vínculo social. No entanto, essa evolução foi acompanhada por forte degradação da situação econômica, da estabilidade profissional e da posição social (em comparação com as gerações mais

¹² “Para nós, o toyotismo não é considerado um novo modo de regulação do capitalismo, no estilo da escola de regulação (tal como fizeram, por exemplo, com o conceito de fordismo); o potencial heurístico do conceito de toyotismo é limitado à compreensão do surgimento de uma nova lógica de produção de mercadorias, novos princípios de administração da produção capitalista, de gestão da força de trabalho, cujo valor universal é constituir uma nova hegemonia do capital na produção, por meio da captura da subjetividade operária pela lógica do capital” (ALVES, 2000, p. 31).

¹³

“caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviço”, “bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados)” (HARVEY, 2009, p. 140).

velhas) de numerosas pessoas, em especial daqueles que estavam chegando ao mercado de trabalho (p. 239).

Essas mutações em curso não são apenas resultados das novas tecnologias, mas também resultados de fatores históricos e geográficos. Elas são expressões da reorganização do capital com vista à retomada do seu patamar de acumulação e de seu projeto societário (ANTUNES, 2009), portanto, o toyotismo pode ser entendido como valor universal para a produção de mercadorias, pois as condições ontológicas originárias possibilitaram sua universalização. Ele é fruto do desenvolvimento da crise capitalista que gerou novas formas de produção de mercadorias, e não o seu contrário. Outra proposição é que a constituição do toyotismo tornou-se adequada a novas tecnologias, já que a sua ideologia e apelo à administração participativa – uma “cultura organizacional” que requer um envolvimento do trabalhador com a empresa – propicia uma “captura da subjetividade” (ALVES, 2009), provocando assim uma autorracionalização da classe operária totalmente adequada às necessidades técnicas da indústria mundial¹⁴. Podemos dizer que o toyotismo é uma ideologia orgânica desse novo complexo de reestruturação produtiva. Ele é a expressão material que penetra na subjetividade da classe trabalhadora. As transformações do mundo do trabalho durante esse período também, nas palavras de Boltanski e Chiapello (2009, p. 285):

(...) não deixaram de provocar queixas ou indignação. Mas as instituições (os sindicatos) nas quais recaía tradicionalmente a tarefa de transformar a queixa – forma de expressão do descontentamento que ainda continua próxima da pessoa, naquilo que ela tem de singular - em denúncia de caráter geral e em protesto público foram amplamente desqualificadas e/ou paralisadas.

14

“Embora reconheçamos que o estranhamento do trabalho, que decorre do modelo toyotista, tem elementos singulares – dados pela própria diminuição das hierarquias, pela redução do despotismo fabril, pela maior “participação” do trabalhador na concepção do processo produtivo –, é de todo relevante enfatizar que essas singularidades não suprimem o estranhamento da era toyotista [...] O estranhamento próprio do toyotismo é aquele dado pelo “envolvimento cooptado”, que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho. Este, na lógica da integração toyotista, deve pensar e agir para o capital, para a produtividade, sob a aparência da eliminação efetiva do fosso existente entre elaboração e execução no processo de trabalho” (ANTUNES, 2008, p. 39-40).

Além do mais, as tentativa de eliminação entre a elaboração e a execução¹⁵, conjugada com a diminuição da classe operária no ambiente fabril em decorrência dos processos de automação, interferiram nas organizações da classe trabalhadora, pois essas organizações, como os sindicatos, dependiam muito da concentração dos operários. As empresas se tornaram um sistema do tipo “paternalista”¹⁶, que atravessava todas as atividades dos seus trabalhadores. Também, observam Boltanski e Chiapello (2009, p. 296):

A transferência do emprego para o setor de serviços e para as pequenas e médias empresas, que, como vimos, é em grande parte resultado da recomposição dos modos de produzir e, apenas parcialmente, do aparecimento de novas necessidades, teve como consequência colocar os assalariados em estruturas pouco sindicalizadas, sem tradição de oposição, em que a precariedade maior se opõe à eventual vontade de organização.

Neste plano contingente, onde há uma diminuição dos postos de trabalho, tem surgido uma “população trabalhadora excluída”, no que antes seria apenas “trabalhadores assalariados excedentes”. Essa população trabalhadora excluída é resultado do desenvolvimento da grande indústria. Sendo que a partir daí, “os novos excluídos da nova ordem capitalista”, os desempregados, aparecem como novos índices do desemprego estrutural¹⁷, “desemprego este

15

Um exemplo dessa separação pode ser demonstrado da seguinte forma: “Os engenheiros estudariam cientificamente o trabalho, pensariam os procedimentos e métodos de trabalho e definiriam “the one Best way” de realizá-lo e os trabalhadores executariam rigidamente o que lhes fora prescrito. Modificando movimentos e tempos, taylorismo, fordismo e práticas semelhantes de reorganização do processo de trabalho elevaram o patamar da intensidade a níveis nunca antes vistos e a exploração do trabalho a sua prática mais absoluta” (DAL ROSSO e FORTES, 2008, p. 27).

16

“Os sistemas paternalistas são territórios perigosos para a organização dos trabalhadores, porque é mais provável que corrompam o poder sindical (se ele estiver presente) do que tenham seus empregados liberados por este do domínio e da política paternalista de bem-estar do padrinho” (HARVEY, 2009, p. 145).

17

“O desemprego estrutural garante a manutenção dos baixos salários, promovendo também a contratação de trabalhadores temporários, em que num período de crescimento da economia eles são totalmente levados à exaustão e, no momento de recessão, voltam a sua condição de desempregado. Ou seja, o desemprego é um dos fatores que garante as jornadas flexíveis de

que é resultado dessas transformações no processo produtivo, e que encontra no modelo japonês, o toyotismo, aquele que tem causado maior impacto, na ordem mundializada e globalizada do capital” (ANTUNES, 2008, p. 39).

No Brasil, o processo de produção toyotista e acumulação flexível começam a se instalar nas regiões centrais do país, num momento em que o cenário da economia capitalista sofria pela instabilidade – hiperinflação, recessão, caos financeiro. É nessa “década perdida” que o “o novo complexo de reestruturação produtiva” começa a se apresentar como uma ofensiva do capital no processo de produção brasileiro (ALVES, 2000).

Já no início da década de 1990, com Fernando Collor de Melo na Presidência da República, a nova política neoliberal¹⁸ surge no Brasil numa tentativa de recuperar a produção interna do país. Essa política pode ser caracterizada como: (1) liberação comercial como novo impulso no processo de privatização; (2) reestruturação das políticas sociais; (3) desregulamentação e flexibilização das relações trabalhista; (4) austeridade no gasto público. Assim, podemos dizer também que o neoliberalismo pode ser representado como ideologia política da burguesia monopolista. Para Duménil, Lévy e Wallerstein (2003), a história da mutação gradual do capitalismo, da transformação das forças produtivas e das relações de produção, prossegue através de crises mais ou menos graves: vivemos um novo episódio das lutas que marcam sua progressão, sendo o neoliberalismo a expressão dos esforços das classes dominantes para perpetuar suas prerrogativas.

No governo Collor, que marca o apogeu neoliberal no Brasil, inicia-se uma descontinuidade no interior de uma continuidade plena: a continuidade

trabalho, elemento vital no acoplamento da escala de produção à demanda dos mercados de consumo, proposta central do toyotismo” (PINTO, 2007, p. 81).

¹⁸ O que podemos denominar política neoliberal “é um processo complexo de medidas de reforma da economia e do Estado capitalista no Brasil, capazes de propiciar uma transição à nova hegemonia do capitalismo monopolista no país, um novo padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil, vinculado a um modo de inserção dependente da economia brasileira em relação à mundialização do capital. Inicia-se com o governo Fernando Collor, em 1990, e prossegue, com maior eficácia política, com os governos Itamar Franco (1993-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1994-1998)” (ALVES, 2000, p.114). A pesquisa do autor termina antes do segundo mandato de FHC, e da ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo do país. Acrescentaremos a essa definição de neoliberalismo a sua noção de técnicas de controle, criando uma nova razão do mundo, como apresentado nas pesquisas de Dardot e Laval (2016).

decorre das limitações postas pela crise do capital no Brasil desde a década de 70; por outro lado, a descontinuidade apresentou-se pela abrupta liberação comercial¹⁹, disseminando uma grande “epidemia de competitividade”.

Essa liberação comercial, segundo Dias (1996), tornou-se um dos grandes pilares das transformações neoliberais no Brasil, permitindo assim que o capital não mantivesse apenas uma postura reativa sobre a produção. A concorrência sem nenhuma regulamentação no mercado mundial obrigou as empresas no Brasil a impulsionarem mais e mais o complexo de reestruturação produtiva. Esse programa de modernização, instituída pelo governo Collor, além de abrir o comércio, incentiva o capital privado nacional a reestruturar-se e fortalecer-se, cedendo créditos oficiais (BRANDÃO LOPES, 1993). Podemos dizer que o governo Collor criou condições macroeconômicas e condições políticas (e ideológicas) para o desenvolvimento do toyotismo no Brasil, que tem como característica central a parceria entre capital e trabalho no processo de produção.

No governo de FHC, o desenvolvimento do toyotismo é acompanhado com um grande lastro do novo ciclo de crescimento da economia capitalista no Brasil, com o aprofundamento das transformações neoliberais, com os olhos voltados para a estabilização da moeda (Plano Real), abertura comercial e a reforma do Estado (privatizações, reformas administrativas, da previdência e tributárias). Apresenta-se um cenário “mais amplo de modernização” que inclui certamente um enorme complexo de reestruturação produtiva no Brasil, como podemos observar através da instituição de células de produção, reorganização espacial de fábricas, divisão de instalações industriais em “minifábricas”, flexibilização das funções e a polivalência (BRAGA, 1997).

Nos anos de 1990, o Brasil começa a incorporar elementos que se desenvolviam nas relações de produção das economias capitalistas dos países centrais. Surge o desemprego estrutural, a precariedade, e a insegurança, que penetram na classe trabalhadora. As relações de produção ficam a cada dia mais

19

“A abertura comercial criou um cenário de crise para a indústria brasileira, especialmente no setor automobilístico, que durante muito tempo se beneficiou de um mercado interno protegido – a partir do governo Collor, a indústria automobilística perdeu toda uma série de incentivos, criados no período da industrialização substantiva” (ALVES, 2000, p. 195).

diversificadas, fragmentadas e polarizadas. O complexo de reestruturação produtiva, podemos dizer que possuía um nítido caráter político, obrigando os capitalistas a instalar um novo controle sobre a organização do trabalho, sendo esse novo complexo uma resposta às reivindicações na produção, articulando um novo tipo de controle da subjetividade operária.

O impacto do novo complexo de reestruturação produtiva sobre a subjetividade operária é relevante, pois a recomposição do complexo produtor de mercadorias tende a instaurar novas mediações – mais problemáticas – para a construção da solidariedade de classe. A polarização entre um núcleo operário, mais qualificado e estável, uma “elite” profissional, e um subproletariado tardio, menos qualificado e precário, contribui, de certo modo, principalmente em um país capitalista como o Brasil, marcado por profunda desigualdade social, para a operação ideológica da nova hegemonia do capital na produção. Na medida em que integra – e concentra – o núcleo da produção capitalista, segmentando (e excluindo) uma parcela ampla da classe, o novo complexo de reestruturação produtiva exerce, pela recomposição do complexo produtor de mercadorias, uma operação ideológica que, por um lado, potencializa a captura da subjetividade operária pela lógica do capital e, por outro, debilita a perspectiva classista (ALVES, 2000, p. 258).

A década de 2000, contudo, em especial após a eleição presidencial de Lula da Silva, em 2002²⁰, foi marcada por uma verdadeira reviravolta “transformista” nas relações entre o sindicalismo brasileiro e o aparelho de Estado, que, naturalmente, nos ajuda a compreender as mudanças recentes verificadas nos sindicatos. Em termos gerais, nunca é demais lembrar que o governo Lula da Silva preencheu aproximadamente metade dos cargos superiores de direção e assessoramento – cerca de 1.305 vagas, no total – com

²⁰ Esse cenário era amplamente marcado por um período histórico na cena política brasileira, que passou longos oito anos sob o governo de Lula da Silva, aclamado pelas massas – fenômeno curioso –, pois antes da vitória eleitoral de 2002, o público de eleitores do Partido dos Trabalhadores era basicamente representado pelas camadas médias brasileira (SINGER, 2012). Esse fenômeno de popularidade do PT, e mais precisamente de Lula, tem impactos importantíssimos no âmbito do mundo do trabalho. Se por um lado, foi possível realizar um forte aumento no número de postos de trabalho, ao mesmo tempo em que conciliava a luta entre capital e trabalho; por outro lado, ele também ajudou em grande medida o amoldamento da classe trabalhadora, desarmando os sindicatos, seja por meio da cooptação ou por iniciativas paliativas em torno da condição operária (BRAGA, 2012).

sindicalistas que passaram a controlar um orçamento anual superior a 200 bilhões de reais (BRAGA, 2012).

Movido pelo *boom* das *commodities*, sobretudo após a alta demanda vinda da China, permitiu um relativo crescimento econômico nos governos do presidente Lula, o que elevou o salário mínimo e potencializou o gasto em políticas sociais, principalmente no período que antecede a crise imobiliária de 2008 nos Estados Unidos, o que na fala do então presidente não passaria, no Brasil, mais do que uma “marolinha”, na verdade marcou o início do fim do ciclo de crescimento, que aumentou o consumo das famílias e que ao mesmo tempo aumentou o lucro dos bancos, tendo em vista o crescimento do crédito e o posterior endividamento da população mais pobre (BRESSER-PEREIRA, 2018).

Caracterizado como “milagrinho brasileiro” (CARVALHO, 2018), esse período de crescimento econômico no país que aconteceu nos mandatos Lula da Silva – uma alusão ao “milagre econômico” do início dos anos de 1970 – teve o seu fim também marcado pela adoção da agenda Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que tinha como carro-chefe “a defesa de um ajuste fiscal que ajudasse a controlar a demanda doméstica e os preços” (Ibidem, 56), ou seja, a mudança envolveria substituir uma política de gastos e investimentos públicos por uma política de cortes de gastos e com juros mais flexíveis. Esta, sem sombra de dúvidas seria a marca central desde o início do governo Dilma até o seu final (2011-2016).

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) estava extremamente cooptada pelas estruturas de poder (BRAGA, 2012). O desenvolvimento das forças produtivas no Brasil começou a ocorrer a partir de um pacto conciliatório entre as classes sociais, obviamente, esse pacto foi mediado pela esfera governamental (OLIVEIRA, 2003). Nesse sentido, as relações de produção no Brasil da década de 2000 são a continuação do modelo de acumulação capitalista, plenamente entrelaçado com a reestruturação produtiva estabelecida nos anos anteriores.

Sem falar que, aquilo que Boltanski e Chiapello (2009) chamam, sarcasticamente de “crítica estética” ao capitalismo, tiveram grandes êxitos na falta de participação dos trabalhadores nos sindicatos, sobretudo pelo ataque da

chamada “extrema-esquerda” brasileira à religião e a família; em relação a primeira, possibilitou o afastamento de correntes cristãs, sobretudo católica, no enfrentamento ao capitalismo por meio dos sindicatos, o que era muito comum nos anos de 1970 e 1980; por sua vez a “crítica estética”²¹ a família gerou o conflito de gerações, sobretudo à cultura operária dos pais, teve o efeito de exacerbar a concorrência entre os jovens e os mais velhos. Ou seja, todos esses fatores que levaram à baixa sindicalização do operariado proporcionou um ambiente de extrema precarização, que afeta não apenas os aspectos físicos do trabalhador, mas também a sua subjetividade.

O cenário histórico no mundo do trabalho se move então, sobretudo no Brasil, entre a crescente industrialização na metade do século XX, e a consolidação posterior nas duas décadas seguintes, tendo seu decréscimo nos anos de 1980, passando pelo crescimento do capitalismo financeiro nas décadas de 1990 até agora (BRAGA, 2017). Esse mundo movido pelo dinheiro que gera mais dinheiro impacta até mesmo na distribuição dos serviços sobre a sociedade. Surgem novos postos de trabalho (como os motoristas de aplicativos de viagens) e explodem outros não tão novos assim, como por exemplo o número de trabalhadores no setor de telemarketing que cresceu vertiginosamente no Brasil, sobretudo no final dos anos de 1990.

Essas novas profissões e ocupações²² exigem das Ciências Sociais, mais precisamente da Sociologia do Trabalho, uma renovação dos seus conceitos e formas de investigação, já que com o crescimento do setor de

²¹ Boltanski e Chiapello se refere a todas as críticas lançadas por uma parcela da esquerda no final dos anos de 1960, considerados por essa esquerda como monumentos da grande moral burguesa, desde a família e a religião, e paradoxalmente também aos partidos comunistas tradicionais. Para os autores, essas críticas tiveram dois grandes “êxitos”: primeiro, afastar cada vez mais pessoas da militância política de esquerda, e a ao mesmo tempo também, fez com que o próprio capitalismo absorvesse essas críticas, as incorporando-as ao sistema como forma de aumentar a lucratividade ainda. Para ficarmos em pouco exemplos, a forma como a indústria do consumo conseguiu trazer para si a lógica e estética punk para enfeitar alguma loja comercial de algum shopping center nas cidades.

²²

Caracterizados por Jessé Souza (2012) como “emergentes” e/ou “os batalhadores brasileiros” que dinamizaram o capitalismo brasileiro nas duas últimas décadas, correspondem a “nova classe trabalhadora”. Nas palavras do autor “essa classe é ‘nova’ posto que resultado de mudanças sociais profundas que acompanharam a instauração de uma nova forma de capitalismo no Brasil e no mundo. Esse capitalismo é ‘novo’ porque tanto sua forma de produzir mercadorias e gerir o trabalho vivo quanto seu ‘espírito’ são novos e um verdadeiro desafio à compreensão” (p. 26).

serviços e suas várias formas de captação de força de trabalho, compromete a perpendicular forma de estudos voltados para as condições econômicas da classe trabalhadora ou então dos seus mecanismos de defesas políticas, pois as demandas desse novo setor abrange também para outros territórios que pouco foi desenvolvido dentro da Sociologia, como a noção do indivíduo que trabalha para além do próprio trabalho. Ou seja, necessita de mecanismos de intervenção no seu fazer laboral que vão além dos meios físicos disponíveis para realizar as suas funções, como o uso da emoção na hora de uma fala no telemarketing, ou de um bom papo dentro de um carro para viagem que tem como mediação um aplicativo que possibilita avaliar aquela viagem, sendo necessário então não somente o deslocamento do automóvel de um ponto a outro, mas também a forma como o condutor agiu nesse deslocamento. Suas emoções valem como ferramenta assim como o seu automóvel.

1.2 – Techné e labor na construção da subjetividade dos trabalhadores

Acreditamos que seja preciso traçar um breve paralelo entre as formas de relação entre a *techné* e o *labor* e os seus contrastes ao longo do desenvolvimento do capitalismo para mostrarmos como sua evolução teve um longo percurso que culminou nas novas tecnologias do mundo trabalho, que tem os aplicativos de viagens como um desses subprodutos. Além do mais, serve também como parâmetros de como desenvolvimentos de caráter estrutural culminam nas transformações subjetivas, e também, como estas influenciam em sua relação dialética, com as mudanças estruturais, abarcando suas mentalidades, a depender do tempo histórico capitalista, como assevera Fernando Gastal de Castro (2020), e suas formas de estruturação do trabalho e dos processos subjetivos. Assim,

o essencial da *techné*, mostra-se não pelo manuseio eficiente de uma técnica, visto que um robô pode ser muito mais eficiente que qualquer humano. Nem tampouco na eficiência física ou operacional pois, da mesma maneira, um animal domesticado e treinado pode mostrar-se, da mesma forma, muito mais

produtivo do que qualquer trabalhador braçal. O essencial da *techné* está no descobrir, ou seja, no modo de ser do artífice em sua implicação com a resistência do real que transforma a matéria em objeto a partir de uma intenção final que orienta o vir a ser do produzir. Uma máquina nada descobre, um computador de última geração também não, um animal domesticado tampouco. O ser humano descobre, ou seja, vê, intui, apreende, intenciona, em seu contato íntimo com o real, o possível; manuseia e dá forma à matéria em função de um saber e de um *projectus* que se remete à liberdade radical do saber-fazer humano (Ibidem, p. 25-26).

Dessa maneira, o descobrir próprio à *techné* é uma forma de particularizar o mundo humano, produzindo com seu fazer, baseado em hábitos, técnicas e formas estabelecidas. Tal relação prática com o mundo ao carregar consigo o descobrir, alcança aquilo que ainda não está dado, segundo Hannah Arendt (2010) vive a experiência do real em direção às alternativas possíveis, projeta-se para o inexistente, configurando e reconfigurando o mundo e as relações humanas. Portanto, ao particularizar o mundo e viver a experiência do real, a *techné* revela formas específicas do humano subjetivar-se como historicidade singular (CASTRO, 2020).

Por sua vez, contrastando com a *techné* temos o labor. Que é sempre por excelência uma atividade humana vinculada às necessidades de reprodução e à satisfação daquilo que é vital ao ser humano em sociedade, ou seja, o labor é o humano como *animal laborans* (ARENDT, 2010). Designando uma atividade puramente corporal, um fazer destituído de potência criativa em que o corpo se deteriora em um esforço cíclico e extenuante. Ou seja, nessa configuração não há espaço para o ser se subjetivar em uma historicidade singular (CASTRO, 2020). Sendo o seu corpo usado como esforço para outro, sua liberdade é negada a fim de servir à liberdade alheia. Seu produzir é repetitivo, restrito a saciar necessidades reprodutivas e seu fazer é “desubjetivante” em função de um ritmo repetitivo e sem capacidade teleológica do trabalhador, não existe um fim pensado. Talvez seja essa uma pista interessante quando diagnosticamos que a técnica na atualidade se funde com o “labor” dando margens para uma criação por parte do trabalho, porém sem autonomia para se produzir o que bem se entende, como tenta convencer a ideologia do empreendedorismo. É dessa forma que

techné e labor são universais-singulares: remetem-se, ao mesmo tempo, às singularidades de determinado produzir e reproduzir quanto à universalidade do tempo histórico em curso, manifestam as potências criativas que particularizam determinada sociedade, ao mesmo tempo que, suas formas de servidão (ibidem, p. 27).

As formas de *techné* de uma sociedade, permitem produzir e construir novas formas de viver a vida e particularizar o mundo, à medida que, descobrem novas alternativas, re combinam as estruturas existentes, criam configurações às relações sociais e potencializam o vir a ser das formas subjetivas. Portanto, é por meio dessa noção, que reiteramos a necessidade de interação do mundo econômico e das construções subjetivas decorrentes e também pontencializadoras destes. Muito embora, a relação entre *techné* e labor sejam próprias das sociedades pré-capitalistas.

Logo, as formas de *techné* são dominadas não pelo ritmo da indústria, mas sim pelos ritmos da agricultura. Na interpretação de Le Goff (2013), sem o ímpeto de fazer do dinheiro mais dinheiro e sem a exigência de *acelerar* a produtividade e matematizar os esforços em um *quantum* econômico eficiente. Em suma, a *techné* pré-capitalista (ARENDT, 2010) não possui sua substância como *homo economicus*.

É só a partir da figura do mercador que essa cadência vai sendo modificada, pois ele desafia e desconcerta o mundo organizado pela *techné* pré-capitalista (LE GOFF, 2013): cria a figura do comerciante que se atém ao sentido quantitativo-monetário da troca comercial, estabelece o dinheiro como *valor abstrato* universal e intenciona o acumular e não o retribuir como fim último. O saber da *techné*

será substituído por fórmulas abstratas fundadas no cálculo, e sua experiência temporal se transformará radicalmente em função do tempo prescrito pelo relógio e pelo dinheiro. A *techné* dará lugar ao trabalho abstrato, e progressivamente se extinguirão formas subjetivas (...) criadoras de laços sociais. O saber, próprio da artesanaria e forma pessoal vivida como vocação, síntese do recebido e do praticado, tampouco terá

sentido diante das formas de trabalho exigidas pela indústria e pelo trabalho fabril. Por fim, o tempo como emanção do sagrado, guiado pelos fluxos naturais, preenchido pela experiência sensível e abarcando sentidos múltiplos para atividades diversas será, da mesma forma, transformado em tempo produtivo. É enfim, a metamorfose profunda em direção ao *ethos* do capital (CASTRO, 2020, p. 52).

Dessa forma, a *techné* passa a ser objetificada pelo capitalismo como dispêndio de energia, nervos, músculos e cérebro a produzir valores de troca (mercadorias) orientados pelo impulso de acumulação (MARX, 2004). O racionalismo econômico do capitalismo (WEBER, 2004), ao fazer da força de trabalho assalariada um subordinado ao mesmo agente (capitalista), direcionado ao mesmo fim (produção de excedentes) e organizado segundo os critérios do cálculo, desfaz os limites da individualidade dos trabalhadores, os tornando uma força de trabalho coletiva (MARX, 2004).

Foi através desse *ethos* e *pathos* que se desenvolveu o sistema de mercadorias ao longo de boa parte do século XX (KURZ, 1996), guardada as devidas especificidades dos Estados-Nações, ora mais explícita, ora ainda com determinações pré-capitalistas, sobretudo nos países com uma economia ainda voltada mais para o campo. No entanto, no início dos anos de 1970, começa o movimento que vai corroer essa estrutura econômica baseada na fórmula apresentada por Marx, a saber: D-M-D (MARX, 2004), dinheiro que gera mercadoria, mercadoria que gera dinheiro, pela fórmula de dinheiro que gera dinheiro. Isso começa a acontecer quando os Estados Unidos da América anunciam que o dólar já não seria mais conversível em ouro, passaria ele a ter câmbio flutuante, conforme as oscilações do sistema de mercado (BRESSER-PEREIRA, 2018). Um dos primeiros passos em direção ao neoliberalismo foi dado.

Com o dólar perdendo valor, desvalorizam-se consequentemente, aquelas mercadorias fixadas em dólar no mercado mundial (*commodities*). Rapidamente os produtores de petróleo dão-se conta de que o ouro negro valia cada vez menos e a Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que regulava o preço do barril, faz saltar o preço de 3\$ para 9\$ em 1973, chegando a 15\$ em 1979, produzindo a crise do

petróleo dos anos setenta (...) Começa então uma corrida para transferir o dinheiro da produção para as finanças (...) graças à nova política econômica do governo dos EUA que, para além da desindexação ouro-dólar, eleva a taxa de juros, visando atrair fluxos de capitais para *Wall Street*, iniciando, nesse sentido, a era da flexibilização financeira (CASTRO, 2020, p. 275-276).

Assim, impulsionada também pela maturação da “Revolução Digital”, consolidou-se a globalização financeira. Com o *boom* das redes eletrônicas e de comunicação, o capital financeiro se tornou interligado, em tempo real. Acompanhado da exploração do setor de serviços em escala mundial, flexibilizando as barreiras comerciais e dando subsídios para a mobilidade das organizações multinacionais (SCHWAB, 2016).

O tempo histórico capitalista passa, conforme Giovanni Arrighi (2008), para uma fase *monopolista-financeira* no qual grandes empresas e os Estados nacionais vão ficando quase sempre bem mais dependentes do sistema de créditos e, cada vez mais, dependentes do mercado financeiro para realizar suas taxas de lucro. A explosão de duas bolhas financeiras²³ no centro do sistema capitalista no final da década passada em um curto período de seis anos, evidencia, nas palavras de Chesnais (2012) por um lado, a estagnação profunda do ciclo de reprodução ampliada do capital, tendo que recorrer à especulação financeira para suprir margens de lucro não mais realizadas com a exploração

²³ Com o *boom* da internet, no início desse milênio, o valor de algumas empresas de tecnologia chegou a níveis astronômicos, mesmo sem ter receita real. Vários empreendedores ficaram milionários, e os investidores correram para adquirir mais e mais títulos que, supostamente, continuariam se valorizando. Como resultado, centenas de empresas foram avaliadas em bilhões de dólares. O índice Nasdaq, que reunia a maior parte das empresas de tecnologia, subiu exponencialmente. Até que a bolha estourou, quando ficou claro que muitas dessas empresas não eram rentáveis. Assim, em outubro de 2002, o índice Nasdaq teve uma queda abrupta e provocou uma recessão nos EUA com reflexos globais. A segunda bolha financeira teve origem nos créditos com juros altos concedidos pelos bancos dos EUA para pessoas que não tinham capacidade econômica para assumir as dívidas. Essas instituições começaram a agrupar vários desses créditos duvidosos em produtos financeiros pouco claros que eram passados de mão em mão no mercado financeiro. A bolha estourou quando os devedores não conseguiram pagar as dívidas e os preços dos imóveis despencaram, ao mesmo tempo em que milhares de pessoas perderam suas casas. O fenômeno foi acompanhado por uma queda nas bolsas, pelo aumento do desemprego e pela desestabilização do sistema bancário em 2008. Embora tenha começado dos EUA, os efeitos da crise se propagaram rapidamente por vários países, gerando desastres financeiros em economias que não tinham como se proteger. Como uma doença, a crise das hipotecas contagiou o resto do mundo, convertendo-se em uma das maiores bolhas dos últimos anos (DUMÉNIL e LEVY, 2014).

do trabalho e com a venda de mercadorias e, por outro, uma instabilidade sistêmica crescente. Em suma,

estamos diante do neoliberalismo em sua faceta financeira global, de supremacia mundial do mercado financeiro como um sujeito automático deteriorado, com suas exigências de reprodução do valor fictício com base do padrão [D-D'] em resposta à insuficiência da produção real de valor conforme o padrão [D-M-D'] (CASTRO, 2020, p. 280).

A ascensão neoliberal centrada em tipos de trabalho cada vez mais invadidos pelas tecnologias de informação mostrar-se-á, um dos aspectos essenciais à compreensão da *subjetividade sem valor* (CASTRO, 2020). Sendo esta é uma forma de esvaziamento total das subjetividades. É a era do vazio a que se refere Lipovetsky (2005), na qual as experiências de tédio, de insatisfação, da perda de sentido de continuidade histórica se asseveram e propagam. Sendo, o que o autor denomina de “processo de personalização”, o

novo modo de a sociedade se organizar e se orientar, novo modo de gerir os comportamentos, já não através da tirania dos pormenores, mas com o mínimo possível de coação e o máximo possível de opções, com o mínimo de austeridade e o máximo de desejo, com o mínimo de constrangimento e o máximo de compreensão (...). O ideal moderno de subordinação do individual às regras racionais coletivas foi pulverizado; o processo de personalização promoveu e incarnou maciçamente um valor fundamental, o da realização pessoal, do respeito pela singularidade subjetiva, da personalidade incomparável, sejam quais forem, sob outros aspectos, as novas formas de controle e de homogeneização simultaneamente vigentes (Ibidem, p. 9-10).

É essencial que se note que a partir das transformações tecnológicas contemporâneas, destes últimos anos, as profundas modificações na estrutura dos vínculos entre a sociedade e o indivíduo e a relação que este último entretém com a sua própria existência causaram erosões na nossa sociedade (GIDDENS, 1991), o sentimento de indeterminação das promessas de um futuro em que ciência, técnica e economia, melhoria da vida social fracassam no fornecimento

inequívoco de respostas (GAULEJAC, 2014), a perda de estabilidade relativa de referências socioculturais herdadas de valores oriundos de ideais do século XIX deram lugar a uma organização social qualificada por muitos de “pós-moderna”²⁴. Ela se caracteriza essencialmente pelo desenvolvimento do individualismo, pela desinstitucionalização da família, pelo deslocamento progressivo dos sistemas sociais sob o impulso dos modelos econômicos neoliberais, por um relativo desengajamento em face da política, pelo sentimento de aceleração do tempo e pela mobilidade social (LYOTARD, 2009), e poderíamos acrescentar, porque não, o desenvolvimento do aparatos digitais para fins não só trabalhistas, mas como ferramenta a ser explorada em todos os poros da sociedade. Criando, Conforme Shoshana Zuboff (2021), um credo da inovação digital, que

logo se transformou na linguagem da disrupção e numa obsessão com a rapidez, suas campanhas conduzidas sob a bandeira da “destruição criativa”. Esta famosa e fatídica expressão cunhada pelo economista evolucionário Joseph Schumpeter foi apropriada como forma de legitimar o que o Vale do Silício denomina, de maneira eufemística, de “inovação sem permissão”. A retórica de destruição promoveu aquilo que

²⁴ Para Gilles Lipovetsky (2015, p. 11-12) é “uma maneira de dizer a inflexão histórica dos objetivos e modalidades da socialização, colocados hoje sob a égide de dispositivos abertos e plurais; maneira de dizer que o individualismo hedonista e personalizado se tornou legítimo e já não depara com oposição; maneira de dizer que a era da revolução, do escândalo, da esperança futurista, inseparável do modernismo, terminou. A sociedade pós-moderna é a sociedade em que reina a indiferença de massa, em que domina o sentimento de saciedade e de estagnação, em que a autonomia privada é óbvia, em que o novo é acolhido do mesmo modo que o antigo, em que a inovação se banalizou, em que o futuro deixou de ser assimilado a um progresso inelutável. A sociedade moderna era conquistadora, crente no futuro, na ciência e na técnica; instituiu-se em ruptura com as hierarquias de sangue e a soberania sacralizada, com as tradições e os particularismos em nome do universal, da razão, da revolução. Esse tempo desfaz-se diante dos nossos olhos; é em parte contra tais princípios futuristas que as nossas sociedades se estabelecem, nessa medida pós-moderna, ávidas de identidade, de diferença, de descontração, de realização pessoal imediata; a confiança e a fé no futuro dissolvem-se, nos amanhãs radiosos da revolução e do progresso já ninguém acredita, doravante o que se quer é viver já, aqui e agora, ser-se jovem em vez de forjar o homem novo. Sociedade Pós-moderna significa, neste sentido, retração do tempo social e individual precisamente quando se impõe cada vez mais a necessidade de prever e organizar o tempo coletivo, exaustão do impulso modernista dirigido para o futuro, desencanto e monotonia do que é novo, esgotamento de uma sociedade que conseguiu neutralizar na apatia aquilo que a fundamenta: a mudança. Os grandes eixos modernos, a revolução, as disciplinas, o laicismo, a vanguarda, foram desafetados à força de personalização hedonista o otimismo tecnológico e científico desmoronou-se, enquanto as inúmeras descobertas eram acompanhadas pelo envelhecimento dos blocos, pela degradação do meio ambiente, pelo apagamento progressivo dos indivíduos já nenhuma ideologia política é capaz de inflamar as multidões, a sociedade pós-moderna já não tem ídolos nem tabus, já não possui qualquer imagem gloriosa de si própria ou projeto histórico mobilizador; doravante o vazio que nos governa, um vazio sem trágico nem apocalipse”.

chamo de “homens e seus brinquedos”, uma teoria da história que vê a mão vencedora no capitalismo como se saísse a arrebentar as coisas com novas tecnologias. A análise de Schumpeter era, na verdade, muito mais cheia de nuances e complexa do que a moderna retórica da destruição sugere (p. 70).

A socióloga australiana Judy Wajcman (2015) aposta na noção de que é preciso apresentar as novas tecnologias como uma prática sociomaterial, fruto de grandes decisões concretas tomadas por conglomerados multinacionais em tempos e espaços concretos, corroborando com a ideia de que a aceleração do tempo é também, fruto das práticas temporais, sendo também sociomateriais. Doravante, a organização social do tempo depende então, de questões que correlacionam o indivíduo, a classe e o gênero. Assim, as práticas tecnológicas e temporais afetam a vida de trabalhadoras e trabalhadores. Wajcman, apresenta como exemplo dessa sociomaterialidade do tempo, a forma como são elaborados os calendários digitais no Vale do Silício, sendo parte de uma racionalidade ampla de “gestão eficiente do tempo”, procurando otimizar a “produtividade” e “minimizar o desperdício de tempo”.

1.3 – Neoliberalismo e a produção do novo indivíduo

Em uma sociedade em mutação, e flutuante como a neoliberal, focada nas novas tecnologias e na produção do tempo de trabalho, mas também do tempo social como um todo, evoca consigo também o espectro, sempre possível, de um descenso social, fazendo com que ninguém mais esteja seguro de poder manter duravelmente sua posição atual. Cada um encontra-se, assim, conduzido a travar uma verdadeira batalha para tentar encontrar, e depois conservar, o seu lugar no espaço das posições sociais (GAULEJAC, 2004). Este é o fenômeno em que

a globalização, enquanto monopólio planetário do capital financeiro e hegemonia das políticas sociais neoliberais, vem produzido em larga escala e de forma ilimitada, a escassez e a

fragmentação (...) Com relação à fragmentação, destacamos a perda dos laços sociais e a luta por lugares (CASTRO, 2020, p. 289).

Enfim, o indivíduo, no sentido mais amplo do termo, está, sem dúvida, nos dias atuais, mais indeciso na sua relação com os outros e consigo próprio. O “sujeito pós-moderno” deve, de agora em diante, conquistar sua identidade num contexto culturalmente instável e no qual sua existência não é mais pré-definida por aquilo que o precedeu (EAGLETON, 1998). Em resumo, a passagem da modernidade para “a condição pós-moderna” tem por consequência um certo número de desregulações identitárias e sociais que geram um sentimento de profundo abalo nos indivíduos contemporâneos (LYOTARD, 2009). Enquanto reinam o individualismo e a necessidade de se adaptar incessantemente à corrida da mudança e da aceleração do tempo, a identidade, na perda de referências estáveis, se produz de forma vacilante, num contexto em que a massificação dos modos de vida se articula paradoxalmente com a busca disparatada de uma singularidade, por vezes, pateticamente reivindicada:

Muitos sinais apontam no sentido de que tendemos para um tipo de sociedade, agregado de indivíduos atomizados, isto é, não sociedade, na qual cada indivíduo é para si mesmo a sua principal preocupação: culto de si, de seu corpo, preocupação com sua própria imagem, indiferença com o destino do outro, modo de vida e de habitat, lazeres etc. (LAINÉ, 1998, p. 58. Tradução minha).

Nesse contexto, a busca consumista de uma felicidade e de um sucesso quase imediato, veiculado em parte por intermédio de mitos coletivos nutridos por certas mídias sociais, se opõe à incerteza que faz nascer, hoje, a realidade dos fenômenos de precarização e de sofrimento no trabalho. Como Dejours (2000, p. 26) mostrou muito bem que

desde 1980, não foi somente a taxa de desemprego que mudou, seria toda uma sociedade que teria se transformado

qualitativamente, ao ponto de não se ter mais as mesmas reações que antes. Para ser mais preciso, nós vivemos, essencialmente, sob essa fórmula, uma evolução das reações sociais ao sofrimento, à infelicidade e à injustiça. Evolução que se caracterizaria pela atenuação das reações de indignação, de cólera e de mobilização coletiva em favor da solidariedade e da justiça, enquanto que se desenvolveriam reações de retraimento, de hesitação e de perplexidade, até mesmo de franca indiferença, bem como de tolerância coletiva à inércia e resignação face à injustiça e ao sofrimento do outro (Tradução minha).

Além disso, a instabilidade do trabalho assalariado, a fragilidade da mobilização coletiva, a ameaça permanente de demissão, a impossibilidade de expressar e de elaborar seu próprio sofrimento no trabalho “constituem obstáculos maiores ao reconhecimento do sofrimento daqueles que caem no desemprego” (Ibidem, p. 59). Tudo parece se passar como se a intolerância à sua própria reação emocional face ao sofrimento no trabalho engendrasse uma reação defensiva de indiferença destinada a proteger o sujeito da angústia ligada à sua própria situação de precariedade potencial (ILLOUZ, 2011). O aumento das cadências, a eterna busca pela melhor performance, conjugam-se, no atual momento, com a preocupação da excelência e a imperativa obrigação de uma singularidade paradoxalmente imposta e reivindicada (LIPOVETSKY, 2005). Então, certos indivíduos contemporâneos vivem àquilo que Ehrenberg (1998) denomina de “o cansaço de ser si”, ou ainda, à construção de um dramático “falso *self*” destinado a aliviar esta cultura maciça de falsa máscara.

A dimensão existencial do trabalho pode, dessa forma, ser uma atribuição singular de sentido que damos às nossas atividades e relações com nosso trabalho. Esse sentido, então, é certamente o resultado da elaboração entre: *agir*, *sentir* e *significar* (DUJARIER, 2015). Esses pressupostos nos indicam que o mal-estar e sofrimento no trabalho é fruto da falta de uma das duas dimensões, bem como de um descompasso no processo de significação das vivências do trabalho real (DEJOURS, 2012).

A lógica da produção se submete cada vez mais à economia financeira. O desempenho e produtividade tendem a ser medidos no curto prazo, sobretudo em contextos nos quais as exigências de rentabilidade financeira estão a serviço

dos interesses de acionistas (GAULEJAC, 2005). Enfim, os enlaces entre subjetividade, identidade e trabalho passaram nos últimos 30 anos por metamorfoses incontornáveis. A atividade passa a ser cada vez mais mediada pela tecnologia e por sistemas de prescrições (GAULEJAC, 1996). Exige-se do trabalhador que seja flexível, reativo, que tenha paixão pelo risco (GAULEJAC, 1991); espera-se que o trabalhador produza cada vez mais, com cada vez menos recursos e no menor tempo (GAULEJAC, 2007).

Gaulejac (2011), nesse sentido, demonstra que historicamente as condições físicas de trabalho melhoraram de forma considerável (como era a promessa dos arautos das novas tecnologias no mundo trabalho). Entretanto, alerta o autor, as condições subjetivas de trabalho parecem se deteriorar cada vez mais. A escalada dos índices e incidências do esgotamento profissional (*Burnout*), das depressões nervosas, da insegurança, das ansiedades paranoides, da hiperatividade laboral, do estresse, do cansaço de si (EHRENBERG, 1998) e, inclusive, do suicídio ligado ao trabalho.

A ideologia por trás é sem dúvida a do empreendedorismo (DARDOT e LAVAL, 2016) que induz à exacerbação do crescimento econômico através dos próprios esforços individuais, da luta consigo mesmo, tendo o estresse, a agressividade e a rivalidade, como impulsionadora das gerências neoliberais (GAULEJAC, 2011) individualizando toda sorte de sofrimento (HAN, 2018b). Um conflito que outrora era vivido como um conflito coletivo, fruto de um pertencimento de classe, nesse cenário tende a ser apreendido como um problema individual (GAULEJAC, 2004).

Essa “racionalidade empreendedora” (DARDOT e LAVAL, 2016) que é uma concepção do mundo segundo o qual o empreendedor é a fonte de todas as ideias, invenções e riquezas, se instalou na subjetividade dos trabalhadores sobretudo após a proliferação das novas tecnologias no mundo do trabalho. E aparece corriqueiramente nas gramáticas sociais das vivências cotidianas. O léxico cotidiano agora está cheio de termos que eram específicos do mundo empresarial e do mercado, como se a linguagem que se fala agora tivesse o efeito de “naturalizar” as relações sociais internas da empresa (DARDOT e LAVAL, 2016). Essa seria então aquilo que Dardot e Laval denominaram de “A

Nova Razão do Mundo” (ibidem), uma “subjetivação neoliberal” que assola todos os poros sociais.

Em resumo, o desmantelamento da sociedade assalariada, de agora em diante, coloca certas categorias sociológicas em confronto com uma vulnerabilidade estrutural que impõe um acompanhamento social destinado a atenuar as dificuldades de autossuficiência desses públicos.

1.4 – “A economia do compartilhamento”: gestora da precarização subjetiva

A economia do compartilhamento emergiu e tornou-se expressiva no contexto da “revolução digital”, crise econômica mundial e desemprego, sendo uma alternativa de renda e sobrevivência imediata dos trabalhadores, enquanto os consumidores enxergam vantagens econômicas na sobreposição do “usar” em detrimento do “ter”, afinal, por qual razão comprar um carro — que pressupõe saber dirigir, possuir habilitação, gastos com manutenção e combustível, seguros, etc. — se podemos pedir um carro com poucos toques no celular, por um preço baixo? Emergem questionamentos se é economicamente viável possuir um automóvel quando se compara às vantagens dos aplicativos que intermediam serviços de transporte, como a Uber (SLEE, 2017):

A questão que se coloca sobre se a tecnologia é ou não neutra, é agora fácil de ser respondida dentro deste limitado quadro de referência. Considere a tecnologia de produção (responsável pelas transformações materiais). Ela é claramente não neutra num certo sentido, uma vez que foi escolhida ou projetada pelo capital tendo em vista os interesses da valorização [...] O importante é projetar sistemas de informação e de disciplina e a forma pela qual o trabalhador é colocado em relação com a maquinaria, que tenham em mira alcançar outros objetivos (diferentes definições do posto de trabalho, diferentes divisões e rotações de tarefa, diferentes sistemas de poder/política na direção, em vez da valorização) (Brigton Labour Process Group, 1991, p. 28).

Os autores de “Platform Economics: rethoric and reality in the sharing economy” (2018), Cristiano Codagnone, Athina Karatzogianni e Jacob Mathews identificaram três grandes narrativas sobre a economia de plataforma, a saber: A utopia social, o otimismo em relação aos negócios e o pessimismo social. Trata-se de aspectos discursivos e retóricos através da produção ideológica dos atores da economia do compartilhamento – discursos a partir do neoliberalismo, do comum e do cooperativismo de plataforma. Estas narrativas estão associadas a aspectos teleológicos: Grande transformação (utopia social), globalização orientada para o crescimento (otimismo em relação aos negócios e o *laissez faire* econômico) e barbárie ou uberização (pessimismo social).

A “utopia social” da economia de plataforma (CODAGNONE, KARATZOGIANNI e MATHEWS, 2018) é uma visão de mudança inteiramente liderada pela comunidade, pela qual a reinserção social da economia é alcançada inteiramente por causa de mudanças no comportamento e na cultura. Sendo uma forma e estilo de vida, novas práticas individuais em prol de mudanças econômicas; gestão planejada da vida para o desenvolvimento das estruturas sociais. No segundo item exposto pelos autores, o “otimismo em relação aos negócios”, os indivíduos e as empresas inovadoras são capacitados de maneira mais competitiva e individualista e, então, as forças de mercado são deixadas descontroladas. Ou seja, a individualização não se dá na direção de mover a economia em favor do bem comum, mas sim para o próprio deleite. Por fim, o “pessimismo social”, um discurso formado sociologicamente, vê as empresas e o trabalho como sendo “desintermediados”, descentralizados e desconstruídos em elementos menores, a serem novamente mediados por meio de controle “panóptico” ativado algorítmicamente. É o mundo do “assalariado algorítmico” (CODAGNONE, KARATZOGIANNI e MATHEWS, 2018), aquele que vive do seu trabalho e para ele, com cargas horárias extenuantes.

Em suma, é o processo que se convencionou chamar de “uberização”. A uberização é, portanto, um dos meios pelos quais a racionalidade neoliberal (DARDOT e LAVAL, 2016) se estende, e agora afeta, as frações jovens das classes trabalhadoras que nunca conheceram uma condição salarial relativamente protegida por leis trabalhistas e sindicatos. O que é absolutamente notável do ponto de vista histórico é a combinação entre a “ideologia

empreendedora” e os dispositivos digitais, que permitiu a concretização do neoliberalismo e sua sistematização social (ibidem). Sendo assim, a “racionalidade empreendedora” é sempre a organizadora das práticas sociais.

Ao uberizar busca-se diminuir a distância entre os agentes principais da oferta e da demanda – quem produz e quem consome –, eliminando, portanto, antigos intermediários, sejam pessoas, empresas, ou espaços físicos, os quais retêm uma parcela do valor produzido no decorrer do processo de produção e realização da mercadoria. Portanto, a extensa rede de intermediários que se impôs até o momento é completamente modificada e substituída por um aplicativo que pretende eliminar todos os intermediários já estabelecidos e se tornar o único capaz de reunir instantaneamente os interesses difusos do trabalhador e do consumidor, desde a criação e produção da mercadoria até o seu consumo.

Na esteira da tese da “destruição criativa” do economista austríaco Shumpeter, nos anos de 1980 economistas liberais defendiam que a Revolução Digital traria consigo a redução dos custos de produção, o estímulo ao aumento da demanda dos consumidores e de novos mercados, assim como daria cada vez mais oportunidades para as pessoas trabalharem, mediante salários mais altos, em funções ainda inexistentes, mormente nos setores de tecnologia (...). A multiplicação das oportunidades e dos altos salários, entretanto, não se efetivou, pois atualmente a evolução das tecnologias torna possível a criação de modelos de negócios escaláveis e repetíveis, cujo aumento de receita não é acompanhado de expansão proporcional de custos com infraestrutura e pessoal (...). Esse é o caso das *startups*, isto é, organizações que se utilizam de inovações tecnológicas e automação para escalar suas receitas, rentabilidade e multiplicar seu valor de mercado, sem que haja aumento proporcional de custos. (BRAZ, 2021, p. 72-73).

Ou seja, o movimento de “compartilhamento” surgiu como uma forma de “utopia social” (CODAGNONE, KARATZOGIANNI e MATHEWS, 2018) a partir de uma narrativa mais ampla acerca da sabedoria, do que Antônio Negri (2003) denominou de “multidão”, e a criatividade do que Dardot e Laval denominaram de “comum”. Muito embora, tanto “multidão” como “comum”, no contexto da economia do compartilhamento estejam em conformidade com a ordem

estabelecida do que os conceitos radicais de transformação social propostos pelos autores.

Ao seguir uma guinada mais “comercial”, o desenvolvimento de plataformas de “compartilhamento” caiu no desencanto abarcando várias críticas. A saber: as tensões urbanas relacionadas às externalidades negativas causadas por serviços de transporte (as lutas jurídicas entre taxistas regularizados e os motoristas de aplicativos, em grande parte sem regulamentação, com certeza é uma das tensões que mais assolou as disputas em torno “compartilhamento”) e também de hospedagem. Somando-se ainda a tensão que existe de as plataformas de “compartilhamento” operarem em áreas onde não são legais nem ilegais, mas que quase sempre violam as leis locais, levantando preocupações adversas em relação à proteção dos consumidores e aos direitos dos trabalhadores “independentes” ou “sob demanda” (CODAGNONE, KARATZOGIANNI e MATHEWS, 2018).

Contrariamente ao que acreditava os arautos da economia do compartilhamento, após a virada do século XXI a intensificação da automação gerou novos empregos, mas que não foram superiores aos postos extintos (que se tornaram obsoletos), isto é, a perda de empregos globalmente ainda foi maior que a criação de empregos (PETERS, 2017). Antunes (2018) ainda acrescenta que esta mesma bibliografia apologética, que vislumbrou um novo mundo criativo no trabalho a partir dos avanços tecnológicos digitais, desde o advento dos smartphones, iPads, iPhones, algoritmos, inteligência artificial, big data, internet das coisas, 5G, impressão 3D, etc., nada disso livrou o trabalho do sofrimento diário, o que estamos presenciando é o seu exato inverso. Afirmo ainda que todo tipo de trabalho que se desenvolve de forma gigantesca na Amazon, Uber, Airb&b, Cabify, 99, Lyft, Ifood, Rappi, Google²⁵, dentre tantas

²⁵ Para a cientista social Shoshana Zuboff o Google é a ferramenta tecnológica que serviu e serve de modelo para todas as outras ferramentas com ingerências no mundo do trabalho, pois é voltada com todas as suas armas para a extração de dados pessoais para a obtenção de lucro, sendo a grande marca do novo capitalismo. Nas palavras da pesquisadora: “O Google é para o capitalismo de vigilância o que a Ford Motor Company e a General Motors foram para o capitalismo gerencial com base na produção em massa. Novas lógicas econômicas e seus modelos comerciais são descobertos por certos indivíduos em determinado tempo e lugar e então aperfeiçoados por meio de tentativa e erro. Na nossa era, o Google tornou-se o pioneiro, descobridor, desenvolvedor, experimentador, principal praticante, exemplo e centro de difusão do *capitalismo de vigilância*. O icônico status da GM e da Ford como pioneiras do capitalismo do século XX as transformou em contínuos objetos de pesquisa acadêmica e fascínio público porque

plataformas digitais e aplicativos que se expandem pelo mundo, é aquele que vem sendo denominado de modo mais genérico como trabalho uberizado.

Ainda que ele se apresente de modo relativamente diferenciado nos distintos países e atividades em que se insere, sua designação como *trabalho uberizado*, aponta Antunes (2020), esparramou-se pelo mundo, universalizou-se. Fenômeno semelhante ao que ocorreu anos atrás com *walmartização do trabalho*, ou também a *mcdonaldização do trabalho*, dada a dimensão emblemática destas empresas globais e suas formas intensificadas de exploração do trabalho. A designação “uberização do trabalho” consolidou-se, então mais pela sua generalização (sem menosprezar as suas características).

Esse processo de uberização faz parte do processo de racionalização neoliberal (DARDOT e LAVAL, 2016) que se torna evidente diante das estratégias das empresas uberizadas de promover a ideia de que o trabalhador que contrata os serviços dos aplicativos se torna um empreendedor de sua própria força de trabalho e de suas propriedades, haja vista a propaganda de que o trabalhador tem a liberdade de escolher a jornada de trabalho, horário, descanso, local, como se a pessoa que trabalha tivesse amplas e diversificadas alternativas para escolher como o senhor do próprio destino. A consequência imediata – já experimentada – seria o esvaziamento do direito do trabalho, a intensificação da insegurança características do processo de precarização do trabalho e a resignificação da relação do trabalhador com o produto de seu trabalho. Em suma, nada mais clarividente em classificar esses motoristas de aplicativos dentro do precariado apartado de todos os direitos trabalhistas, pois, como sugere Standing (2014), eles

Podem ser identificados por uma estrutura característica da renda social, que confere uma vulnerabilidade que vai bem além da que seria transmitida pela renda financeira recebida em um momento específico. Por exemplo, num período de rápida comercialização da economia de um país em desenvolvimento, os novos grupos, muitos a caminho do precariado, acham que perdem os benefícios tradicionais da comunidade e não obtêm

as lições que tinham a ensinar ressoavam muito além de cada empresa. As práticas do Google merecem o mesmo tipo de exame, não meramente como crítica a uma companhia singular, mas como ponto de partida para a codificação de uma poderosa nova forma de capitalismo” (2021, p. 84).

benefícios corporativos ou do Estado. Eles são mais vulneráveis do que muitos grupos com rendas mais baixas que mantêm formas tradicionais de apoio da comunidade e são mais vulneráveis do que empregados assalariados que têm rendimentos financeiros similares, mas têm acesso a um conjunto de benefícios da empresa e do Estado. Uma característica do precariado não é o nível de salários em dinheiro ou de rendas auferidas em qualquer momento específico, mas a falta de apoio da comunidade em momentos de necessidade, a falta de benefícios assegurados da empresa ou do Estado e a falta de benefícios privados para complementar ganhos em dinheiro (p. 30).

O aparato tecnológico do Uber se mostra como uma base da tecnologia social que contribuiu para desenvolver e gerar negócios que lhe são concorrentes. Ele se desenvolve a partir da cooperação e conectividade entre empresas de tecnologias e bens móveis usados, por meio de plataformas tecnológicas (*e-commerce*) dado em um espaço virtual programado para atender diferentes demandas na oferta de serviço de transporte privado, e que aparentemente vem modificando todo o contexto *mobile* das pessoas, em diversas cidades. Esse é o discurso geral por trás de todas as plataformas. Todavia, alerta Antunes (2020) seus principais traços se encontram na individualização, invisibilização, na prática de jornadas extenuantes, tudo isso sob impulsão e comando dos “algoritmos” que são programados para rigorosamente controlar e intensificar os tempos, ritmos e movimentos da força de trabalho.

Estamos assistindo então um novo espírito do capitalismo (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009), cuja característica histórica é explodir a forma salarial da relação entre capital e trabalho, privilegiando a missão, a operação, a corrida, ou seja, microtarefas pagas por unidade e pelas quais a plataforma cobra uma comissão. É, conforme Dardot e Laval (2016), o novo mundo dos trabalhadores sem segurança, transformados em “autoempreendedores” superexplorados, e tendo como compensação apenas a liberdade ilusória de trabalhar à vontade.

Esta transformação, então não ocorre sem que se perceba o surgimento de impactos sociais, visto não somente na transformação dos mercados, mas que vão desde a geração de conflitos sociais nas categorias de

transportes, na formação de grandes bancos de dados de trânsito ao surgimento de uma nova onda de mobilidade urbana, na indução de preços.

Observa-se, assim que o modelo de inovação proposto pelo Uber tem potencialidades disruptivas, que reflete, a lógica socioeconômica de muitas outras inovações deste calibre que só são possíveis graças ao estágio de progresso tecnológico o qual a humanidade está exposta. Entretanto, ao observar os dados tratados por Schwab (2019) entendemos como as tecnologias não são apenas mecanismos materiais e que no habitual “tecnologia e sociedade se moldam uma à outra” (*ibidem*, 2019, p.68), no entanto, conforme diz o autor, definir a relação existente entre tecnologias e valores, ou, ainda, tecnologias e impactos, é algo denso tendo em vista que “estes são abstratos e intangíveis, e diferem entre indivíduos e sociedades” (*ibidem*, 2019, p.67). O autor reforça a ideia aqui tratada que há diferenças sobre as vantagens do uso de tecnologias para as diferentes pessoas e as mais diversas comunidades. Elas são acentuadas sim mediante ocorrem avanços nas difusões dos sistemas tecnológicos relativos às revoluções industriais, formando disparidades globais, mas também deve ser igualmente associada às privações que condicionam a liberdade dos indivíduos e sua ação social. Pois, como bem observou Wajcman (2015), vivemos em uma cultura que valoriza a produtividade, os negócios, e que desvaloriza o lazer e o desperdício de tempo. Dessa forma, observa a autora, o fator digital que vem transformando e criando novos negócios é, como imaginamos, uma prática de sobrevivência, não somente porque há a necessidade do lado da oferta, mas porque essa também tenta se adaptar as escolhas dos grupos e indivíduos afetados por contextos sociais diversos.

Todavia, Ricardo Antunes (2018) nos lembra que são os países das periferias que servem primeiro como laboratórios dessas novas tecnologias, sendo espaços de experimentação das plataformas digitais globais. O assalariamento na América Latina, e em particular no Brasil, desde sempre conviveu com altas doses de precarização, informalidade e posteriormente a burla da legislação protetora do trabalho, sendo, portanto, traços marcantes do capitalismo nessa região do globo (SOUZA, 2018). No Brasil Colonial e posteriormente no seu processo de industrialização, observa-se que o trabalho dos negros foi excluído, estampando o racismo estrutural e visceral que deu

acolhida aos imigrantes europeus para formarem o primeiro núcleo operário no país. Em grande parte da América Latina, processo similar ocorreu com as comunidades indígenas (SOUZA, 2021).

Em consequências desses processos históricos podemos dizer, a partir de Ruy Braga (2017), que não resta dúvida de que a taxa de exploração por meio, sobretudo, das novas tecnologias, se particulariza no chamado Sul Global, com a prática sistemática das burlas, flexibilizações, desregulamentações, precarizações, informalidades etc., sendo grandes polos de atração dos capitais, espaços marcados pela presença de uma monumental “força sobrança de trabalho” que se constitui em elemento fundamental para *uso e exploração* das grandes corporações.

Dessa forma, dada essa característica desigual e combinada da divisão internacional do trabalho (BRAGA, 2017), no Brasil a superexploração acaba se constituindo em espaço prioritário para as experimentações das empresas uberizadas, que se utilizam e se expandem através da existência destas “facilidades”. O Sul global, segundo Braga (2017), tem sido um excepcional laboratório para a experimentação das grandes corporações globais.

Segundo Antunes (2020), existe outra consequência nefasta dessa divisão internacional do trabalho entre Norte e Sul, entre centro e periferia: por causa da chamada indústria “limpa”, de que a Indústria 4.0²⁶ é exemplo, se concentrar mais no espaço do Norte, enquanto a indústria “suja”, que polui e destrói com mais facilidade, avançar nos espaços do Sul, causando uma precarização seletiva dos espaços produtivos. Enfatizando que estas formas de exploração do trabalho do Sul cada vez mais estão presentes no Norte, isso por causa da presença da força de trabalho imigrante (BRAGA, 2017). Dado que

²⁶ É a integração de diferentes tecnologias como inteligência artificial, robótica, internet das coisas e computação em nuvem com o objetivo de promover a digitalização das atividades industriais com o discurso de melhorar os processos e aumentar a produtividade (SCHWAB, 2016). Para Antunes (2020), a chamada indústria 4.0 visa utilizar mais profundamente as novas tecnologias de informação e comunicação, intensificando sua implantação nos processos produtivos de modo a torná-los ainda mais automatizados em toda a cadeia produtiva geradora de valor, ou onde isso for possível e economicamente rentável para as corporações globais. Ampliando o maquinário informacional-digital, que passará a comandar todo processo produtivo, com a consequente redução quantitativa dos postos de trabalho. Novas máquinas robotizadas, agora sob impulsão algorítmica, expulsarão enormes contingente de trabalho (ANTUNES, 2018).

estamos em plena hegemonia do capital financeiro (ARRIGHI, 2008), com sua pragmática neoliberal e sob a impulsão da reestruturação produtiva permanente do capital, as “vantagens” que o Sul oferece ao Norte o levará a padecimentos ainda maiores, enquanto não conseguir romper com esse círculo vicioso (ANTUNES, 2020). Sendo então uma tremenda retórica a ideia de um mundo que permita a migração do trabalho digital sem fronteiras, com uma meritocracia mundial *on-line*, tão presente no mercado de trabalho digital e em textos de economistas da ordem (CODAGNONE, KARATZOGIANNI e MATHEWS, 2018).

Todavia, o *ethos* do Vale do Silício, como bem define Judy Wajcman (2015), embora seja uma perspectiva das tecnologias dominantes no Norte, se impõe as periferias de forma desigual, já que o tipo de trabalho predominante no Sul Global é quase sempre mais precarizado e não tem a estrutura de um Vale do Silício, pelo contrário, as tecnologias são colocadas no ambiente da rua, seja como motoristas de aplicativos de viagens ou de serviços delivery, etc. A lógica desse *ethos* envolve, por um lado, a ideia de que a coisa mais importante na vida é trabalhar e trabalhar duro, e isso é realmente uma crença incrível no progresso tecnológico; por outro lado, a descarga de energia é gasta na automação em vez de pensar na qualidade do trabalho ou de empregar pessoas.

Assim, como alertam os pesquisadores Codagnone, Karatzogianni e Mathews (2018), a alegada contribuição da economia digital de trazer de volta ao trabalho os excluídos, os desempregados e os subempregados, não passa de construção falaciosa não na sua forma, pois em alguns casos há uma inserção dessa população nas ocupações traçadas pela economia do compartilhamento, porém em seu conteúdo de flexibilidade, autonomia e criatividade, não se passa nem de longe nessa esfera. Assim, conclui os autores, o que existe é quase sempre a produção ideológica e otimista de que os avanços tecnológicos e a organização alternativa do trabalho digital baseada em modelos inovadores de produção podem “transformar” o capitalismo como modelo rumo à melhoria da comunidade e a uma sociedade mais justa.

1.5 – Operacionalidade dos aplicativos de viagem

Tomaremos a UBER como tipo ideal dos aplicativos de viagens, por ser a marca mais difundida no meio social, porém já existe no Brasil um leque de aplicativos de viagens.

A empresa foi criada por Garrett Camp e Travis Kalanick, primeiramente com característica de uma tecnologia social, voltada não ao lucro, mas sim o atendimento personalizado para as pessoas que quisessem aderir à novidade. Eram grupos que se revezavam no atendimento entre si quando os seus membros não podiam dirigir ou não possuísem veículo próprio, era uma espécie de “carona amiga” com um percentual simbólico no pagamento da viagem, somente para a manutenção do sistema interligado de motoristas e passageiros. Era uma forma de organização focada no chamado *e-hailing*, termo de origem inglesa que significa o ato de solicitar transporte privado por meio de um aparelho tecnológico de comunicação, como celulares (KERR, 2015).

Porém, é muito evidente que esse complexo tecno-digital-informacional, desenvolvido muitas das vezes no interior das garagens dos seus criadores, não adentrassem no jogo da geração de lucro e se tornassem corporações globais, é a lógica do capitalismo, que não tem como finalidade atender às necessidades sociais. O que é muito próprio do “capitalismo de vigilância”, como bem caracteriza a cientista social Shoshana Zuboff (2021, p. 72-73):

Essa nova forma de mercado é uma lógica de acumulação única na qual a vigilância é um mecanismo fundacional na transformação de investimento em lucro. Sua rápida ascensão, a elaboração institucional e a significativa expansão desafiavam a promessa incerta de inversão e seus valores orientados para a proteção. De forma mais geral, a ascensão do capitalismo de vigilância traía as esperanças e expectativas de muitos “netizens” [cidadãos da net] que louvaram a promessa emancipatória do meio conectado em rede. O capitalismo de vigilância recrutava as maravilhas do mundo digital para atender às nossas necessidades referentes a levar uma vida efetiva, prometendo a mágica de informação ilimitada e milhares de maneiras de antecipar nossas necessidades e facilitar as

complexidades das nossas perturbadas vidas. Nós o recebemos de braços abertos (...). Sob esse novo regime, o momento preciso em que nossas necessidades são atendidas também é o momento preciso em que a nossa vida é saqueada em busca de dados comportamentais, e tudo isso para o lucro alheio. O resultado é um perverso amálgama de empoderamento inextricavelmente sobreposto ao enfraquecimento.

Em outras palavras, a Uber seguiu os passos dessa nova forma de mercado, passando muito longe de qualquer tentativa de melhorar o empobrecimento da sociedade. Não havendo nenhuma preocupação que possa ter como intuito melhorar substantivamente as condições de vida e trabalho de centenas de milhões de trabalhadores/as que rodam pelo mundo em busca de qualquer labor (ANTUNES, 2020).

Isso passa a ser evidente a partir de 2009 quando a empresa muda sua forma de organização voltada a atender os interesses dos seus grupos mais próximos e expande seu projeto de forma a capitalizar as corridas nos moldes da geração de lucro para os seus criadores (DE STEFANO, 2016). Mantiveram os três os polos essenciais da engrenagem: os passageiros, o motorista “parceiro” e o aplicativo (plataforma digital fornecida pela empresa, que conecta os motoristas aos passageiros) (Uber, 2016a). Os motoristas não são apenas compartilhadores de veículos com outras pessoas, mas sim, trabalhadores de uma nova categoria, os chamados motoristas por aplicativo, que utilizam da plataforma digital da empresa Uber como fonte de renda (primária ou não).

A Uber se encaixa no que se convencionou chamar de “trabalho *on-demand*” (DE STEFANO, 2016), que por meio de aplicativos se relaciona com a execução de atividades laborais tradicionais, como transporte e limpeza, além de tarefas administrativas e de escritório. Os serviços são oferecidos por meio de aplicativo, que estabelece e garante um padrão de qualidade mínimo na realização do trabalho, bem como seleciona e gerencia a mão de obra. As principais características desse sistema são: monitoramento eletrônico, aumento de preço e programação de trabalho, a fusão da análise em tempo real com a análise prévia e a avaliação dos motoristas.

Para ser um motorista parceiro da Uber são necessários, a princípio, apenas o documento pessoal, a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com a observação “exerce atividade remunerada”, e documentos do veículo, que devem seguir diretrizes da empresa (Uber, 2016a). O motorista da empresa Uber não possui exclusividade com a empresa, podendo se dedicar a outras ocupações e trabalhar com outras plataformas. Além disso, existe a possibilidade de o motorista trabalhar quantos dias e horas desejar, sem limite de jornada mínima ou máxima.

O valor da corrida é calculado e pago pelo passageiro diretamente à empresa por meio do aplicativo, sendo, após esse processo, repassado aos motoristas conforme sua categoria de atuação (UberX ou UberBlack, por exemplo) e a distância percorrida. As categorias possuem diferentes porcentagens, que são retidas pela empresa como forma de pagamento pela utilização dos serviços tecnológicos ofertados (Uber, 2016b).

No modelo de trabalho da Uber, a empresa concentra consigo os valores pagos pelos passageiros para depois repassá-los aos motoristas, restando, portanto, uma porcentagem para si. A onerosidade se configura dessa forma, tendo em consideração que o motorista não paga uma tarifa mensal fixa, por exemplo, para a utilização da plataforma para exercer seu trabalho; ao contrário, a empresa repassa os valores devidos aos motoristas conforme a quantidade de viagens realizadas, com base nas tarifas e porcentagens por ela definidas unilateralmente (KERR, 2015).

O sistema de taxa de cancelamentos funciona medindo o número de vezes que o motorista parceiro cancela uma viagem aceita por intermédio do aplicativo. Caso o motorista apresente uma alta taxa de cancelamentos, poderá ser desligado da empresa, sendo impedido de utilizar os serviços fornecidos pela plataforma Uber. O sistema de avaliação por estrelas é utilizado pela empresa como um controle do nível de qualidade dos serviços fornecidos pelos motoristas parceiros. Por meio de uma via de mão dupla, motorista e passageiro se avaliam com notas (estrelas) de 1 a 5, de acordo com a experiência que ambos tiveram no trajeto realizado. Para poder continuar utilizando a plataforma da Uber, o motorista precisa apresentar uma nota mínima estipulada pela empresa em cada cidade (KERR, 2015).

A subordinação (CASSAR, 2014), também conhecida por dependência hierárquica, trata da submissão da atividade laboral prestada pelo empregado em favor do empregador, cujo ofício deve sujeitar-se a regras, orientações e normas estabelecidas. A subordinação, no modelo de trabalho da Uber, pode gerar controvérsias. A subordinação clássica não é suficiente para abarcar as inovações que o trabalho propiciado pela tecnologia apresentada. Isso porque a Uber não determina horas de trabalho, mas possui um código de conduta para seus motoristas e exerce controle de qualidade por meio de uma política de avaliações por estrelas e taxa de cancelamentos, conforme previamente abordado. A mera existência de uma certa autonomia do trabalhador, como a definição da própria jornada de trabalho, poderia afastar a subordinação.

A autonomia existente no caso em questão, no entanto, não é plena, devido ao formato de atuação da empresa Uber, que define os valores cobrados pelas corridas realizadas, de modo unilateral e imposto. Dessa forma, convém analisar outras formas de subordinação, como a estrutural (CASSAR, 2014). A subordinação estrutural, também conhecida por subordinação integrativa, configura-se na situação de inserção do trabalhador na dinâmica do tomador de serviços, independentemente da existência de ordens diretas proferidas pelo empregador.

A nova figura que seria inserida no direito do trabalho para dar conta das peculiaridades da economia de compartilhamento é o 'trabalhador independente', sendo que suas características o posicionariam em uma situação intermediária entre o empregado e o contratado independente. A identificação ocorreria a partir dos seguintes elementos: não haveria dependência econômica de um único empregador, não existiria uma relação indeterminada com somente uma empresa e não renunciariam controle sobre as horas de trabalho ou a oportunidade de lucros ou perda (OITAVEN, 2018, p. 22).

No caso da empresa Uber, a empresa fornece uma plataforma sem a qual o trabalho não pode ser exercido. O trabalhador pode se utilizar de plataformas de outras empresas, subsumindo-se à estrutura organizacional de cada uma delas (KERR, 2015). Dessa forma, existe subordinação estrutural, podendo ainda ser entendida a subordinação no seu sentido clássico (CASSAR,

2014), caso se observe a existência de um código de conduta, além da possibilidade de “demissão” por meio de políticas de controle de qualidade da empresa e da definição unilateral dos valores a serem pagos pelos passageiros que utilizam dos serviços prestados.

A empresa Uber não exerce controle de jornada, podendo o motorista determinar sua própria jornada de trabalho, inclusive recusar a prestação de trabalho (Uber, 2016b). Ao permitir certa autonomia, a relação de trabalho entre os motoristas e a Uber poderia ser caracterizada como autônoma.

Apesar de presentes os requisitos essenciais, quais sejam, pessoa física, pessoalidade, subordinação, não eventualidade e onerosidade (KERR, 2015), a questão do risco da atividade afastaria a possibilidade de caracterização de relação de emprego entre a empresa Uber e motoristas parceiros. Os motoristas por aplicativo, desassistidos de uma definição concreta da natureza de sua atividade, parecem se situar nessa zona. Possuem características de trabalho autônomo, como os taxistas, assim como de relação de emprego e ainda de trabalho eventual, quando ausente o quesito da não eventualidade. A decisão acerca da existência ou não de vínculo de emprego dependerá do entendimento do julgador em cada caso concreto.

Com isso, acontece o que Antunes (2018) define como a resultante mais perversa que se encontra na metamorfose que acontece com o trabalho assalariado, convertendo-se em “prestador de serviços”, o que, dentre tantas outras graves consequências, acaba por lhe excluir da legislação social protetora do trabalho, na grande maioria dos países em que atua, como no caso brasileiro. Floresce uma forma mascarada de trabalho assalariado com a aparência de um “não trabalho”, que tem como exemplos os “empreendedores” e microempreendedores, todos corroídos pelo ideário mistificador do “trabalho sem patrão”.

A empresa Uber apresenta um modelo de trabalho peculiar, apresentando vantagens econômicas tanto para trabalhadores como para consumidores, que passaram a contar com um serviço de transportes dotado de facilidades não ofertadas pelos taxistas, mesmo em tempos de sofisticação tecnológica. Este modelo tem se expandido, sendo conhecido atualmente como

“uberização” econômica (SLEE, 2017). Pode-se dizer que esta nova forma de organização da atividade substitui o contrato de trabalho por um contrato comercial, de modo que o direito laboral não toca ou não deveria tocar esta nova relação, impedindo assim que vários dispositivos da legislação trabalhista a alcance (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009).

No Brasil, só para se ter uma ideia da capilaridade do sistema baseado nos aplicativos de viagens, temos atualmente 3,8 milhões de brasileiros que têm como principal fonte de renda o trabalho mediante aplicativos de mobilidade (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020), fazendo com que o fenômeno da *uberização* (ANTUNES, 2018) se coloque como incontornável em território nacional. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva (OLIVEIRA, 2020), as plataformas de entrega de produtos e mobilidade já possuem mais de 5,5 milhões de trabalhadores cadastrados.

A uberização apresenta como características a utilização de uma plataforma digital, que permite a conexão entre usuários e a consequente redução da distância entre o motorista e o consumidor, além da utilização de um sistema que permite o controle da qualidade dos serviços prestados. Apesar das vantagens oferecidas aos trabalhadores pela Uber, este modelo também pode culminar em precarização do trabalho e dos direitos destes trabalhadores. A empresa Uber obtém vantagens e se encontra num patamar mais elevado da relação, em decorrência do seu poder unilateral de decisão. O motorista, por sua vez, fica à mercê do sistema fornecido pela empresa, devendo seguir suas diretrizes para que possa continuar se utilizando da plataforma para trabalhar.

Os motoristas da Uber são tratados como “clientes”, “parceiros” ou “insumo de produção”, sem possuir qualquer direito assegurado. Prova disso é a política de desligamento unilateral da Uber, que possibilita “demissões” por não se manter o trabalhador dentro da qualidade esperada pela empresa.

Classificar os motoristas por aplicativo como simples empregados pode acabar por reduzir a potencialidade do mercado de trabalho em plena ascensão. Em uma situação de crises econômicas, com o aumento do desemprego em várias localidades, é de se questionar a inviabilização de novos formatos de trabalho e a consequente geração de oportunidades. A classificação dos

motoristas por aplicativo como empregados ou como outra espécie de trabalhador (por exemplo, autônomo) pode desencadear impactos não só na seara trabalhista como também em outras áreas relacionadas (por exemplo, tecnologia da informação), cuja medida deve ser realizada com cautela. A complexidade desta relação é tamanha (CASSAR, 2014), que a própria justiça do trabalho diverge sobre qual seria a natureza do modelo “UBER”, se corresponde a uma relação de emprego, logo, os motoristas possuiriam os típicos direitos da legislação laboral, ou se corresponde a uma prestação de serviço, marcada notadamente por uma relação comercial.

Esta forma de trabalho cresceu com as transformações ocorridas dentro das estruturas empresariais, a terceirização, também denominada de *outsourcing*, é uma das formas como a empresa encontrou para se eximir de muitas responsabilidades, como por exemplo as relativas aos acidentes de trabalho e às doenças profissionais (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009). Cabendo, por exemplo, aos motoristas, se responsabilizarem pelas contingências que são inerentes ao seu fazer laboral. Sua precarização, nesses termos, seria problema para ser tratado individualmente por cada “motorista parceiro”, e não por culpa direta da empresa.

1.6 – O motorista e a dignidade humana

Entre os fundamentos da República Federativa do Brasil encontra-se o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) que possui estrita relação com a qualidade inerente de cada ser humano de ser respeitado seja pelo Estado seja por outro indivíduo, também é compreendido por um complexo de direitos e deveres fundamentais que objetivam assegurar condições mínimas necessárias para uma vida saudável (SARLET, 2001).

Pode-se dizer que esta nova forma de organização da atividade substitui o contrato de trabalho por um contrato comercial, de modo que o direito laboral não toca ou não deveria tocar esta nova relação, impedindo assim que vários dispositivos da

legislação trabalhista a alcance (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p. 270).

O modelo Uber de atividade pode, para aqueles que entendem não estar configurado a existência de vínculo empregatício entre a empresa e o motorista, ser considerado como um exemplo de criação de trabalho precário, isso porque retira do trabalhador direitos básicos como salário mínimo, férias, descanso semanal remunerado dentre outros, o que afeta de maneira direta a sua dignidade, uma vez que a ele não será garantido o mínimo existencial.

A Organização Internacional do Trabalho, principal organismo internacional ligado à área do trabalho, procura disseminar o fato de que o trabalho não pode ser considerado como mercadoria, visando, com isso, dar um “norte” aos países integrantes e também traçar regras gerais para que não se precarize a mão de obra pelo mundo e que se adotem condições mínimas para prestação do trabalho, tudo com a finalidade de se preservar a dignidade do ser humano (BRITO FILHO, 2004).

Importa ressaltar o fato de que sem as condições mínimas de prestação de trabalho decente (Ibidem), o trabalhador estará inserido em uma relação de precarização, o que só torna mais grave a situação de retrocesso social e, por conseguinte, a referida prestação de serviços não atende a fundamentos da Constituição da República, tais como a dignidade da pessoa humana e também a melhoria da condição social deste.

Diante dos aspectos frágeis do sistema assediador, do medo do cancelamento do serviço, da dificuldade em atender a demanda, da necessidade de obtenção de ganhos para a sobrevivência e dos fatores de risco na realidade do trabalho, muitos trabalhadores desenvolvem estratégias de enfrentamento para lidar com o trabalho real, tendo em vista que o desgaste físico e psicológico são fatores relacionados ao sofrimento no trabalho, uma vez que este integra o trabalho porque o real se revela ao sujeito quando este se depara com incidentes ou com imprevistos (FARIVAR, 2018).

Para obter um quantitativo rentável, o trabalhador precisa trabalhar (“rodar”) num tempo maior, em termos de horas e dias da semana, o que afeta

seu descanso semanal. No geral, eles não gozam de pausas e descanso, trabalhando diuturnamente, em busca da corrida. O aplicativo estimula os motoristas a aceitarem todas as corridas e a permanecerem o maior tempo possível trabalhando. Trata-se de uma forma de manter o atendimento aos clientes o mais amplo possível. Contudo, a aceitação de uma corrida pelo motorista não indica necessariamente o trajeto que será percorrido, nem o valor estimado que será recebido. A rejeição de viagens não rentáveis coloca em risco a continuidade do motorista no aplicativo, uma vez que a empresa pode suspendê-lo ou excluí-lo.

Os trabalhadores devem estar disponíveis a todo momento. Essa mobilização, diferentemente do fordismo-taylorismo, visa dominar não o corpo dos trabalhadores, mas seus espíritos, cedendo à obediência mecânica em prol da busca por parte dos trabalhadores do atingimento dos objetivos traçados pela empresa, a partir da esfera de autonomia concedida, que implica que o trabalhador seja sempre transparente aos olhos do empregador, que a todo momento tem o poder de mensurar e avaliar seu funcionamento (OITAVEN, 2018, p. 33-34).

Assim, a resultante desta complexa combinação entre *avanço informacional* e expansão das plataformas digitais, em plena era de hegemonia do capital financeiro (ANTUNES, 2020), é resumida da seguinte forma: *labor* diário frequentemente superior a 8, 10, 12, 14 horas ou mais, especialmente nos países periféricos como o Brasil; baixíssima remuneração salarial, mesmo com o aumento da carga de trabalho; extinção dos contratos pelas plataformas, sem apresentar maiores explicações, dentre tantos outros elementos. E além dessa intensa exploração se soma também uma forte espoliação (ANTUNES, 2018), presente quando os/as trabalhadores/as arcam com as despesas de compra (financiada) dos veículos (que em muitos casos são também alugados), celulares e suas respectivas manutenções, dentre outros equipamentos de trabalho.

A precarização do trabalho, as elevadas jornadas, as contradições e constrangimentos, a supremacia do cliente e do capital, as elevadas taxações, os riscos (assalto, assédio). Todos esses são fatores que impactam no sentido

do trabalho associado aos valores pessoais e sociais do trabalhador, causando sofrimento físico, psíquico e social.

II – CAPÍTULO

As problemáticas estruturais dominantes na Sociologia do Trabalho no Brasil: Da crítica ao diálogo com as perspectivas da precarização do trabalho também por meio da subjetividade

Eu não estou interessado em nenhuma teoria
Em nenhuma fantasia, nem no algo mais (...)
A minha alucinação é suportar o dia a dia
E meu delírio é a experiência com coisas reais (...)
E a solidão das pessoas dessas capitais
A violência da noite, o movimento do tráfego (...)
Mas eu não estou interessado em nenhuma teoria
Em nenhuma fantasia, nem no algo mais
Longe o profeta do terror que a laranja mecânica anuncia
Amar e mudar as coisas me interessa mais

(Belchior, trechos da música “alucinação”)

O objetivo deste capítulo é problematizar as várias temáticas abordadas pela Sociologia do Trabalho, apontando as principais teorias que contribuíram em torno dos debates sobre o mundo do trabalho no Brasil. Procura abordar as grandes questões em torno do nosso processo de industrialização, passando pela sua consolidação e queda, marcado pelo crescimento do setor de serviços, das terceirizações e da automação da produção. Mostrando por tanto, como se articulam essas teorias sobre o mundo do trabalho, sobretudo no Brasil, onde procuramos focar nas problemáticas mais emblemáticas ao longo dos nossos processos históricos, analisando como as teorias estruturais se sobressaíram durante muito tempo, por quais motivos e/ou circunstâncias. Para com isso, mostrarmos a necessidade de renovação nas pesquisas sobre o trabalho no Brasil, que se leve em conta também a conexão com os atores sociais, sobretudo as construções das suas subjetividades.

Esse mapeamento permitiu-me perceber que as teorias hegemônicas gravitam em torno das estruturas que moldam o trabalho. Mesmo no período de desindustrialização da nossa economia as análises sociológicas se mantinham fiéis à busca por explicações estruturais, em detrimento às análises que tivessem uma sensibilidade maior em torno dos atores que constroem as novas formas de trabalho vigente. Ou seja, as teorias sociológicas de caráter mais subjetivo

tiveram pouco espaço na discussão sobre o trabalho no Brasil, e quando se apresentavam, em sua grande maioria, era para enfatizar os processos de consciência que se realizavam ou não no debate político.

Propomos mostrar a necessidade de se debater o mundo do trabalho no Brasil também a partir das subjetividades dos seus atores, enfatizando mais o que eles pensam e sentem e não apenas como as suas consciências deveriam se comportar dentro dos processos crescentes de precarização.

No primeiro momento do capítulo apresenta-se um balanço das teorias que estudaram o processo de industrialização no Brasil, suas raízes históricas, conexões com as teorias hegemônicas no momento, principalmente as europeias.

Em seguida mostraremos como o debate vai incorporando outros elementos, como os processos de trabalho – que dão primazia às grandes transformações que o mundo do trabalho começou a passar a partir dos anos de 1970, sobretudo em relação ao desenvolvimento tecnológico até então em curso – e as teorias sobre a cultura do trabalho que estudavam os costumes e tradições dos trabalhadores.

Na terceira parte apresentaremos os motivos que levaram a maior parte dos estudos da Sociologia do Trabalho se voltarem para a problemática da precarização, suas conexões com as transformações estruturais ocorridas no capitalismo a partir dos anos de 1980, e a primazia dada por esses estudos no campo econômico.

Por sua vez, a última parte do texto procura mostrar que a precarização não pode ser apenas entendida pela questão econômica, mas que ela atinge também as subjetividades dos trabalhadores, ou seja, as suas consciências e emoções.

2.1 – A problemática da industrialização no Brasil

A raiz histórica da Sociologia do Trabalho no Brasil é sem dúvida a problemática envolvendo o processo de industrialização, suas origens e

desenvolvimento, seus impactos positivos e negativos na construção de um modelo de nação (SORJ, 2000). Poderíamos afirmar que o período em que essa problemática se desenvolveu remonta aos anos de 1950 a 1970, refletindo na passagem de uma economia totalmente agrária para um encontro com o desenvolvimento econômico pautado na esfera da produção fabril.

De caráter estritamente marxista, o diálogo entre Sociologia e Economia era quase que predominante, tanto que em alguns momentos a Sociologia do Trabalho se fundia com a Sociologia do Desenvolvimento (ABRAMO, 1990). Analisava-se em especial a formação da classe operária brasileira dentro dos limites de um país ainda quase que exclusivamente rural em vias de “desenvolvimento” e “modernização”. O seu principal projeto político era pensar o desenvolvimento do país para prepará-lo para uma transformação socialista.

Estes estudos (BERLINCK, 1977; DURHAN, 1973, 1980; KOVARICK, 1975; BRANDÃO LOPES, 1971, 1980; OLIVEIRA, 1981; RODRIGUES, 1966, 1970, 1979; SIMÃO, 1966) analisavam a origem rural do operariado e a sua chegada à cidade como locus para uma possível mobilidade social, sendo o emprego na fábrica a oportunidade para a entrada na modernização e aprimoramento das forças produtivas em crescimento. É nesse contexto em que se formam grandes aglomerados de operários em torno das cidades, que a Sociologia do Trabalho desenvolve a noção de que passávamos por um momento em que se desenvolvia a construção de novas identidades coletivas (LIMA, 2013).

Embora homogênea em sua matriz teórica – o marxismo – podemos dizer que nesse período a problemática em torno da industrialização se dividia em duas grandes áreas: a primeira voltada à organização dos trabalhadores, e a segunda mais próxima a sociologia urbana.

Analisando a primeira vertente identificamos as temáticas voltadas em torno das lutas sociais, dos projetos políticos dos trabalhadores em relação com o Estado que os reprime num primeiro momento, e procura cooptá-los a seguir, no período Vargas, destacando-se estudos sobre sindicalismo (SIMÃO, 1966; RODRIGUES, 1979), a modernização social (RODRIGUES, 1966, 1970), o paternalismo industrial das fábricas com vilas operárias (BRANDÃO LOPES,

1971, 1980), e sobre migrações (DURHAN, 1973, 1980) – e suas estratégias de sobrevivência em contextos sociais hostis à sua reprodução social.

Porém, a intensificação do trabalho industrial é também um fenômeno que envolve um conjunto da existência do sujeito: intensifica os gestos, fazendo-os mais rápidos e impedindo que movimentos improdutivos sejam realizados; intensifica a atenção exigindo mais concentração a tarefas repetitivas e inviabilizando que o pensamento desprenda-se da sucessão de gestos mecânicos encadeados na linha produtiva; intensifica a repetição exigindo que o mesmo conjunto de movimentos simples se refaçam em intervalos de tempo cada vez mais curtos (CASTRO, 2020). Assim, podemos dizer que já nesse período histórico das vivências dos trabalhadores brasileiros, podemos também observar aspectos subjetivos que não perpassam essas teorias sobre o trabalho nesse momento. Corroboramos aqui com a ideia de Fernando Gastal de Castro (Ibidem) de que durante cada tempo histórico do mundo do trabalho é possível notar alguns tipos ideais de subjetividades. Sendo como marca do processo de industrialização no Brasil, o que o pesquisador denomina como “subjetividade como máquina”:

A subjetividade como máquina encontra suas possibilidades de singularização em um mundo no qual a máquina e seu funcionamento apresenta-se como essencial, onde a intensidade das jornadas e dos ritmos são imprescindíveis, e o desgaste e a deterioração do sentido para si são vividos pela experiência mecanizada e onde a condição proletária impõe limites estreitos à humanização das relações de trabalho e das possibilidades de vida (Ibidem, 157).

A vivência experienciada pela classe operária nesse tempo histórico é sem dúvida a negação de uma vida vivida somente ao redor de um realismo econômico, já parece haver indícios que apontam em direção a diálogos mais existenciais da vida social. Pois o controle que se torna visível através dos estudos realizados sobre esse período, mostra que a partir dos domínios das capacidades físicas, e que tem como consequência o adoecimento do corpo, já se estabelece uma relação direta com o controle da subjetividade do trabalhador,

imprimindo no corpo aquilo que é conseguido através da coerção dos sentimentos de sobrevivência.

Assim, dada a peculiaridade dos arranjos do trabalho no Brasil, onde o Sul, mas sobretudo o Sudeste, impunham dinâmicas mais desenvolvidas em termos de industrialização do que o Norte/Nordeste, é possível falarmos em duas caracterizações subjetivas convivendo no mesmo tempo histórico (CASTRO, 2020). Além da já citada subjetividade como máquina, poderíamos também trazer à baila a subjetividade como recurso:

A subjetividade como recurso implica fazer do humano um meio que sirva a alguém de forma eficaz como sujeito e não como objeto. Emerge, dessa maneira, o ser-no-mundo-como-recurso, uma forma de sentir e de viver as determinações da produção e do consumo de massa, de singularizar-se em meio à nova situação de trabalho e às novas formas de viver a vida inauguradas pelo fordismo, pelo taylorismo e pela burocracia (Ibidem, 226).

Portanto, ser recurso é se sentir pertencente, ser como todo mundo, fazer parte de uma grande comunidade, se estabelecer humanamente como necessário, útil e reconhecido. É um eu feliz por se sentir normal dentro dos padrões estabelecidos pelo sistema, um indivíduo produtivo que se faz ser humano através do seu trabalho. Esse é o modelo central da subjetividade da classe trabalhadora do Brasil pós-Segunda Guerra Mundial e antes da crise econômica dos anos de 1970.

A segunda vertente da sociologia do trabalho no Brasil, apresentada por Jacob Lima (2013) é a aproximação desta com a Sociologia Urbana, estudando a marginalidade social, fruto, segundo as interpretações, da questão em torno do exército industrial de reserva (KOVARICK, 1975; BERLINCK, 1977), a questão sobre o nascimento da informalidade no mundo do trabalho (OLIVEIRA, 1981), que vai ser explicada em termos de industrialização incompleta, subdesenvolvimento, resultado de uma urbanização sem industrialização (Ibidem).

Pensar o mundo do trabalho nesse período seria pensar a esfera da produção dentro do processo de formação industrial do Brasil, suas antinomias campo/cidade, sobretudo a discussão entre o “arcaico” e o “moderno”, sendo o campo o local do atraso e que brecava a modernização. Esse mundo dicotômico é apresentado pelas teorias desenvolvidas para pensar a problemática da industrialização brasileira, permitindo por um lado a captação das transformações ocorridas no país em decorrência dos processos de industrialização, bem como também as continuidades que se mantinham ao longo desses processos, como a permanência da economia rural como principal elemento da economia brasileira; porém, por outro lado, essa forma dicotômica ignorava os aspectos culturais que permeavam as esferas produtivas fabris, até então, em processo de formação.

Assim, as abordagens apontavam em direção a uma interpretação estrutural do mundo do trabalho, demarcando no espaço acadêmico pesquisas de caráter mais holísticos e, portanto, menos preocupadas com as interações entre os atores sociais, seus dilemas subjetivos, sejam eles que pesem em torno dos processos de consciência ou até mesmo existenciais, em favor apenas das condições socioeconômicas em que eles estão inseridos, desconsiderando toda carga subjetiva subjacente por todo processo produtivo, na qual:

Ser-no-mundo-como-recurso não significa dispensar, negar ou superar o caráter maquinal do trabalho surgido com a grande indústria. O que encontramos, ao contrário, é uma maquinação ainda maior dos processos subjetivos em comparação ao período precedente (...) em suma, os novos modos de produzir a vida que se instituem no século vinte, ao fazer do humano recurso, potencializam a maquinação. A subjetividade como recurso, portanto, não é a negação ou superação da subjetividade como máquina, mas sua incorporação a um novo impulso humano caracterizado pelo assumir-se como meio eficaz a alguém (CASTRO, 2020, p. 229).

Todavia, no final dos anos de 1970, embora a problemática da industrialização ainda fosse relevante, ela agora vem acompanhada por novas pesquisas dentro da Sociologia do Trabalho, que trazem como novidade a perspectiva dos processos de trabalho e interpretações mais culturalistas.

2.2 – Da problemática processual do trabalho à cultura fabril

Com os movimentos pela redemocratização do país nos anos de 1980, os movimentos sociais começam a ganhar maior visibilidade – por conta também da reorganização do movimento operário e sindical – e novas formas de se entender as estruturas sociais no mundo do trabalho ganham terreno (teoria dos processos de trabalho), em contraste com a problemática dos modos de vida do operariado fabril (teoria da cultura do trabalho), fruto da concentração dos trabalhadores em grandes vilas operárias. Estas duas teorias sobre as relações de produção dominam as pesquisas nesse período (LIMA, 2013)

A teoria dos processos de trabalho parte de uma perspectiva ancorada nas mudanças estruturais ocorridas na esfera produtiva que se inicia nos anos de 1970, mas que ganha maior notoriedade a partir dos anos de 1980 com a implantação das políticas neoliberais na Inglaterra e nos Estados Unidos da América e que se expandem por todo o mundo. Essa teoria advoga a importância dos processos de trabalho, suas formas de racionalização, a constituição de novas qualificações e a resistência operária, organizada ou não (SORJ, 2000).

Ela é amplamente influenciada pela teoria marxista, sobretudo na obra de Braverman (1981), que faz um estudo sobre as novas profissões surgidas nos EUA nos primeiros 20 anos da segunda metade do século XX, em especial aquelas realizadas em escritórios. Sendo examinados temas como trabalho e gerência, ciência e mecanização, capital monopolista, o papel do Estado, e a estrutura da classe trabalhadora. As ressonâncias desse trabalho no Brasil foram imensas, possibilitando os pesquisadores a colher pistas para as transformações nos processos de trabalho então em curso naquele momento, tendo a Economia mais uma vez um papel importante para analisar essas mudanças, emprestando suportes analíticos a Sociologia do Trabalho. Entretanto,

diferentemente das protoindústrias do capitalismo comercial ou da grande indústria na revolução industrial, o mal-estar vivido pelos trabalhadores ao se tornarem força de trabalho coletiva

não resulta, ao menos exclusivamente, da precariedade objetiva da condição proletária, mas da situação de inferioridade e servidão, dadas pelo aumento do controle e pela extimidade do trabalhar (CASTRO, 2020, p. 232).

Ou seja, na seara das disputas econômicas em jogo, se apresentam também uma subjetividade mecanizada de novo tipo, capaz de produzir formas de mal-estar psíquico no âmbito de uma consciência de si como recurso. No âmbito de uma sociedade que se orienta à produção e ao consumo de massa, com a força de trabalho transformando-se também em força de consumo, bem como, com o desenvolvimento de um modo de vida fordista e keynesiano baseado em salários mais altos, em políticas de assistência social, observamos para além da deterioração maquinal do sentido, a produção de um sentido instrumental. Destaca-se, nesse aspecto, a subjetividade tomando consciência de si mesma como recurso, apreendendo a si com o ímpeto de acelerar o ritmo, buscando motivar-se a cumprir as prescrições da tarefa, acomodar-se à função burocrática e à ordem disciplinar verticalizada, melhorar a própria eficácia, destacar-se, enfim, como recurso e conquistar os benefícios salariais e sociais oferecidos pela empresa e/ou pelo Estado.

Sem sombra de dúvidas o principal expoente da problemática em torno dos processos de trabalho no Brasil foi Eder Sader (1988), que desenvolveu a teoria que as transformações ocorridas na estrutura estatal e no chão da fábrica potencializaram o surgimento, do que ele denominou de “novos movimentos sociais”, em que novos atores entram em cena, principalmente com as novas formas de se fazer sindicalismo a partir das bases operárias, que começam no ABC paulista e se espalham por todo o país.

O estado da arte mostra que essa problemática dos processos de trabalho veio acompanhadas também pelos estudos de caso, até então pouco explorados pela sociologia do trabalho. Dentre os casos poderíamos destacar: as relativas à petroquímica baiana (GUIMARÃES, 1988), à indústria automotiva e microeletrônica mineira (NEVES e LE VEN, 1991), aos metalúrgicos cariocas (RAMALHO, 1989), às empresas de serviços como a de telecomunicações na Paraíba (BUONFÍGLIO, 1988), e, por fim, às empresas têxteis e metalúrgicas em diversos Estados (MARANHÃO, 1983; LAINO, 1983; PEREIRA, 1979). Todavia,

outros estudos com a mesma problemática apontam na direção de discussões mais voltadas para o mercado de trabalho e suas respectivas dualidades entre o saber-fazer dos trabalhadores. Como observa Lima (2013):

Estudos sobre qualificação e mercado de trabalho apontam para o debate dos mercados duais, internos e externos nas empresas, vinculando-os com as novas e velhas qualificações exigidas. Neles, são destacadas as diferenças nos processos de trabalho, discretos e contínuos, os primeiros caracterizados pela diversidade dos produtos e pequenos tamanhos dos lotes exigindo diferentes tarefas, e o segundo, geralmente (mas não exclusivamente), nos quais os equipamentos realizam tarefas repetidas de forma contínua exigindo menor intervenção dos trabalhadores. Estes resultam em diferentes exigências na qualificação e identidade dos trabalhadores e sua valorização enquanto posse de saberes específicos (p. 5).

Os saberes dos trabalhadores dentro de uma análise estrutural como a dos processos de trabalhos limitavam a compreensão de como eles eram apreendidos ou esvaziados pela contingência da técnica, engessando a interpretação dos estudos em aspectos essencialistas da realidade social. Neste sentido, a problemática dos processos de trabalho é contrastada com uma análise mais voltada para a cultura do trabalho, influenciada principalmente pelos historiadores ingleses como E. P. Thompson (2004) e Eric Hobsbawm (1987), com os seus trabalhos sobre a formação da classe trabalhadora inglesa.

Dessa vez o diálogo se torna mais heterodoxo, e a sociologia do trabalho parte para analisar o Brasil acompanhada de outras áreas do conhecimento como a Ciência Política, a História e a Antropologia Social. Recuperações históricas acerca do taylorismo no Brasil (VARGAS, 1985), bem como sobre vilas operárias como forma de imobilização da força de trabalho (LEITE LOPES, 1988; ALVIM, 1998), vão diversificando as abordagens.

A teoria da cultura do trabalho permitiu entender a realidade fabril no Brasil a partir das vivências dos operários, seus modos de vida, seus costumes e tradições, que potencializou a perceber que para além das questões de caráter econômico existia uma vasta gama de problematizações que ficavam engessadas pela hegemonia estrutural da Sociologia do Trabalho até então, dando início ao surgimento, por exemplo, de pesquisas nas áreas de gênero e

feminismo (LOBO, 1991; PENA, 1981; HIRATA, 1998, 2002; HIRATA e KERGOAT, 1994; ARAÚJO, 1998; ARAÚJO e FERREIRA, 2000), muitas vezes somadas à tríade classe-sindicato-partido, ou seja, na interface das estruturas e dos atores sociais.

Estes estudos, cada um com suas particularidades, abordam sobretudo a Divisão Sexual do Trabalho dentro e fora do ambiente fabril, mostrando que com o crescimento da participação das mulheres no mercado fizeram com que a exploração dessa força de trabalho fosse ainda mais acentuada, pois além do trabalho doméstico que desenvolviam em suas casas, ainda tinham que enfrentar uma jornada de trabalho a mais, e muitas vezes tendo que receber quantias salariais a menos que os homens, desempenhando as mesmas funções (HIRATA, 1998).

Podemos observar que tanto a teoria dos processos de trabalho, embora ainda presa a uma análise estritamente estrutural, quanto a teoria da cultura do trabalho fizeram avançar a compreensão do mundo do trabalho no Brasil para além da problemática da industrialização. Questões como o novo tipo de sindicalismo do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 e a entrada em cena dos novos atores sociais; as discussões em torno das novas plantas industriais que abrangiam não apenas os grandes centros do país; as análises em torno dos costumes e saberes dos operários; e toda literatura em torno da Divisão Sexual do Trabalho, sem sombra de dúvida oxigenou a Sociologia do Trabalho brasileira. Entretanto, no final dos anos de 1980 as mudanças estruturais²⁷ que o mundo passava, sobretudo nas relações de produção, impactaram profundamente no Brasil, exigindo novas ferramentas para compreensão das problemáticas surgidas em torno dessas transformações.

²⁷ “Para Mészáros (2009), o atual desenvolvimento das forças produtivas, acompanhado pela necessidade inerente do capital para a sua expansão – que conforma o capitalismo ao longo de sua história –, gerou uma crise sem precedentes. Essa crise, que o autor também denomina de crise estrutural, ergueu-se em meio ao desmoronamento do chamado “Estado de Bem-Estar Social” na Europa, em meados da década de 70, tendo como tentativa de resposta a necessidade de rearranjos no processo de produção, em que a acumulação flexível e a variante do toyotismo são expressões marcantes. Aumentando a competitividade e a concorrência intercapitalistas, o sistema sociometabólico do capital vai tornando mais nefastas as suas consequências. Duas manifestações dessas consequências são gravíssimas na era moderna: a destruição e a precarização, tanto da força humana quanto da degradação da natureza” (REIS, 2015, p. 43).

2.3 – A problemática da Reestruturação produtiva, flexibilização e precarização no mundo do trabalho

Para alguns autores, de 1950 a 1980 foi o período em que o operariado se expandiu e se consolidou no Brasil, com a indústria sendo o setor preponderante de nossa economia (ALVES, 2000; ANTUNES, 2009). Todavia, na década de 1990, essa situação reverteu-se, não só no Brasil, mas em todo mundo capitalista (ALVES, 2009). Ou seja, o mundo industrial perdeu força para os setores de serviço, por exemplo, e uma economia cada vez mais pós-industrial emergiu (KURZ, 1996). Além disso, o próprio processo industrial de trabalho sofreu mudanças com a incorporação da informática, robótica, terceirização e enxugamento do número de postos de trabalho (ANTUNES, 2009). As chamadas reformas neoliberais e a reestruturação produtiva, que potencializaram a ciência e o desenvolvimento tecnológico, colocam o debate da crise da sociedade do trabalho, isto é, da sua centralidade na organização das sociabilidades e na formação de identidades coletivas. Offe (1989) e Habermas (1983) são responsáveis por textos emblemáticos desse novo momento (LIMA, 2013).

A problemática heurística em torno da centralidade do trabalho, teve em Ricardo Antunes (1994, 2009) um forte antagonista contra as teses de fim da sociedade do trabalho. O autor argumentava que as transformações ocorridas após a reestruturação produtiva só fizeram prevalecer a noção de uma sociedade pautada no trabalho, agora diversificado e multifacetado. Defendendo a tese do valor-trabalho, contra o determinismo tecnológico, Antunes (2009) argumenta que é impossível substituir o trabalho pela ciência – como alguns hoje consideram ser a principal força produtiva –, pois a substituição desconsidera a forma dialética que há entre elas:

A ciência encontra-se tolhida em seu desenvolvimento pela base material das relações entre capital e trabalho, a qual ela não pode superar. E é por essa restrição estrutural, que libera e mesmo impele a sua expansão para o incremento da produção de valores de troca,

mas impede o salto qualitativo societal para uma sociedade produtora de bens úteis segundo a lógica do tempo disponível, que a ciência não pode se converter na principal força produtiva (Ibidem, p. 122).

Desse modo, a ciência tem que interagir com o trabalho para que seja possível a participação na valorização do capital. As máquinas inteligentes jamais substituirão os trabalhadores, visto que para a sua utilização é necessário o trabalho intelectual do mesmo (Ibidem).

Essa reconfiguração técnica trouxe consigo um novo tipo de trabalhador, que em determinados campos deve possuir altos níveis de desenvolvimento dos saberes relacionado às mudanças, mas que em outras variantes, não necessitam de elevados conhecimentos nas áreas tecnológicas. É nesse elo mais fraco da cadeia produtiva da informacionalidade que se encontram os trabalhadores que vivem de forma mais próxima à degradação real do trabalho virtual (ANTUNES e BRAGA, 2009). Assim, um novo “complexo de reestruturação produtiva”²⁸ é incorporado à dinâmica do capital:

A reestruturação produtiva, embora em andamento na década de 1980, assume visibilidade na década de 1990 com a abertura econômica e a necessidade de as empresas se adequarem à competitividade internacional. À questão da especialização flexível, acrescenta-se a do participacionismo do modelo japonês, que incorpora essa flexibilidade na produção a partir da discussão da qualidade e do envolvimento do trabalhador, em contraposição com a separação trabalho intelectual/trabalho manual do taylorismo (LIMA, 2013, p. 7).

Desse modo, a problemática do processo de trabalho vai cedendo espaço para pesquisas sobre redes empresariais, sobre a reengenharia como estratégia de redução do número de trabalhadores, bem como sobre a demissão em massa desses trabalhadores e a readequação organizacional das empresas.

²⁸ “[...] sistema de inovação tecnológico-organizacionais no campo da produção social capitalista – por exemplo, a robótica e a automação microeletrônica aplicada à produção; as novas modalidades de gestão da produção, tais como os CCQs e Programas de Qualidade Total; a série de racionalização da produção, tais como os “downsizing” e a reengenharia, muitas das racionalizações produtivas decorreram de novos patamares de centralização e concentração do capital, por meio de fusões, aquisições e diversificações corporativas, que implicaram – e ainda implicam – demissões em massa” (ALVES, 2000, p. 11).

Os estudos sobre terceirização e as experiências da fábrica modular, na qual a empresa primeiro passa apenas a coordenar os trabalhos. Bem como também, os estudos sobre a reespacialização da indústria e a precarização do trabalho (SORJ, 2000).

A sociologia do trabalho dos anos de 1990 e 2000 gravitou as suas discussões em torno dessas problemáticas, amplamente influenciada pelos trabalhos de David Harvey (2009) – sua tese em torno da reespacialização industrial e das rupturas e continuidades do modelo de produção fordista; Robert Castel (1998) – suas pesquisas sobre a precarização dos empregados na França. O fenômeno da reespacialização, terceirização e precarização atingiram em cheio as relações de produção no Brasil.

No primeiro caso, para fazer frente à competitividade dos artigos importados, inúmeras empresas foram obrigadas a buscar novas formas de reduzir, de maneira significativa, seus custos de produção. O Governo Federal também reduziu sua atuação como agente planejador e financiador de programas de fomento e passou a atribuir mais responsabilidade a Estados e municípios pelo desenvolvimento de suas regiões. Dessa forma, os Estados, valendo-se de uma maior autonomia fiscal e financeira definida pela Constituição de 1988, deram início a uma grande disputa pela atração de novos investimentos privados em seus territórios, lançando mão de uma política agressiva de incentivos fiscais, financeiros e de infraestrutura. Houve uma forte disposição das empresas, até então concentradas no eixo Sul-Sudeste, em instalar unidades produtivas em outras regiões, o que ocasionou um grande acirramento da disputa entre os Estados brasileiros que deram início a uma verdadeira “guerra fiscal” na tentativa de atrair novos empreendimentos para seus territórios. As políticas de incentivos fiscais adotadas pelos Estados provocaram uma mobilidade de investimentos em direção às mais distintas regiões e ocasionaram importantes mudanças na configuração espacial da indústria no Brasil (REIS, 2015). Esses estudos se generalizam nacionalmente, onde podemos destacar os trabalhos de Rodrigues e Ramalho (2007); Nabuco, Neves e Carvalho Neto (2002).

Por sua vez, o fenômeno da terceirização vem se constituindo no principal mecanismo, em praticamente todas as partes do mundo, para expandir

as formas de acumulação flexível que se desenvolvem através da desconcentração produtiva, do trabalho em equipe, da flexibilidade salarial, das "células" de produção", dos "times de trabalho", dos grupos "semiautônomos", além de exercitar, ao menos no plano discursivo, o "envolvimento participativo" dos trabalhadores (DRUCK, 2007).

Em curso no país, procura permitir que a maioria da classe trabalhadora assalariada, regida pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), possa converter-se em assalariados terceirizados, abrindo caminho para o que Druck (2014) vêm denominando de a “sociedade da terceirização total”, ampliando ainda mais a precarização, informalização e flexibilização da força de trabalho no Brasil.

Assim como o fenômeno da reespecialização da indústria, a problemática da terceirização também recebeu fortes influências de abordagens mais estruturais, com o foco voltado para questões de caráter macrossociológicas, atentos às mudanças em curso nos processos produtivos fabris e não fabris. Vide as pesquisas de Carelli (2003), Druck (1999), Oliveira (2011). O problema se encontra no fato de que ambos os processos levam a um fenômeno nada novo nos estudos sobre o trabalho – a precarização –, mas que no entanto ganhou novos contornos a partir da mobilidade de capital e principalmente após as terceirizações, que a meu ver não pode ser estudado por vias estruturais ou objetivistas apenas, como veremos que foi o que aconteceu em grandes partes das pesquisas sobre a precarização do trabalho, sobretudo, como dito, após as terceirizações e reespecialização dos processos produtivos.

Sem sombra de dúvidas, Ricardo Antunes é um dos principais pesquisadores brasileiros que procurou analisar a fundo o fenômeno da precarização no Brasil. Nos seus estudos particulares ou em conjunto com outros pesquisadores (1999, 2005, 2007, 2008, 2009, 2011) se encontra uma preocupação com os processos de trabalho, suas novas organizações. Muito ao modo de Braverman (2014) e em oposição às teorias críticas e categoria trabalho (como já falamos anteriormente), procurando enfatizar que a precarização vivida no final do século XX e início do século XXI ganhou novas formas das estudadas até então. Essas eram mais arraigadas aos ambientes fabris tradicionais, sendo que as novas formas de trabalho, ou as novas morfologias dele, para utilizarmos

um termo do autor, possibilitou o desenvolvimento de empregos precarizados fora do circuito tradicional do mundo do trabalho, como do chão de fábrica.

Sem oscilar fora de uma interpretação marxista, Antunes desenvolveu uma teoria rica em termos analíticos estruturais, mostrando como o desenvolvimento do capitalismo no mundo e a reestruturação produtiva decorrente dele, criou uma nova classe trabalhadora precarizada em suas condições materiais, bem como também como esse movimento se desenvolveu na América latina, e em particular, no Brasil.

Seguindo as pistas levantadas por Antunes, poderíamos destacar dois pesquisadores, a saber, Alves (2000, 2011) e Braga (2012) que se apossaram delas e procuraram desenvolver suas teorias sobre a precarização do mundo do trabalho acrescentando novos elementos para a problemática.

Ruy Braga (2012) abre a discussão na Sociologia do Trabalho no Brasil sobre a problemática de uma nova precarização apontada por Antunes, e construído o conceito de precariado, que vem da Sociologia francesa através de Robert Castel (1998), que busca o nexo da precarização através da relação salarial, ou seja, em todas as formas de emprego. Sendo que Braga vai dizer que o precariado brasileiro se encontra exprimido entre a formalização e a informalização. Mesmo quando esse trabalhador entra para um emprego formal, não está garantido a ele uma relação salarial segura, pois, quando aumenta a formalização do emprego, o precariado acaba aumentando, já a tese defendida pelo autor é que com o aumento da formalização aumentam também as condições de degradação da força de trabalho.

O precariado seria principalmente os trabalhadores terceirizados e de serviços, que no Brasil vivem sempre na espreita rotativa do trabalho, sem garantias de permanência por muito tempo em um mesmo emprego, jogados à sorte da informalidade nos momentos de desemprego; os que recebem sempre os menores salários; os emigrantes; as mulheres; os negros; em suma, aqueles e aquelas que experienciam mais de perto os impactos da mundialização do capitalismo (BRAGA, 2012).

Braga faz um mapa dos trabalhadores brasileiros, sobretudo no século XXI, mostrando as suas peculiaridades em relação aos trabalhadores dos anos

de 1980, por exemplo, em termos de organização. Hoje, a grande maioria dos trabalhadores, ou precariados, como defende o autor, vivem formas de lutas sociais completamente separadas das instituições tradicionais como o sindicato, fruto talvez da alta rotatividade dos postos de emprego, que impede a organização coletiva dos trabalhadores, que não formam identidades políticas dentro dos seus grupos.

Essa abordagem implica algumas questões não resolvidas sobre o próprio precariado que o pesquisador “encontra”. Apesar de ele dizer quem é esse novo trabalhador, não se atenta sobre o que pensa e como age essa classe, ou como se forma a sua subjetividade coletiva (sua consciência de classe) e individual (ou de caráter sociopsicológica). Talvez, Giovanni Alves (2011) tente dar conta da questão subjetiva desse precariado, ao menos em sua dimensão coletiva.

Alves parte da perspectiva de que a classe trabalhadora, em seu sentido *stricto sensu*, passa por um momento de precarização total, e que ela age ativamente no desenvolvimento da subjetividade dos trabalhadores, que não conseguem sair da “jaula de aço” que os cerca. Amplamente envolto ao debate com a Psicanálise, o sociólogo procura em tese mostrar que, o que ele denomina de “captura da subjetividade”²⁹ impede o desenvolvimento de uma consciência de classe para si e em si:

O impacto do novo complexo de reestruturação produtiva sobre a subjetividade operária é relevante, pois a recomposição do complexo produtor de mercadorias tende a instaurar novas mediações – mais problemáticas – para a construção da solidariedade de classe. A polarização entre um núcleo operário, mais qualificado e estável, uma “elite” profissional, e um subproletariado tardio, menos qualificado e precário, contribui, de certo modo, principalmente em um país capitalista como o Brasil, marcado por profunda desigualdade social, para a operação ideológica da nova hegemonia do capital na

²⁹ “Ao dizermos ‘captura’ da subjetividade, colocamos ‘captura’ entre aspas para salientar o caráter problemático da operação da captura, ou seja, a captura não ocorre, de fato, como o termo poderia supor [...] o processo de ‘captura’ da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismo de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração pelo olhar, mas nas instâncias sociorreprodutivas, com a pletora de valores-fetice e emulação pelo medo que mobiliza as instâncias de pré-consciência/inconsciência do psiquismo humano” (ALVES, 2011, p. 114).

produção. Na medida em que integra – e concentra – o núcleo da produção capitalista, segmentando (e excluindo) uma parcela ampla da classe, o novo complexo de reestruturação produtiva exerce, pela recomposição do complexo produtor de mercadorias, uma operação ideológica que, por um lado, potencializa a captura da subjetividade operária pela lógica do capital e, por outro, debilita a perspectiva classista (ALVES, 2000, p. 258).

Dessa forma, o autor procura ir além das teorias anteriores sobre o trabalho, procurando não ficar apenas nas discussões macroeconômicas e das suas consequências nos sujeitos sociais. Sem perder de vista as estruturas, Alves tenta dialogar com a subjetividade, dando vozes ao que se encontra implícito à esfera da precarização. No entanto, a sua preocupação é mostrar porque os sujeitos não se rebelam contra as estruturas que o cercam, caindo na perspectiva essencialista de que a construção das subjetividades perpassa necessariamente por uma consciência de classe. Ou seja, uma noção de subjetividade a partir do ponto de vista econômico, sendo que no primeiro momento a tentativa do autor era procurar tirar o marxismo do lugar comum, desenvolvendo uma noção de que trabalho e subjetividade precisam ser analisados conjuntamente. Todavia, acaba caindo no mesmo economicismo que ele criticou, ao reduzir a condição subjetiva dos trabalhadores às condições econômicas em que eles vivem. Alves não aborda quais subjetividades são essas criadas na esfera do mundo trabalho, os seus anseios, os seus dilemas, o seu quadro intersubjetivo com outras questões que possam ir além das condições de crítica ao capitalismo por impulso apenas econômicos.

Essa sinalização da Sociologia do Trabalho para o campo da subjetividade acontece não sem razões, já que os processos de trabalho exigem o entendimento do porquê consentimento e resistência (BURAWOY, 1979) no mesmo espaço se faz presente nas ações coletivas ou ausência deles sobre os trabalhadores. Com efeito, os estudos sobre subjetividades no trabalho através dessa perspectiva não estão interessados em questões relacionadas a utilização e o controle das emoções por parte dos trabalhadores nas realizações de suas tarefas, e muito menos nas consequências de caráter psicossociológico enfrentadas por eles, como o medo, a insegurança, a invisibilidade, o cansaço, enfim, toda uma gama de precariedade ocasionada por fatores subjetivados.

A seguir veremos como esses estudos são articulados e quais as suas principais teorias, sendo elas, ao meu ver, com perspectivas interessantes para pensarmos o novo mundo do trabalho nas relações de produção no Brasil.

2.4 – A problemática da precarização a partir da subjetividade

Ao propor uma discussão sobre a subjetividade e sua relação com o trabalho, abre-se uma questão que por muito tempo foi relegada à invisibilidade, quando muito, abordado como questão secundária. O trabalho e os afetos com ele relacionados eram considerados como não relevantes, pois o que mais se privilegiava estava ligado à capacidade de trabalhar do indivíduo.

Como vimos, atualmente a Sociologia do Trabalho tem se dedicado a entender os processos subjetivos dos sujeitos sociais, mantendo um diálogo com a Psicanálise, em geral, e com a Psicologia Social, em particular. Logo, não se trata na realidade de perguntar se a subjetividade é fundamental ou não hoje, uma vez que ela está sempre presente, mas qual é o lugar que ocupa e que importância tem no contexto atual.

Entretanto, parto de uma noção oposta as teses levantadas até agora em torno da precarização e conseqüentemente, da subjetividade no mundo do trabalho, já que defendo a ideia que as pesquisas nesse campo, principalmente no Brasil, têm se dedicado a estudar a precarização a partir de questões de caráter estritamente econômico. Mesmo o esforço de Giovanni Alves (2000, 2011) para compreendê-la subjetivamente, implicando uma ruptura nas análises estruturais anteriores, acaba por cair no essencialismo da consciência de classe.

Parto do princípio que a problematização do trabalho contemporâneo não se origina apenas da desumanização proporcionada pelo capital, mas também pelo fato do atual modelo de gestão mobilizar a seu favor os aspectos mais profundamente humanos da subjetividade dos trabalhadores, que conforme Linhart (2009) acarreta numa “precariedade subjetiva”³⁰ – fenômeno de

³⁰ Sendo “(...) o sentimento de não estar ‘em casa’ no trabalho, de não poder se fiar em suas rotinas profissionais em suas redes, nos saberes e habilidades acumulados graças à experiência

precarização que atinge a esfera subjetiva do assalariado através da imposição de ideais e metas de produção e de serviços impossíveis de serem atingidos, num ambiente de trabalho cada vez mais individualizado e ausente de uma identidade de classe entre os trabalhadores.

Essa noção de precariedade apresentada pela autora se torna essencial para a compreensão do que ocorreu após as longas transformações nas últimas décadas na esfera do trabalho, como já observamos em outras passagens desse texto: os novos mecanismos de gestão, que romperam com a tradição fordista de produção, objetivaram desarticular a força da organização coletiva dos trabalhadores através do processo de individualização, caracterizado pela flexibilização dos horários de trabalho, pelo aumento dos prêmios individuais e pela implementação da lógica de prestação de serviços entre os próprios trabalhadores. Portanto, as experiências coletivas dão lugar às experiências individuais e, agora, os trabalhadores se encontram sozinhos em seus locais de trabalho, responsáveis pelos seus sucessos e fracassos na profissão (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009).

Todavia, Linhart não aponta, para além da sobrevivência física, quais os motivos que levam as pessoas a se engajarem nessas profissões do novo modelo de produção do capital e, sobretudo o que há por trás dessa precariedade subjetiva.

Partindo de uma perspectiva sociológica das emoções, relacionando os sentimentos como raiva, inveja, afeto, alegria, culpa, entre outros, a fatores e contextos sociais, que adquirem características externas em vez da visão que os mantêm isolados no interior das pessoas; a minha proposta é enfatizar que essa precariedade afeta as emoções dos indivíduos, por meio do que Hochschild

ou transmitidos pelos mais antigos; é o sentimento de não dominar seu trabalho e de precisar permanentemente desenvolver esforços para se adaptar, para cumprir os objetivos fixados, para não se arriscar, nem fisicamente nem moralmente (no caso de interações com usuários ou clientes). É o sentimento de não ter recurso em caso de problemas graves de trabalho, nem do lado dos superiores hierárquicos (cada vez mais raros e cada vez menos disponíveis), nem do lado dos coletivos de trabalho que se esgarçaram com a individualização sistemática da gestão dos assalariados e o estímulo à concorrência entre eles. É, assim, o sentimento de isolamento e abandono. É também a perda da autoestima, que está ligada ao sentimento de dominar mal seu trabalho, ao sentimento de não estar à altura, de fazer um trabalho ruim, de não estar seguro de assumir seu posto. (...) Tem-se, assim, frequentemente, o medo, a ansiedade, o sentimento de insegurança que é chamado comodamente de estresse" (LINHART, 2009, p. 2, tradução minha).

(2003) vai denominar de trabalho emocional³¹, que acarreta num envolvimento pessoal dos indivíduos, e por consequência uma série de fatores emocionais inerentes a esse tipo de trabalho, sendo o estresse uma das principais características.

O estresse, muitas vezes é associado no senso comum com condições estritamente individuais e emocionais. Para entendê-lo sociologicamente, faz-se necessário tratá-lo como efeito da resposta do corpo ao meio, sendo então necessário que haja uma causa para sua ocorrência. Essa causa pode ser atribuída a “n” fatores, dentre eles o trabalho é sem dúvida uma de suas variáveis.

Como sugere Dejours (2015), se o trabalho é visto como fator de estresse ou de sofrimento, a intenção não é sermos reducionistas, e não considerar os fatores de prazer atribuídos a ele, afinal, algumas pessoas sentem prazer nos ambientes em que trabalham, não se sentem desconfortáveis nele. Além disso, “... o sofrimento psíquico, longe de ser um epifenômeno, é o próprio instrumento para obtenção do trabalho, o trabalho não causa o sofrimento, é o sofrimento que produz o trabalho” (p.103). No entanto, o que defendemos aqui é que sofrimento no trabalho se torna evidente quando não é mais possível transformá-lo em prazer através das realizações do sujeito.

O sofrimento começa quando a relação homem-organização do trabalho é bloqueada, quando o trabalhador utilizou ao máximo suas faculdades intelectuais, psicossensório-motoras, psicoafetivas de aprendizagem e de adaptação. Quando um trabalhador utilizou tudo o que dispunha de saber e poder sobre a organização do trabalho e quando ele não pode mais mudar a tarefa; isto é, quando esgotou os meios de defesa contra o constrangimento físico. Não é tanto a importância dos constrangimentos mentais ou psíquicos do trabalho que faz aparecer o sofrimento (se bem que este fator seja uma evidência importante) quanto a impossibilidade de toda a evolução em direção ao alívio. A certeza de que o nível atingido de insatisfação não

³¹ É o investimento pessoal em controlar as emoções para atuar em determinadas tarefas. A autora apresenta as seguintes características do trabalho emocional: requer contato com o público; o trabalhador precisa produzir um estado emocional em outra pessoa – gratidão, medo, etc.; permite que o empregador exerça algum controle sobre a atividade emocional do empregado, através de treinamento e supervisão. E entre os custos humanos do trabalho emocional estão o estresse, o estranhamento de si e a perda da capacidade de sentir.

pode mais diminuir marca a entrada no sofrimento (DEJOURS, 2000, p. 78-79. Tradução minha).

Essa teoria do sofrimento no trabalho aponta na direção de que a alienação, concepção marcante nas correntes do campo marxista que estuda o trabalho, não é apenas um processo no qual os trabalhadores não dominam os mecanismos de produção e se sentem estranhos dentro dele, ela pode também ser ampliada às capacidades cognitivas e sensoriais dos indivíduos, mostrando que a subjetividade se faz em relação com o mundo do trabalho e é constituinte e constitutiva dele, apresentando experiências diversas de sofrimentos, que ora pode potencializar “positivamente” a experiência do trabalho, e ora “negativamente”. Ou seja, no estado de “precariedade subjetiva” o trabalho emocional pode fazer com que alguns indivíduos em coletividade reajam de forma diversa. Essa noção é conceituada por Dejours (2015) de duas maneiras: sofrimento criativo e patogênico.

Falar em sofrimentos criativo e patogênico não significa que existem dois tipos de sofrimento, mas que na realidade esses termos designam dois destinos diferentes do sofrimento; o destino do sofrimento criativo é o de se transformar em prazer e em experiência estruturante, para enfrentar a situação criativamente. O destino do sofrimento patogênico é a doença que surge quando as defesas não cumprem mais sua função defensiva, é quando o trabalhador utilizou todos os seus recursos e não tem mais como mudar a tarefa (DEJOURS, 2005).

A precarização do trabalho e o desemprego aumentam o medo, a insegurança e estimulam a obediência e submissão dos trabalhadores a situações cada vez mais opressoras de trabalho. Em meio a esse ambiente com tendência à precarização das relações de trabalho, aumentam o risco de desemprego, a ansiedade e o medo do trabalhador. O desgaste físico e psicológico passa, muitas vezes, a ser banalizado e encarado como se fosse parte da forma regular de trabalhar e viver.

Neste sentido, a problemática da precarização a partir da subjetividade embasada na psicossociologia³² do trabalho tem como característica permitir o acesso à dimensão subjetiva e intersubjetiva do trabalho e dos seus sentidos no ordenamento da sociedade contemporânea tão multifacetada nos ambientes produtivos. Pois,

Enquanto parte significativa da classe trabalhadora é penalizada com a falta de trabalho, outros sofrem com seu excesso. Além da precarização das condições de trabalho, da informalização do emprego, do recuo da ação sindical crescem, em variadas atividades, os problemas de saúde, tanto físicos quanto psíquicos, relacionados ao trabalho (NAVARRO e PADILHA, 2007, p. 14).

Não é à toa que Sennett (2010) fala que com as mudanças nos modos de organização do trabalho, os trabalhadores vivenciam uma “corrosão do caráter”, em que tem que se adequar para se manter no emprego e não engrossar ainda mais as fileiras dos desempregados. Tendo que possuir características que exigem agilidade para se transformarem em curto prazo de tempo com as exigências das empresas.

Até aqui esse nosso primeiro capítulo procurou fazer uma reflexão sobre as principais problemáticas debatidas pela Sociologia do Trabalho no Brasil – industrialização, processos de trabalho, cultura do trabalho, reestruturação produtiva, flexibilização e precarização –, com o intuito de mostrar a necessidade de trazer para o debate uma questão pouco abordada por essa área do conhecimento, a saber, a subjetividade dos trabalhadores. Isto é, pensar teoricamente o trabalho a partir das emoções.

Foi possível notar que a História da Sociologia do Trabalho no Brasil mostra uma certa tendência em analisar as transformações ocorridas no mundo do trabalho por meio de uma perspectiva estrutural, apontando os mecanismos reguladores dos processos produtivos. Faz-se necessário agora entender a perspectiva dos atores sociais dentro desse processo, sendo o aspecto subjetivo

³² A psicossociologia procura abordar os fenômenos sociais em sua complexidade psíquica e social, sem esquecer suas dimensões antropológica, histórica e política.

central nessa análise, já que ele permite entender os dilemas vividos pelos trabalhadores.

2.5 – O sofrimento como campo de investigação do mundo do Trabalho

Judith Butler (2019) já havia alertado para as ciências sociais que a psicanálise não é unicamente um procedimento terapêutico; ela é, também (ou, para ser mais exato, ela é tornada, pouco a pouco) uma ciência, aquela do psiquismo, aquela dos processos inconscientes que se desenrolam não apenas no indivíduo isolado, mas também nos grupos, nas instituições, nas produções do espírito. Dessa forma, o diálogo com as demais ciências da sociedade se tornava cada vez mais necessário.

Sigmund Freud, tinha manifestado bem cedo seu interesse pela junção das disciplinas psicológicas e sociais. Em “O interesse da psicanálise” (2012), o psicanalista sublinhava a originalidade da abordagem psicanalítica (a exploração dos processos inconscientes e individuais com a finalidade de tratamento das neuroses) e as contribuições que esta nova perspectiva científica (e que renovam a própria concepção de ciência) poderiam oferecer às ciências sociais; com o inconsciente desempenhando um papel quase sempre primordial e, de todo modo, importante na totalidade das condutas humanas. Mais tarde, em seus textos ditos antropológicos ou sociológicos, de “Totem e tabu” (2012) a “Moisés e o monoteísmo” (2018), ele se empenhará em distinguir as origens e as transformações do laço social. Estes dados bibliográficos servem para compreender as razões do caráter necessário da existência das incidências da psicanálise sobre as ciências sociais.

Além disso, a contribuição de Freud (2016) perpassa também em relação à dinâmica pulsional (os desejos subjacentes à construção de toda subjetividade), a transmissão psíquica e outros processos que ele vai denominar de anímicos, como a idealização, a identificação, a projeção e a introjeção, que modificam a organização do social à medida que faz a mediação entre a interação da natureza com as nossas experiências. Assim, Gaulejac (2005) vê

na Psicanálise as respostas às limitações das reflexões feitas dentro da Sociologia. A saber, quando a Psicanálise desvela o funcionamento do aparelho psíquico, do ponto de vista dinâmico e econômico, Freud deu origem a uma nova compreensão dos processos de interiorização do social. O seu método evidenciou as limitações de uma análise estritamente intelectual no desenvolvimento emocional do ser humano. Pois, o inconsciente para a Psicanálise é atemporal e dilui as barreiras entre passado, presente e futuro (DUNKER, 2015).

Em contrapartida, no entanto, Freud atribui um peso maior ao psíquico, pois tende a buscar a compreensão do social a partir de sua inscrição na psique humana (BUTLER, 2019). Dando ênfase majoritariamente aos atributos psicológicos nos processos de identificação e subjetivação dos indivíduos. A identificação, de acordo com Gaulejac (2011), não pode se reduzir à esfera somente familiar, pois, somente as relações vividas na infância não determinam o destino das pessoas, pelo simples fato de serem atravessadas historicamente pelas relações sociais, o que nos impõe a colocar também o peso das posições e determinações sociais herdadas, para que seja possível compreender como interferem em nossas escolhas e em nossas formas de pensar. Em seu livro *Neurose de Classe* (2014), Gaulejac elucida casos em que a produção de sintomas neuróticos e conflitos identitários se encontram intrincados à interiorização de relações sociais de dominação e a deslocamentos de classes vividos como patogênicos, não sendo, portanto, derivado somente das relações infantis com os familiares. Nas palavras do pesquisador: “Falamos de ‘neurose de classe’ para descrever o quadro clínico que caracteriza os conflitos psicológicos vividos por indivíduos que mudam de posição dentro da estrutura de classes” (p. 89). Muitas das vezes sintomas psíquicos têm fundamento social em várias outras esferas, sobretudo também na do trabalho.

Claro também vai ficando, segundo Enriquez (2005), que o interesse de Freud pela análise do social não é de todo satisfatório para responder os problemas epistemológicos colocados pela aplicação de uma ciência do sujeito às ciências do coletivo (sociologia, antropologia, etc.), de uma ciência da realidade psíquica (cujos motores são o desejo e a fantasia e cujo domínio é aquele do imaginário e do simbólico) às ciências da realidade histórica, que

estão centradas sobre os grupos e movimentos sociais que definem conscientemente projetos, defendem causas, empreendem lutas e constroem instituições.

Mas a psicanálise não pode ser entendida, apesar de algumas inclinações, como uma ciência da psique do indivíduo isolado, ela é concernida e ela concerne diretamente o social. Em uma palavra, segundo Enriquez (2005), a psicanálise tem por objetivo compreender como se forja o laço social e permitir aos sujeitos existirem da maneira mais autônoma possível no conjunto social com o qual eles assinam (consciente ou inconscientemente) um contrato narcísico.

O contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo, que à primeira vista pode parecer pleno de significação, perde grande parte de sua nitidez quando examinado de perto. É verdade que a psicologia individual se relaciona com o homem tomado individualmente e explora os caminhos pelos quais ele busca encontrar satisfação para seus impulsos instintuais; contudo, apenas raras vezes (...) se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado, mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social. (FREUD, 2018, p. 81).

Assim, torna-se claro que o sujeito não existe fora do âmbito social. O sujeito humano é um sujeito social. Não são senão os outros (em particular, os pais ou os primeiros educadores) que podem reconhecê-lo enquanto totalidade, da qual eles falam, e que acede a seu primeiro regozijo de existir, e como portador de desejos que podem assegurar-lhe seu lugar na dinâmica social — lugar que ele deverá investir narcisicamente a fim de continuar a tradição ou de combatê-la. É por isso que a psicanálise não é redutível à psicologia. Ela é, conforme Anthony Giddens (2002), uma ciência psicossocial tendo como característica perceber que a outra cena (aquela do inconsciente, aquela do imaginário) é tão (e, talvez, mais) interessante quanto aquela do visível, o objeto habitual das ciências sociais.

Portanto, a psicanálise, olhando nesse prisma, não é, nem de longe, apenas a ciência da psique individual, mas é, a cima de tudo, também aquela das interações entre os diversos indivíduos, dos processos de identificação, de projeção e da formação de fantasias ativadas nas inter-relações e que, na verdade, desorientam a realidade psíquica dos indivíduos, aquela das “alianças intersubjetivas” (BRAZ, 2021) que se atam e desatam no campo social, que lhe dão forma ou que trabalham por sua implosão. Presentemente, qual seria então o objetivo das ciências sociais (sociologia, antropologia, economia, política etc.) senão tentar saber como os indivíduos interagem e vivem em grupo, fundam as sociedades, elaboram mitos, adotam comportamentos econômicos e políticos? Em certo aspecto — colocando de lado os processos puramente narcísicos irredutíveis aos mecanismos sociais — as ciências sociais e a psicanálise têm o mesmo objeto: a criação e a evolução do laço social (GIDDENS, 2002).

Se é das ciências sociais visarem mais os resultados objetivos das interações e a psicanálise está mais centrada nos processos inconscientes que fazem esta criação, não obstante, as ciências sociais — se elas querem dar conta do “comportamento do grupo todo”³³ (MAUSS, 2003) — não podem resolver o impasse sobre a maneira pela qual os sujeitos sociais sentem os fenômenos, experimentam temores e empreendem ações; sobre seu imaginário individual e sobre o imaginário social que contribuem para criar, sobre os processos de identificação que são o acervo de todos os homens ao longo de sua existência (e não só ao longo de sua infância), assim como sobre os outros processos centrais (recalcamento, repressão, canalização e sublimação das pulsões) que são demandados pela sociedade na qual eles vivem (ENRIQUEZ, 2005).

Numa sociedade em mutação e flutuante, o espectro, sempre possível, de um descenso social se instala, fazendo com que ninguém mais esteja seguro

³³ Marcel Mauss está aqui falando do fato de que “em sociologia, nunca ou quase nunca encontramos, exceto em matéria de literatura ou de ciência puras, o homem dividido em faculdades. Lidamos sempre com seu corpo, com sua mentalidade por inteiro, dados de maneira simultânea e imediata. No fundo, tudo aqui se mistura, corpo, alma, sociedade. Não são mais fatos especiais dessa ou daquela parte da mentalidade, são fatos de uma ordem muito complexa, a mais complexa imaginável, que nos interessam. E o que chamo fenômenos de *totalidade*, dos quais participam não apenas o grupo, mas também, por ele, todas as personalidades, todos os indivíduos em sua integridade moral, social, mental e, sobretudo, corporal e material” (ibidem, p. 336).

de poder manter duravelmente sua posição atual. Cada um encontra-se, assim, conduzido a travar uma verdadeira batalha para tentar encontrar, e depois conservar, o seu lugar no espaço das posições sociais.

Vicent Gaulejac interessou-se, particularmente, em algumas das suas pesquisas (2009, 2014), por conflitos de identidade associados às mudanças de classe social e pelas repercussões existenciais da humilhação e da vergonha que afetam os grupos dominados nas sociedades desenvolvidas. Ele insiste sobre as determinações múltiplas e cruzadas que permitem melhor compreender esses fenômenos, sugerindo os princípios de uma análise dialética, fundando suas bases em cinco princípios, a saber: O “pluralismo causal” que mostra o quanto as condutas humanas se acham condicionadas por uma multiplicidade de determinações; “a problematização múltipla” que privilegia uma abordagem multipolar a fim de se evitar o risco da monodisciplinaridade; “a autonomia relativa” que assinala leis específicas de funcionamento de cada disciplina ao mesmo tempo em que preserva sua independência parcial; a “reciprocidade das influências” que indica o jogo da combinatória e das compensações que se operam entre diferentes registros teóricos; e a “causalidade dialética” que se organiza em torno de um duplo princípio de interatividade e de recursividade. Assinalando a existência de uma complementaridade constitutiva entre psiquismo individual e estruturas sociais, ele insiste na importância de se identificar as articulações situadas,

na encruzilhada do subjetivo e do objetivo, do psíquico e do social, do concreto e do abstrato, do poder e do desejo [...] que são objetos da sociologia clínica. Trata-se de apreender a realidade combinando análise objetiva e enfoque da subjetividade dos atores. Há uma complementaridade fundamental entre o psiquismo individual e as estruturas sociais, o que nos obriga a sair das oposições entre individual e coletivo, sujeito e objeto, campo social e campo afetivo [...]. Para apreender essa dinâmica complexa dos processos que regem as relações entre o mental e o social, a sociologia clínica é uma *démarche*, ao mesmo tempo, sociopsicológica, visando analisar como os fatores e as transformações socioculturais condicionam as atitudes e os comportamentos dos indivíduos, e psicossociológica que analisa a maneira como um sujeito intervém enquanto ator e inventa práticas para afrontar conflito e fazer face às situações sociais às quais ele se depara (GAULEJAC, 1999, p. 321).

Tentativas recentes de interpretar síndromes psíquicas tais quais a depressão e o Burnout como sintomas históricos de uma “sociedade do cansaço” (HAN, 2015), cuja contraparte ideológica seria o “culto da performance” dos empreendedores de si (EHRENBURG, 2010), leva-nos a pensar a vivência laborativa a partir não só da sociologia do trabalho (majoritariamente aportada no que chamamos aqui de sociologia do trabalho estrutural) como também da sociologia clínica que é um demiurgo para pensarmos o nosso objeto, a saber: a relação dos motoristas de aplicativos com a construção das suas subjetividades. Já que permite uma visão praxiológica (PETERS, 2017) segundo a qual a ordem societária não é meramente um dado, mas um contínuo resultado histórico das práticas de agentes interessados e hábeis. Ou seja, a ordem social não é simplesmente dada, mas uma consequência contingente das práticas de agentes motivados e competentes.

A noção de Sociologia Clínica que será aqui desenvolvida no diálogo com o nosso objeto foi pensada por mim não somente de forma estrita e fechada nas contribuições gerais de certos autores. Não se tratando de uma escola de pensamento, mas de uma forma de se conhecer a realidade, ela nos permite enveredar por vários caminhos de diálogos dentro do pensamento sociológico que postulam um vínculo entre a contingência da ordem social, de um lado, e o elo existencial do ser humano, de outro. Como lembraram autores diversos, de Axel Honneth e Hans Joas (1988) até Alain Caillé e Frédéric Vandenberghe (2020) qualquer reflexão teórica ou investigação empírica nas ciências sociais é obrigada a pressupor, mesmo que tão só implicitamente, alguma “antropologia” no sentido filosófico da expressão, uma concepção geral acerca do que significa ser humano. A individualidade biopsíquica (PETERS, 2017) é profundamente moldada por fatores sócio-históricos característicos da modernidade tardia, tais como flexibilização do trabalho, aceleração da mudança tecnológica, inflação de diagnósticos psiquiátricos e modelos culturais da “boa vida” centrados no imperativo da atividade.

Em Jean-Paul Sartre (2015) se encontra um aporte interessante para pensar o diálogo entre a sociologia clínica e as relações de trabalho, sobretudo aquelas impregnadas pelo discurso de liberdade, tal qual os aplicativos de

viagem, a saber, a ideia de que existimos enquanto seres inelutavelmente livres, portanto, temos a responsabilidade de escolher como viver, de definir a nós mesmos e nossas ações. Não obstante, sujeito livre não necessariamente corresponde a sua responsabilidade e pode viver em “má-fé” (SARTRE, 2010). Vivendo em “má-fé” significa negar a responsabilidade advinda da liberdade radical da qual todo ser humano está imbuído. Apesar de todas as pressões externas, Sartre argumenta que todos somos livres para decidir se nos conformamos ou não com os papéis impostos a nós. No entanto, o que Sartre deixa passar é que muitas vezes o sujeito atua em condicionantes que conduzem o seu comportamento, e estes condicionantes podem ser externos. Ou seja, o indivíduo engana a si mesmo não por autossabotagem, mas por motivos externos que exigem dele essa conduta. Qual a finalidade de um motorista de aplicativo em se intitular dono do seu trabalho, senão devido a lógica imperativa do modelo neoliberal? Ele pode até estar agindo em má-fé, mas suas ações e motivações fogem a uma lógica somente interna.

Em uma visão mais ampla, complexa e multidimensional do humano como ser no mundo, a sociologia clínica contribui ao nosso objeto por se concentrar em uma dialética entre pensamento e sentimento que as pessoas experimentam juntas nas mais variadas circunstâncias da vida social ordinária (BRAZ, 2021). Desse modo, toda a existência social, pensando com Peters (2017), seria tratada como uma mistura prática de significados concretos e fugazes, significados que não são puramente cognitivos, mas, ao contrário, profundamente envolvidos e penetrados por sentimentos. Sendo o universo do trabalho recheado por toda essa atmosfera. Dessa forma,

o cotidiano abordado pela sociologia não seria redutível a uma soma de empreendimentos racionais, metódicos, intencionais e “accountable”, mas comportaria uma contínua modulação de tonalidades afetivas que interferem decisivamente sobre os significados pelos quais o mundo social adquire sentido e inteligibilidade para os agentes (PETERS, CORRÊA e RABELO, 2021 p. 6).

Parte dos esforços de uma sociologia clínica se dirige, então, a uma análise dos condicionantes sócio-históricos dos “glamoures” e frustrações experimentadas pela psique individual em seu trato com o mundo. Para além de um discurso puramente teórico sobre as conexões entre felicidade/sofrimento psíquico e contextos sociais de vida, uma sociologia clínica também pode se debruçar, por óbvio, sobre instâncias históricas e culturais particulares de laço entre psique e sociedade. Portanto a tese clássica de Mills (2009) segundo a qual a tarefa primordial da “imaginação sociológica” é a captação dos vínculos entre biografia e história, de laços entre microdilemas individuais e macroprocessos societários frequentemente insuspeitos aos próprios indivíduos neles embebidos são completamente absorvidos na perspectiva clínica. O mundo do trabalho se conecta com a história de vida dando possibilidades ainda mais abrangentes para entender todas as condicionantes desse universo.

Ao falarmos de uma sociologia clínica³⁴, estamos, portanto, falando de um tipo de composição teórica na qual dois procedimentos lógicos podem estar presentes: a aplicação de conceitos sociológicos a questões consideradas existenciais ou o uso de questões existenciais como ponto de partida e fundamento para a formulação de conceitos e hipóteses sociológicas (BRAZ, 2021). Desta forma, podemos dizer que as vivências de um motorista de aplicativos, recorte da nossa pesquisa, dialoga com ambos os procedimentos. Até porque no processo de subjetivação e sujeição³⁵ vivenciados por eles, não se pode abrir mão de levantar questões existenciais, já que é por elas, e não somente pelo realismo econômico que a dominação se estabelece³⁶.

³⁴ Ao rejeitar perspectivas patologizantes ou instrumentalistas, “a Sociologia Clínica convoca o pesquisador a construir uma postura sensível e aberta à compreensão dos sofrimentos dos trabalhadores, em situações mediadas ou não por uma institucionalidade formal. Igualmente, sua matriz pluridisciplinar coloca a abertura epistemológica como condição a realização de pesquisas” (BRAZ, 2021, p. 25).

³⁵

Por subjetivação, referimo-nos aos processos pelos quais o sujeito toma-se a si mesmo e constitui-se sempre de maneira mediada em um mundo social intersubjetivo. Por sujeição, indicam-se os processos nos quais o sujeito é objetificado em relações de dominação (FOUCAULT, 1999).

³⁶

Aqui nos apoiamos também na ideia desenvolvida por Jessé Souza (2012, p. 31-32) de que “não existe crítica social possível sem a articulação e a dramatização do sofrimento humano que foi relegado ao silêncio pelo domínio da violência simbólica dos vencedores. Quando a ‘doxa’ – discurso construído socialmente naturalizado como autoevidente – dominante entre nós fala da produção de uma ‘nova classe média’ como resultante do processo de dominação do capitalismo

A ideia estabelecida por Alfred Schütz (2018) de compreender as experiências que aparecem em um ambiente situacional (impregnado pela “presença” de diferentes subjetividades, objetos e eventos), quando indivíduos interagem e se comunicam, é necessária para se pensar as formas de engajamento na atividade laboral, já que permite identificar razões pela qual os motoristas assumem seu papel no trabalho e que apontam motivações para além do seu caráter financeiro. Muitas vezes, dentro de uma grande parcela da sociologia do trabalho, como já traçamos ao longo desse capítulo, essas questões são tangenciadas. Sobretudo, como aponta Alves (2021):

Por ser tão próximo a nós, o “mundo da vida cotidiana” é usualmente negligenciado, principalmente pelas perspectivas sociológicas que tomam como objeto primário de estudo os grandes sistemas sociais, as instituições, o mercado, as classes. Nesses quadros de referência teórica, as questões levantadas pelo conceito de “mundo da vida” são usualmente vistas como “não institucionais”, “não políticas”, “microsociológicas”, de “senso comum”, “pré-científicas” e, portanto, um tópico de pouca importância para estudo (Ibidem, p. 15).

Além do mais, afirmar o primado das experiências vivenciadas pelos trabalhadores de aplicativos de viagens para a compreensão dos fenômenos sociais não significa dizer que o enfoque da sociologia clínica não nos permite evidenciar as estruturas de poder que circundam o conglomerado que são as plataformas que ligam o passageiro ao motorista. Embora o nosso foco principal foi apreender os fluxos de experiências (práticas) sempre em vias de transformação e de concretização que os sujeitos do trabalho desenvolvem cotidianamente.

financeiro, existe muita dor e sofrimento silenciado. O objetivo aqui é a produção de uma versão apologética do desenvolvimento capitalista brasileiro na direção de uma sociedade do ‘primeiro mundo’ – sonho nacional desde a independência – que se caracteriza precisamente pela preponderância quantitativa e qualitativa de uma classe média pujante, e não por uma maioria de pobres, como nos países do terceiro mundo. Por outro lado, articular esse sofrimento e dor específicos de toda uma significativa porção da população brasileira é também se afastar de críticas gerais que pouco ajudam e não explicam o tipo ‘sociedade neoliberal’, em que o apelo se estiola na própria acusação genérica e abstrata sem que o conhecimento da situação social efetiva das pessoas tenha qualquer ganho ou aporte interpretativo efetivo. Essa crítica concreta aqui tem que se mover no fio da navalha da crítica da ideologia apologética e da violência simbólica que apagam a dor e o sofrimento”.

Esses processos subjetivos de “experenciação” da vida pelo trabalho e suas relações com as instituições sociais, talvez não pudessem serem tão bem elucidadas, sobretudo em meio às novas tecnologias, como foram por Byung-Chul Han (2018a), com ele podemos estabelecer um diálogo enriquecedor, já que ele além de apontar as experiências vividas no cotidiano do trabalho, para mostrar como elas estão alterando as conexões com a psique. A “sociedade do desempenho”, como ele denomina nossos tempos e suas relações com o trabalho, se apresenta como aberta às oportunidades, livre, e que se organiza pelo raciocínio, iniciativa e motivação, atributos atribuídos ao psicológico, enquanto núcleo de pensamento e de emoção³⁷.

Visando à otimização mental para otimizar a produção material, essa sociedade do desempenho é resultado direto do neoliberalismo, aponta Han (2017), e seu sujeito representa um agravamento dos aspectos do *homo oeconomicus*. Em sua versão neoliberal, é um empresário de si mesmo, sendo ele mesmo o seu capital, não mais o sujeito da troca de mercadorias ou de negociação. Ou seja, os fundamentos das vivências cotidianas dos trabalhadores modificaram não só a sua gramática social, mas também a estrutura da sua subjetividade. Ademais,

o sujeito de uma sociedade de desempenho se autoexplora com a convicção de que o faz livremente, de que não é servo de ninguém, de que apenas busca seus objetivos e realiza seus projetos. Não é apenas um empreendedor individual, mas um empreendedor de si, que calcula suas ações de maneira finalista, que se cobra ao desempenho, e que acredita que não há nada de “social” o impulsionando a tal atitude, exceto a sua própria vontade (MOCELLIM, 2021).

³⁷ Neste estudo estaremos nos referindo as emoções tal qual a definição descrita por Eva Illouz e Yaara Alaluf (2020, p. 76): “Definimos as emoções como entidades psicológicas que implicam o eu, condensam as relações e as normas sociais, as crenças e as significações, e que sempre estão situadas em um contexto histórico e cultural concreto. Por conseguinte, conceituamos as emoções não somente como reação a objetos e pessoas, mas como essências empíricas, isto é, como uma das inúmeras organizações por meio das quais os humanos se comportam e se comunicam, se compreendem e se expressam. É como essências empíricas que as emoções podem se tornar objetos de controle, de gestão e de desejo”.

A pressão pela vitória, pela liberdade, pelas vivências apressadas, em que o fincar raízes é cada vez mais afastado da vida social, leva ao cansaço e ao esgotamento, e esse esgotamento é uma autoagressão (HAN, 2017). O resultado disso são as psicopatologias contemporâneas, como a depressão e o burnout (HAN, 2017). Tal como Freud havia colocado a neurose como a psicopatologia típica do mal-estar moderno, Byung-Chul Han vê as psicopatologias da atividade (como o déficit de atenção e hiperatividade) e esgotamento (depressão e Burnout) como um novo mal-estar. Somando-se às psicopatologias do autocentramento (narcisismo) e da instabilidade emocional (borderline) como respostas às demandas dessa nova sociedade (DUNKER, 2021).

O psicanalista brasileiro, Cristian Dunker (2021), aponta que esses transtornos depressivos abarcam um grande conjunto de sintomas afetivos, cognitivos e comportamentais possíveis, tais como humor deprimido, desânimo e perda de interesse, alterações no apetite e no sono, fadiga e perda de energia, pessimismo, baixa autoestima e autoconfiança, concentração prejudicada, pensamentos de morte e suicídio, passividade ou agitação. Estes sintomas afetivos têm suas descargas impulsionadas pelas rotinas dos trabalhos que giram, sobretudo, ao redor das novas tecnologias, pois é através delas que as plataformas digitais aceleram as formas de engajamento pessoal pelo trabalho. Seja através de formas de avaliação que medem as características subjetivas, por exemplo dos motoristas de aplicativos se são ou não simpáticos, até formas de pressão pela autoexploração (HAN, 2017) que leva o trabalhador a estar sempre disponível para o trabalho, já que as desregulações causadas pelo neoliberalismo permitem altas horas de trabalho (ainda mais quando essas horas são mediadas somente pela plataforma que oferece um serviço).

Alain Ehrenberg (2004) liga a depressão também ao capitalismo contemporâneo, que tem como representação sociológica

uma transformação de grande amplitude da normatividade social: a passagem de uma sociedade que se refere à disciplina (interdição, obediência, autoridade, etc.) para uma sociedade que se encontra sob o primado da autonomia (EHRENBURG, 2004, p. 147).

Assim, a sociedade da autonomia individual é a representação do que Han (2018b) denominou de psicopolítica, sendo, portanto, o ponto de encontro do neoliberalismo com uma nova experiência social: a positividade das escolhas como garantia dos novos ganhos sociais e da impossibilidade de paralisação do indivíduo. Igualando o discurso de liberdade com a potencialidade produtiva e responsabilizando ações individuais por seu sucesso e fracasso. Ou seja, o capitalismo não teria mais limites em suas possibilidades de crescimento exponencial. Ao invés de oprimir, se busca libertar e motivar; ao invés de punir os erros e excessos, se busca manter a sensação de gratificação para impulsionar a dependência. Essa é a cara do novo mundo do trabalho perpassado pelas novas tecnologias.

A psicopolítica³⁸ traz um novo *ethos* no mundo do trabalho, com o fazer se tornando seu dever, a coação ao poder tudo; deixando de lado os limites da disciplina em nome da potência da liberdade (HAN, 2018b). Ela é a mola mestra da concorrência individual interiorizada, gastando ao nível máximo as últimas potências da subjetividade do trabalhador, um impulso geral para a clemência da superação, que se não realizada se transforma em culpa e sensação de fracasso. A psicopolítica internaliza a lógica concorrencial do capitalismo, a luta se dá pelo meu lugar na sociedade, ou como bem aponta Gaulejac e Taboada-Leonetti, a luta pelos lugares (1994) é mais otimizada do que a luta social em grupo, o Eu prevalece sobre o Nós. A concorrência não é mais com os outros a serem enfrentados no mercado, mas contra si mesmo.

(...) embora essa nova racionalidade centrada nessa subjetivação do desempenho opere em sistemas abertos de fluxos, e supostamente atribua ao sujeito maior independência, ela não confere mais autonomia e liberdade ao sujeito; ao contrário, reforça os laços de aprisionamento à lógica de rendimento, da hiperatividade e da alta performance produtiva que resultam em formas diversas de irritação, cansaço, sofrimento social, alienação e depressão (LEITE, 2021, p. 314).

³⁸ Leite (2021) em sua interpretação de Han diz que “por psicopolítica entende-se o conjunto de dispositivos sociopsicológicos de autocontrole técnico-moral do sujeito neoliberal, que operam formas de poder e monitoramento das ações, mediante a modulação da conduta econômica e moral, ancorados e subjetivação centrada no desempenho” (p. 314).

Com a obrigatoriedade de tudo fazer, com a disputa contra si em um capitalismo internalizado como liberdade, o cansaço é inevitável (HAN, 2017). O capitalismo em uma sociedade do desempenho tem como imperativos o fazer sempre, e mais. É na coação do fazer que o desempenho leva ao cansaço (HAN, 2017). A pessoa se torna coisa que produz coisas, mesmo que as coisas sejam experiências³⁹, como no caso do motorista de aplicativos. Um pouco parecido do trabalhador descrito por Marx (2004), que se encontra entrelaçado no ciclo de produção, alienado, sem ver sentido no seu labor, desprovido de sua conexão mais profunda com o que faz. No entanto, a diferença é que o trabalhador explorado pelo capital industrial se percebia como explorado, enquanto o trabalhador do novo capitalismo, como asseveram Boltanski e Chiapello (2009), se vê como livre, fazendo escolhas e dispondo de opções. O sentimento do trabalhador de um capitalismo industrial, ao estar desempregado sabe que as causas de seu sofrimento são partes da produção e de escolhas da classe dominante, mas o trabalhador do novo capitalismo se vê como fracassado, como alguém que não fez o suficiente. Ou seja, a metamorfose das subjetividades se encontram nas formas de coação do sistema, não somente no desenvolvimento pessoal de uma consciência de classe, como outrora se pensava.

A transformação do trabalhador em um empreendedor, algo que se mostra perfeitamente em “A nova razão do mundo” de Dardot e Laval (2016), apontando para o surgimento de alguém que se orienta não mais pelo trabalho em um lugar, mas em projetos individuais e metas, é o capitalismo das plataformas digitais, onde não se tem mais um lugar sólido e seu trabalho anda consigo em um *smartphone* dentro do bolso das calças. A noção de ser possuidor/dono de seu trabalho é o norte geral dessa fase atual do capitalismo, sendo que:

O neoliberalismo, como mutação do capitalismo, torna o trabalhador um empreendedor (...). Na produção imaterial, de um jeito ou de outro, cada um possui o seu meio de produção.

³⁹ O que é próprio do nosso tempo, aquilo que Shoshana Zuboff (2021) denominou de “capitalismo de vigilância”, tratando-se de uma produção ininterrupta de experiência humana para a produção de dados comportamentais.

O sistema neoliberal não é mais um sistema de classes em sentido estrito. Ele não se constitui por estratos antagônicos da sociedade. E é aí que reside a estabilidade do sistema. (...) é disseminada a ilusão de que qualquer um, enquanto projeto que se esboça livremente, é capaz de autoprodução ilimitada (HAN, 2018b, p. 14-15).

Quando não se alcança o objetivo, de uma autoprodução, aparece a autocobrança, a angústia e as psicopatologias decorrentes. Eva Illouz (2011) atribui esse aspecto emocional do capitalismo a uma série de mudanças nas sociedades contemporâneas. Um dado importante, segundo a socióloga, é que com a entrada de uma gramática “psicologizante” na empresa capitalista, com suas práticas motivacionais, sistematizou o nosso cotidiano no trabalho a partir de uma lógica emocional. As emoções passam a ser reconhecidas no discurso público, como formas de se apresentar, justificar e se comunicar. Em contradição, o campo afetivo por excelência, das experiências íntimas, da vivência com amigos, familiares, se racionaliza com relação a fins, no sentido weberiano, se apresentando mais pragmático, mais “capitalizado”. Para Illouz o capitalismo emocional tem essa dupla linguagem, do mundo público do racional “emocionalizado” e do mundo íntimo racionalizado, com os afetos ali sendo geridos como bens e mercadorias⁴⁰. É um enquadramento perfeito entre o que ela chama de capitalismo emocional⁴¹ e a psicopolítica derivada dele.

A psicopolítica é uma política existencial, se relaciona com o problema da finitude do tempo e da existência, das possibilidades e das necessidades, da contingência de ser-no-mundo. A psicopolítica mobiliza a angústia de tudo ser e tudo

⁴⁰ Que também pode ser entendido a partir do conceito de “superávit comportamental”, cunhado por Shoshana Zuboff (2021), que visa mostrar como nossas vozes, personalidades e emoções são uma das fontes de lucratividade do sistema. Segundo a autora com o superávit comportamental: “os capitalistas de vigilância descobriram que os dados comportamentais mais preditivos provêm da intervenção no jogo de modo a incentivar, persuadir, sintonizar e arrebanhar comportamento em busca de resultados lucrativos” (p. 23).

⁴¹

Para Eva Illouz, em conjunto com Yaara Alaluf, “o encontro entre, de um lado, o vocabulário dos psicólogos e os serviços que eles propõem e, de outro, a necessidade do ‘capitalismo corporativo’ de controlar a subjetividade de seus trabalhadores deu origem ao capitalismo emocional, termo geral que permite descrever os diversos processos pelos quais a economia capitalista e as emoções acabaram-se entrecruzando e canalizando a subjetividade tanto nas estruturas organizacionais das empresas quanto no mercado do consumo, antes de reintroduzi-la no seio das relações pessoais” (2020, p. 75-76).

fazer e coloca seu peso no indivíduo. (...) o angustiado de uma sociedade neoliberal é aquele que precisa viver nessa angústia, que faz dela a normalidade, porque anseia sempre por fazer mais e não pode renunciar a opções. (...) O mal-estar da sociedade contemporânea e de sua psicopolítica, com seus algozes que são vítimas de si mesmos, é a coação sob discurso de liberdade, é a autoexploração normalizada como prática cotidiana, a autoafirmação como norma de interação, é o cansaço da obrigação do fazer e agir, que se não for levada adiante, tal como na velha repressão, é sentida como vergonha ou culpa (MOCELLIM, 2021, p. 105).

Está claro que os atributos de iniciativa, empreendedorismo e adaptabilidade se tornaram imperativos da individualidade contemporânea não somente no mundo do trabalho, mas sobretudo nele. Levando, na leitura de Peters (2017), ao colapso depressivo; a adaptabilidade flexível do eu, necessário para a vivência em uma sociedade de mudanças tão aceleradas; e a experiência do isolamento existencial.

Não à toa que a preocupação de Boltanski e Chiapello (2009) com “gramáticas normativas” e “ordens de justificação” transborda para a sua análise do novo espírito do capitalismo na forma de um exame dos critérios pelos quais indivíduos adquirem valor. Ou seja, em compasso com as mudanças radicais no universo laboral, o ser valorizado no novo capitalismo será sempre aquele que possui recursos próprios para ser ativo. Esse ser deve possuir: adaptabilidade, flexibilidade, autonomia, disposição e postura sociável. A subjetividade não é só capturada, ela é envolvida em uma teia complexa de conexões sociais, que abrange desde as formas de ser no mundo, até a capacidade de se envolver consigo mesmo. O novo espírito do capitalismo,

impinge aos trabalhadores uma trajetória profissional muito mais incerta e desorganizada, em virtude da qual o valor do indivíduo no mundo do trabalho não está determinado de maneira estável, mas em contínua reavaliação. A crônica instabilidade do valor do indivíduo aos olhos do mercado é o que conecta o novo espírito do capitalismo a uma ética da autorrealização autêntica transformada em imperativo (PETERS, 2021, p. 74).

Assim, as capacidades demandadas dos indivíduos pelo novo espírito do capitalismo não são somente corpóreas, são sobretudo mentais, cognitivas e emocionais. Sendo então,

reforçada a necessidade de analisar os cenários de acordo com a perspectiva clínica da complexidade, incluindo ingredientes como a historicidade, as narrativas de vida, as emoções genuínas (inclusive as consideradas ameaçadoras) e as angústias (BRAZ, 2021, p. 25).

Será por essa trilha apresentada nesse tópico que buscaremos analisar e compreender o fenômeno das novas tecnologias no mundo do trabalho, em particular as experiências vivenciadas pelos motoristas de aplicativos de viagem. Entendo que a Sociologia Clínica apresenta importantes chaves heurísticas para observar as mudanças no mundo do trabalho a partir, não só das suas formas estruturais, mas também o lugar do indivíduo dentro dessas mutações. Todavia, todo conflito existencial tem em sua gênese um conflito social e que o mal-estar no trabalho tende a ser fruto de contradições estruturais não resolvidas (GAULEJAC, 2011).

CAPÍTULO III

O trabalho dos motoristas de aplicativos de viagem a partir das suas histórias de vida: o sofrimento psíquico como fundamento sociológico

Quando alguém fala, este alguém vai construindo um mundo, com seus pressupostos, com sua história e com seus futuros possíveis. Neste mundo há um palco, e no centro do palco está o protagonista que estamos a escutar. Por isso, quando vamos entrar em cena, é preciso calcular, ainda que seja uma estimativa de afetos e afinidades, de que lugar vamos participar daquele mundo. É preciso entrar nele com cuidado e respeito, como quando entramos na casa de um desconhecido.

(Christian Dunker e Cláudio Thebas, “O palhaço e o psicanalista”)

Após termos feito nos dois primeiros capítulos uma avaliação de como as teorias sobre o mundo do trabalho se congregam, hora dando primazia somente as estruturas sociais, hora enfatizando a importância dos agentes nas relações de trabalho, e como os modelos de organização social se agrupam e interferem na construção dos objetos sociológicos, nesse caso, nas relações laborais, fez-se necessário mergulharmos no campo empírico para identificarmos qual modelo daria conta do nosso objeto.

Assim, escolhemos como empiria analisar uma realidade social do trabalho marcada pela tecnologia da informação – a saber, os aplicativos de viagens – por se tratar de uma área que vem dominando o mundo do trabalho, sobretudo, o trabalho marcado pela informalidade, em que grande parte daqueles que adentram nessas plataformas só tem o trabalho como motorista de aplicativos como única renda.

Foram feitas dez entrevistas semiestruturadas com esses trabalhadores para analisar suas vivências nesse polo de trabalho, até então ainda visto como novidade para a maioria da população, por se tratar de um serviço que ainda não tem uma década de existência no país. Porém, ao longo das entrevistas, percebemos que seria preciso focar em um agrupamento ainda menor para

explorar com maior profundidade não só a sua relação com o trabalho, mas também como este mantinha um vínculo direto com suas experiências para além dele. Dessa forma, focamos em quatro casos que serão aqui expostos, e esperamos ainda, em outra oportunidade, continuar a análise dos seis outros informantes que não entraram de forma direta na análise dessa tese, muito embora as suas falas e os nossos encontros tenham nos servido como fonte de *insights* para pensar nosso objeto.

A primeira parte desse capítulo aborda a história de vida de Antônio⁴², relatando sua origem social, que advém das camadas média de Aracaju, mas que não usou dos privilégios adquiridos para ter uma formação superior, e que acabou virando motorista de aplicativo. O tópico irá mostrar como essa “escolha” afetou profundamente a sua vida, não apenas em termos econômicos, mas sobretudo também, em termos existenciais.

A segunda história de vida relatada é de Manuela, que contrariamente à Antônio é oriunda da classe trabalhadora menos abastada, mas mesmo assim conseguiu terminar um curso de nível superior em uma universidade pública, todavia não teve a oportunidade de exercer sua profissão, indo parar nos setores mais precarizados das tecnologias da informação vinculadas aos serviços, primeiro como atendente de telemarketing e em seguida como motorista de aplicativo. Nessa parte do capítulo relatamos a forma de controle exercida pelo setor de telemarketing sobre os seus trabalhadores, que interfere tanto nos seus corpos quanto na sua saúde mental. Mostramos também a transição feita por Manuela entre um setor quase predominantemente feminino, para um setor marcado pelo machismo e o preconceito contra a mulher no volante, evidenciando como esses fatores, somados ao ritmo de trabalho acarretou em problemas para a sua saúde.

O terceiro tópico mostra a relação de Cláudio com o discurso de meritocracia que ele abraçou como forma de vida. Seu caso mostrado nessa tese é o único que tem o trabalho como motorista de aplicativo como complemento de renda, já que ele é possuidor de uma pequena “venda” de água mineral. Aqui notamos o quanto o discurso neoliberal, por exemplo, do

⁴² Todos os nomes usados aqui foram modificados para manter o sigilo das fontes.

empreendedorismo, ao ser tomado em sua literalidade ofusca as relações sociais dos indivíduos, tornando-os cada vez mais engajados em uma lógica que não corresponde com a sua vida social.

A última parte desse capítulo retrata a história de vida de Eduardo, que assim como Antônio também pertence às camadas médias aracajuanas, mas que ao invés dele conseguiu entrar no ensino superior, concluindo o curso de Direito, no entanto, não conseguiu exercer a profissão por não ter passado nas seleções da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). A única saída foi adentrar na informalidade através dos aplicativos de viagens. O que mais chama a atenção nessa parte do capítulo é o quanto a “regressão social” mexeu com a estrutura subjetiva de Eduardo, e como as contingências que foram surgindo acabou levando-o a processos de ansiedade e, principalmente, ao estado de esgotamento mental.

3.1 – “O fantástico mundo de Bobby” na encruzilhada da “uberização”

Antônio tem 39 anos e desde 2017 é motorista de aplicativos de viagens em Aracaju-SE. Oriundo, nos termos de Jessé Sousa, da massa da classe média⁴³; sendo o pai aposentado da Petrobras e a mãe dona de casa. Usufruiu sempre de uma vida economicamente tranquila na infância e juventude; o segundo numa família de três irmãos, composta por mais uma mulher e outro homem mais novo. Desde criança estudou em escola particular e com viés cristão, mais precisamente de linhagem protestante. Por mais que a família fosse ligada à religião, faziam mais como procedimento ritualístico (como as idas aos cultos uma vez por semana) do que como dogma cotidiano. No geral, os pais não impunham aos filhos um *modus operandi* de se viver.

Desde criança Antônio apresentava sinais de grandeza, que lhe rendeu o apelido curioso de Bob, em alusão ao desenho “o fantástico mundo de

43

A massa da classe média seria formada sobretudo por funcionários públicos escolarizados (SOUZA, 2018).

Bobby”⁴⁴, em que o personagem principal era uma criança que vivia “no mundo da lua”. Hoje já mais velho a megalomania parece só crescer, se vê no futuro como um grande empresário. Considerava-se diferente dos demais com quem convivia devido seu pai ser funcionário de uma empresa reconhecida, segundo ele próprio, por ser “de gente endinheirada”. Não era do tipo que humilhava aqueles que não tinham a mesma condição econômica, porém o seu ar de superioridade afastava muito as crianças que circundavam o seu meio social.

Com todas as oportunidades de estudos garantidas, Antônio foi crescendo sem muita responsabilidade perante elas. Servindo-se dos mimos dos pais em relação a ter uma vida facilitada que permitia esbanjar roupas de marcas, idas a shows, cinemas, shoppings sem se preocupar de onde vinha o dinheiro, não se incomodava em não ser um aluno, nem de longe, aplicado. Muito embora seu pai, apesar de não ter concluído curso superior, ser um leitor voraz e dedicado a estudar matemática, parece não ter sido sua grande fonte de inspiração e “herança de capital cultural” (SOUZA, 2018). Mais próximo a sua mãe, classificada pelo mesmo como sendo “esbanjadora de futilidades”, aprendeu desde cedo que “o estudo não leva a nada, o que traz dinheiro é o trabalho”, por “trabalho” na gramática social do agente em questão, leia-se: montar uma empresa, seja ela qual for e fazer o dinheiro aparecer e prosperar.

Foi nesse espírito do “empreendimento”, muito específico nos nossos tempos, empilhados por narrativas jocosas de crescimento individual através das aventuras no mercado (DARDOT e LAVAL, 2016), que Antônio concluiu o ensino básico e se voltou única e exclusivamente a fazer um “planejamento de vida” – nos moldes do que Giddens brilhantemente nos brindou em “Modernidade e identidade” (2002): adoções estratégicas de opções de estilo de vida, organizadas em termos da duração projetada da vida do indivíduo –, que nem de longe passava pelos estudos regulares em universidades ou concursos públicos.

Esse “planejamento de vida” ocorreu no momento em que seu pai mais foi bem pago dentro da Petrobras, período que corresponde ao *boom* das

44

Desenho animado que foi exibido originalmente entre os anos de 1990 e 1998 no extinto canal Fox Kids, e também na TV aberta pelo SBT.

commodities brasileiras no governo Lula (SOUZA, 2018), o que possibilitou Antônio a usufruir desse momento, e através da sua mãe convencer seu pai a investir nas suas aventuras financeiras. Primeiro, foi a abertura de um posto de lavagem de carro que no final do expediente funcionaria como bar, na companhia do seu irmão mais novo. Para Antônio foi a experiência mais lucrativa que já teve em sua vida, mas não só isso, segundo ele lá se sentia alguém importante, reconhecido pelos demais familiares, dando a ele a possibilidade de gozar pela primeira vez dos elogios do seu pai, o que fez perceber que o caminho a percorrer não era somente o do enriquecimento econômico, mas também uma via de construção identitária que pudesse suprir as necessidades do “espírito”, numa clara conexão de que o trabalho outrora pensado por ele como caminho para sucesso financeiro, seria também, além do mais, uma forma explícita de aceitação familiar. Se Honneth (2009) estiver certo, a luta econômica pode ser uma das formas da luta pelo reconhecimento, sendo esta então uma questão *sine qua non* para a construção subjetiva do indivíduo em suas relações sociais. Não é que o fator econômico tenha desaparecido do horizonte de Antônio ao receber um reconhecimento social, e sim que ele seja uma das pulsões, entre outras, para a busca de ser aceito em sua existência.

A experiência de ser aceito pela figura paterna, ao mesmo tempo que também estava de certo modo seguindo o *ethos* materno de “enriquecimento” financeiro via trabalho, foi interrompida e durou apenas 3 anos. Que possibilitou com que Antônio pudesse realizar o sonho de comprar um carro de padrão acima do popular e curtir seus rendimentos em, nas palavras dele, “muita cachaça e mulheres”. O fim da sua empreitada se deu devido à incompatibilidade de pensamento entre ele e seu irmão. A afirmação que farei não se embasa na fala do meu entrevistado, e sim numa observação direta ao longo do nosso um ano de convívio por conta da minha pesquisa; é notória a parcimônia que seu irmão mais novo leva a sua vida, sem vaidades e extravagância, ele é o oposto de Antônio, dedicado aos filhos e esposa, não se mostrava ser afeito às ideias megalomânicas de riqueza do irmão. No entanto, o que Antônio insinuou é que o seu irmão estaria dando indícios de desvio de dinheiro para proveito próprio, pois teria uma vida muito tranquila, com um apartamento próprio em zona nobre

da cidade, além de pagar universidade particular para esposa e colégios caros para as duas filhas pequenas.

Essa desconfiança pôs fim à parceria lucrativa, ao mesmo tempo que também trouxe problemas sérios entre ele e sua família. Ou seja, o reconhecimento alcançado naquele período foi suspenso por caprichos pessoais, de certa forma hedonistas, que colocaram essa tranquilidade pela disputa entre o que ele alcançou e o que o seu irmão também conseguiu. Dessa forma, para se livrar do convívio com o irmão, sem poder provar qualquer falcatrua do mesmo, Antônio então vende sua parte no negócio para seu sócio e gasta tudo na compra de mais um carro e viagens pelo Brasil e Estados Unidos, mais precisamente em Miami.

Aqui acho pertinente trazer à baila um conceito caro à sociologia giddenesiana, e todo seu aparato em torno da individualidade na teoria social, que é o conceito de segurança ontológica (1991), que nada mais é do que o sentido de continuidade e ordem nos eventos, inclusive daqueles que não estão dentro do ambiente perceptual imediato do indivíduo, sendo que:

As convenções sociais produzidas e reproduzidas em nossas atividades diárias são reflexivamente monitoradas pelo agente como parte de “seguir em frente” nas diversas situações de nossas vidas. A consciência reflexiva nesse sentido é característica de toda ação humana, e é a condição específica daquela reflexividade institucional maciçamente desenvolvida (...) os agentes são normalmente capazes de fazer interpretações discursivas da natureza e das razões do seu comportamento. A competência desses agentes, porém, não se limita à consciência discursiva em relação às condições de sua ação. Muitos dos elementos da habilidade de ser capaz de “seguir em frente” são levados ao nível da consciência prática, incorporada à continuidade das atividades cotidianas. Ela é parte integrante do monitoramento reflexivo da ação, embora seja “não consciente”, ao invés de inconsciente (GIDDENS, 2002, p. 39).

O “seguir em frente” de Antônio, dando ordem aos eventos do seu “planejamento de vida”, sem sombras de dúvidas corresponde ao seu incessante interesse por reconhecimento social, talvez também pela luta “não consciente” com a figura do seu irmão, que através da sua vida mais ascética corresponda

o medo daquilo que Antônio gostaria de ser. No entanto, no nível da sua consciência prática o que se mostra seja sempre o desejo por se manter firme nos seus propósitos, qual seja, buscar sucesso econômico, agora não somente para gozar dos bens materiais, mas também para ser aceito nas suas relações sociais, sobretudo pelo seu pai, e é nesse ponto que podemos dizer que aponta a segurança ontológica de Antônio.

Depois do posto de lavagem, ainda apareceram outros projetos como dois bares; o primeiro na orla da capital sergipana que logo fracassou; e o segundo, um *pub* em área nobre de Aracaju, durando aproximadamente um ano; e por fim, abriu uma franquia de loja de chocolate, sendo a que mais durou, aproximadamente dois anos. Todos esses projetos financiados pelo seu pai, pois a venda e tudo que tinha conseguido com o posto já havia sido gasto no período de menos de um ano, e ele ainda continuava morando com seus pais.

Essas foram as últimas ajudas financeiras da sua família para as investidas de Antônio. Depois veio a crise na Petrobras, que para muitos foi potencializada devido à forma como a Operação “Lava-Jato” agiu na empresa para investigar esquemas de corrupção, e teve como consequência a queda nos investimentos da estatal (SOUZA, 2018), afora que coincidiu também com a aposentadoria do seu pai, o que limitou a renda da família.

Os impactos desses acontecimentos na sua vida deixaram marcas até hoje, como me relatou com um olhar desviado para o chão e visivelmente desiludido:

foi um momento difícil que não fui preparado para viver, sempre tive tudo desde muito novo, não esperava de verdade que a fonte secaria. Tive que mudar todos os meus antigos hábitos e repensar sobre meu futuro, o que faria dali para frente.

Nesses termos, não seria então o capitalismo em sua forma neoliberal além de um sistema de geração de desigualdades, uma forma de gestão do sofrimento, e este não é que estimula e retroalimenta essa nova forma societal das nossas vidas? Dessa forma, o cotidiano de um indivíduo produz respostas imediatas a essa pergunta, pois só a sociologia da vida cotidiana é capaz de dar

conta dos mecanismos estruturais da economia em relação à experiência sentida na construção subjetiva dos agentes sociais (GAULEJAC, 2007).

Embora a sociologia consista em estudar como coisas os fenômenos sociais, ela não deve esquecer que a apreensão subjetiva faz parte das coisas a estudar como coisas, que não se pode ter acesso à realidade fora da experiência concreta – ainda que subjetiva – de um indivíduo concreto, e que a prova do social só pode ser mental (GAULEJAC, 2014, p. 170).

A construção subjetiva de Antônio, até então, carregava consigo todos os vieses de um enredo polissêmico, podendo assumir variantes de um mesmo personagem, reverberando necessidades pueris que só se satisfaziam em comum acordo com o desejo de ser reconhecido socialmente. Quando mais jovem, buscando se diferenciar dos demais, através “do meu pai tem condições de comprar”, e já na idade adulta, recorrendo à “minha mãe garantirá que meu pai me proporcione”. Essa polissemia parecia estar desaparecendo em meio aos percalços da sua história individual, que obviamente se entrelaça com os fatos sociais de forma mais geral. De maneira mais direta, como o próprio Antônio gostava de dizer: “preciso me reinventar, preciso seguir em frente a partir de agora com minhas próprias pernas”.

No final do ano de 2016, a empresa multinacional de aplicativo para viagens, a Uber, chegou em Aracaju⁴⁵. Certamente não era nem de longe a primeira opção que Antônio teria para “fazer dinheiro e ser feliz”, sem falar na questão relacionada a sua aparição perante os demais em busca do reconhecimento social, em que ser motorista de alguém não estaria nos planos para alcançar o seu “projeto de vida”. Entretanto, já estava fazendo quase um ano em que os seus negócios já haviam acabado, assim como a sua renda, restando somente o carro de marca importada. Ou seja, continuava morando com os pais, tendo como agravante a situação de precisar deles para tudo. Sem

⁴⁵ A Uber chegou na capital sergipana em meio a protestos realizados por taxistas insatisfeitos com a possível perda de consumidores, contando também com o apoio de uma parcela da classe política que logo desistiu de embarca numa luta política com a multinacional (<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2016/12/uber-comeca-operar-em-aracaju-nesta-terca-feira.html>).

pestanejar, já no segundo mês que o aplicativo estava funcionando na capital sergipana, Antônio já tratou de se cadastrar para adentrar ao sistema. As notícias, que segundo ele recebia, eram muito boas: “um amigo tinha me dito que chegou a ganhar quase cinco mil reais no primeiro mês, trabalhando pouco e fazendo o seu horário”, relatou. Fato é que por se tratar de uma novidade ainda não havia se popularizado e ganhado confiança da força de trabalho, tendo ainda pouca adesão. Todavia, entre os consumidores conseguiu adesão imediata, tanto pela praticidade (o uso de um celular) quanto pelo valor da corrida (que em média numa cidade de médio porte como Aracaju, o valor máximo de uma corrida não ultrapassa os vinte reais); ou seja, uma oferta pequena que ainda não conseguia suprir a alta demanda, o que contribuiu para que muitos motoristas desse aplicativo angariassem uma boa quantia financeira nos primeiros meses de trabalho.

Imbuído nesse espírito de fazer muito dinheiro em poucas horas de trabalho, Antônio vendeu seu carro para comprar um mais popular e investir o que sobrar em alguma coisa que pudesse render alguma quantia a mais além do emprego como motorista de aplicativo. Não sendo, portanto, sua única fonte de renda ao longo desse período – como complemento revendia cosméticos quando não estava disponível nas plataformas dos aplicativos, e se arriscava no mercado de ações, como gostava sempre de dizer: “para fazer o meu dinheiro trabalhar por mim” –, muito embora era onde passava a maior parte do seu dia (e quase sempre suas noites também). Colaborando com uma das grandes metas da ideologia do empreendedorismo (DARDOT e LAVAL, 2016) que é sem dúvida nenhuma ramificar o cotidiano do indivíduo com afazeres ligados à esfera do trabalho, promover socialmente a ideia de que o crescimento individual está intimamente ligado ao econômico, mesmo a individualidade sendo sufocada pelo tempo usado como ferramenta do labor.

Para quem tinha vivido uma vida de prazeres sem muitas preocupações, parece ter Antônio acordado de vez da magia criada pelo Bobby de outrora. Assumindo suas responsabilidades para si, embarcando na realidade do “fazer dinheiro pelo trabalho”, não mais com ideias mirabolantes herdadas socialmente da sua figura materna, mas por meio do discurso “racionalizante” do neoliberalismo de que “tempo é dinheiro”, precisando ser bem empregado. Essa

passagem da prática social por meio dos valores morais da sua mãe para uma prática social encaixada com o sistema moral vigente, não se deu sem traumas. A noção de trauma parece ser sociologicamente aceita nesse caso, pois tem uma externalização clara de fatores sociais agindo diretamente na individualidade, ajudando a construir subjetivamente as emoções, os afetos expressados por ele, a saber, seu sofrimento e sua vergonha. Para explicitar eu preciso transcrever aqui na íntegra as palavras do meu entrevistado:

Minha entrada na UBER não foi sofrida só para mim, pelo fato de me ver rebaixado socialmente, mas também para minha mãe. Ela me escondia das pessoas. A recepção de amigos da família em minha casa foi reduzida. Antes quase todo final de semana tinha alguma coisa rolando, depois que comecei a trabalhar com meu carro se tornou um evento raro. No início minha mãe dizia que era para eu não ter que ficar em casa para receber as pessoas ao invés de ir trabalhar. Mas um dia ouvi ela discutir com meu pai sobre a minha situação e ela dizendo que era uma *vergonha* receber alguém em casa e ter que falar sobre minha vida. Que, segundo ela, não tinha criado seu filho para ser motorista, muito menos revendedor da Hinode. Essas palavras me trouxeram muito *sofrimento*, e também *vergonha* do que me tornei. Minha vontade era de fugir daquela casa, mas ainda não tinha condições econômicas para isso (Antônio, 13/05/2019, grifos meus).

Neste caso a vergonha é social (GAULEJAC, 1999) porque se fundamenta não somente em um sofrimento psíquico, mas também de origem e consequências sociais, e tem relação direta com inúmeros elementos, tais como: inferioridade, culpa, baixa autoestima, desprezo e humilhação. Esses elementos não parecem ser intrínsecos ao caráter de Antônio, sendo forjados na sua relação direta na sociedade, mais precisamente no seu trabalho. A experiência de não se sentir aceito no seu meio social só pode mesmo ser interpretada como traumática, pois o que seria o trauma se não a necessidade de não querer viver uma situação indesejada, que faz sentir-se vazio e com medo de ser o que se viveu (DUNKER, 2015).

Parece ser impossível manter “uma boa imagem de si” quando as adversidades do meio social são traduzidas na forma da humilhação, já que claramente o sentimento da vergonha é estruturante do vínculo social

vivenciado. A vergonha social é vivida por Antônio como um sentimento de queda original, não por ter cometido um erro, mas simplesmente por ter caído no mundo. Ela se estabelece e também defronta ao olhar do outro, leva-o, à necessidade de nascer para si mesmo, como diria Gaulejac (2014), separando o eu em duas partes, uma que é objeto de vergonha e rejeição e outra que causa vergonha e rejeita.

A máxima sartreana do que o importante não é o que fizeram do homem, mas o que ele faz do que dele fizeram (SARTRE, 2010), parece cair muito bem no caso aqui analisado. As respostas de Antônio ao que foi sendo reservado ao longo da sua jornada fala mais sobre ele do que exatamente o que se esperava dele, suas derrotas para os acontecimentos impediram que ele alcançasse a formação de um Eu idealizado pela figura materna, provocando o que na Sociologia Clínica denomina-se como uma “neurose de classe” (GAULEJAC, 2014), que nada mais é que um conflito que emerge na articulação entre a história pessoal, familiar e social de um indivíduo. São as correspondências entre esses três registros que permitem compreender a gênese e o desenvolvimento dessa configuração neurótica; os fenômenos de poder entre as classes atravessando as famílias, as relações conjugais, as relações pais/filhos; contribuindo, assim, para modelar a identidade destes.

É clarividente que Antônio é produto constitutivo do seu meio social, todavia, as suas escolhas pessoais influenciaram na construção da sua subjetividade. Criado para ser bem resolvido financeiramente; pertencente à massa da classe média brasileira, fez escolhas que de certo modo foi jogando ele para dentro da classe trabalhadora precarizada, isto em momento algum quer dizer que o indivíduo é sozinho responsável pelo que lhe ocorreu, pelo contrário, as dinâmicas sociais experienciadas por ele, foi que levou às suas tomadas de decisões, pois,

a história inscreve o indivíduo em uma solidariedade, em uma comunidade e em um conjunto, que o ‘socializam’. Nesse sentido, ele é produto disso. É dizer que as rupturas, os antagonismos e os conflitos, que atravessam a história desses grupos, estão no fundamento da identidade daqueles que os constituem (GAULEJAC, 2014, p. 26).

A subjetividade em questão viveu uma ruptura existencial⁴⁶ marcada pela separação daquilo que Antônio era, para o que ele se tornou e deveria viver a partir de então. Assim, o que causa a “neurose de classe” não é o medo de que o outro lhe tome o seu lugar, e sim, o medo de que o seu lugar já não te aceita e você não vive bem mais nele. Sendo a vergonha social então anunciada como voz externa (o caso representado pela mãe de Antônio) que se internaliza e toma vivência própria nas tomadas de decisões futuras do indivíduo. Ele está envolto a um processo de “autorreificação” – aos moldes propostos na teoria social desenvolvida por Honneth (2018) –, ou seja, a sua prática social está condicionada por uma série de estados mentais, a saber: as suas experiências, sentimentos, desejos e intenções.

Tais estados mentais parecem não corroborarem para o desenvolvimento do seu “projeto de vida” e muito menos ajudam ele a potencializar sua “segurança ontológica”, ademais também não estimulam o seu “seguir em frente”. Tudo leva a crer que nada poderá ser mais doloroso do que sua trajetória de vida até aqui. No entanto, seus dramas pessoais falam mais do medo da perda de vínculo social familiar do que necessariamente de sua vivência com a esfera do trabalho, parece que essa até então estivesse ainda reduzida ao “fantástico mundo de Bobby” e suas fantasias sobre “ganhar muito dinheiro e ser feliz”, o que parece mudar completamente quando ele se “formaliza” como motorista de aplicativo de viagens. É a partir desse momento, da vivência cotidiana com, segundo ele, “minha desgraça de vida”, que os dramas pessoais de Antônio só aumentam e ganham contornos dignos de uma trilha sonora do Joy Division⁴⁷.

Talvez as formas de produção do capitalismo – seja ele mercantil, industrial ou financeiro – tenham mesmo capilaridades que se estendem para todos os poros da subjetividade humana, e podemos agora falar em “capitalismo

⁴⁶ A questão existencial aqui colocada se apresenta por meio da sociologia de Anthony Giddens (2002), que necessariamente que dizer que são dúvidas sobre dimensões básicas de existência, tanto em relação à vida quanto ao mundo material, a que todo ser humano “respondem” nos contextos de suas condutas.

⁴⁷

Banda inglesa de pós-punk, famosa por suas letras e melodias tristes e sombrias.

da emoção”, como proposto por Eva Illouz e Yaara Alaluf (2020), sendo o neoliberalismo não só a expressão de um sistema socioeconômico, mas também uma forma de gestão psíquica, de produção de figuras de subjetividades com seus padrões de ação e, principalmente, de sofrimento. As emoções, sugerem as autoras, estão ligadas ao capitalismo pelo menos de três maneiras fundamentais (p. 76):

O apelo e a exploração das emoções para aumentar a eficácia dos processos de trabalho nas empresas capitalistas, cujo exemplo mais flagrante certamente reside no papel desempenhado pela psicologia positiva na formação de uma nova ética, a do trabalhador feliz; a penetração das metáforas econômicas e da lógica de mercado nas percepções e nas práticas da intimidade, especialmente como elas se manifestam nos sites de encontros; a manipulação e a mobilização ativas e conscientes das emoções na cultura dos consumidores, visíveis na maneira como são utilizadas na comercialização das mercadorias, na expansão de uma economia afetiva em rede, ou ainda na mercantilização das emoções.

As emoções, são subjetivas, no entanto, evocam certas ações tendenciais que são a base energética e sensível para o desenvolvimento de qualquer postura laboral, ainda mais quando o que se pede nessa nova fase de produção de valor no capitalismo, nada mais é do que um engajamento individual cada vez mais intenso.

Uma mudança de paradigma está em andamento no gerenciamento atual das empresas. As emoções se tornam cada vez mais importante. No lugar do *management* racional, surge o *management* emotivo (...) A motivação está ligada à emoção. A emoção as une (...) A psicopolítica neoliberal se ocupa da emoção para influenciar ações sobre o nível pré-reflexivo. Através da emoção, as pessoas são profundamente atingidas. Assim, ela representa um meio muito eficiente de controle psicopolítico do indivíduo (HAN, 2018b, p. 67-68).

Essa nova técnica de poder do neoliberalismo, defendida pelo teórico germano-coreano, exige obviamente então o autocontrole, a manifestação individual em colaborar para poder, em tese, usufruir, crescer individualmente,

ou nas palavras do nosso entrevistado, “para ganhar dinheiro e ser feliz”. A necessidade da autovigilância sem dúvidas parece ter sido o “norte” dado por Antônio para desenvolver sua vida sem a mediação financeira dos seus pais. Não é à toa que começa sua nova fase dando prioridade a estabelecer, potencializar uma trajetória no trabalho mais proveitosa para os seus ganhos financeiros. O que inclui, não estabelecer limite de tempo no trabalho e muito menos se abdicar dele para viver o ócio: “comecei na Uber querendo fazer muito dinheiro. Não queria de forma alguma perder mais tempo do que já tinha perdido ao longo da minha vida”, relatou.

Claramente motivado pelo desejo de não ser excluído do seu vínculo social, ele canaliza suas energias para o trabalho; o sofrimento vivido pela “renúncia” familiar é a mola mestra que o impulsiona para ter um *excesso de positividade*, ou seja, em uma guerra consigo mesmo (HAN, 2017) perante o exercício de sua nova profissão. Antônio se anuncia como único responsável pelo seu declínio, porém acrescenta que será também o único responsável pelo seu apogeu. Numa alusão aos negócios que outrora teve, ele dizia ser “o seu próprio chefe, sua própria empresa. Eu sou o chefe e meu carro seria o meu empregado. Tudo depende só de nós dois”.

Ao ensinar os indivíduos a gerir o risco, a incerteza e a competição no local de trabalho utilizando a linguagem da autonomia pessoal, o discurso psicológico transferiu a responsabilidade dos déficits estruturais do local de trabalho para a gestão emocional do trabalhador individual (Illouz e Alaluf, 2020, p. 80).

A forma de vida neoliberal descobriu que se pode extrair mais produção e mais gozo do próprio sofrimento (SAFATLE, 2018), extraindo também o máximo de cansaço e engajamento, tornando-se regra espontânea de uma vida cada qual deve fazer o seu balanço, esmiuçando sua *segurança ontológica* para expiação da sociedade, mostrando seu fracasso ou sucesso, e se responsabilizando por ambos.

Em busca de se responsabilizar somente pelo seu sucesso, Antônio começou trabalhando até doze horas por dia em seu primeiro mês como

motorista de aplicativo. Sendo esse o tempo que ele estava disponível *on-line*, todavia sua jornada era bem maior se levarmos em conta o tempo em que ele parava para comer alguma coisa ou entregar os produtos de cosméticos que vendia no dia. Sua rotina era, durante a semana, acordar às cinco da manhã para poder já ficar *on-line* antes das seis, chegando em casa por volta das onze da noite. Já nos finais de semana era comum acordar mais tarde para ficar à noite e madrugada na rua, já que era o maior pico de movimentação de passageiros.

Em suma era assim: eu acordava cedinho na semana, mesmo muitas vezes indo dormir muito tarde da noite, pois no primeiro mês de trabalho eu tive muita insônia, chegava em casa muito acelerado ainda do ritmo de trabalho. Estava tendo muita dificuldade de me desligar para descansar. Durante o dia, algumas vezes não aguentava o sono, parava um pouco, desligava o aplicativo, colocava meu celular para despertar em meia hora e dormia ali mesmo no carro; procurava um posto de gasolina e apagava; isso ocorria quase sempre por volta das dez da manhã, quando o movimento já era um pouco mais fraco, e depois do almoço por volta de umas três da tarde (ANTÔNIO, 24/08/2019).

Neste caso as técnicas de poder do neoliberalismo são também performáticas (SAFATLE, SILVA JÚNIOR e DUNKER, 2018), recodifica o indivíduo, alterando seus valores e modos de vida. Antônio viu-se modificando-se a si próprio, se encaixando, se envolvendo dentro da sua “própria empresa”, como gostava de se referir. O que antes tinha sido uma vida só regrada de diversão, metamorfoseou-se, encarnando em sua subjetividade, aspectos parecidos com o que Gaulejac chama de “neurose de classe” (GAULEJAC, 2014), não se tratando de um diagnóstico individual, mas como chave heurística para descrição de um certo tipo de conflito, mais do que certo tipo de funcionamento psíquico.

Sendo o fracasso social uma culpa que o indivíduo precisa carregar para que possa se engajar no seu retorno a sua antiga posição social dentro da sociedade. O que segundo Gaulejac (2014) teria colocado a questão de que a

luta não é somente econômica, mas também é uma luta por lugares, uma luta por posições que o indivíduo almejar alcançar.

(...) Diante de mudanças similares de classe, alguns indivíduos ficam neuróticos, outros não. Há neurose a partir do momento em que os conflitos ligados à trajetória social e aqueles ligados ao desenvolvimento psicosssexual se apoiam reciprocamente e produzem um reforço mútuo. O psiquismo age como um filtro que toma do social elementos que manterão as inibições, reforçarão as defesas, amplificarão os conflitos internos; reciprocamente, os conflitos sociais que o indivíduo enfrenta configuram sua personalidade, reverberam em seu funcionamento psíquico, sem que se possa estabelecer uma anterioridade das influências. Dado que a neurose se instala por erupções sucessivas, o indivíduo, desde que nasce, está preso nas relações familiares e sociais que condicionam seu desenvolvimento psíquico (...). A neurose de classe é, ao mesmo tempo, produto de conflitos sexuais, relacionais e sociais, que se sustentam uns aos outros em um sistema de influências recíprocas. A neurose de classe se caracteriza pelo fato de que a complementaridade dialética age no sentido de reforçar os conflitos vividos pelo indivíduo. A inibição sexual reforça a inibição social e vice-versa, como se os diversos elementos estivessem colados uns aos outros, e sem que se possa determinar um elemento deflagrador exclusivo. O que distinguirá a neurose de classe das outras formas de neurose é a importância dos conflitos ligados ao deslocamento social no surgimento da doença. O indivíduo vive uma lacuna conflituosa entre a posição objetiva e a subjetiva, conflito que influencia o desenvolvimento psíquico a ponto de provocar problemas mentais (Ibidem, p. 93-94).

Impulsionado pela ideologia gerencial (GAULEJAC, 2007) dos aplicativos de viagem que potencializaram ainda mais a ideia de “fazer o seu próprio horário”, de “trabalhar quando bem quiser”, Antônio se enchia de esperança que um dia ele voltaria para o seu estado anterior. No entanto, aos poucos ele foi percebendo que para angariar uma grana relativamente boa, precisaria aumentar sua carga horária já que não tinha um salário fixo, era preciso “não parar de girar o volante”.

O processo de flexibilização das horas assinala apenas a especificidade de a distribuição das horas laborais ser maleável, não implicando sua diminuição. O alvo das empresas, muito almejado e nem sempre atendido, é fazer com que o trabalhador

e a trabalhadora sejam, em si, flexíveis. (...) Os negócios desejam trabalhadores flexíveis para melhor se estruturar, para ajustar desencontros entre oferta e procura, para elevar o nível de intensidade laboral com vistas a alçar o rendimento do trabalho e assim superar a competição, para impedir tempos perdidos e evitar gastos de contratação de mão de obra em tempo contínuo, para produzir mediante o emprego de trabalho flexível, muito mais valor do que alcançava com o emprego de trabalho em jornadas longas, fixas, repetitivas, de tempo integral (DAL ROSSO, 2017, p. 11-12).

A flexibilidade obviamente não corresponde à realidade do trabalho de motorista de aplicativos, pois precisam ampliar sua carga horária ao máximo para poder conseguir uma quantia que possa ajudar a pagar as contas no final do mês. Passados os primeiros meses de euforia com os ganhos altos devido à pouca oferta e uma grande demanda dos consumidores pelos serviços, Antônio começou a notar que precisava aumentar ainda mais a carga de trabalho caso quisesse manter a mesma quantidade financeira obtida nos meses anteriores. Isso foi levando a ter algumas complicações que iam além da insônia já apresentada no início dos trabalhos com o aplicativo de viagens, agora tinha passado também a apresentar dores de colunas acompanhadas de fortes dores de cabeça, e uma impaciência que não era comum a ele, sempre considerado pelos que vivem a sua volta como uma pessoa bem calma no trato diário.

No primeiro momento não se importou muito, achando que poderia ser o fato de nunca ter trabalhado de verdade, e com o tempo ele se acostumaria e os sintomas desapareceriam. Todavia, não foi bem o que aconteceu, pelo contrário, em um dia normal de trabalho, no final da tarde, quando o movimento está mais intenso no trânsito, ele pegou uma moça no centro de Aracaju para levá-la à zona de expansão, ou seja, teria que atravessar toda cidade até o destino da passageira. Como sempre, não puxou assunto com a cliente, esperando sempre que ela fale alguma coisa primeiro para não incomodar. Assim foi, a jovem começou a falar sobre o seu dia de trabalho, ele ouvia e fazia algumas intervenções.

Porém, tinha começado a perceber que a sua voz estava um pouco trêmula e sem muito som, começou a ter uma impaciência naquela conversa, as mãos foram ficando trêmulas e suadas até começar a falta ar. Não pensou duas

vezes em parar o carro no meio de uma avenida movimentada e sair, ouvia a moça falar alguma coisa, mas não entendia muito bem o que estava acontecendo, só vinha na sua mente a sensação de que iria morrer a qualquer instante. Só parou de andar atônito na rua quando a sua passageira segurou ele pelo braço e o levou a uma padaria próxima, dando-lhe água, o que aos poucos foi tranquilizando a sua euforia. Quando o momento passou não tinha mais condições de pegar o carro para dirigir e foi levado pela própria passageira para sua casa.

Nunca esqueci aquele momento, foi horrível, me sentia meio louco, sem muita noção do que se estava passando. A sensação era só de morte, queria correr daquele local, queria minha casa, minha família. Sabe quando você se sente um lixo? Mas um lixo de verdade mesmo, era eu ali (percebi que os olhos de Antônio ficaram trêmulos nesse momento da sua fala). Eu sair que nem doido pela rua cara, sabe bem o que isso significa? Meu Deus, foi horrível, o tempo não passava quanto mais eu sentia alguma coisa física, mais meu corpo apresentava novos sintomas. Foi um horror, não desejo isso para ninguém. E o fato de ter sido levado para casa pela própria passageira... meu Deus que vergonha, não consegui nem agradecer a ela naquele momento. Minha mãe falou no outro dia que tinha pegado o número do celular dela, foi então que liguei pedindo desculpas e agradecendo (ANTÔNIO, 05/10/2019).

É nesses momentos em que a sociologia saíria para entrada de uma outra ciência, talvez a psicologia, mais especificamente a psicologia social, ao menos em se falando de uma sociologia tradicional, e em larga medida ligada ao positivismo (ALEXANDER, 1987). No entanto, até mesmo Émile Durkheim (2001), considerado um dos grandes seguidores da tradição positivista, procurando delimitar o objeto de estudo da sociologia, e consequentemente o seu afastamento da psicologia da sua época, foi categórico ao mostrar, ao menos, o quanto as estruturas, que para ele são exteriores ao indivíduo, formam a consciência coletiva que por sua vez forma e transforma as subjetividades.

Todavia, se atendo à especificação de uma sociologia do trabalho, sobretudo na tradição mais hegemônica no Brasil, vamos notar que na maioria dos seus estudos, casos como o que vem se apresentando aqui, muitas vezes não são problematizados, e quando procuram uma problematização, serve

somente para mostrar como os aspectos econômicos por si só explicam os traumas, as angústias e as emoções individuais.

É notório que o caso aqui apresentado tem uma intrínseca relação com as questões materiais, e que elas em larga medida também podem nos apontar caminhos em direção a compreensão dos fatos. Mas é também evidente o papel dos estímulos emotivos, desse capitalismo da emoção (ILLOUZ, 2011). O papel das tecnologias e das técnicas de poder que as acompanha têm um peso enorme na estrutura psíquica dos indivíduos (DARDOT e LAVAL, 2016), o que viria para libertá-lo do seu fardo laboral, aprisiona e pede que ele se cobre e mantenha um autocontrole das suas ações. Os aplicativos de viagens exigem esse engajamento dos seus “parceiros”, impõem de uma maneira não escancarada o seu poder sobre eles, que precisam, embora não sejam obrigados pela plataforma, estarem sempre à disposição, já que se isso não ocorrer o mais afetado será ele próprio. É o sujeito do desempenho (HAN, 2017) em guerra consigo mesmo, levado ao cansaço, à exaustão, ao adoecimento, ou seja, os sintomas perfeitos para a sobrevivência do neoliberalismo (DUNKER, 2015). Dessa forma,

a queda da instância dominadora não leva à liberdade. Ao contrário, faz com que a liberdade e coação coincidam. Assim, o sujeito de desempenho se entrega à liberdade coercitiva ou à livre coerção de maximizar o desempenho (...) os adoecimentos psíquicos da sociedade de desempenho são precisamente as manifestações patológicas dessa liberdade paradoxal (HAN, 2017, p. 29-30).

Embora Antônio não mais estivesse iludido com essa liberdade paradoxal, a nossa pesquisa começou a mostrar o quanto a busca por maximizar o seu desempenho levou ele ao adoecimento psíquico. Boltanski e Chiapello já alertava que “o novo espírito do capitalismo” (2009) depende da produção histórica de uma certa forma de subjetividade, cujos custos psíquicos aparecem como que em imagem reversa na condição depressiva. Sendo esse o novo modelo normativo de individualidade no qual se ancora o novo capitalismo, de

um lado, e um punhado de formas tipicamente contemporâneas de sofrimento psíquico, de outro (GAULEJAC, 1999).

(...) O indivíduo não adoece devido a uma modificação do mundo exterior que substitui a satisfação pela frustração, mas porque esbarra nas dificuldades internas de se adaptar às exigências da realidade externa. O indivíduo, devido a uma rigidez interna, não consegue trocar uma satisfação anterior por outra para se adaptar às modificações do ambiente (GAULEJAC, 2014, p. 90).

O primeiro caso (de muitos outros, só que não mais dentro do seu trabalho) de “ataques de pânico” – diagnóstico dado já na sua primeira consulta com um psiquiatra – acendeu o sinal de alerta em Antônio para se cuidar mais, tentar manejar o ritmo de trabalho, praticar esporte, enfim, todo um apanhado de recomendações próprias de quem chegou ao seu esgotamento físico e mental. Mudanças que só duraram nos primeiros meses, em seguida ele já estava repetindo tudo novamente, pois não pretendia mais morar com os pais, queria alugar um apartamento, ter mais privacidade, já que tinha acabado de conhecer alguém com quem gostaria de morar junto. Entretanto, o que pesou mais na balança para mudança de atitude foi mais uma vez a vergonha, a maneira como era escondido dentro da sua casa, em clausuro existencial, sancionado espontaneamente em não se socializar com os amigos e familiares que sempre visitavam seus pais. Nestes casos, estas pessoas:

Tendem a se enterrar em um isolamento cada vez mais radical, um meio extremo de enfrentar a profunda ferida narcísica que representa o sentimento do próprio fracasso. Isso pode levar à doença mental, alcoolismo, condutas delinquentes, mutismo, todos esses sintomas de reação à angústia provocada por uma imagem degradada de si mesmo, pelo sentimento de fracasso irremediável, pela autodesvalorização quando a negação não permite mais escapar. Embora os conflitos vividos nas trajetórias ascendentes estejam conscientemente ligados à existência de classes sociais e às contradições que caracterizam suas relações, as trajetórias descendentes remetem os indivíduos a si mesmos. Mais do que humilhação social, é ferida narcísica profunda; mais do que conflito de identificação, é perda da identidade; mais do que culpa, é sentimento de perseguição; mais do que rejeição pelos outros, autodesvalorização (GAULEJAC, 2014, p. 85).

Não bastasse o fato de estar exercendo um trabalho que não era benquisto pelos familiares, ainda tinha agora de ser tratado como o “louquinho” da família. Antônio não suportava mais a forma diferente com que as pessoas ao seu redor se reportavam a ele, com um olhar de pena e também de muito preconceito⁴⁸. Esse caso seria uma representação da teoria sociológica da depressão apontada por Alain Ehrenberg (2010) que diz que em contraste com o sofrimento psíquico oriundo de uma repressão interiorizada que esmaga implacavelmente os próprios desejos do indivíduo, como no cenário de hipertrofia do superego que Freud (2021) encontrara na “melancolia”, o indivíduo da “modernidade tardia” é menos contido por proibições do que por *realizações*. Ele não é tanto dilacerado por conflitos interiores como por um hiato entre quem ele é e quem ele “poderia ser” (a “melhor versão possível de si mesmo”). Finalmente, a subjetividade nos nossos tempos, defende o sociólogo francês, sente menos a culpa por suas aspirações do que a *vergonha* por não corresponder às expectativas nela depositadas por outros e por ela mesma.

Na neurose de classe, o complexo de inferioridade é a tradução psíquica das relações de poder entre os grupos sociais. Para o sujeito, os conflitos que o geram se caracterizam pelo desejo de ascender mantendo-se apegado à posição originária, o medo de nunca estar à altura de suas aspirações, uma sensibilidade intensa a todas as situações de humilhação e um sentimento de culpa ligado aos temas da traição, da negação e da dívida (GAULEJAC, 2014, p. 124).

⁴⁸ Ao propormos a análise das depressões como um sintoma do social na vida contemporânea, estamos em acordo com as observações feitas por Maria Rita Kehl, quando para ela esse fato “significa supor que os depressivos constituam, em seu silêncio e em seu recolhimento, um grupo tão incômodo e ruidoso quanto foram as histéricas no século XIX. A depressão é a expressão de mal-estar que *faz água* e ameaça afundar a nau dos bem-adaptados ao século da velocidade, da euforia *prêt-à-porter*, da saúde, do exibicionismo e, como já se tornou chavão, do consumo generalizado. A depressão é sintoma social porque desfaz, lenta e silenciosamente, a teia de sentidos e de crenças que sustenta e ordena a vida social desta primeira década do século XXI. Por isso mesmo, os depressivos, além de se sentirem na contramão de seu tempo, veem sua solidão agravar-se em função do desprestígio social de sua tristeza. Se o tédio, o *spleen*, o luto e outras formas de abatimento são malvistas no mundo atual, os depressivos correm o risco de ser discriminados como doentes contagiosos, portadores da má notícia da qual ninguém quer saber (KEHL, 2009, p. 22).

Decidido a mudar sua situação, Antônio abandonou o ritmo sugerido pelo seu médico – embora continuasse a usar as medicações que havia conseguido diminuir os seus “ataques de pânico” – e se engajou com mais força no universo do seu trabalho, disposto a se libertar da angústia de morar em um ambiente que estava destruindo a sua autoestima. Ele só não contava com o fato de o seu senso de melhorar o *desempenho* esbarrava nas limitações emotivas que adquiriu depois da sua inserção como “colaborador” na plataforma dos aplicativos de viagens. Quando reduziu sua jornada de trabalho para se dedicar um pouco mais a si, trabalhando no máximo oito horas por dia, não sentia o cansaço que levou ao seu esgotamento, realizava as viagens de forma tranquila, conversava normalmente com os seus passageiros. Porém, ao voltar com sua antiga rotina, se viu em situações difíceis:

Teve dias de trabalho que eu não conseguia nem ao menos cumprimentar os passageiros com um bom dia, tamanha era minha impaciência. Você sabe que a gente precisa ser gentil com eles porque se não vão lá e te dão uma nota ruim, te avaliam só com uma estrela. Eu sempre era muito bem avaliado, tanto que tinha, antes do ocorrido com minha saúde, a nota 4,9 (a nota máxima da avaliação por estrelas é 5 e a mínima é 1) mesmo com muitas viagens já acumuladas. Teve um dia, já na minha última corrida da noite, estava chovendo muito na cidade, peguei um casal no shopping (localizado na cidade de Nossa Senhora do Socorro, na Grande Aracaju) que tinha como destino final a avenida Melício Machado, que é perto de onde moro. Era viagem longa e eu já estava “p” da vida, porque as minhas avaliações estavam sendo muito baixas, o casal resolveu me perguntar se “tal caminho não seria melhor para fugir de possíveis alagamentos causados pela chuva”. Não pensei duas vezes e mandei de volta: se quer conduzir o seu caminho que compre o seu próprio carro. A moça soltou lá de trás que se eu “não quisesse ouvir pedidos dos passageiros deveria ter estudado e ter uma coisa melhor”. Não pensei duas vezes, parei o carro e mandei que se retirassem ali mesmo debaixo da chuva. Cheguei arrasado, em prantos, e aí já viu né, vieram todos os sintomas de ataque de pânico (ANTÔNIO, 16/12/2019).

O exemplo aqui está claro, há algo em curso nesse novo cenário de desenvolvimento tecnológico que exige uma inserção cada vez mais arriscada do indivíduo que trabalha, impulsionando-o para o seu desgaste mental, associado às diversas variantes da depressão, cabendo à sociologia reconhecer

a realidade indisfarçável das formas de sofrimento psíquico produzidas, precipitadas e/ou reforçadas por certas forças estruturais da sociedade contemporânea, a começar pela tendência à individualização. O foco sobre o componente societal do sofrimento psíquico, como na conexão entre o “culto da performance” (EHRENBURG, 2010) e o colapso da iniciativa individual na depressão (ou ainda, para dar um exemplo relacionado, no laço entre o aumento de transtornos de ansiedade e o crescimento da instabilidade no mundo do trabalho).

Graças às iniciativas pioneiras de autores como Alain Ehrenberg (2010) e Vicent de Gaulejac (1999, 2014), que procuram evidenciar que o sofrimento depressivo, longe de redundar apenas de idiossincrasias individuais, é uma espécie de “subproduto coletivo” das novas vivências na esfera do trabalho. Se o trabalho é o critério axiológico decisivo para que um indivíduo seja imbuído de valor segundo o novo espírito do capitalismo, não surpreende que a depressão emergja na consciência pública.

À luz de uma análise sociológica, percebe-se que a “subjetividade empreendedora” apresentada por Antônio desde os seus primeiros passos para se envolver com “o mundo dos negócios”, perpassando pelo seu trabalho como motorista de aplicativo, emerge mais tarde em uma outra forma de existência que dá chances à construção de sua “subjetividade depressiva” se revelam verso e reverso de uma mesma moeda sócio-histórica: o indivíduo excitadamente disposto a novas e variadas experiências dá lugar a um sujeito cuja suscetibilidade à experiência de prazeres e alegrias foi corroída; a orientação contínua para empreendimentos e projetos futuros dá lugar à dissolução da esperança de que o futuro venha a se distinguir do presente, sobretudo na medida em que tal futuro dependa da iniciativa “empreendedora” do próprio indivíduo (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009).

As vivências sociais do nosso pesquisado sofreram alterações drásticas ao longo da sua jornada. De criança sonhadora e esnobe, de adolescente “filho da mamãe”, passando pela sua fase adulta como “empreendedor de si”, até suas “aventuras” na plataforma digital de aplicativos de viagens, Antônio foi forçado a se adequar, a viver a angústia por se sentir deslocado dentro da sua classe de origem, quiçá até mesmo excluído dela, não levando à frente sua origem social.

Na ilusão de conseguir ser reconhecido, ser aceito, procurou o trabalho como alternativa de conduzir sua segurança ontológica. A tragédia é que é daí que ele decai ainda mais existencialmente.

Nossa pesquisa com essa fonte começou no início de 2019⁴⁹ e foi concluída antes do carnaval de 2020, ou seja, um pouco antes da explosão da pandemia do novo Coronavírus. Nesse um ano de conversas, quase sempre às segundas no seu horário de almoço, apesar de todo sofrimento descrito por ele, não foi impedimento para que fizéssemos as entrevistas. Ele já estava a quase dois anos em tratamento dos “ataques de pânico” e da depressão que se seguiu. Continuando a trabalhar como motorista, algo que segundo ele “parece vai ser para sua vida toda”, sem mais expectativas de mudança; já estava casado com a moça que serviu de estímulo para sair da casa dos pais, quatro meses depois de se conhecerem. Porém, apesar de se sentir mais aliviado não morando com sua família, os anos que se seguiram foram marcados por turbulências e mais “ataques de pânico”, sobretudo no seu trabalho. O uso de medicação para o combate às suas ansiedades e depressão só aumentavam, o que pôde explicar o seu ganho de peso em três anos (aumento de quase 30kg desde que começou a medicação), além de não ter tempo livre para poder praticar alguma atividade física.

O responsável pela depressão, na qual acaba desembocando o burnout, é antes de mais nada a autorrelação sobre-exaltada, sobremodulada, narcisista, que acaba adotando traços depressivos. O sujeito de desempenho esgotado, depressivo está, de certo modo, desgastado consigo mesmo. Está cansado, esgotado de si mesmo. Totalmente incapaz de sair de si, estar lá fora, de confiar no outro, no mundo, fica se remoendo, o que paradoxalmente acaba levando à autoerosão e ao esvaziamento (HAN, 2017, p. 91).

⁴⁹ Cheguei até Antônio por intermédio de um amigo em comum que havia me dito sobre a luta que vinha travando contra a depressão, segundo as análises clínicas, possivelmente potencializada pelo seu trabalho. Até hoje mantenho contato com o meu pesquisado. Tínhamos em comum não só um amigo, mas também o amor ao xadrez, que durante o ano de 2020 foi um escape tanto para ele quanto para mim, no percurso da pandemia. Sempre que podíamos marcávamos de jogar *on-line*.

O esgotamento físico e mental de Antônio é a expressão dessa fase neoliberal que se encontra o capitalismo, que se move através do sofrimento individual. Se antes os chamados “problemas mentais” eram empecilhos para o universo do trabalho, hoje eles servem de estímulos para as demandas neoliberais (DARDOT e LAVAL, 2016), empurrando o “sujeito depressivo” ao autocontrole e cobrança imperativa em torno da sua existência (GAULEJAC, 2014), buscando o melhor desempenho possível para continuar produtivo e reconhecido (HONNETH, 2018).

Denominarei esse caso aqui estudado de “cálculo existencial” em oposição ao “cálculo econômico”, não para excluir a possibilidade do segundo, mas para mostrar e evidenciar o papel da subjetividade na construção das relações de trabalho. Trata-se de uma vontade pela aceitação do seu grupo social, fazendo-se engajar no seu trabalho como forma de, através dele, atrair a atenção para si. Uma forma de exaltar a sua vida por meio dos seus ganhos, mesmo quando esse trabalho ou os ganhos advindos dele não correspondam às expectativas que seu meio social espera do indivíduo. É, portanto, uma aposta no escuro, uma tomada de decisão arriscada que pode colocar em xeque não somente suas relações sociais, seu futuro financeiro, mas sobretudo a sua vida psíquica.

Através da sociologia clínica podemos auferir essa dimensão do mundo do trabalho. Antônio não trabalha somente porque precisa sobreviver, não se “aventura” no mundo precarizado das plataformas digitais de aplicativos de viagens apenas para angariar algum recurso financeiro, ele está também em busca de construir a sua subjetividade. Todavia, as técnicas de poder do neoliberalismo, principalmente a noção exacerbada de “seja você seu próprio patrão”, corrói toda tentativa de engajamento por essa via, sendo o sujeito “empreendedor de si” a presa mais fácil de se aproveitar, explorando todas as suas energias físicas e cognitivas. Assim,

Quando se levam em conta as dimensões sociológicas e históricas dos destinos pessoais, as próprias, mas também as dos outros, cada um pode compreender como diversos fatores agiram em seu caso, como contribuíram para posicioná-lo em sua família e nas relações sociais, o que modifica

profundamente sua relação com essa "situação" e lhe permite compreender concretamente que a realidade é apenas uma das formas do realizável, que o possível não se reduz ao provável (GAULEJAC, 2014, p. 172).

O cálculo existencial de Antônio é em suma uma configuração social do seu histórico tanto familiar quanto inserido nas suas relações sociais e, sobretudo no trabalho. Sendo nesses contextos que ele faz suas apostas e escolhas, capacitando-se para assumir suas responsabilidades e formando-se para viver seus desejos, que entram em coalizão com as forças as quais o indivíduo não controla, a saber, a forma socioeconômica vigente, o que gera frustração e sofrimento. Talvez os seus traumas familiares tenham também desencadeado sua depressão – enquanto sociólogo não nos cabe um diagnóstico psicológico – embora seja só com o contato direto com o universo do trabalho que ela apareceu e o incomodou e incomoda, fato que nos leva, enquanto sociólogo, a afirmar que os fatores que desencadeiam a depressão têm também esse caráter externo ao indivíduo e deve também ser compreendido à luz das ciências sociais.

3.2 - Meryl Streep: Do telefone ao volante

Berta Pappenheim mais conhecida como “Anna O” foi a primeira paciente da psicanálise. Freud fez dela a mulher histérica mais famosa da história. Este ficou conhecido como o “caso de Anna O” e tornou-se o início de uma disputa de um século entre a psicanálise e o feminismo sobre o significado da feminilidade (DUNKER, 2021). Como nesse estudo não temos como foco a discussão em torno do feminismo, muito embora saibamos de sua relevância para as ciências sociais e, sobretudo, para a nossa vida política como um todo, nos reservamos aqui a descrever o “caso Anna O” como referência para análise empírica de uma das nossas entrevistadas, descartando qualquer semelhança psicanalítica, mas aproximando suas consequências sociológicas, a saber: seu sofrimento e sua afetação perante as pessoas que circundam seus vínculos sociais. Muito embora o caso que será aqui apresentado tenha mais a ver com

as consequências da gestão do sofrimento pelo neoliberalismo e suas formas degradantes de trabalho desenvolvidos na interface das plataformas, do que, obviamente o estudo inaugural da psicanálise freudiana com uma moça de família burguesa no final do século XIX.

Anna O. era uma mulher de 21 anos que adoeceu enquanto cuidava de seu pai, que depois morreu vítima de um abscesso tubercular. Sua doença começou com uma tosse intensa. Em seguida ela desenvolveu vários outros sintomas físicos, como sérios distúrbios da visão, da audição e da fala, impossibilidade de ingerir alimentos, paralisia de três extremidades com contrações e anestésias, bem como lapsos de consciência e alucinações (FREUD, 2016). Estava consolidado um dos primeiros casos de histeria constatado pelo pensamento moderno.

Hoje, estamos distantes dois séculos da *Belle Époque* vienense. O nosso mundo é altamente globalizado, provoca novos sintomas e novas abordagens. As concepções inovadoras das teorias lacanianas se sedimentou a partir dos anos 60, numa Paris sob os ecos de maio de 1968. Atualmente, a presença da psicanálise se rivaliza com as neurociências e com os excessos de medicamentos que tentam controlar os sintomas psíquicos (DUNKER, 2021). Todavia os sintomas também se apresentam envoltos a ambientes mais hostis que remetem não só à infância ou sexualidade como no “caso Anna O.”, mas também as condições determinadas pelo fazer social do indivíduo, mais precisamente na sua esfera de trabalho. Talvez, o fato de deixar de ser somente uma especialidade voltada para as classes mais abastadas (embora ainda seja predominantemente elitista), e ter começado a chegar mais perto dos renegados pelo sistema capitalista, tenha possibilitado a psicanálise inovar ainda mais suas teorias. Dardot e Laval (2016), que embora sejam da linhagem foucaultiana com uma pegada próxima ao marxismo, não deixaram de beber das teorias psicanalíticas, sobretudo as de caráter lacanianas, e explicitaram o quanto “a fábrica do sujeito neoliberal” é a caixa de pandora para a exacerbação de sofrimentos psíquicos:

Se existe um novo sujeito, ele deve ser distinguido nas práticas discursivas e institucionais que, no fim do século XX, engendram

a figura do homem-empresa ou do “sujeito empresarial”, favorecendo a instauração de uma rede de sanções, estímulos e comprometimento que tem o efeito de produzir funcionamento psíquico de um novo tipo (p. 322).

Os estímulos da economia neoliberal podem então servir de mola propulsora para sintomas psíquicos que outrora eram diagnosticados por meios mais individualizantes e catalizador de repressões sexuais, e é nessa perspectiva que deixaremos, ao menos analiticamente, a diagnose feita por Freud sobre a histeria para focarmos sociologicamente no papel não repressivo do neoliberalismo, que nas premissas de Han (2018b), é cheio de positividade que constrange o indivíduo a querer sempre se superar, sendo “obrigado” a ser seu próprio controlador. Então por que iniciamos esse tópico com o caso descrito por Freud há dois séculos atrás? A resposta se encontra no fato que a descrição empírica que se seguirá trata-se também do sexo feminino, e para além disso aponta na direção de uma escalada ofensiva neoliberal quanto ao papel da mulher na modernidade tardia, tendo como pano central a sua relação com o mundo trabalho, de um lado, e sua inserção em universo altamente ocupado pela figura masculina, que é a atividade de motorista, mais precisamente, de motorista de aplicativos de viagens, do outro lado.

Manuela tem 32 anos, nasceu em uma família da classe trabalhadora precarizada. Seu pai era marchante⁵⁰ e sua mãe costurava para arrecadar dinheiro para pagar os materiais escolares da sua única filha. Apesar de uma infância marcada pela pobreza, nunca passou fome como outrora seus genitores haviam passado na infância e adolescência.

Crescendo nos anos de 1990, Manuela lembra de na sua casa ainda não possuírem eletrodomésticos e depender do auxílio de vizinhos para poder guardar os alimentos na geladeira, sobretudo a proteína bovina que era trazida pelo seu pai todos os sábados, que era “dada de forma generosa pelo patrão dele. Nunca nos faltou esse alimento. Seu Firmino gostava da gente e não deixava a gente na mão em nenhuma semana”. Mas o que mais angustiava Manuela era não ter uma televisão em casa para assistir aos desenhos, às

⁵⁰ No nordeste do Brasil esse termo tem o significado daquele que trabalha nos açougues.

novelas, seus programas favoritos na hora que bem quisesse, era sempre preciso falar com algum vizinho antes para poder viver esses entretenimentos. Então uma das saídas que ela achou foi interpretar na frente do espelho as falas que ela gravava em sua mente das personagens das telenovelas (mais tarde esse improviso para suprir seu desejo para assistir TV desembocaria na escolha do seu curso para fazer uma graduação).

Na entrada da primeira década dos anos 2000 sua família tem uma melhora na condição de vida, principalmente depois que o açougue que seu pai trabalhava começa a se desenvolver economicamente e se expande para mais três bairros da zona norte de Aracaju, atendendo não só o Novo Paraíso, mas também o Bairro América e o José Conrado de Araújo. Pelos anos de convívio e por ser considerado um empregado excelente, o patrão designa o pai de Manuela como gerente do açougue onde ele sempre trabalhou. O que possibilitou que sua mãe ficasse somente com os serviços domésticos:

Era minha pré-adolescência sabe, eu já estava querendo me vestir melhor, ir na praça da igreja para paquerar os guris do bairro. E essas chances vieram graças a essas mudanças ocorridas na vida do meu pai. Ele estava irradiante, muito embora nunca visse ele de mau humor, porém nesse período ele estava ainda mais generoso e feliz com a vida. Na minha casa agora tinha tudo que nos foi negado na minha infância. Já podia tomar uma água bem gelada nesse calor que nossa cidade faz. Podia assistir minhas novelas favoritas, mas não só, com a possibilidade de termos videocassete comecei o meu amor pelo cinema (MANUELA, 08/08/2019).

Economistas desenvolvimentistas encaram esse período como sendo o momento de crescimento da cidadania dos brasileiros através do que irão chamar criticamente de “cidadania pelo consumo”. Laura Carvalho em sua *Va/la brasileira: do boom ao caos econômico* (2018) defende que o aumento do salário mínimo provocou um grande salto econômico na vida dos trabalhadores com menor qualificação, essa alteração na estrutura produtiva elevou o padrão de consumo destes que estavam excluídos dessa vivência no universo do capitalismo:

Em resumo, o processo de redução de desigualdades no Brasil durante esse período explica-se, essencialmente, por mudanças na base da pirâmide, resultado em boa parte das políticas de transferências de renda e de valorização do salário mínimo. Essas transformações, por sua vez, repercutiram no padrão de consumo das famílias brasileiras. Produtos e serviços antes consumidos apenas pelos mais ricos passaram a ser consumidos também pela população de baixa renda (CARVALHO, 2018, p. 23).

Na mesma linha, Bresser-Pereira (2018) no seu último trabalho *“Em busca do desenvolvimento perdido: um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil”* postulou que o padrão de consumo das famílias se alteram de acordo com o crescimento da renda. Assim, cada vez que o nível da renda aumentava, as famílias da base da pirâmide conseguiam incorporar cada vez mais serviços em sua cesta de consumo. Somados a isso, segundo Bresser-Pereira, estava a política de créditos ofertadas no Governo Lula, sobretudo entre 2003 e 2009, pois o saldo acumulado de operações de crédito, que representava 25,5% do PIB (Produto Interno Bruto) em janeiro de 2002, alcançou 63% do PIB no final de 2009. Sendo o crédito consignado uma das molas de desenvolvimento para o giro da moeda nacional, possibilitando que aposentados, servidores públicos e uma parcela de trabalhadores obtivesse acesso a esse crédito⁵¹.

Os anos 2000 na avaliação de Manuela representou a melhor época da sua vida, além de ser o período da sua adolescência, veio junto com uma melhoria na qualidade de vida da sua família, que pôde pagar para que ela fizesse o ensino médio em uma escola privada, embora considerada como “escola de bairro”, ou seja, de pequeno porte, já era um avanço em relação ao ensino da escola pública que sempre frequentou. Segundo nossa entrevistada o ensino que adquiriu ao longo dos primeiros anos de estudo era muito defasado, “e só com minha ida para essa escola particular é que comecei a me desenvolver melhor, cognitivamente falando”. Ao contrário da maioria dos seus amigos e amigas que tinham que conciliar o ensino básico com o trabalho, Manuela teve

⁵¹ Claro está tanto para Laura Carvalho (2018) quanto para Bresser-Pereira (2018) que essa entrada da classe trabalhadora no universo do mundo dos créditos também contribuiu para o processo de crise da economia na segunda metade da década de 2010 devido ao fato que isso levou também o endividamento das famílias brasileiras, sobretudo as pertencentes ao precariado.

a oportunidade de se dedicar somente a estudar, relatando que se sentia um pouco constrangida em relação aos seus amigos mais antigos, pelo fato de ter conseguido uma vida menos desconfortável tal qual eles estavam submetidos.

Ao contrário de Antônio (o nosso primeiro caso aqui apresentado) que já havia nascido em um ambiente familiar mais desenvolvido economicamente, Manuela viveu sua infância marcada pela precarização do trabalho, tanto pelo seu pai (até então marchante) quanto pela sua mãe (que costurava para pagar os materiais escolares da filha), fazendo com que ela tivesse um senso de realidade menos sonhadora, e muitas vezes ingênua como a do Antônio em relação ao mundo do trabalho. Certamente a ideia de se realizar economicamente por parte de Manuela não perpassava pela noção de se tornar uma grande empresária de si mesmo. A realidade social se apresenta para cada sujeito de forma diferente, e obviamente que suas escolhas são frutos das suas vivências, porém os seus caminhos podem se cruzar a partir de determinadas condições sócio-histórica. Na linguagem de Dardot e Laval (2016), só com o advento de uma sociedade neoliberal é que podemos observar o fenômeno da precarização se estender para todas as camadas sociais que de algum modo pertencem à classe trabalhadora. Ou seja, as vivências opostas de Antônio e Manuela não sentenciam a segurança e insegurança ontológica, respectivamente de cada um.

Ademais, a vida regressa de ambos em relação “ao estar no mundo” ou “fazer-se humano por meio das aspirações subjetivas” (BRAZ, 2021) não tem similaridades nenhuma. Os conflitos existenciais de Antônio são mais visíveis através dos seus relatos. A vida juvenil de Manuela é relatada por ela de uma forma leve e povoada de boas lembranças. Sempre se sentindo bem acolhida no ambiente familiar. Seus dramas existenciais eram mais voltados às personagens que interpretava no espelho na infância e que foram tomando forma no ensino médio, no qual organizava com outros alunos algumas peças teatrais. Na verdade, ela era tão bem aceita pelos seus pares na escola que, na sua visão, se sentia em casa e tão bem acolhida como se estivesse ao lado dos seus próprios familiares.

Nesse espírito nossa entrevistada atravessou sua adolescência e resolveu cursar o ensino superior no curso de Teatro, não sendo bem aceito no

início pelos seus pais, por acharem que ela não teria um retorno financeiro por meio dessa escolha. Porém, em pouco tempo eles não mais questionavam a escolha da sua única filha.

Meus pais sempre foram maravilhosos comigo, sempre me apoiaram em tudo, nunca ficavam contra o que eu falava. O único momento que me lembro deles relutarem foi nessa época. Mas logo as objeções sumiram (...) foram quatro anos de uma vivência muito intensa na universidade. Lá eu me realizei enquanto pessoa, fiz grandes amizades que permanecem até agora; participava ativamente da vida universitária através do movimento estudantil; mas sobretudo eu era muito engajada na vida cultural da UFS (Universidade Federal de Sergipe); fazíamos peças teatrais a rodo em todos os campi do Estado (...) apesar de tantas atividades extraclasse, eu não me abstinha das aulas e sempre fui uma aluna participativa e com boas notas (...) como eu não precisava trabalhar durante esse período que estive na universidade, aproveitei e me realizei (MANUELA, 30/08/2019).

Manuela já estava concluindo seu curso de Teatro e com os contatos que havia feito através dos movimentos culturais e estudantis estava quase tudo pronto para ela ingressar no mestrado em Antropologia na Universidade de Brasília (UNB), com um projeto de dissertação que abordava a história do teatro em Sergipe e os desdobramentos para uma possível profissionalização. Entretanto, a suspensão de um *projeto de vida* aos moldes do que nos fala Giddens (2002) sofreu as consequências contingenciais. No final do último semestre para a sua formatura, ela perde seu pai para a imprudência no trânsito. Voltando de uma viagem que fizera para o interior do Estado com o intuito de tentar abrir uma filial do frigorífico do seu patrão, o carro do pai de Manuela colidiu com um caminhão que cortou a sua faixa em sua direção. O caminhoneiro estava bêbado e dormiu ao volante.

Esse acontecimento mudou completamente os planos de Manuela, pois era o seu pai quem mantinha financeiramente os seus estudos, e a sua mãe cuidava das coisas da casa. Não restava outra saída a não ser refazer seus planos, e acima de tudo procurar um trabalho para manter a casa. Não havia herança e muito menos o frigorífico pertencia ao seu pai, embora tenha dedicado

mais de vinte anos de sua vida naquele serviço, ele não era o dono do estabelecimento comercial.

A sua formatura veio praticamente em seguida à morte do seu pai. O que poderia ser uma luz no fim do túnel se tornou frustração e arrependimento pelos quatro anos dedicados com muita afeição e cuidado para um curso que não daria a ela um retorno financeiro a curto prazo (quicá a longo prazo também). O mercado de trabalho para licenciado em Teatro no Estado de Sergipe era praticamente inexistente. Embora houvesse a possibilidade de mudança para outra região do país, não era algo que sua mãe se dispusesse a fazer. A saída encontrada foi a sua mãe voltar a se dedicar à costura e ela se aventurar na primeira oportunidade que surgisse.

Manuela soube da notícia de que uma empresa de telemarketing, que estava em Aracaju ainda há pouco tempo, estava fazendo seleção para a vaga de teleatendente. Sem pensar muito, se inscreveu e logo foi chamada para participar de um processo de formação que em geral funcionava como forma avaliativa dos pretendentes. Na sua formação as equipes foram divididas em quatro grupos de quinze pessoas cada, que ficariam juntos durante duas semanas “em treinamento” para assumir os postos de trabalho. Só que a maioria, do chamado “treinamento”, segundo Manuela, era composto por atividades que não estavam relacionadas necessariamente com o *script* a ser realizado em uma ligação com o consumidor, mas sim a análise comportamental dos pretendentes às vagas em relação à pressão passada nas rodas dos grupos. Como por exemplo ao fazer as dinâmicas de grupo, colocar as pessoas em situações constrangedoras, como ter que apontar os aspectos físicos que mais repudiava no outro.

O capitalismo da emoção (HAN, 2018b) mostra-se como traço predominante do neoliberalismo, sendo a necessidade de controlar as subjetividades um traço predominante também do universo do atendente de telemarketing. Tendo como imperativo desse modelo o surgimento de uma subjetividade precária, ou como prefere Guy Standing, uma “mente precarizada” (2014), pois além de estar a todo tempo impregnada de emotividade para exercer seu trabalho, acaba com o tempo se desgastando ao ponto de chegar aos estágios mais elevados de ansiedade.

Percebendo do que se tratava aquele “treinamento”, Manuela resolveu entrar no jogo, era questão de sobrevivência. Devido a sua desenvoltura ao falar em público, fruto dos seus anos de graduação em teatro, ela se saiu muito bem na seleção, e apesar de se sentir mal por ter que aderir aquele tipo de encenação que “mexe e afeta os sentimentos das pessoas”, era preciso viver aquela experiência dolorosa.

Quando se pensa em atendente de telemarketing, logo vem à memória uma educada voz feminina, isso está no imaginário popular. Afinal, segundo números da Sintemark (Sindicato das Empresas de Telemarketing do Estado de São Paulo), são elas que ocupam 60% das 465 mil vagas de atendimento por telefone no país⁵². A noção popular da voz feminina também se reverbera para dentro da empresa que exige que os seus funcionários adotem o modelo estereotipado de como deve ser o comportamento feminino. Segundo Manuela, todos os teleatendentes, independentemente do sexo biológico precisam ser sensíveis, delicados no trato com o consumidor, e sobretudo, serem dispostos à submissão perante o seu público. Ou seja, não seria somente que “o cliente tem sempre razão”, além disso é preciso mostrar que se preocupa com suas reclamações, ou ao menos, fingir preocupar-se.

Assédio moral, pressão para atingir metas, com sobrecarga de trabalho, menos pela quantidade de horas no serviço – são 6hs de trabalho (comparado com outros tipos de trabalho a carga horária poderia ser considerada “pequena” e/ou “flexível”) –, e mais pela gerência e controle dessas horas trabalhadas. São as principais reclamações da nossa entrevistada, e representa também as principais angústias dos seus colegas de trabalho. Tanto é evidente que nos quase dois anos que esteve trabalhando como atendente de telemarketing, não conseguiu manter muitos vínculos sociais com os demais trabalhadores, devido à alta rotatividade, fruto possivelmente da sobrecarga de trabalho:

Apesar da rotina ser puxada, com curtos intervalos de tempo para descanso, quase todos os finais de semana quando saíamos do trabalho, corríamos direto para um barzinho à frente

⁵²<https://www.terra.com.br/noticias/dino/a-voz-da-mulher-no-telemarketing-vende-mais,5952276a6043119547cc5ac06048db52ts1igox4.html>. Acessado em 10/03/2020.

da empresa. Tinha uma vista linda para o Rio Sergipe, e lá a gente tentava relaxar do ritmo puxado que era ficar horas e horas à frente do “inferninho”⁵³ recebendo reclamações dos consumidores. Quase sempre não eram as mesmas pessoas que estavam presentes nos encontros, muito pelos horários de trabalho que sempre mudava, mas principalmente porque as pessoas não passavam muito tempo na empresa. Tenho certeza que era devido ao esgotamento, ao cansaço, era muito estressante. Isso era ruim também porque a gente não conseguia fazer amizades, as pessoas desapareciam logo do nosso convívio. Uma supervisora me disse uma vez que da equipe dela eu era a que estava durando mais tempo (MANUELA, 19/09/2019).

As intermitências na sociabilidade para além do seu caráter afetivo revela também a ausência de laços sociais que possam levar os trabalhadores para uma luta política por melhores salários e condições de trabalho menos estressantes. A ausência de um sindicalismo mais combativo – em termos de enfrentamento com o patronato – no setor de telemarketing é grande, não somente nesse caso estudado, mas também em todo país, como apontam alguns estudos (ANTUNES, 2018; BRAGA, 2012). A alta rotatividade de trabalhadores nesse setor reforça a ideia de uma causalidade que há entre a baixa atividade política de órgãos representativos do setor para amenizar os danos físicos e psíquicos que acometem esses agentes, e a gerência imposta pelo modelo neoliberal de controle das forças psíquicas e físicas (GAULEJAC, 2007).

A rotinização da vida no trabalho que se expressa por meio de um ritmo baseado em prescrições que antecedem as contingências vividas na interface com o consumidor, quando a fala do atendente precisa sair do *script* estabelecido pelo roteiro recebido para executar um atendimento, são desencaixes que incomodavam Manuela. Por estar sendo monitorada o tempo inteiro por sua supervisora imediata, através dos diálogos que eram gravados, a improvisação que ela tanto praticou ao longo de sua formação para atuar nos palcos eram negadas em favor de uma lógica de representação já pré-estabelecida pelo fato

⁵³ Apelido dado pelos atendentes ao computador que os conectam diretamente com os consumidores.

de ser padronizada para todas as dúvidas que os consumidores possam ter em relação aos produtos ofertados.

Essa imposição de sujeição da própria fala, por si já coloca o(a) trabalhador(a) numa posição de aprisionamento da sua subjetividade, em que os laços com o seu eu se perdem, tornando a instância laborativa detentora das suas conexões intersubjetivas. Ou a maneira de Honneth (2018), a reificação se instaura como dado objetivo das relações sociais, ou seja, é o primado perdido do reconhecimento cognitivo da vida social, nesse caso, da vida no trabalho. O esquecimento da cognição do atendente de telemarketing é efetivado com maestria pelas redes que distribuem esses serviços. Muito embora, devido ao aumento do desemprego a partir da década de 2010 (BRESSER-PEREIRA, 2018), houve um crescimento de trabalhadores com nível superior nos postos de serviços de telemarketing, segundo dados extraídos nas pesquisas feitas por Ruy Braga (2017), como é o caso aqui da nossa entrevistada.

A “narrativa do eu”⁵⁴ se coloca interessante quando analisamos os caminhos destrinchados por Manuela dentro da empresa. A maneira como se incomoda com a práticas laborativas aplicadas, até mesmo na instância do seu cotidiano fora do trabalho, enfatizando os danos posteriores às suas seis horas de permanência no ponto de atendimento, são apresentações angustiantes e ao mesmo tempo revela como o trabalhador/trabalhadora é capaz – algumas vezes, apesar de todo processo de desumanização que vivem, sobretudo relacionado ao setor de telemarketing – de produzir uma autorreferência. Um caso emblemático pode ser notado em uma das descrições da fala de Manuela:

Eu tenho um sotaque altamente arrastado, muito típico da nossa cidade, como você percebe⁵⁵. Porém, um certo dia fui alertada por uma amiga que no momento em que atendia uma ligação normal no meu dia a dia, eu perdia completamente o meu sotaque. Depois desse dia comecei a me policiar para não deixar que isso ocorresse mais. Claramente eu estava me

⁵⁴ Conceito da sociologia de Giddens (2002) para sublinhar que os agentes sociais por meio da autoidentidade conseguem agir com reflexividade. Que segue um pouco na linha da teoria da “justificação” de Boltanski e Thévenot (1991), já abordada na nossa introdução, que reivindica os modos como as pessoas justificam as suas práticas e as operações críticas da sua ação social.

⁵⁵

Manuela está se referindo à sua cidade natal, Aracaju.

acostumando demais ao meu trabalho, que pedia para que eu tentasse evitar ao máximo falar com sotaque, procurando ter uma voz ‘limpa’ e mais agradável, segundo eles, para quem estivesse do outro lado da chamada. Alguns colegas até tentavam mudar a voz só que tinham muitas dificuldades, acabando sempre sendo chamados à atenção pela supervisão (MANUELA, 19/09/2019).

Vemos nesse relato, não apenas a reflexividade presente na narrativa apresentada, é possível notarmos também a presença – mesmo dentro de um setor que necessita muito pouco das capacidades cognitivas dos seus trabalhadores, comparado a outros de tipo de trabalho que permeia o mundo digital – de um tipo de flexibilidade que Standing (2014) classifica como “flexibilidade de habilidade”, que é capacidade do neoliberalismo de ajustar as competências dos trabalhadores. Esse ajuste, no caso, significa controlar inclusive as próprias expressões individuais, formatando a subjetividade e distanciando o ser da sua própria composição cultural. Estamos diante do neoliberalismo escancarando o individualismo em sua efemeridade, deslocando o fazer laboral em direção cada vez mais dos processos de controles não só do corpo, mas sobretudo das emoções e afetos necessários para o aviltamento das condições de trabalho.

A entrevistada muitas vezes em seus relatos desse período em que trabalhou no telemarketing expunha com muita convicção que a situação só chegava nesses termos porque o sindicato era inexistente e faltava, segundo ela, uma certa formação política dos seus colegas. Talvez, por ter nível superior e ter participado ativamente do movimento estudantil da sua universidade, Manuela fosse tomada a ter essa conclusão. Porém, o que seria interessante de se compreender em relação a isso, fosse o fato do significado da sua ação perante a imobilidade dos seus colegas. Em relação a isso, ela sempre se reportava a comentar que uma militância dentro daquele ambiente só levaria à demissão. Ou seja, embora tivesse consciência da sua situação precária no trabalho, da apatia política dos seus colegas, não seria viável organizar sua categoria em busca de melhorias nas condições de trabalho, pois não havia garantia alguma de permanência no seu emprego.

O universo do telemarketing que traz consigo muito da gerência do taylorismo é rico não só na desmobilização política como também na condução das horas trabalhadas, a saber: o tempo necessário, segundo a gerência, por exemplo, para beber água e ir ao banheiro. O que é um agravante nesses dois casos, pois o trabalhar com a voz em um ambiente fechado com ar-condicionado gera um ressecamento natural da boca exigindo que a pessoa tenha sempre acesso à água, o que não é permitido, segundo Manuela, só é possível “você levar sua própria garrafa e enchê-la no momento do seu intervalo”. No entanto, na maioria das vezes é quase impossível permanecer com o mesmo líquido durante as horas trabalhadas. O que gera sempre problemas sérios na garganta. Nossa entrevistada disse ter perdido as contas de quantas vezes precisou procurar um otorrinolaringologista para cuidar da sua saúde durante o tempo em que permaneceu nesse trabalho. Não só para tratar da sua garganta, mas também da alergia que adquiriu devido ao ambiente e os sérios problemas na audição.

Hoje Manuela diz ter perdido quase 50% da sua audição esquerda e mais de 30% da direita. Entretanto, apesar de todas essas cicatrizes físicas deixadas pelo seu trabalho no telemarketing, ela conta que a pior coisa que encontrou foi o constrangimento de não poder utilizar o banheiro em um período em que, por ser mulher, necessitava urgentemente do seu uso. Manuela conta o fato quase sem nenhum pudor, apesar de estar sendo entrevistada por um homem. O que percebi foi o fato do constrangimento ter sido causado no momento do ato e não na sua fala para mim. Ela disse que saiu de casa naquele dia despreparada, sem o seu absorvente, e logo após ter “logado”⁵⁶ na sua máquina a sua menstruação apareceu de uma forma muito forte. Tentou se comunicar com a supervisão, sem resultado, pediu então ajuda para uma das colegas que lhe deu o absorvente, todavia quando havia colocado a jaqueta na cintura, que sempre leva devido ao ambiente frio, e se dirigia até a porta de saída do local em que se encontrava para ir ao banheiro o seu supervisor entra na sala e não permite o seu deslocamento, mesmo sendo informado do que se tratava, dizia que estava obedecendo ordens e ela deveria fazer a mesma coisa, que

⁵⁶ Termo muito utilizado entre os atendentes para se referir ao momento em que está disponível para as ligações.

esperasse o seu horário de descanso, pois se tratava de algo simples e que poderia ser resolvido em outro momento.

A precarização da forma de trabalho em suas instâncias objetivas é determinantemente clara nesse caso, em suas faces de controle do corpo, do tempo para trabalhar ao tempo para descansar, porém o que a de se atentar ainda mais é sua forma de constrangimento, de “expição” do indivíduo em seus múltiplos níveis, desde a forma direta em saber das necessidades vitais do organismo físico até a proibição taxativa do alívio do corpo, gerando uma “mente precarizada” que se forma ao redor da sua existência laboral. Em consonância com uma prerrogativa essencial da teoria de Judith Butler no momento em que ela aponta que “o poder que a princípio aparece como externo, imposto ao sujeito, que o pressiona à subordinação, assume uma forma psíquica que constitui a identidade pessoal do sujeito” (2019, p. 11). Ou seja, é na violação psíquica da fala do supervisor ao não deixar Manuela se dirigir ao banheiro que o poder se estabelece de forma a construir as relações de subordinação e controle, não somente no seu aparato proibitivo *a priori*.

O fato foi um divisor de águas na história individual da entrevistada nesse trabalho, a partir desse momento as dores físicas que a levava quase todos os meses ao médico para tratar de garganta, crises alérgicas e dores no ouvido ganhou a companhia indesejável do sofrimento psíquico. É difícil afirmar que o fato da proibição da ida ao banheiro seja causador da narrativa de sofrimento que iremos abordar mais adiante na trajetória de vida de Manuela. É sabido que a leitura psiquiátrica das doenças mentais (PETERS, 2017) se elaboram a partir de fatores com caráter tanto genético quanto oriundos da vida social, muitas vezes multifacetadas. E que a psicologia, aqui em termos generalizados, busca no indivíduo serializado (BIRMAN, 2020) as raízes do seu sofrimento. Entretanto, para os propósitos dessa pesquisa, se faz necessário aderir ao “momento crítico” (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991) vivenciado pelos atores sociais e suas justificações em relação a esses momentos. É a partir da narrativa da entrevistada que me apoio para tentar compreender o sentido da sua ação em meio a sua vida laboral, sem descartar todos os demais fatores que cercam a sua existência.

Manuela destaca que apesar de todas as dificuldades que já havia passado na vida, de uma infância com algumas privações a uma adolescência um pouco mais agradável (financeiramente), até a morte do seu pai e a não possibilidade de viver seu sonho de entrar para um programa de pós-graduação, nunca havia sentido tanta tristeza como passou a sentir após a sua entrada no mundo do trabalho, sobretudo depois do constrangimento de não poder nem ao menos ir ao banheiro para atender suas necessidades fisiológicas:

Tem coisas que acontece na vida da gente que muda tudo do dia para a noite. Já passei por muitos problemas na minha vida, minha família sempre foi pobre, perdi meu pai muito cedo; tive muitos tombos ao longo da minha jornada, mas eu nunca tinha sido humilhada por ninguém. Quando lembro do ocorrido, com a imagem me vem à mente, e sempre vem (a entrevistada se refere ao caso da proibição de ir ao banheiro), tenho até tontura e ânsia de vômito. Sei que parece frescura, mas é algo que não controlo. Às vezes fico pensando comigo mesma porque eu não esqueço isso e vou viver minha vida, mas a cena não vai embora da minha cabeça. Posso dizer que desse dia para cá, vivo um calvário de emoções negativas, de decepção por não ter alcançado meus objetivos. Isso vem acabando comigo. Tive até que procurar ajuda psiquiátrica porque se não, não ia conseguir suportar as dores que sinto na alma sem a medicação que me foi prescrita (MANUELA, 04/11/2019).

O fato é que existiu, de certa forma, uma “desconexão existencial” entre Manuela e sua vida social no trabalho, o que afetou seu estado psíquico. Nesse caso, as considerações de Durkheim (2005) acerca de um dos tipos de suicídio, o “egoísta”, em seu estudo clássico se mostram relevantes, ao evidenciarem a importância da participação intensa do indivíduo na dinâmica da sociedade coloca-se para si uma justificativa para se viver, de tal modo que o enfraquecimento dessa participação no social traz um enfraquecimento dos motivos que a sociedade oferece ao indivíduo para se animar com a vida e continuar a viver. O laço social, nessa perspectiva, gera o sentimento de pertencimento e torna a vida mais interessante de se viver. *Mutatis mutandis*, é essencial dizermos que o constrangimento social, ou nos termos de Gaulejac (2014), a “vergonha social” é também parâmetro para se medir o quanto de sofrimento psíquico que pode proporcionar. A se atentar para a questão de que

Manuela viveu no trabalho aquilo, que segundo a própria, nunca tinha vivenciado no seu cotidiano anterior, é de se esperar que ela tenha desenvolvido tal percepção em relação a sua saúde psíquica posterior. É necessário insistirmos no

(..) caráter ao mesmo tempo autônomo e heterônomo dos processos sociais e psíquicos. Cada um deles obedece a lógicas próprias, de acordo com mecanismos específicos. Dito isso, eles estão ligados entre si em uma relação de correspondência sistêmica que realiza interligações e interações entre si. É assim que o desenvolvimento do Supereu e do ideal do Eu se efetua segundo leis que presidem o funcionamento do aparelho psíquico, influenciado, ao mesmo tempo, pelo contexto social no qual se forma (GAULEJAC, 2014, p. 115).

O ambiente do telemarketing ainda está preso àquelas experiências que a literatura sociológica, dentro de uma perspectiva foucaultiana, tende a denominar de espaço ligado à “disciplina” (FOUCAULT, 2014), com interdição, obediência e autoridade, ou seja, diferentemente de outros setores que oferecem serviços, como os aplicativos de viagens, a famigerada ideia de “autonomia” e a do indivíduo “empreendedor” passa a distância do mundo dos atendentes de telemarketing. Entretanto, não se encontra distante do “novo mal-estar” contemporâneo (EHRENBERG, 2004) que assola a vida cotidiana dos trabalhadores, e que segundo Dunker (2021), é uma das principais responsáveis pelo afastamento do trabalho no Brasil, que é depressão.

Alain Ehrenberg (2004) analisando esses fatos ao redor do mundo lançou dois questionamentos importantes e que nos serve de guia para pensar o nosso objeto (principalmente a sua última questão): Em que sentido a depressão se tornou a doença mais disseminada no mundo? Em que a depressão é reveladora das transformações na individualidade contemporânea? Para os fins da nossa pesquisa também fica necessário acrescentar, a partir do que encontramos no caso Manuela: em que medida o fenômeno do sofrimento psíquico, em suas múltiplas facetas, não é resultado somente do excesso de autonomia do indivíduo contemporâneo, mas também revelador da potencialização de um “cálculo existencial” cada vez mais autopunitivo?

Talvez a resposta ensaiada por Ehrenberg para responder aos seus dois questionamentos nos dê pistas para pensarmos as particularidades do caso aqui apresentado:

(...) a depressão, sociologicamente falando, é um modo de nomear certo número de problemas gerados pela regra da autonomia que prevalece hoje, regra que está instituída no sentido de que ela está em todos os espíritos e que nós justificamos nossas ações por meio de palavras emprestadas da linguagem da autonomia (2004, p. 148).

É primordial notarmos que a nossa cotidianidade vive esse “espírito” da autonomia do indivíduo, que ele permeia a nossa gramática diária, e obviamente é um dos fundamentos do mundo do trabalho. Logo, embora o labor do telemarketing não esteja em consonância com a gramática social da maioria dos setores de serviços, ele não foge às vicissitudes do seu tempo, e se move em meio a toda lógica de controle das subjetividades que é um dos motores do neoliberalismo (DARDOT e LAVAL, 2016). Sendo assim, o que venho denominando aqui de “cálculo existencial” corresponde esse “novo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009), que impulsiona as emoções e os afetos ao redor não somente das suas vivências mais ordinárias, mas sobretudo deslocando-a cada vez mais para todas as esferas sociais, do qual o trabalho é o seu principal receptor, usando suas potencialidades para desenvolver e aperfeiçoar a lucratividade (ILLOUZ, 2011).

Manuela permaneceu ainda por mais ou menos seis meses como atendente de telemarketing. Fato que só agravou ainda mais sua saúde psíquica, fora as marcas que o seu corpo já vivenciava praticamente desde que adentrou nesse universo (problemas na garganta, ouvido, alergias e enxaquecas). Carregada por um humor sombrio dizia ter na pele a idade de uma “anciã de 30 anos vivendo na idade da pedra lascada”. O salário que recebia já não estava mais dando para suprir as idas mensais ao médico, e agora também para um psiquiatra, pois ainda tinha que ajudar a mãe com as coisas de casa. Devido ao fato de se sentir muito cansada, teve que parar de fazer hora extra, que era

dessa grana que ela usava para comprar suas coisas pessoais (como roupas e artigos de limpeza pessoal).

O funcionamento das horas extras de trabalho era completamente vinculado às relações de impessoalidade, geralmente os convites para exercer essa complementariedade de trabalho era feito pela supervisão para as pessoas com quem tinha-se uma relação mais próxima⁵⁷. Ou seja, se ganhava um “prêmio” pela amizade, e esse “prêmio” nada mais era do que ter que trabalhar ainda mais. Mas o que importava, segundo Manuela, “para todos nós, era o fato de arrecadar uma quantia a mais no final do mês”, não importando se isso precisaria de uma jornada de trabalho ainda maior e conseqüentemente mais desgastante. Sendo a única forma de arrecadar um pouco mais de dinheiro, a teleatendente é o supracitado do precariado que “não tem nenhum meio de mobilidade para ascender, o que deixa a pessoa em suspenso entre a profunda autoexploração e o desengajamento” (STANDING, 2014, p. 41).

Assim se forma a “mente precarizada” (STANDING, 2014), na instância da dúvida, na certeza de que o presente é revelador de angústia e sofrimento, e que o futuro é recheado de incerteza, vive-se a exatidão da precarização em suas formas mais direta, sabendo que não há futuro para além daquilo que se experiencia no agora, muito embora o discurso empreendedor encoraje a seguir “planos de metas”, que assegure a sua segurança ontológica e, como prefere Giddens, alcançar o seu “projeto de vida” (2002). Mas, no cotidiano das experiências do agora, o que todo esse processo ocasiona é que:

O precariado vive com ansiedade — insegurança crônica associada não só à oscilação à beira do limite, sabendo que um erro ou um episódio de má-sorte poderia pender a balança entre a dignidade modesta e ser um sem-teto, mas também com um medo de perder o que possui, mesmo quando se sente enganado por não ter mais. As pessoas têm a mente insegura e são estressadas, e ao mesmo tempo “subempregadas” e “sobrepregadas”. São alienadas de seu emprego e de seu trabalho, e seu comportamento é anômico, incerto e desesperado. As pessoas que temem perder o que têm estão constantemente frustradas. Ficarão com raiva, mas em geral, de

⁵⁷ Além da sua saúde não está boa para isso, agravou também o fato de sua relação com o supervisor ter balançado após sua proibição de usar o banheiro.

forma passiva. A mente precarizada é alimentada pelo medo e é motivada pelo medo (STANDING, 2014, p. 42).

Dessa forma, a “mente precarizada” é a expressão subjetiva do que Boltanski e Chiapello (2009) denominaram sobre qual seria a imagem contemporânea do “indivíduo conexcionista”, a saber, aquele que é adaptado ao trabalho flexibilizado, identificado com o espírito empreendedor, com a cultura globalizada, com as tecnologias digitais como ambiente de sua atividade. Bem como também, essa “mente precarizada” se formaria através da “aceleração” sem precedentes das estruturas temporais normativamente impostas ao ritmo da existência individual (ROSA, 2019). Hartmut Rosa (2019)alaria que devido a essa “aceleração” ocasionaria uma retroalimentação entre indivíduo e sociedade gerando uma sincronização temporal, que paradoxalmente também levaria a uma aceleração social que forçaria os indivíduos a um modo de existência presentista e situacional.

O “indivíduo conexcionista” que tem sua “mente precarizada” e é esgarçado pela “aceleração social”, é forçado a todo tempo a se reinventar, a buscar formas prospectivas de, se não avançar profissionalmente, ao menos se defender para continuar a existir. No primeiro caso, claro está a luta frenética pelos lugares, posições sociais, ou somente, luta por lugares (GAULEJAC e TABOADA-LEONETTI, 1994). Todavia, o caso Manuela parece estar mais identificado com o segundo, o de garantir a sua existência social. Não mais aguentando a convivência com a sua supervisão, e imbuída pela vontade de se livrar das dores carregadas no seu corpo e também no seu psicológico, decidiu forçar sua demissão para evitar a perder os seus parques direitos que ainda existiam, como a retirada do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e do seguro-desemprego. Como sabia que era impossível um acordo legal entre ela e a empresa para que não perdesse os seus direitos, então decidiu forçar sua saída ao mesmo tempo que não deixasse brecha para uma demissão por justa causa.

Apesar de todos os problemas de saúde que havia passado até aquele momento, nunca faltou um único dia de trabalho e muito menos tinha usado atestado médico para não comparecer ao trabalho e cuidar da sua saúde. Então,

foi por aí que ela começou seu plano para a demissão. Primeiro começou a chegar um pouco atrasada, no mais tardar dez minutos, levando advertências não formalizadas pela supervisão. Em seguida, passou a usar os atestados médicos relacionado às dores no corpo, como também atestados que mostravam que ela não estava com a saúde psíquica dentro dos padrões aceitáveis pela empresa:

Nossas reclamações de dores no ouvido ou na garganta não incomodavam os nossos superiores. Eles até zoavam dizendo que tratava de ossos do ofício, e quem não tivesse aqueles problemas era porque não estavam trabalhando corretamente. Mas quando o assunto era psicológico, eles piravam, ficavam extremamente preocupados pelo fato de que isso poderia mudar o nosso humor na hora de atendermos os clientes. Toda vez que uma de nós mostrava um atestado vindo de um psiquiatra ou psicólogo eles procuravam uma forma de mandar embora, caso os atestados se tornassem recorrentes⁵⁸ (MANUELA, 04/11/2019).

A precarização do trabalho no telemarketing nos mostra uma forte oposição que há no campo gerencial entre aquilo que é permitido e o que não é. A exploração do trabalho precisa ser feita de forma que aqueles que consomem e necessitam dos serviços dos/das teleatendentes não reclamem do mau atendimento causado por fatores estressantes, advindos da própria forma de gerenciamento dos trabalhadores. Logo, a doença enquanto expressão do corpo biológico é aceitável por, na visão da empresa, não trazer nenhum risco emotivo/afetivo para dentro do atendimento. Todavia, quando a doença se expressa por laudos psiquiátricos, precisa urgentemente ser extirpada das fileiras da empresa.

No universo gerencialista, a subjetividade é mobilizada sobre objetivos, resultados, critérios de sucesso, que tendem a excluir tudo aquilo que não é útil ou rentável. O valor comercial tende a se impor a qualquer outra consideração. O sentido do ato é

⁵⁸ Tentei contato com o supervisor de Manuela para uma entrevista exploratória, mas o retorno que tive não foi positivo. O mesmo disse não poder dar entrevistas para jornais, mesmo explicando que se tratava de uma pesquisa acadêmica, achou melhor “não participar disso”.

considerado pela empresa em função daquilo que ele fornece (GAULEJAC, 2007, p. 154).

A condição do trabalho é permeada pela lógica que o atravessa, imprimindo uma forma adequada às condições de recebimento do produto, mesmo sendo ele não palpável, como no caso do serviço de telemarketing. Se o adoecimento psíquico é um empecilho para o desenrolar da função que atribui significado para os afetos, se faz então necessário que se impeça o funcionário de exercer seu trabalho. Assim, a subjetividade é subjugada e impedida de se manifestar em sua plenitude, sendo usada apenas como ferramenta de trabalho, que assim como um aparelho de voz quebrado deve ser jogado fora, uma subjetividade corroída precisa seguir o mesmo rumo.

Em cerca de um mês, Manuela havia conseguido a sua demissão com os direitos ainda garantidos. Avalia que naquele momento era o melhor que poderia ter acontecido para tentar melhorar sua saúde física e mental. Muito embora isso tivesse custado sua única forma de angariar dinheiro para se manter viva e ajudar a sua mãe, ela já tinha em mente uma outra oportunidade de trabalhar. Entretanto, sua mãe não viu com bons olhos a sua demissão, mesmo sabendo das dores que sua filha vinha passando nos últimos anos, achava necessário esse emprego, pois era ele quem mantinha ambas podendo pagar suas contas.

Como o que denominamos aqui de “cálculo existencial” não é de forma alguma uma separação com o “cálculo econômico”, mas o seu complemento levado à extrema potência na vivência contemporânea, sobretudo no mundo do trabalho, ele se apresenta de forma tenaz na cotidianidade de Manuela. Arriscar o seu futuro financeiro, sobretudo quando se trata de manutenção de existência, em troca de uma estabilidade corporal e psíquica é sem dúvida apostar na existência a todo custo, mesmo que as escolhas futuras só reservem ainda mais sofrimento⁵⁹. Foi quando resolveu que iria começar a trabalhar como motorista

⁵⁹ Segundo Shoshana Zuboff, “nossas expectativas de autodeterminação psicológica são a base sobre a qual nossos sonhos se desenrolam, então as perdas que experimentamos no fogo lento da crescente desigualdade, exclusão, competição generalizada e estratificação degradante não são apenas econômicas. Elas nos dilaceram em desânimo e amargura porque temos a ciência

de aplicativos. Mesmo não tendo carro próprio resolveu então usar uma parte do dinheiro que recebeu do fundo de garantia dos anos trabalhados no telemarketing para alugar um carro e passar a se manter dessa forma. Como ela brincou em uma das suas falas: “foi assim que deixei de sonhar em ser uma futura Meryl Streep⁶⁰ para ir parar no telefone e depois no volante de um carro” (12/11/2019).

Se “reinventar” parece ser uma das palavras mais valorizadas nos últimos tempos. Ela é signo de uma geração que vem amadurecendo e vivenciando o mundo do trabalho de uma maneira bastante incerta comparada a outras gerações, que viviam sabendo que o seu emprego estava garantido para toda uma vida. É como o belo relato que Richard Sennett (2010) nos mostra de Enrico e Rico, pai e filho, duas gerações separadas pela estabilidade e instabilidade no emprego, algo que permeia não só as suas relações no trabalho, mas também a vida cotidiana de ambos, formando subjetividades que se manifestam na formação até mesmo do próprio caráter. A suavidade e ternura de Enrico contrastada com o cinismo e ambição de Rico.

Porém, a “reinvenção” de Manuela não segue os parâmetros de Rico, este vivenciava o trabalho a partir de uma fatia mais valorizada pelo capital e pela sociedade, através do seu “capital cultural adquirido” (SOUZA, 2018) e não por meio da precarização das relações de trabalho, muito embora em ambos os casos aconteça o controle subjetivado das vivências sociais. Se “reinventar” para Manuela é sem dúvida se colocar à mercê, ainda mais, das formas de exploração mais nefastas que corroem os seus afetos e emoções. Porém, contrastando também com o primeiro caso da nossa pesquisa – Antônio –, Manuela não corrobora em suas falas com o discurso abraçado por “Bobby”, de que é possível alcançar o sucesso financeiro por meio do empreendedorismo de si mesmo (DARDOT e LAVAL, 2016) ou do discurso do *coach* da semana sobre estar sempre se reinventando em busca do sucesso profissional. O que de fato ela

de que somos merecedores de uma dignidade individual e do direito a uma vida nos nossos termos” (2021, p. 64).

⁶⁰

Famosa atriz estadunidense e uma das mais premiadas de todos os tempos. Manuela desde criança foi apaixonada por novelas, e com o passar dos tempos uma grande amante do teatro e cinema, que levou a tomar a decisão de cursar Teatro, tendo concluído, porém nunca havia exercido a sua profissão.

procurava era uma forma de sobreviver, e que pudesse fazer o seu horário, trabalhando quando o corpo e a mente permitissem, mal sabendo que estava entrando em um caminho que tornava essa atitude inicial praticamente inviável.

Apesar de não ser preciso expertise para atender um telefone e dirigir um automóvel, há conexões que precisam se estabelecer a partir do momento que se faz isso como meio de trabalho, sendo que a principal delas é se apresentar através das emoções e afetos. Se a fuga de Manuela do trabalho de teleatendente era porque não estava mais aguentando a pressão direta sobre os seus sentimentos, logo iria perceber que estes seriam manipulados de outras formas mais eficazes e que exigiriam dela o seu próprio autocontrole. Talvez poderíamos aqui dizer que manter o autocontrole das emoções e afetos seja um tipo de expertise muito mais difícil de se executar do que uma forma já previamente apreendida dentro de uma instituição de ensino, por exemplo. O “saber-fazer” de uma teleatendente ou de uma motorista se torna ainda mais complexo quando o que estará em jogo não é aquilo que você já conhece *a priori*, como o conhecimento de um engenheiro civil ou de um professor, mas as contingências que passa a ser muitas vezes as regras do dia seguinte de trabalho. Ou seja, está sempre em movimento constante, e o que interessa é como você irá reagir diante dessas contingências.

O afeto não é uma ação em si, mas é a energia interna que nos impele a agir, que confere um “clima” ou uma “coloração” particulares a um ato. Por isso, o afeto pode ser definido como o lado da ação que é “carregado de energia”, no qual se entende que essa energia implica, simultaneamente, cognição, afeto, avaliação, motivação e o corpo (...) O afeto é uma entidade psicológica, sem dúvida, mas é também, e talvez até mais, uma entidade cultural e social: através dos afetos nós pomos em prática as definições culturais da individualidade, tal como se expressam em relações concretas e imediatas, mas sempre definidas em termos culturais e sociais (...) O capitalismo afetivo é uma cultura em que os discursos e práticas afetivos e econômicos moldam uns aos outros, com isso produzindo o que vejo como um movimento largo e abrangente em que o afeto se torna um aspecto essencial do comportamento econômico (ILLOUZ, 2011, p. 07-08).

É o afeto, esse ser aparentemente interno e psicológico, que vigora a sociedade contemporânea do trabalho, sobretudo aqueles ligados aos serviços e mediados pelas tecnologias, responsável então pelo nosso comportamento econômico, sobretudo também pelo movimento geral do neoliberalismo e suas formas de extração de lucro. O uso das tecnologias nos ramos mais precarizados do trabalho serve somente como ferramenta de potencializar o usufruto dos que consomem os serviços prestados, como no caso dos aplicativos de viagens, jamais como forma de dinamizar o trabalho de quem oferece os serviços, pois nesse caso a tecnologia é gerada para exercer o controle da forma como é passado o produto para o consumidor, fazendo com que as emoções sejam autocontroladas pelos trabalhadores, basta remetermos à “gameificação” das avaliações por estrela das ações feitas pelo motorista ao longo do trajeto.

O ano era 2018 – o mês não é bem especificado por Manuela – quando ela começou a “rodar” como motorista pelas ruas de Aracaju e municípios vizinhos (Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão). Foi também no mesmo período em que ela teve que se mudar de casa por causa do novo matrimônio da sua mãe. Não aceitando a relação da sua mãe desde o início, não teve outra escolha a fazer quando ela resolve morar com seu padrasto:

Acho que foi a pior burrice que minha mãe fez na vida, porque ele não me passava nenhuma confiança, na verdade mesmo já havia pegado ele me olhando com uma cara de gente safada e que não merece meu respeito. Tentei alertar ela, mas era em vão. Penso que ela fez isso também por causa da condição financeira dela, achando que ele podia ajudar em casa, já que embora não fosse rico, ao menos tinha um emprego e um salário. Essa é minha visão, mas não me importava com isso, então foi melhor eu ter saído de casa mesmo. Ela me trocou por ele parece (Manuela chega às lágrimas quando fala disso), mesmo sabendo que eu “tava” apenas no começo de um novo trabalho e sem condições para pagar um aluguel e ainda me manter. Mas enfim, a vida é assim mesmo, no momento que “tava” mais precisando de carinho e ajuda, ela me faz isso (MANUELA, 12/11/2019).

Em meio a esse turbilhão de acontecimentos que vivenciava, desde os problemas da saúde física, da diagnose depressiva, do caos econômico e por

fim, o rompimento com a figura materna (ao menos em relação à vivência sobre o mesmo teto), marcam a entrada de Manuela no setor de motorista de aplicativo de viagem (sendo também um dos fatores alegados por sua mãe para a crise familiar, já que ela não queria que largasse o antigo emprego para entrar em uma “aventura sem futuro e com risco a vida, e ainda ficar sem dinheiro”).

A participação feminina na condução de veículos de aplicativos de viagens até a entrada de Manuela nesse ambiente era pífio. Até final de 2019, tomando como exemplo um dos aplicativos com maior usuário no Brasil – a Uber – tinha somente 6% de condutoras mulheres, em um universo de mais de 600 mil motoristas cadastrados⁶¹. Não sendo nenhuma novidade por se tratar de uma atividade sempre controlada pelo sexo masculino, basta pegarmos números de taxistas homens e mulheres antes dos aplicativos que iremos notar a baixa participação feminina nesse setor. Até meados de 2016, antes do *boom* do aplicativos de viagens, as mulheres taxistas não passavam de 2% rodando nas ruas do país⁶². Se quisermos avançar mais um pouco em relação à participação feminina na condução de veículos como ferramenta de trabalho, podemos pegar ainda um exemplo mais devastador em relação aos números de participantes, a saber: as mulheres caminhoneiras no Brasil. Em uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Transporte, em 2019, que abordava o “Perfil do Caminhoneiro”, 99,5% dos motoristas eram homens, e as mulheres representavam 0,5% do setor⁶³. Já as mulheres motoristas de ônibus, tanto municipal quanto interestadual, em números aproximados, não passavam de 8% em todo o país em 2019, segundo dados do Ministério do trabalho⁶⁴.

Os motivos desses números reduzidos de mulheres nesses setores não faltam: a discriminação dos usuários, que alegam não confiar em uma mulher no

⁶¹ Dados da própria UBER: <https://exame.com/negocios/uber-lanca-programa-para-atrair-motoristas-mulheres-hoje-apenas-6/>. Acessado em 30/09/2020.

⁶² <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/trabalho-e-formacao/2019/07/28/interna-trabalhoeformacao-2019,774320/taxistas-buscam-alternativas-para-se-manterem-no-mercado.shtml>

⁶³

<https://jornaldebrasil.com.br/noticias/brasil/caminhoneiras-explicam-desafios-nas-estradas/>
Acessado em 05/01/2021.

⁶⁴

<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/saude-e-seguranca-do-trabalhador/dados-de-acidentes-do-trabalho> Acessado em 05/01/2021.

volante, fruto de uma postura machista que ideologicamente dominam a gramática cotidiana de que “mulher não sabe dirigir”; a falta de segurança, que se agrava ainda mais com o sexo feminino, sobretudo relacionado aos assédios sexuais; o preconceito da sociedade em torno dessas profissões estarem relacionadas à figura masculina, e quando muito, as mulheres que aderem a elas são estereotipadas como “mulher-macho”; entre outros fatores.

Eu sabia de todos os problemas que iria enfrentar como motorista, confesso que não estava preparada. Lembro que entrei em um grupo de WhatsApp só com mulheres que trabalhavam em Aracaju para sentir o clima. De cara vi que tinham poucas de nós trabalhando. No grupo, por exemplo, éramos em seis, comigo, e apenas três delas tinham a Uber como única forma de trabalho, as outras duas usavam o aplicativo como forma de complementar renda. Uma era advogada e a outra economista. Me inteirei muito com todas antes de começar, soube que todas levavam muitas cantadas e que muitas vezes as tais cantadas passavam dos limites. Me informei sobre as zonas mais perigosas da cidade, sobre olhar bem as avaliações que os motoristas davam para os passageiros, e sempre evitar passageiros com notas ruins e rotas estranhas. Teve uma delas que já tinha sido assaltada três vezes em menos de três meses. Mas foi só com minha vivência que pude perceber que esses problemas não eram os únicos, ainda havia os efeitos deles no meu dia a dia (MANUELA, 15/12/2019).

Apenas em 2020 é que os aplicativos de viagens começam a desenvolver plataformas com a opção de usuários e motoristas somente do sexo feminino, mas isso não chegou a todo país⁶⁵, e Aracaju, por exemplo, é uma dessas cidades sem essa cobertura. Como usuário corriqueiro de aplicativos de viagens, preciso deixar aqui uma impressão, ao menos como forma de ilustração. Existe uma certa tensão inicial em uma corrida conduzida por uma motorista em relação ao passageiro homem. Parece que o medo é sempre a primeira reação que se apresenta, pois ao contrário de quando a corrida é feita por um motorista do sexo masculino a abordagem na fala é quase sempre mais desinibida, por sua vez, a mulher na direção do veículo, por causa de todas as

⁶⁵ <https://machine.global/uber-feminino-aplicativos-para-mulheres/> Acessado em 05 de janeiro de 2021.

condições do ambiente (quase sempre fechado e sem a presença de outras pessoas), o diálogo é travado e cheio de cuidados, e só quando se instaura um certo ambiente de confiança é que o clima tenso vai passando e a motorista relaxa um pouco da tensão anterior. Fato confirmado pela própria entrevistada que acrescenta de além do medo do assalto e até mesmo dos assédios, ainda tem o fato do passageiro confundir cordialidade com abertura para um possível romance: “isso é um saco, aí começam a pedir o número do celular e por aí vai”.

Está estabelecido aqui uma das formas de mal-estar e sofrimento no trabalho, amplamente controlador de emoções e que exige um alto investimento subjetivo da trabalhadora. Desse modo, a intensa mobilização psíquica e flexibilidade constantemente exigida, uma hora ou outra, potencializaria o esgotamento já vivenciado dos outros momentos dentro do mundo do trabalho. Esse sentimento produz, então, modos de sofrimento específicos, produtos do individualismo, ou, como nas palavras de Boltanski e Chiapello (2009), é fruto do “indivíduo conexcionista”, que é alimentado pelo espírito do nosso tempo, em que se convencionou usar e estimular o sofrimento como forma de gerar mais engajamento e ampliação dos valores neoliberais (DARDOT e LAVAL, 2016).

Viver em meio ao caos financeiro e existencial foi a única saída para Manuela, suportando as dores e angústias, a jovem que sonhava estrelar nos palcos de teatro ou nas telas de cinema, como a sua fonte de inspiração artística – Meryl Streep – vivia nas ruas da cidade de Aracaju no comando de um automóvel para sobreviver. Primeiro começou fazendo pequenas escalas, que duravam somente meio turno, pois pretendia tirar um tempo para poder voltar a estudar, sobretudo para adentrar no funcionalismo público. No entanto, em meio à realidade apresentada, percebeu que era impossível conseguir pagar todas as suas contas e ainda mais o aluguel do carro, trabalhando em um único período. Fato que durou menos de um mês, e que segundo ela havia ao menos atenuado os efeitos dos sintomas depressivos que sentia, conseguindo dormir ao menos durante cinco horas em uma noite e acordar sem vontade de voltar para a cama, como vinha sendo praxe em sua vida. A sensação de cansaço também foi desaparecendo, embora a angústia ainda fosse grande e causava algumas situações estressantes no seu cotidiano, como por exemplo, ficar dias sem atender ligações ou olhar as redes sociais com medo de falar com os familiares

ou amigos, medo, segundo ela, de ouvir algum comentário sobre sua vida que não viesse a lhe agradar.

Passado esse curto período de tempo em que ela viveu o arauto neoliberal de “trabalhar na hora que quiser” e “com pouca duração”, da qual a ideia do “empreendedorismo de si” é uma miragem que se perde a partir do momento que as urgências do dia a dia se tornam reais, Manuela precisou alongar as horas de trabalho. Se antes ela revezava entre o turno matutino e vespertino, agora os dois turnos eram feitos para o trabalho, mesmo quando o “dia não estava bom para corrida” ela estava à disposição na plataforma. Vivendo momentos entediante, sem chamadas, e que só fazia aumentar a sua ansiedade, mesmo levando algumas distrações, como livros e jogos nos celulares, não conseguia se concentrar para aproveitar o momento de “ócio” compulsório. A “aceleração” do ritmo de trabalho (ROSA, 2019) é causado com mais veemência com as intermitências advindo dele mesmo, que se manifesta na dependência pela demanda, no caso, a espera pelas chamadas para as viagens, levando o trabalhador a lutar contra o tempo, não mais para chegar em casa e ficar com a família, como no capitalismo industrial, mas sim pela necessidade que o tempo não passe tão rapidamente, já que é preciso estar em movimento para poder gerar ganhos financeiros. Não há tempo para aproveitar as pausas, estas são rejeitadas e vistas como tempo perdido, já que ao contrário de outros setores, no processo de “uberização” nenhum tempo pode ser desperdiçado. Em “o culto da performance”, Alain Ehrenberg (2010) já mencionava os rumos que essa visão do empreendedorismo poderia fazer com os trabalhadores em sua busca incessante, ora pela corrida para se chegar em algum lugar, sem que este esteja bem definido, ora somente em busca de tempo socialmente necessário para que o seu trabalho possa ser recompensado:

Diante dessa aventura empreendedora em que se tornou a vida em sociedade, em relação à qual faltam frequentemente os reparos e os meios institucionais que permitiriam a qualquer um enfrentá-la, não causa espanto ver a obrigação de ganhar vir acompanhada de uma crise de identidade maior, e uma depressão nervosa apoderar-se de uma boa parte (dos trabalhadores) (p.14).

Em outras palavras, as novas formas de subjetivação do “indivíduo connexionista” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009), vinculadas às exigências cada vez mais intensas e paradoxais do mundo do trabalho, impõem um grande dispêndio de energia psíquica que ameaça o “cálculo existencial” gerando grandes fontes de sofrimento. Assim, para que possamos compreender o sofrimento e adoecimento vinculados ao trabalho, é preciso compreender as formas incidentes de investimento subjetivo concernentes ao registro do trabalho vivido e experienciado.

No caso de Manuela, a ampliação “opcional” da própria carga horária acarretou além do investimento no tempo de trabalho, como também uma piora considerável das suas condições de saúde. Desde o desaparecimento do sono, ou a vontade de dormir em demasia, o que dificultava o seu trabalho, que requer uma atenção sensorial muito grande, até o surgimento de “surto” raivosos e necessidade extrema de se isolar do mundo social. No entanto, não se trata aqui de apenas uma relação causal, mas de uma sequência de evidências relatadas que nos leva a descrição da realidade a partir da narrativa exposta.

As tensões psíquicas, embora não sejam apenas reflexo das sociais, são amplificadas, influenciadas e condicionadas por elas. A relação não é de determinação simples, mas de correspondência complexa de tipo sistêmico, na qual elementos de natureza diferente refletem-se uns nos outros (GAULEJAC, 2014, p. 115).

É bem possível que o fato dela ter se afastado da sua mãe de uma maneira não muito amistosa tenha levado à piora da sua saúde. Todavia, a pretensão sociológica desse estudo é tentar analisar as relações possíveis (mas nem sempre exata) de que o trabalho sob o neoliberalismo e suas formas de controle da subjetividade e apelo ao alto empenho individual esteja cada vez mais levando os trabalhadores aos consultórios psiquiátricos e às clínicas de psicologia.

O neoliberalismo não é apenas uma teoria econômica que acabou favorecendo a financeirização das empresas e o

nascimento do capitalismo imaterial, no qual o valor da marca pode superar a importância da produção. Tampouco é apenas reflexo de uma valorização do consumo como padrão de formação de identidade e como ponto de definição negocial. Ele representa também uma nova moralidade (...). Pode-se, então, dizer que assim como o século XIX criou sua hipótese repressiva, o neoliberalismo se fez acompanhar da emergência da hipótese depressiva. Esta hipótese depressiva supõe que a depressão tornou-se rapidamente uma forma de sofrimento globalizada porque é egossintônica com a maneira como somos induzidos a interpretar nossos conflitos, nos termos e com vocabulário capaz de produzir uma unidade entre a nossa forma de linguagem, desejo e trabalho. Diz-se que um sintoma é egossintônico quando há uma identificação que encobre o conflito entre desejo e narcisismo de tal maneira que o sujeito passa a reconhecer seu sintoma como parte de si mesmo, passa a defendê-lo como expressão de sua personalidade (...). Se o supereu liberal é antes de tudo um agente de contenção e restrição, o supereu neoliberal funciona como ordem e impulsionamento ao gozo. Se o primeiro é compreensível à luz de uma cultura liberal do trabalho e da poupança, o segundo depende de uma civilização neoliberal do consumo e do endividamento financeiro (DUNKER, 2021, p. 54-55).

Sob égide do neoliberalismo, falar em trabalho, sobretudo os mais precarizados, e não o relacionar com as narrativas de sofrimento, é não se ater às vivências dos trabalhadores e seus contextos individualizados que apesar de se apresentar de forma particular ganha dimensões estruturais, e suas narrativas se confundem com o espírito do nosso tempo dentro ou fora do mundo do trabalho. Desde Weber (2004) sabemos que a causalidade dos acontecimentos só é passível de análise sociológica quando o sentido da ação apresente em si uma significação, portanto, deixar de levar em conta a narrativa de sofrimento relacionado ao trabalho nas palavras da nossa entrevista, seria retirar as significações abordadas pelo indivíduo e focalizar somente em discursos hegemônicos, nesse caso, em torno do que levaria à depressão e suas “derivadas”.

A “hipótese depressiva” levantada por Cristian Dunker (2021) é então a mola mestra da economia neoliberal, focalizando seus potenciais ao redor da construção de subjetividades, apontando os caminhos delineados pelo “novo espírito do capitalismo”, que usa da narrativa de sofrimento para individualizar o fracasso, enchendo o indivíduo de culpa, mas sem interiorizar os conflitos,

impelindo as dimensões políticas da nossa vida cotidiana com o redimensionamento do trabalho, em que o sofrimento psíquico se torna mais uma nova forma de capital a ser manipulada pelas grandes multinacionais.

A aceleração do tempo de trabalho na qual Manuela se viu obrigada a se engajar foi aos poucos sendo administrada com dose ainda maiores, sobretudo aos finais de semana. Não havia mais limite de dias certos para “fazer as corridas”, e os sábados e domingos já não eram mais dias de recuperar as energias para a nova semana que viria, passaram agora a ser apenas mais um dia de trabalho, com a diferença de que não haveria tempo para o “ócio no trabalho”, ou seja, os finais de semana era a garantia de que estaria sempre em movimento e sem pausas. O que outrora era motivo de luta política pela redução da jornada, hoje faz parte da comemoração do trabalhador “uberizado” que precisa estar sempre trabalhando para que possa conseguir uma quantia financeira que permita ao menos fazer parte da esfera do consumo do neoliberalismo. Por mais que o nosso caso esteja mais ligado à própria existência, pois se Manuela não aumentasse a sua própria carga horária de trabalho, não conseguiria, primeiro, manter a sua ferramenta de trabalho – o carro que era alugado – e, segundo, conseguir pagar as suas contas mais básicas, o que inclui ainda, no caso dela, contas de consultórios psiquiátricos e psicológicos⁶⁶ (que era visitado todos os meses, o que começava as ser um empecilho, pois o seu tempo vinha ficando cada vez mais corrido e parar na semana para ir ao médico era considerado desperdício de tempo, mesmo que a maior parte do tempo semanal no trabalho fosse de horas completamente inertes e sem demanda. Mas, como ela identificava: “ao menos eu sabia que a qualquer momento poderia ser chamada, e estando dentro de uma clínica só acabaria me atrasando, significando a perda de uma grana que já seria o meu café da manhã”).

É assim que para Gaulejac o “Eu de cada indivíduo torna-se um capital que é necessário desenvolver” (2009, p. 188. Tradução minha). Em outras palavras, exaurir todos os sistemas responsáveis pelo controle do nosso ordenamento psíquico, responsáveis pelos nossos comportamentos e atitudes,

⁶⁶ Afora todos os gastos com medicações que não se encontravam na rede pública de saúde.

exigindo do nosso corpo o seu limite necessário para o desenvolvimento da atividade laboral. Responsabilizando apenas o eu pelas derrotas iminentes para o cerco neoliberal, que cobra cada vez mais um alto preço das vivências. Manuela vê a sua subjetividade ser impulsionada a gerir a si própria como empresa, mesmo sabendo de se tratar de uma espoliação financeira do seu ser, fazendo seu tempo rentável, “assumindo-se” empreendedora de si, por mais que rejeite tal atribuição. É a “subjetividade como capital” em sua excelência, como bem apontou Fernando Gastal de Castro:

Com o surgimento do humano como capital, não se trata somente de medir externamente as aptidões e as competências e alocar cada um como recurso em seus devidos postos de trabalho, mas fazer do indivíduo “pró-ativo” em suas escolhas, canalizar seus desejos para os transformar em força produtiva, para imaginar novos espaços de investimentos (...) traduzindo a vida [subjetiva] em créditos e débitos, em indicadores positivos e negativos, em fatores de sucesso ou fracasso. O ideal interiorizado é o de consagrar todos os esforços a fim de melhor pilotar sua própria vida, ganhar “eficacidade”, gerir a si como empreendedor de sucesso. A subjetividade como capital é, acima de tudo, centrada em si como capital, ou seja, como objeto [imaterial] de acumulação (...) pressionado pela coação muda de um mercado de trabalho altamente competitivo e desregulado (2020, p. 334).

O funcionamento da subjetividade está altamente entrelaçado pela forma como o modelo socioeconômico exige que agimos perante as adversidades do mundo do trabalho, torna-se capital em sua forma pura, diz mais sobre as relações sociais de produção do que exatamente as próprias individualidades inerentes a qualquer pessoa. É mais uma manifestação da autorreificação do que necessariamente uma condução da psique em que os indivíduos atuam conscientemente em determinadas situações ordinária e extraordinárias das vivências cotidianas. Ampliar a carga horária é uma necessidade extraordinária que se apresenta nestes termos apenas como contraponto à vivência de um trabalho dentro de uma lógica ainda ligada aos direitos dos trabalhadores, porque enquanto realidade empírica, Manuela precisará estar sempre envolvida no aumento da sua carga horária, se comportando subjetivamente como capital, ou seja, maximizando as suas

ferramentas, sendo a principal delas a sua própria existência, caso queira permanecer pertencente a essa comunidade da qual ela não teve a oportunidade de escolher se queria realmente se submeter a ela.

Fato é que o dispendido de energia estava só aumentando o grau de esgotamento da nossa entrevistada, a cada dose de carga horária aumentada mais aumentava as suas crises de ansiedade, e mais dificultava a sua concentração. Com o nível de cansaço ao extremo, no primeiro dia de 2020, com uma grande demanda que ocorre nos feriados, sobretudo no primeiro dia do ano, sendo a primeira vez que havia virado a noite “rodando”⁶⁷, Manuela sofreu o seu primeiro acidente de trânsito, embora não tenha sofrido nenhuma lesão física mais grave, apenas alguns arranhões, o acidente lhe custou muito financeiramente, sem falar no transtorno que teve que resolver com os passageiros que estavam no carro naquele momento:

Eu havia aumentado a minha rotina no trabalho, tinha aumentado também as doses de diazepam e cloridrato de paroxetina uma semana antes do acidente. Aquela semana tinha começado nada bem, apesar do fluxo alto do movimento de fim de ano por toda a cidade, gerando uma fatura boa, acabei ficando mal com a notícia de que minha mãe não tinha gostado da nossa noite de natal juntas, porque não pôde levar o seu marido, e que teria sido um dos piores natais da vida dela. Isso me deixou arrasada e com mais vontade de me entregar de cabeça nas corridas como forma de esquecer o fato (...). Nos últimos dias de 2019 eu acho que não tinha dormido nem sequer três horas por dia. Apesar do aumento dos remédios que me deixavam sonolenta, não queria ficar muito tempo em casa. Acho que isso provocou aquele acidente. Por falar nele, preciso dizer algo sobre aqueles passageiros que estavam na hora. Eram quatro adolescentes (todos homens), eles não paravam quietos, pediram para aumentar o som do carro, falavam alto, e só falavam merdas, o que me deixou ainda mais estressada. Com certeza estavam todos bêbados. Enfim, o pior é que depois do acidente eles ainda queriam que eu desse conta daquela viagem e do destino deles, dizendo que a culpa era minha, então que resolvesse o problema deles. Enfim, é muita humilhação, sabe? Eu não sei como aguento. (MANUELA, 15/01/2020).

⁶⁷ Mesmo aumentando a carga horária para todos os dias da semana, chegando a ficar até por volta das nove da noite, nunca tinha extrapolado até a madrugada, pois tinha medo das contingências que esse trabalho está exposto, além do mais quando se é mulher.

O “cálculo existencial” trata-se também da forma como o próprio indivíduo atua perante as reações psicossomáticas que tomam de assalto a sua realidade social, vivenciada como expressão de uma individualidade desistoricizada. Ou seja, recorre-se a um indivíduo sem história para poder culpá-lo pela sua tragédia existencial, pelas suas consequências causadas no próprio corpo físico. Manuela é colocada em uma situação que se apresenta como decorrência do mundo do trabalho, que, porém, é tomada como projeto de incompletude do seu próprio ser. Se acidentar no ambiente de trabalho não é nem de longe aceitável, mas é comum em todos ambientes laborais. O que ultrapassa o limite do “comum” nesse caso, é a elevação do fato à enésima potência causada, sobretudo, em razão das somas de fatores que atuam diretamente na forma como se é vista em seu trabalho. Ora como mulher que não deveria estar conduzindo um veículo como forma de profissão; ora como uma prestadora de serviços que não tendo nenhuma outra possibilidade na sua vida, vive à mercê da precariedade do seu trabalho; ou ainda, por ser a “dona do seu próprio negócio” deveria saber que o cliente tem sempre a razão e não é passível de contratempos.

Em todos os casos (obviamente que estamos falando aqui da percepção geral que se tem sobre esse universo do trabalho), o que chama mais a atenção é o fato de que, por ser mulher e motorista de aplicativo, o acidente precisa ser resolvido, não só para o bem-estar dos envolvidos, e muito menos do prejuízo financeiro de Manuela em relação ao carro (alugado), mas de como o “problema” da condução dos passageiros seria resolvido. O estresse cotidiano de Manuela, a angústia em ter que dirigir com um carro cheio de adolescentes (do sexo masculino, o que já gera um aumento da ansiedade pelos medos de assédio sexual ou assalto), é apenas um apêndice da relação que se estabelece diariamente. Como é praticamente impossível se eliminar essas variáveis, logo é essencial, do ponto de vista do neoliberalismo, que aprenda a conviver com esses sentimentos que é muito característico, sobretudo nesse tipo de ambiente tecnológico do mundo do trabalho, em que se é obrigado a aceitar os seus clientes, para se evitar que se tome punições da própria plataforma.

Não se trata, portanto, de adestrar mais os corpos com punições diretas e hostis, tornando-o dócil para o capital, agora é como fazer com que a

subjetividade seja governada e inteiramente envolvida nas atividades que pretendem realizar, e dar conta do desejo que constitui esse ser (DARDOT e LAVAL, 2016). Fazer de Manuela um ser desejante, é antes de mais nada condicionar a sua subjetividade aos padrões da sociedade neoliberal, sobretudo, saber que o papel que lhe cabe nesse mundo do trabalho é o de ser responsável pelas suas vitórias, mas também pelas derrotas, sendo somente ela a responsável pelo seu sucesso e fracasso profissional, a sua subjetividade é a expressão dos seus desejos não realizados, e o seu processo de adoecimento está ligado mais ao que ela deixou de fazer do que necessariamente o que o mundo do trabalho cobrou dela:

(...) A vontade de realização pessoal, o projeto que se quer levar a cabo, a motivação que anima o “colaborador” da empresa, enfim, o desejo com todos os nomes que se queira dar a ele é o alvo do novo poder. O ser desejante não é apenas o ponto de aplicação desse poder; ele é o substituto dos dispositivos de direção das condutas. Porque o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer distância entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Ele deve trabalhar para a sua própria eficácia, para a intensificação do seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se está lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir (Ibidem, p. 327).

A nova razão do mundo e sua fábrica de sujeito neoliberal, como apontam Dardot e Laval (ibidem), é o grande epicentro das várias formas de sofrimento advindos dos desejos não alcançados na esfera do trabalho, além de produzir adoecimentos psíquicos, potencializou novas formas de expressões fenomênicas das subjetividades, na qual se realizar pessoalmente perpassa necessariamente pela gestão de si, em que se é o responsável pelos seus fracassos. As formações das subjetividades no mundo do trabalho adentram também na instância privada, e as relações pessoais atingem formas de linguagens e atos deste outro universo. No caso específico, apesar de entrar no mundo do trabalho tendo uma formação política para discernir a forma como se processa a exploração da sua força de trabalho, Manuela se viu ao mesmo

tempo diante de mecanismos de convencimento para exercer seu trabalho que produziu uma autorreificação (HONNETH, 2018), tornando sua relação com o trabalho a extensão da sua vida cotidiana. Em outras palavras, sua subjetividade não é construída pelos processos de consciência adquiridos, ela se forma em meio ao ambiente, e nele os seus valores são postos em xeque, dependendo sempre de uma correlação de força que quase sempre é desfavorável para o sujeito imerso na fábrica neoliberal.

A última entrevista que realizei com Manuela foi em janeiro de 2020, justamente a que ela me relatou sobre o acidente que se envolveu no primeiro dia do ano. Depois disso entrei em contato, mas ela disse que não estava mais tendo tempo para minha pesquisa, já que tinha aumentado a carga horária de trabalho, e o tempo que não estivesse trabalhando queria dedicar para a prática de yoga, sugerida pela sua psicóloga. A última vez que consegui conversar com ela por telefone para tentar uma última entrevista, em fevereiro de 2020, passamos por volta de meia hora em uma ligação. A conversa teve mais um tom de informalidade e de certo modo também parecia que ela estivesse querendo desabafar com alguém. Foi nessa conversa que ela me relatou que seu psiquiatra desconfiava que talvez ela estivesse passando por um processo de anorexia nervosa, tendo perdido muito peso em um espaço de tempo muito curto.

3.3 - “O lobo de Walt Street” não se encontra na “periferia do capitalismo”: O “indivíduo desfigurado”

“Nosedive” é o primeiro episódio da terceira temporada da antológica série de ficção científica britânica “Black Mirror”. O episódio é todo ele focado na maneira como os seres humanos se tornaram sedentos por aceitação social através das avaliações que são feitas por meio de um aplicativo. As relações sociais são baseadas em formas de comportamentos nada verdadeiros, e o que importa é fazer com que as pessoas que entram em contato consigo atribuam uma boa nota por aquele encontro. Os acessos a ambientes mais refinados e requisitados só serão permitidos por meio da quantidade de “likes” que cada

indivíduo possuir. Assim, as pessoas vivem os seus cotidianos de forma cínica, precisando a todo custo serem simpáticas e agradáveis, e o contrário disso é completamente inaceitável. A personagem principal, que sempre pertenceu à parte mais alta da pirâmide principal dessa realidade baseada nas aparências sociais, acaba entrando em decadência quando não consegue ser simpática ao saber que o seu voo para se encontrar com uma amiga seria cancelado. Ficando irritada com a situação, ela começa a se mostrar a partir das suas verdadeiras emoções com aquela situação e sua classificação no aplicativo começa a despencar, e junto com ele todos os privilégios que lhe são ofertados.

A exibição é parte do marketing de si mesmo e atua de modo prático e simbólico, tanto pela monetização direta da imagem publicada, quanto pela valorização da pessoa na rede de influência do circuito de propaganda. O advento das redes sociais potencializou e ampliou as possibilidades dessa hipervisibilidade, antes restrita aos circuitos de TV, do columnismo social, do teatro e da moda. A ambiência virtual democratizou o acesso à informação e à divulgação pessoal de conteúdo, alastrando também as possibilidades interativas em rede. De outro modo, criou o ambiente ideal para a proliferação dos mecanismos de exposição, autovigilância e violência (LEITE, 2021, p. 331).

“Black Mirror” é uma distopia que atesta, na maioria das vezes, a hipocrisia humana como única forma de vivenciar um mundo cada vez mais voltado para o supérfluo e para as experiências hedonistas. Talvez, como uma fábula do mundo real, a série anuncie aquilo que a sociedade neoliberal mais tenta negar, porém os seus auspícios não se recusam a fazer, que é engajar toda a sociedade em uma lógica voltada a fazer com que o indivíduo expresse a sua vida de forma a deixar transparecer os seus momentos felizes, e escamotear as suas tristezas.

O *like* é o signo, o analgésico do presente. Ele domina não apenas as mídias sociais, mas todas as esferas da cultura. Nada deve provocar dor. Não apenas a arte, mas também a própria vida tem de ser instagramável, ou seja, livre de ângulos e cantos, de conflitos e contradições que poderiam provocar dor. Esquece-se que a dor purifica. Falta, à cultura da curtição, a possibilidade

da catarse. Assim, sufocamo-la com os resíduos (...) da positividade, que se acumulam sob a superfície da cultura da curtição (HAN, 2021, p. 14).

Dito de outra forma mais precisa, a hipocrisia de uma vida feliz não deve ser somente exteriorizada, mas sobretudo internalizada como única forma de se viver. Esta é sem dúvidas uma das principais lógicas morais do neoliberalismo, como bem apresentou Eva Illouz e Edgar Cabanas em um excelente ensaio chamado “Ditadura da Felicidade” (2019), em que os autores mostram como o neoliberalismo dos últimos anos tem apostado na felicidade como sendo o passaporte necessário para o desenvolvimento harmônico dentro de uma sociedade marcada por desigualdades. Apostando em mecanismos, dentre eles a ferramenta do *coach*, que procuram mostrar que se algumas coisas não estão dando certo em sua vida é porque você não está sabendo canalizar bem os seus processos cognitivos, e autocontrolar as suas emoções para viver uma vida plena de sentido.

Com certeza, o nosso terceiro caso que será aqui apresentado seja um retrato de como o discurso neoliberal de felicidade tem vazão em todas as esferas sociais, afetando não somente os empreendedores de fato, mas também os empreendedores de ocasião. Ou seja, não importando se você é um alto executivo que resolve largar tudo para fazer um empreendimento financeiro, tendo capital inicial para tanto, ou se você apenas é alguém que corrobora com o jogo, por convencimento da propaganda. A segunda opção é a mais adequada para descrevermos aqui a figura de Cláudio, 40 anos, comerciante (dono de uma venda de água mineral e gás) e motorista de aplicativo de viagens⁶⁸.

Meu primeiro contato com Cláudio ocorreu quando solicitei, por ligação, o pedido de uma água mineral para minha casa (tinha acabado de mudar de residência e peguei o contato dele com um vizinho). Ele já entrou em casa todo animado falando sobre as vendas do seu comércio estarem em alta naquele dia, e por isso havia atrasado um pouco para trazer o meu pedido. Olhando alguns livros que estavam na estante começou a me fazer perguntas sobre o que eu

⁶⁸ Segundo ele, é motorista somente como renda suplementar. Como veremos mais à frente, o trabalho como motorista, muitas das vezes é o seu principal rendimento financeiro.

fazia, se era professor ou ainda estudava, sem deixar que eu perguntasse nada já foi logo falando das suas preferências de leitura, dizendo que gostava muito de ler, sobretudo livros de autoajuda, me falou do “Doutor Lair Ribeiro⁶⁹” com muita afeição no olhar, para ele, seria um dos gênios do Brasil. Saiu me indicando vários livros do autor e foi pegando meus livros na estante e lendo os títulos, ficando horrorizado quando viu alguns livros de Lênin e Marx: “isso aqui é uma porcaria que vem destruindo com a família brasileira, professor”. Deixei ele à vontade para continuar as críticas, era uma mistura hostil de ódio às minorias com uma dose bem temperada de “faça você mesmo” as suas próprias mudanças, não espere que o Estado venha fazer por você.

Soube naquele mesmo dia que ele não estava mais fazendo entrega das suas mercadorias, o responsável por isso era o seu irmão mais novo que naquele momento estava adoentado, então teve que largar o aplicativo de viagem naquela semana para poder suprir a ausência do seu irmão, já que a sua “empresa” (era assim que ele se referia à sua pequena venda de gás e água mineral) era formada só por ele, sua esposa que ficava atendendo os pedidos ao telefone e seu irmão que saía para fazer as entregas. Na oportunidade falei para ele sobre minha pesquisa e gostaria que ele pudesse me ajudar, sem muita expectativa de que ele aceitasse devido aos comentários sobre os livros que encontrou na estante, todavia, para minha surpresa ele foi muito solícito, na verdade até ficou empolgado de participar.

Cláudio é um daqueles tipos ideais de indivíduo nascido no seio da classe trabalhadora brasileira: filho de mãe que era dona de casa e pai que trabalhava como pedreiro no interior de Sergipe. Ambos não chegaram a concluir nem a quarta série do ensino fundamental, mas faziam questão que seus dois filhos estudassem, para não terem que passar pelo que eles haviam passado. Seu pai quando mais novo chegou a passar fome e sua família muitas vezes vivia da ajuda dos moradores da cidade. Com muito esforço conseguiu melhorar

69

Um dos mais renomados autores de autoajuda no Brasil, tendo publicado centenas de livros que passeiam pelo universo da medicina e da psicologia, na maioria das vezes adotando perspectivas que não estão circunscritas dentro da ciência que está abordando.

um pouco sua vida, comprando um pequeno terreno na zona rural, onde se estabeleceu com sua esposa e criou os seus dois filhos.

A infância de Cláudio foi marcada pela ajuda que tinha que dar ao pai na lavoura que ele e a esposa cultivavam, de onde saía grande parte da alimentação da família, e as idas e vindas todos os dias à tarde da escola que ficava a quase 5km de distância da sua residência. Sobre ela, Cláudio conta que não gostava muito porque tinha que sair de casa debaixo de um sol muito quente, por volta do meio-dia e que na volta ele já estava muito cansado, chegava em casa sem muito ânimo para brincar com seu irmão mais novo, sendo que na manhã seguinte, logo cedo tinha que estar de pé para cuidar do cultivo dos legumes, verduras e raízes, como as batatas e macaxeiras.

Com o passar do tempo foi amadurecendo a ideia de ir estudar na antiga Escola Agrotécnica Federal⁷⁰ situada no Quissamã, pequeno povoado de São Cristóvão. Queria sair daquela situação e ter um pouco mais de liberdade, sendo que a Escola Agrotécnica, na sua visão, poderia lhe proporcionar isso, já que se tratava de uma instituição com moradia para os estudantes de cidades distantes. A ideia inclusive foi muito bem aceita pelo pai, pois o filho teria uma formação técnica para um dia voltar a sua cidade para fazer sua pequena propriedade de terra crescer. Por sua vez, sua mãe não queria muito ficar longe do filho, mas ao mesmo tempo sabia que se tratava de um bem-estar maior para ele, e, futuramente também para a família toda.

Terminado o ensino fundamental aos trancos e barrancos, como Cláudio lembra desse período, foi direto se inscrever na escola técnica. Em sua região, os garotos que tinham a coragem de ir morar internado naquela escola eram considerados homens de grande valor e estima, todas as vezes que vinham passar as férias com os familiares se sentiam especiais por causa da aprovação social. Isso fascina os jovens das pequenas cidades do interior de Sergipe: “As meninas da cidade ficavam doidinhas quando esses caras voltavam para a cidade, pareciam superestrelas, ‘pegavam’ todas elas (...). Queria isso

⁷⁰ Hoje com outro nome: IFS (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe).

também para mim. Queria também ser reconhecido pelos moradores da minha cidade”, relatou.

Os três anos de ensino médio passou rápido, segundo Cláudio. Mas havia aproveitado, pois, além de concluí-lo, também fez o curso de Técnico Agrícola, para deleite de seu pai que ficou muito orgulhoso do filho. Sem falar de poder ter conseguido ser como aqueles jovens que ele e toda a cidade admirava, o que lhe rendeu muitas amizades e “amores”. Segue uma longa descrição de uma das falas dele sobre esse período, que já apontava como a construção da sua subjetividade se aproximava do discurso do empreendedorismo, tão em evidência nos dias atuais:

Lá (na escola técnica) aprendi muito. Não me refiro ao ensino formal e muito menos ao técnico, que só fiz mesmo para agradar o meu velho. Falo das vivências, tinha uma rapaziada boa e lutadora. Eles me influenciaram bastante, a cima de tudo em relação a como se planejar financeiramente, de como conseguir um bom emprego através da maneira de se expressar, até mesmo de como “queixar” as meninas. Aprendi com meus colegas de escola que é preciso ter um bom papo para vencer na vida, se você é todo acanhado nunca vai conseguir nada. Percebi que não basta ser qualificado, pois se você não tem uma boa lábia vai ficar para trás (...). Foi lá na Agrotécnica que conheci os livros de autoajuda que me ensinaram bastante a cuidar de mim, cuidar da minha saúde, da minha forma física, e além de tudo, cuidar também do eu interior para poder fazer com que minha autoestima ficasse cada dia mais nas alturas, e assim tudo iria fluir, seja no trabalho ou na minha vida pessoal (...). Enquanto a maioria da sala ficava fazendo política de esquerda na comunidade, se juntando com aquele povo dos “sem-terra”, eu e minha galera estávamos estudando para as provas e buscando estágio na nossa área, mesmo eu não gostando muito, mas era o que podia fazer naquele momento. Graças a Deus eu soube escolher bem as minhas companhias, que além de não me colocarem em encrencas bobas daquele povo de esquerda da escola, ainda me davam muitos contatos para fazer “network” (CLÁUDIO, 11/01/2019).

Desde a adolescência que ele já estabelecia metas, fazia projetos de vida, já trazendo consigo o linguajar, ainda que incipiente, do mundo do empreendedorismo, além de um pensamento político “antiesquerdista” que o acompanha até hoje. Mesmo seu pai sendo um “lulista de carteirinha”, como

Cláudio define-o, e apesar de algumas políticas públicas do período de Lula na presidência ter impactado profundamente na qualidade de vida da sua família, como ele mesmo reconhece: “os programas de agricultura familiar dos primeiros anos do PT foram salutares para meu pai, permitiram que ele conseguisse ganhar a escritura da terra e também abrisse uma vendinha para comercializar as suas colheitas”. Todavia, isso não mexia com suas emoções políticas, já que na sua visão o pobre não precisa que o governo ajude, mas precisa sim é buscar crescer por méritos próprios, “o que o Lula fez só fez mal aos pobres, já que as pessoas ficavam só esperando que o governo desse uma migalha para elas, ao invés de se mexer para mudar de vida”. O discurso da meritocracia é sem dúvida o que vai prevalecer na trajetória profissional de Cláudio, seja nos momentos mais difíceis e, sobretudo nos mais proveitosos, em todos eles a “coerência” ideológica vai ser a marca da sua vida, sendo os seus sucessos e fracassos frutos da sua inteira responsabilidade.

O período que marca o término do seu curso técnico é fundamental para sua primeira empreitada no mundo do trabalho, pois coincide com o momento em que a prefeitura do seu município é administrada pelo prefeito que o seu pai sempre votava e era primeira vez que tinha sido eleito, possibilitando com que Cláudio pudesse ingressar na Secretaria de Agricultura, primeiro como técnico do órgão e, no segundo momento, assumindo a pasta de secretário de agricultura do seu município.

Era para ele o ápice de uma vida profissional que estava somente começando, o que só consolidou ainda mais a sua forma de enxergar o mundo e se mover com base nesses princípios de administração da vida, em que a ideia de “vencer na vida” é o cerne principal, sendo que para isso seria preciso muita dedicação e esforço pessoal. Na qual a ideia de poupança seria uma das chaves para se conseguir alcançar voos ainda maiores. Essa ideia ele não aprendeu só nos livros, mas na sua própria formação familiar, criado dentro da Igreja Católica, onde participou de todos os ritos na infância: desde o batismo até a crisma, passando pela primeira comunhão e a participação em núcleos da igreja, como o coral. Assim, além de uma rígida educação moral, desenvolveu também a ideia de não gastar dinheiro com coisas consideradas supérfluas, muito na esteira de seus pais que nunca foram de fazer gastos que não fossem considerados

essenciais, como a alimentação e a vestimenta. Muito pela própria condição financeira, mas também como forma de conduzir a vida.

Cláudio havia passado pela sua juventude escolar incólume do que a sua família considerava gastos desnecessários, além de não viver aquele período da sua vida como a grande maioria da sua turma escolar fazia: beber todo final de semana, por exemplo. Isso nunca fazia parte do seu cotidiano no internato, mas era uma das únicas formas dos seus colegas fugirem do tédio daqueles momentos, distantes das suas cidades de origem. Entretanto, depois que a condição financeira começou a se estabilizar, tanto a dele quanto a da sua família, além das redes novas que começaram a fazer parte da sua vida, a saber, a “elite” da sua cidade, começa uma nova fase voltada para o consumo, que vai culminar, inclusive, no consumo de álcool, que vai levá-lo de forma trágica à falência financeira e problemas sérios de saúde.

O projeto inicial era tentar conciliar o cargo na Secretaria de Agricultura em conjunto com a graduação que gostaria de fazer em Engenharia Agrônômica, para se especializar mais na área, porém, quando foi promovido a secretário da pasta o seu tempo ficou mais reduzido para estudar, tendo que aos poucos ir deixando de lado o seu projeto. Foi nesse período também que passou a beber cervejas quase todos os dias: “era uma forma de me socializar com as pessoas que faziam parte da administração do município (...). Acabei me excedendo demais, foi o meu maior erro”. Adquirindo um problema no fígado e afetando suas emoções, ficando cada vez mais dependente da substância, ao ponto de não conseguir mais, por exemplo, comer sem antes beber uma cerveja, tudo que fosse fazer no seu dia precisava do estímulo do álcool.

Durante esse período acabou perdendo seu pai para um câncer no pâncreas e sua mãe no ano seguinte em decorrência de problemas cardíacos. Restando na família somente o seu irmão mais novo. Os quatro anos de mandato do prefeito que sempre apoiou estava terminando e já não se esperava que uma reeleição acontecesse, segundo Cláudio, pelo fato de que o gestor não tinha sabido dialogar com a população em termos de vagas de emprego dentro da prefeitura, “ele empregava muita gente de uma só família dentro da gestão, e outras pessoas que votaram nele ficavam de fora”. Esta é uma prática bastante comum nas pequenas cidades do Estado de Sergipe, a noção da prefeitura como

cabide de emprego para os eleitores, e caso seus postos de trabalho não sejam devidamente alocados acontece uma demandada para o lado da oposição⁷¹.

Mesmo sabendo desta situação, Cláudio não se conteve em economizar para caso as previsões se confirmassem. A cada dia estava mais entregue às bebidas, sobretudo também, após a morte de seus pais, tão repentinamente, e de forma seguida, com intervalo de tempo curto de uma perda para a outra:

Não posso dizer que as duas perdas foi o gatilho para meu vício, sofri muito e fiquei sem chão durante um bom tempo. Só que eu já estava entregue ao álcool antes dessas fatalidades. A culpa era toda minha. Eu era o único culpado por tudo, não tem situação na vida da gente que não possa ser resolvida de uma maneira mais adequada. Então, não culpo a situação que estava passando pelos erros que cometi (...) Me joguei no fundo do poço, mas graças a Deus consegui sair dele, com pouca grana, mas com a saúde bem melhor (CLÁUDIO, 12/01/2019).

Como havia previsto, seu candidato à reeleição não conseguiu manter o cargo, e ele, junto com todos os outros cargos comissionados, foram exonerados, dentre uma das pessoas estava a sua futura esposa que também trabalhava na secretaria de agricultura do município, e foi de suma importância para reconduzir Cláudio para uma vida mais ascética, sobretudo em relação a largar o álcool e voltar a fazer um projeto de vida. A segurança ontológica (GIDDENS, 2011) enquanto ordem e continuidade dos eventos não deve somente ser encarada dentro de uma perspectiva individualizada, ela é fruto também das decisões tomadas conjuntamente com auxílio de outrem, como bem ilustra o caso. É possível também acrescentarmos que dado o fato de Cláudio ter traçado o seu projeto de vida de forma ordenada e planejada, e as contingências que se impuseram, e como o mesmo coloca, não soube lidar com elas, tenha possibilitado rever suas ações e com ajuda externa retornar ao

⁷¹ Como se percebe até agora, não mencionarei o nome do município onde Cláudio viveu antes da vinda para Aracaju porque foi um pedido do próprio que pretende um dia ainda voltar para sua cidade natal e ingressar na vida política, segundo ele, mesmo com um nome fictício as pessoas identificariam ele nesse personagem. Muito embora, saibamos que dificilmente as teses acadêmicas são acessadas pelas comunidades que se encontram fora dos muros da universidade (por mais que o nosso desejo seja contrário a essa constatação).

seu habitat existencial que te trazia mais segurança e potencializava suas expressões subjetivas.

Todavia, ambos estavam desempregados e precisavam – para usar um jargão que não sai da linguagem do nosso entrevistado – se “reinventar”. Ao contrário de Cláudio, que com o fim do seu cargo de secretário municipal só tinha conseguido comprar um automóvel, sua esposa tinha feito uma economia que permitia que ambos pudessem abrir algum pequeno comércio para viver dele. O problema era que, segundo ele, não tinha mais condições de continuar morando na cidade, pois, como tinha participado ativamente da campanha do seu candidato a prefeito, acabou fazendo muitas inimizades por causa da sua forma de atuar como cabo eleitoral, sendo agressivo e rude com a oposição. Na sua visão seria perseguido pelos adversários políticos, e qualquer tentativa de viver do seu comércio na sua cidade, seria sabotado pelos atuais governantes.

A ideia foi mudar de cidade. Como o pai de sua esposa tinha uma casa alugada em Aracaju, os dois podiam viver nela até o dia que pudessem ter a sua própria residência. Como a casa era espaçosa, ficava fácil de morar e abrir um negócio na própria residência. Era tudo o que Cláudio sempre quis: “Trabalhar para mim”, “ter minha própria empresa”, “ser o meu próprio patrão”. Para ele esse era o verdadeiro sentido da “felicidade”, é o que sempre havia movido suas emoções, em que se sentir livre de um patrão, corresponde ao mesmo tempo à concepção de ser feliz. Assim, com as economias da esposa, abriram uma pequena venda de água e gás, que ficava em um galpão construído do lado da própria residência, em um terreno espaçoso, que era usado anteriormente somente para guardar carros. E, com o apoio da esposa, trouxe seu irmão para morar com eles e ajudar no trabalho. Assim, Cláudio ficaria responsável com a parte de divulgação e atendimento ao público, cabendo ao seu irmão fazer as entregas de moto pelos bairros da cidade. Sendo que sua esposa já tinha pensado em ser representante de vendas de cosméticos.

A construção desse ambiente laboral despertou novamente em Cláudio todos os valores que havia cultivado ao longo da juventude estudantil, que foi aos poucos desaparecendo no cargo que estava ocupando no Executivo de sua terra natal. Voltou mais uma vez a estabelecer metas de vida, conjecturar sobre possíveis participações, até mesmo, dentro do mercado financeiro, fazendo

investimentos, ainda que irrisórios, mas que trazia para ele a sensação de que fazia parte da grande cadeia neoliberal, de que era um agente reprodutor desses valores, mesmo que tivesse de viver todos os dias às custas, muitas vezes parcas, da quantia que recebia da sua pequena venda de água e gás. Entretanto, o que trazia sensação de “felicidade interior” era o que mais importava. Se tinha que assistir ao sucesso mais visível de outros dentro do mercado de ações, em detrimento ao suor do trabalho da maioria ao seu redor, inclusive ele, não importava, pois o que garante o reconhecimento é saber que você pertence a um conglomerado de pessoas que empreendem, para um dia alcançar o sucesso. Em outros termos, a ideia de felicidade no neoliberalismo é saber que faz parte do jogo, e que não importa se conseguiu “vencer financeiramente na vida”, mas sim o que tem feito para isso:

Já não acreditamos que a felicidade esteja associada ao destino ou às circunstâncias; à ausência de sofrimento, à valorização de toda uma vida ou a uma consolação insignificante para os pobres de espíritos. Na verdade, a felicidade é hoje em dia encarada em geral como uma forma de estar na vida que pode ser moldada pela força de vontade; o resultado de pôr em prática as nossas forças interiores e o nosso eu autêntico; a única meta que faz com que a nossa vida valha a pena; a referência pela qual devemos medir o valor das nossas biografias, a dimensão dos nossos êxitos e fracassos e magnitude de nosso desenvolvimento psicológico e emocional (ILLOUZ e CABANAS, 2019, p. 14).

Na esteira da “cartilha da felicidade” tão bem exposta no trecho citado, podemos ainda acrescentar que a grande massa da classe trabalhadora, mesmo aqueles que se sentem donos do seu próprio trabalho, como no caso aqui analisado, não deixam de rezar o credo neoliberal da “felicidade independentemente de qualquer coisa” não apenas por desejo de reconhecimento social, mas sim por serem bombardeados constantemente pela propaganda sistemática de que “uma vida boa é aquela que você produz para si”. Em hipótese alguma em última instância, o indivíduo é, somente ele, responsável pelo seu “estado de espírito”, o que corrói a subjetividade, transparecendo no real um “indivíduo desfigurado” e sem personalidade própria, já que ela vai aos poucos sendo moldada conforme as aspirações do mercado.

Esse “indivíduo desfigurado” é sem dúvida a materialização dos sistemas ideológicos do neoliberalismo. Sua aparência fenomênica se expressa sociologicamente por meio de ações de caráter exclusivamente hedonista, mas sem a vinculação direta com as formas de vida daqueles que de fato estão se beneficiando da forma gestonária do complexo econômico da nossa sociedade contemporânea. Ou seja, são os responsáveis pela legitimação de uma forma de agir e pensar, sem necessariamente se beneficiarem desses privilégios na realidade concreta. São convencidos a legitimar o sistema ao mesmo tempo que são também convencidos de que fazem parte dele de forma direta, mesmo que a sua “sensação de felicidade” não se materialize na vida econômica da mesma forma que a “sensação de felicidade” de um empreendedor do Vale do Silício. Cria-se uma idealização de si, mesmo não fazendo interação direta com o objeto idealizado.

O ideal do Eu é uma instância de incitação que impele o Eu, em um primeiro momento, a reconquistar a perfeição perdida e, depois, a procurar fora de si os objetos parciais ou totais idealizados, objetos que vai internalizar para se obrigar a eliminar, por dentro, a lacuna que o separa do ideal. Portanto, é o narcisismo que é constantemente solicitado e incita o Eu a se ultrapassar para "estar à altura" de sua imagem idealizada (GAULEJAC, 2014, p. 110).

A ideologia do empreendedorismo aos moldes estadunidenses tem um retrato trágico relatado nas telas de cinema, como em “O lobo de Wall Street”, obra-prima do cineasta Martin Scorsese, estrelado pela bela atuação de Leonardo DiCaprio, que mostra o protagonista em toda sua ganância, ostentação e excessos dentro do coração financeiro do mundo, a bolsa de valores de Nova York. Embora o seu roteiro leve a crer no primeiro momento de se tratar de mais uma das inúmeras filmografias americanas de um jovem sonhador, de origem humilde, que alcança o sucesso a partir dos próprios esforços, no decorrer da narrativa vai ficando clara a forma como ele teve que agir para alcançar o seu sucesso financeiro, usando retórica de enganação com uma conversa bem afiada e argumentos cínicos para ludibriar as pessoas a aceitarem comprar empresas pé de chinelo, algumas que não têm a menor

chance de fazer sucesso, vendidas por uma ninharia, mas que pagam a quem vendê-las, uma gorda comissão. Do sucesso da personagem principal até o seu fim, o que vemos é uma ode à luxúria, como se o seu autor quisesse nos mostrar como age a ideologia neoliberal na subjetividade dos indivíduos, transformando-o em alguém sem escrúpulo e completamente entregue às drogas e ao sexo fácil. Ao contrário dessa narrativa, o “indivíduo desfigurado” na periferia do capitalismo está longe de conseguir o sucesso financeiro, mesmo que seja para em seguida “triunfar” em sua queda.

Na periferia, o capitalismo jamais conseguiu efetivar suas maiores promessas: De libertação individual, de autorregulação racional do mercado, ampliação democrática, dentre outras. Desde a periferia é possível mirar ao atual estágio do capitalismo sem esperança alguma de que ele irá sair triunfante do atual estágio e que sua manutenção por mais algum tempo se dará pela criação de novas estratégias de destruição (HILÁRIO, 2016, p. 14).

A “desfiguração” do empreendedor estadunidense mostrado no filme é de aparência física, fruto da sua adesão psicológica ao espírito neoliberal, que se manifesta nas suas preferências de consumo, e que acaba transparecendo no seu corpo, sendo deteriorado lentamente. O nosso “indivíduo desfigurado” no seio da periferia capitalista acredita mentalmente que se soma aos afortunados rentistas brasileiros, sua “desfiguração” é de ordem subjetiva, é psíquica, com sérios desdobramentos sociais. Em suma, trata-se de uma adesão sem privilégios, que muitas das vezes acabam por multifacetar a sua cotidianidade, sendo necessário somente viver aquilo que possa lhe render algum ganho futuro; as vivências não são mais dos momentos, mas sim do que poderá me trazer de proveito mais à frente. Mesmo que a realidade social coloque esse indivíduo no enquadramento daqueles que vivem de um trabalho duro, a formação subjetiva os levam para longe dessa realidade, o que, sem dúvida, interessa ainda mais para o desenvolvimento da ideologia neoliberal.

Hoje só conta a ação do indivíduo que não dependa de ninguém, a não ser do próprio indivíduo, da parte, por assim dizer,

puramente pessoal do indivíduo comum, cuja proeza é, ela própria, comum, o que significa que não importa qual proeza é legítima (...). O empreendedor foi erigido como modelo da vida heroica porque ele resume um estilo de vida que põe no comando a tomada de riscos numa sociedade que faz da concorrência interindividual uma justa competição (EHRENBURG, 2010, p. 13).

Isso permite fazer com que uma pequena parcela de fato viva o ideal neoliberal, enquanto que a esmagadora maioria viva apenas da ideia que seja possível adentrar nas escalas mais altas, corroendo assim a sua subjetividade em nome dessa ideologia. O “caso Cláudio” é a expressão fenomênica das vivências enclausuradas pela falácia empreendedora, tanto é que seu perfil foi moldado a acreditar na noção extremada de que ele é o responsável direto das suas conquistas e perdas, e de que a sua individualidade precisa ser a cada momento aprimorada caso queira falar mais dos seus sucessos do que seus fracassos.

Com as vendas do seu empreendimento em alta e o fato de sua esposa não estar conseguindo ter nenhuma lucratividade com a venda de cosméticos, Cláudio teve a ideia de deixar sua esposa cuidando do seu comércio enquanto ele iria “investir em mais renda para a família”, relata o entrevistado. Como já tinha um carro comprado ainda na época em que era secretário, que, embora fosse popular, estava conservado, e sua esposa também possuía um outro veículo, poderia utilizar o seu para trabalhar enquanto motorista de aplicativo.

Todavia, Cláudio tinha reticências em trabalhar como motorista de aplicativos, não pelo trabalho em si, mas sim devido ao lucro no final do dia. Sempre se questionava como era que aquelas pessoas conseguiam gastar tanto com o carro, em relação à gasolina e manutenção e ainda assim ter uma grana sobrando depois de todo o processo. No entanto, seu fator motivador foi a noção de que como tinha todo tempo disponível para o trabalho, já que a sua esposa poderia tomar conta do comércio, e ainda contava com a ajuda do seu irmão, somado ao fato de que as coisas estavam relativamente estáveis financeiramente, não iria perder nada agregando uma grana extra nos seus rendimentos.

Na psicopolítica da sociedade neoliberal (...) um “sujeito do rendimento” não basta estar ocupado, é preciso estar ocupado e hiperativo: superando limites, ampliando metas, otimizando recursos. A maximização da produtividade exige total dedicação do tempo e este sujeito precisa estar sempre ganhando alguma coisa, ou motivado a sempre ganhar ou levar vantagem nas situações de concorrência. As relações sociais são mediadas pelo benefício de algo para si. O outro pouco ou nada importa, e interessa apenas na medida de sua utilidade para o alcance das metas desse sujeito (LEITE, 2021, p. 326).

Nesse espírito neoliberal, Cláudio colocou um desafio que iria para além da questão financeira. Sabendo que os sistemas de aplicativos de viagens contam com uma forma avaliativa feita pelos consumidores, e aqueles motoristas com as melhores notas são os que têm mais viagens disponibilizadas pela plataforma, Cláudio viu nessa tarefa uma forma de colocar em prática toda literatura que tinha lido sobre como “influenciar pessoas”, “ser reconhecido”, “fazer do outro um recurso para o meu sucesso”, e todas outras várias expressões de autoajuda que permeiam todo o seu vocabulário.

(...) o narcisista depende de outros para validar sua autoestima. Ele não consegue viver sem uma audiência que o admire. Sua aparente liberdade dos laços familiares e dos constrangimentos institucionais não o impedem de ficar só consigo mesmo, ou de se exaltar em sua individualidade. Pelo contrário, ela contribui para sua insegurança, a qual ele somente pode superar quando vê seu “eu grandioso” refletido nas atenções das outras pessoas (...). Para o narcisista, o mundo é um espelho, ao passo que o individualista áspero o via como um deserto vazio, a ser modelado segundo seus próprios desígnios (LASCH, 1983, p. 30-31).

Neste caso, falar em narcisismo sociologicamente requer que tenhamos em mente que a subjetividade narcísica não é somente uma condição psíquica, é além de tudo também uma forma de se relacionar com a vida social de forma a estabelecer com o outro uma justa relação em que você se torna dono da situação, e a partir disso esconde suas fraquezas aderindo um parecer sobre si que não recaia no âmbito das derrotas, conduzindo a relação estabelecida

enfocando as suas realizações pessoais, impulsionando a retórica neoliberal de uma vida marcada por conquistas. Por tanto, o narcisismo que Christopher Lasch apresenta é uma lógica social que fazem os indivíduos aderirem de forma consentida e sem esforços o rompante da individualidade, em detrimento ao que se passa ao seu redor, seja uma realidade desprovida de mecanismos de validação do “seu-ser-para-o-outro” ou não.

A rotina de Cláudio se tornou, segundo o próprio, muito prazerosa. Sem horários definidos para sair para fazer as corridas, ele acordava quase sempre muito cedo, pois não queria abrir mão de praticar esporte e ter uma vida saudável, dizia ele. Antes de ir à rua para o trabalho, passava na academia para se exercitar e por lá ficava quase duas horas por dia. às vezes chegando às seis e em outras vezes às sete da manhã, tudo dependeria do horário que tinha ido dormir no dia anterior, quase sempre não passando da meia-noite. Chegando da academia passava no comércio para ver como estavam as coisas e aproveitar para dar umas ideias a sua esposa em relação ao *marketing* para as vendas, do que fazer naquele dia para colocar no Instagram e nos status do WhatsApp para chamar a atenção dos clientes para promoções ou melhorias na entrega, como por exemplo quando resolveu presentear os clientes com garrafas para colocar água, do tipo que se leva para praticar esportes.

Feito esse percurso, só então é que se dirigia para o carro e ligava o aplicativo, por volta quase das onze da manhã, que era um horário agradável, segundo Cláudio, para pegar passageiros mais “refinados”, sendo o horário mais utilizado por empresários que vinham à cidade a trabalho:

Eu não gosto muito quando pego um tipo de passageiro que eu chamo de ‘aleatório’. Aquele tipo que só chamou o UBER porque deve ter ganhado um extra e resolveu não sair de casa de ônibus naquele dia. Os papos com esse tipo de gente é muito sem graça, já começam falando do tempo ou do trânsito, é quase sempre só isso. Depois, se a corrida for um pouco mais longa, começam a falar de futebol e mulher. Não tenho muita paciência com eles, mas mantenho as aparências, até porque preciso que eles me avaliem bem. Já eu, quando esse tipo deixa o veículo, quase sempre dou somente duas estrelas, que é para não humilhar também. Então para evitar isso o que é que faço, na maioria das vezes, ligo meu aplicativo ou no aeroporto ou na orla, é por lá que tem gente bacana, a maioria de fora da cidade,

e as conversas são mais agradáveis, eu posso mandar uma linguagem mais rebuscada que eles irão me entender (CLÁUDIO, 25/01/2019).

Claramente dando a entender que seu trabalho como motorista é um passatempo, uma diversão e uma forma de “se mostrar” em relação aos seus clientes e interlocutores. Certa feita, fui comunicado por ele de que havia gravado uma viagem que teve com um empresário de uma rede de roupas esportivas, ele queria me mostrar como tinha se saído bem na conversa com o seu passageiro. Confesso que minha vontade era de aceitar o convite para analisar o diálogo, porém, me contive, até mesmo porque o que ele fez, sem a autorização do seu cliente, era ilegal. Mas, pedi que me relatasse esse momento, e o mais impressionante em tudo que ele me contava, não era nem tanto a história em si, e sim a forma como ele dizia. O seu êxtase era visível em seu olhar, nas suas expressões, no seu tom de voz, parecia que Cláudio sentia prazer em se colocar em pé de igualdade com o seu interlocutor, que no caso em questão, não era nem um conhecido seu, muito menos um amigo, tratava-se de uma relação laboral, sendo ele, naquele momento, o empregado do seu passageiro.

Em todos os momentos, não cansava de repetir o quão era bem avaliado pelos seus clientes nas pontuações dos aplicativos, dizendo sempre ser o melhor naquilo que estava fazendo, e o que contribuía muito para isso era, sem dúvida, a sua boa comunicação, além da aparência, de estar sempre bem vestido e seu carro sempre bem cuidado.

Hoje em dia, os homens buscam o tipo de aprovação que aplaude não suas ações, mas seus atributos pessoais. Desejam não tanto ser estimados, mas sim admirados. Desejam não a fama, mas o fascínio e a excitação da celebridade. Querem, antes, ser invejados do que respeitados. O orgulho e a ganância, os pecados do capitalismo ascendente, deram lugar à vaidade (LASCH, 1983, p. 87).

Para ele, o dinheiro que vinha só seria consequência da sua personalidade. Na verdade, sempre que tentava tirar dele alguma coisa voltada

para a variável econômica, me evitava e desviava a questão, quase sempre mostrando indiferença para com ela. Talvez o seu comércio lhe desse esse conforto financeiro, mas talvez também, estivesse em negação quanto ao fato de ter que dirigir para alguém para poder ter um extra a mais no orçamento familiar. Sua forma egocêntrica de ver as coisas pode nos levar a essa conclusão. Todavia, por que em um mesmo ambiente de trabalho dos seus colegas Antônio e Manuela, não encontramos a narrativa de sofrimento que é marcada na trajetória desses personagens da vida real? O que tornou Cláudio incólume aos destemperos do neoliberalismo em relação à condição psíquica, ao menos através da narrativa de si mesmo? A variável política reacionária que circunda sua subjetividade, poderia agir na forma como sente os impactos do mundo do trabalho? Tentaremos dissecar essas questões de agora em diante. No entanto, é preciso antes dizer que minhas convicções teóricas que construí ao longo da graduação e mestrado em Sociologia, foi sendo impactada e convidada a se metamorfosear ao longo dessa minha pesquisa, e este caso em particular sem dúvida foi um dos gatilhos principais, sobretudo por questionar as motivações que levam um indivíduo a realizar determinada atividade laboral em detrimento a outra. Embora as condicionantes estruturais, a que sempre me mantive fiel até esse objeto de investigação, deem indícios de se tratar das oportunidades que não são distribuídas da mesma forma, existe também a variável subjetiva, que muitas vezes está no centro das tomadas de decisões, nem sempre por escolha, claro, mas por uma necessidade que se expande para além das questões de caráter puramente econômico.

O “indivíduo desfigurado”, fruto do neoliberalismo, sobretudo da periferia do sistema capitalista, é antes de tudo alguém em busca da sua segurança ontológica (GIDDENS, 2011), portanto também, alguém que, nas contingências da vida cotidiana, não sendo possível chegar aos resultados almejados, busca uma fuga existencial na sensação, no sentimento ou na ilusão momentânea de bem-estar pessoal, trazendo uma segurança psíquica, conforme a noção de uma cultura narcisista defendida por Lasch (1983). Assim, se a narrativa de sofrimento pelo trabalho no “capitalismo de plataforma” não ganha terreno no discurso trazido por Cláudio, é menos pelos impactos da intensidade da “uberização” na sua condição psíquica do que seu engajamento direto na

ideologia do empreendimento e nos desdobramentos que isso causa na formação da sua subjetividade. Não que um elimine o outro, mas que a adesão e a crença direta ao *modus operandi* do trabalho nas plataformas de viagens esconde e revigora as emoções, dando uma sensação de felicidade, escamoteando a exploração do trabalho e, sobretudo, a precarização levada ao seu extremo, a saber, além dos impactos econômicos na vida diária, os processos de adoecimentos psíquicos ou a “corrosão do caráter”, como já havia alertado Richard Sennett (2010), que guardada as proporções, se assemelha ao caso aqui abordado.

No contexto econômico atual de precariedade do trabalho, parte-se cada vez mais do princípio de que não é necessário que o trabalhador se beneficie de uma segurança no plano econômico, mas que em vez disso ele dê prova de orientação emocional positiva e de “resiliência”, novo conceito que supostamente protege o trabalhador contra todas as intempéries do capitalismo (Illouz e Alaluf, 2020, p. 83).

A lógica social de quem adere e dá legitimidade ao discurso empreendedor e da felicidade, independentemente da situação econômica corresponder às noções prescritas pelos participantes é articulada não só na prática laboral, mas também através da linguagem. É a partir dela que a ideologia neoliberal se apropria da subjetividade para fazer valer a sua hegemonia, sendo que o discurso da vitória e do sucesso não poderia ter um lugar mais propício do o mundo do esporte. A linguagem esportiva é, na visão de Alain Ehrenberg (2010), uma forma empírica de demonstrar aos envolvidos com as atividades no mundo do trabalho, sobretudo aquelas vinculadas diretamente ao discurso do empreendimento, que basta ser um sujeito esforçado, dedicado, resiliente e perseverante para conseguir alcançar os objetivos. A passagem da gestão burocrática para a gestão empreendedora, logo, a gestão de si mesmo, requer, segundo Ehrenberg, além de um vocabulário vencedor, a tarefa de transformar os trabalhadores em empreendedores da sua própria tarefa. Pois,

é na figura do empreendedor, no homem empreendedor, que se focaliza a autonomia. O espírito de empresa, a ação de

empreender, é a pedra de toque da transformação da gestão de recursos humanos, ou seja, da gestão das relações entre as empresas e seus empregados (Ibidem, p. 86).

Os aplicativos de viagens estão a passos largos de distância de estabelecer qualquer tipo de vínculo com seus empregados, isso sem dúvida leva ainda mais à enésima potência o discurso de autonomia dos empregados, o sentimento de liberdade e a equivocada sensação de ser dono do seu próprio trabalho. Cláudio ao absorver para si todo esse discurso como condição para gerir, não só o seu trabalho como motorista, mas também a própria gestão da sua vida, colocando à disposição todas as suas energias subjetivas ao redor dessa esfera social. Como amante de uma “boa leitura de autoajuda” que ensina a viver a vida com a disciplina de um grande esportista que se torna sempre campeão nos finais das competições, imprime o seu ritmo social da mesma forma como pratica atividades físicas (sobretudo a musculação), sempre evocando a ideia de que a perfeição sempre é alcançada quando se doa ao máximo no que está fazendo. Todavia, como já ficou claro, a sua doação dentro da atividade de motorista se dá mais para atender suas expectativas narcisistas do que necessariamente para alcançar algum objetivo financeiro, embora um não exclua o outro. Na visão dele, as suas duas atividades financeiras servem como forma de exercer sua liderança perante a família, no caso do seu comércio, e como hobby para manifestar sua oratória e capacidade de influenciar as pessoas, no caso dos aplicativos de viagens. Encarar dois modos de se trabalhar dessa forma como ele encara é, sem sombra de dúvidas, uma das maneiras mais influentes que o ideário neoliberal quer passar para o mundo do trabalho. É o modelo de se viver no trabalho, sem se sentir dentro dele, fazendo com que ele seja a manifestação das suas “habilidades” que lhe geram prazer e felicidade. É o que brilhantemente Eva Illouz e Edgard Cabanas denominaram de “pornografia emocional” (2019), que nada mais é do que uma forma que visa moldar como as pessoas se devem sentir consigo mesmas e nas relações com o mundo à sua volta. Em outras palavras, trata-se de:

(...) uma mistura de elementos ideológicos, espirituais e populares que há muito alimentam um mercado poderoso

alicerçado na mercantilização das histórias de vida de autotransformação, redenção e triunfo pessoal (...) converter tais histórias em hagiografias exemplares, com vista a ensinar às pessoas aquilo em que se devem transformar para serem felizes (Ibidem, p. 17).

Essa “pornografia emocional” é o cerne definidor do empreendedor da periferia capitalista, que adere todos os discursos neoliberais em troca de nada, apenas de uma sensação de pertencimento ao mundo dos negócios, em que a meritocracia deve ser encarada de forma ampla, e mesmo não sendo nenhum CEO (Chief Executive Officer) de uma grande corporação, o que importa de fato é saber que naquele universo de trabalho em que vive, mesmo sendo a precarização objetiva e subjetiva latente, a condução do seu sucesso e fracasso é somente de sua inteira responsabilidade. Ou seja, não importa se na aparência da vida cotidiana não esteja nenhum tipo de status que comprove as suas conquistas através de bens materiais, tão pouco se o reconhecimento do que faz é de fato aceitado intersubjetivamente, mas só a sensação emotiva de estar diante do outro e se sentir aceito já conforta as suas necessidades narcísicas, que não são da sua personalidade interna, mas sim, das formas de convencimento neoliberal para se viver a vida através do seu próprio espelho, que deve sempre refletir aquilo que você gostaria de ser, mesmo não sendo.

A ação das estruturas sociais sobre os indivíduos se exerce por intermédio de mecanismos que regem os processos psíquicos e, inversamente, estes, embora não produzam as organizações sociais nem as relações que as interligam se integram a elas de maneira mais ou menos coerente. A coerência é efeito de um apoio recíproco que se consolida quando é forte a correspondência entre o modo de funcionamento da organização social e aquele do aparelho psíquico. Quando essa correspondência é fraca ou conflituosa, a coerência do sistema tende a diminuir (GAULEJAC, 2014, p. 113).

O enredo pessoal de Cláudio, embora circunscrito às suas particularidades, não é nem de longe uma exceção da realidade de muitos tantos outros trabalhadores envolvidos na engrenagem da forma laboral do “capitalismo de plataforma”, ou seja, da “ação das estruturas sociais sobre o indivíduo”, como

apontado na citação acima. Refletindo então em uma soma de entidades subjetivadas em prol da corroboração do *status quo* neoliberal, desde uma ética para o trabalho voltada a alimentar desejos por reconhecimento, até a formação de uma postura política expressada por sentimentos de superioridade em relação ao outro, seja ele o preto, o homossexual, o pedinte dos faróis de trânsito, oxigenada ainda pela eterna aventura do “(..) homem que é forte o bastante, física e psicologicamente, para não depender de nenhuma ação política de nenhum grupo de defesa dos interesses coletivos”, como relatou o próprio entrevistado. Mesmo negando a atuação em grupo, como no trecho citado, o que Cláudio está se referindo, obviamente é a luta social em defesa dos vários tipos de desigualdades que assolam o Brasil. Extremamente envolvido com a “onda reacionária” que teve seu ápice com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, sua subjetividade é sem dúvida pertencente ao que Leomir Hilário (2016) denominou de “desamparo fetichista”, uma anatomia psíquica que reage às crises por meio de engajamento em causas reacionárias, como forma de manter seus privilégios, mesmo estes não tendo visibilidade social, mas mesmo assim atua como se houvesse. Grosso modo, mesmo não sendo “classe média”, se sente como tal.

O enevoamento dos contextos sociais de crise despolitiza esse sujeito e o incapacita de perceber as condições sociais que incidem sobre o seu desempenho. Sem capacidade crítica, esse sujeito é incapaz de perceber os níveis sutis de manipulação que permeiam os estímulos ao seu rendimento produtivo. Ao final, se tudo depende apenas do esforço pessoal, anula-se qualquer responsabilidade social dos agentes políticos e econômicos no gerenciamento das crises (LEITE, 2021, p. 327).

O neoliberalismo, como venho discorrendo nessa tese, para além do seu núcleo econômico, conseguiu expandir seus arautos para todos os poros da sociedade, e o mundo político não ficaria à parte do seu modelo de “corrosão do caráter” (SENNETT, 2010). As formas individualizadas de ação, como a defesa dos interesses pessoais, já é um dos traços desse processo de dominação, e que contribui ainda mais para uma despolitização dos processos sociais, em que o mundo do trabalho é um dos seus principais alvos, com o enfraquecimento das

representações de classe, quando não, até mesmo a sua inexistência, como no caso dos motoristas de aplicativos. Assim,

Declina a consciência de classe; as pessoas percebem sua posição social como um reflexo de suas próprias capacidades e culpam-se pelas injustiças cometidas contra elas. A política degenera em uma luta, não para uma mudança social, mas para a autorrealização. Quando os limites entre o eu e o resto do mundo entram em colapso, torna-se impossível a busca do autointeresse esclarecido, que antes informara cada fase da atividade política. O homem político de uma época anterior sabia como exigir, de preferência a desejar (...) e julgava a política, como julgava a realidade em geral, para ver o que há nela para ele, e não se ela é ele. O narcisista, por outro lado, sustenta os interesses do ego, em um delírio de desejo. (LASCH, 1983, p. 51).

Portanto, o “indivíduo desfigurado” é a soma geral de uma mentalidade que, além de viver dentro da lógica neoliberal de responsabilizar-se pelas suas conquistas e derrotas, aceitando as suas premissas como única saída para seu reconhecimento dentro da sociedade, ainda se protege daqueles que em tese são partes constitutivas do seu grupo social, através de uma autoafirmação que deve servir como distinção em relação aos seus pares sociais, com o intuito de asseverar suas diferenças, sobretudo para se colocar, ao menos em termos subjetivos, para além do grupo social ao qual se pertence. Sendo que o discurso político mais eficaz, é justamente aquele que não se aproxima da sua realidade social, fazendo mais uma vez valer a sua diferenciação perante aquilo que se quer negar.

O caso de Cláudio que aqui analisamos, não traz de forma explícita a narrativa de sofrimento psíquico que encontramos nos casos que analisamos anteriormente. Todavia, a sua leveza em relação ao mundo do trabalho, mais especificamente ao universo dos aplicativos de viagens, possa ser o traço de formas de sofrimento social que não se materializa na saúde psíquica, ao menos em termos de necessidade de intervenção de especialistas para tratar alguma enfermidade, mas que esboça uma mentalidade propícia para um individualismo exacerbado, em nome de uma busca incessante por reconhecimento, que trará como resultado dele a sensação de satisfação e felicidade. É sem dúvida, um

sofrimento social que, como alerta François Dubet (2020), gera “paixões tristes”, que não potencializa lutas coletivas, mas desperta vários individualismos, em que as injustiças não são coletivas, são acima de tudo individuais, logo necessita-se trabalhar a autoestima para não sentir a experiência do desprezo e das discriminações.

3.4 – “Regressão social” e Síndrome de Burnout como expressão fenomênica do neoliberalismo

Eduardo tem 27 anos, nascido em uma família escolarizada, seus pais têm nível superior, sendo que a mãe é formada em Física pela Universidade Federal de Sergipe. Foi professora do ensino básico da rede pública do Estado de Sergipe, hoje é aposentada. Já seu pai é formado em Administração pela mesma universidade da sua esposa, e foi funcionário do Banco do Brasil, também aposentado. Além de Eduardo, tiveram também mais duas filhas mais velhas do que ele, ambas também diplomadas na UFS. A mais velha é economista e trabalha como auditora fiscal no Estado de Alagoas, já a irmã do meio se formou em Direito, porém, nunca exerceu a profissão de advogada, assim que terminou seu curso prestou concurso para o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), e se encontra trabalhando em Salvador, na Bahia.

Como pode-se observar, Eduardo é, dos quatro sujeitos analisados até aqui, o que provém de uma família da chamada classe média brasileira, que ao contrário da família de Antônio, ambos os pais possuem formação superior e trabalharam como funcionários públicos, que para os padrões sociais da sociedade sergipana, representa uma pequena parcela da população com estabilidade financeira, e com condições de viver uma vida tranquila, ao menos economicamente.

Também ao contrário de Antônio, Eduardo aproveitou as oportunidades que seus pais puderam lhe proporcionar em relação aos estudos. Desde a infância até o ensino médio estudou em uma única escola privada e renomada na capital sergipana. Não era considerado pelos professores como o melhor em

suas matérias, mas sempre mantinha boas notas, sobretudo na chamada Ciências Exatas, por influência não só da sua mãe, que era professora de Física, mas também pelos incentivos do pai que era muito dedicado em Matemática.

Sempre mantivera boas relações com seus colegas de escola, alguns deles se tornaram amigos até a fase adulta. Como era bom nos esportes, sobretudo natação e vôlei, tinha a admiração de todos os colegas devido as medalhas que ganhava representando seu colégio. Além de tocar alguns instrumentos musicais como o violão, o baixo e a guitarra, que lhe garantiu algumas paixões juvenis, atraindo a atenção das garotas. Eduardo costuma sempre dizer que essa fase, da infância à adolescência, foi, sem dúvida, a melhor de todas da sua vida, pois não tinha preocupação com mais nada, além de estudar e aprimorar suas habilidades no esporte e na música.

Apesar de ser o caçula dos três irmãos, Eduardo diz nunca ter sentido ser o predileto dos pais, que tratavam os filhos de forma equitativa, pois todos tiveram a mesma atenção tanto nos estudos como nos afetos cotidianos. Como a diferença de idade entre os três é pequena, dois anos de um para o outro, viveram a maior parte do tempo dividindo as mesmas coisas, sobretudo o colégio, onde os três permaneceram até o fim dos estudos. Segundo Eduardo, as diferenças só começaram mesmo a surgir depois que cada uma das irmãs foram entrando na universidade, mudando as formas de pensar o mundo, “elas começaram a ficar mais espertas, falavam de política, de teatro, de literatura, eu não entendia nada, aí fui ficando meio de escanteio”.

Cumprido todos os ritos iniciais dos seus estudos, aos 17 anos prestou o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) para o curso de Direito na universidade pública, porém não obteve êxito. A escolha pelo curso aconteceu depois de um relacionamento curto com uma moça um pouco mais velha do que ele, que estudava Direito na UFS. Segundo ele, que sempre preferiu as Ciências Exatas às Humanidades, viu na garota muita inteligência, além do fato que havia mais chamado a sua atenção, a forma como ela se comunicava. Apesar de uma das suas irmãs também ser formada em Direito, ele diz nunca ter percebido nela o potencial que viu naquela pessoa com quem manteve um relacionamento amoroso.

Não quis esperar um ano inteiro para tentar entrar para faculdade de Direito, então resolveu cursar em uma universidade privada de Aracaju. Seus pais relutaram no início, não pelo gasto financeiro com as mensalidades, mas sim por conta do fato de querer que todos os seus filhos tivessem a melhor das formações, o que incluía ter uma graduação concluída no setor público. Todavia, logo aceitaram o fato de isso não acontecer com o caçula, e passaram a incentivá-lo na escolha.

O mundo do trabalho não passava nem de longe na porta de Eduardo, o que permitiu que concluísse sua graduação de forma tranquila, sem os desgastes das duas jornadas, que a maioria dos jovens na idade que ele tinha precisava fazer para se manter na faculdade, sendo o trabalho uma das ferramentas para manter economicamente os seus cursos universitários na rede privada. Ao contrário de Eduardo, que além de ter sua faculdade toda paga pelos pais, ainda contava com uma “mesada” que ajudava no seu entretenimento, além de ter nas mãos a posse de um automóvel só seu.

Contudo, com o fim do curso algumas complicações começam a surgir. A primeira tentativa para conseguir atuar como advogado não é bem-sucedida (não conseguindo passar na prova da Ordem dos Advogados do Brasil), mas seu pai consegue encontrar uma vaga de trabalho para ele como contratado em um banco particular, fruto dos contatos adquiridos ao longo do tempo em que foi bancário. De todo modo, era para ser algo temporário até que a carteira de habilitação para advogar fosse conquistada, além do fato de que o cargo no banco era de meio período, o que facilitaria para Eduardo ter tempo sobrando em dois períodos para os estudos. Esse trabalho acabou se arrastando por quase dois anos, durante esse período já tinha tentado a prova da OAB outras três vezes, sem falar nos cinco concursos públicos que concorreu e que não conseguiu aprovação.

Fatos que foram capazes de bagunçar um pouco com a estabilidade emocional do entrevistado. Tendo como referência sempre o seu seio familiar, marcado por sucessos profissionais, causando nele a impressão de que seguiria os mesmos rumos traçados pelas suas irmãs, pois teve sempre as mesmas condições que elas tiveram, o que significava que se não conseguisse alcançar o padrão de vida delas, era culpa do seu não engajamento nos estudos, e que

não seria merecedor do sucesso profissional. Para ele, toda posição social ocupada pelo indivíduo era fruto do merecimento, das horas de estudos, da luta concorrencial com outros, e que nela, aqueles que ficassem para trás significava que não tinha se esforçado o bastante, sendo os “vencedores” sempre os mais capazes e sagazes.

No mundo atual, a competição para ocupar ou “inventar” os lugares sociais é cada vez mais dura. Se a desigualdade das chances permanece, a concorrência está cada vez mais forte. Cada indivíduo, qualquer que seja sua origem, está confrontado com a necessidade de conquistar para si um lugar, de “encontrar uma situação” e mesmo de “criar seu emprego”: Os lugares não são mais atribuídos definitivamente, é preciso “tomá-los” daqueles que os têm ou, então, inventar novos (GAULEJAC, 2014, p.17).

A “luta por lugares”, e sobretudo, a manutenção da posição social é um dos pilares mais sagrados do neoliberalismo, como vem defendendo Vicent Gaulejac na maioria dos seus estudos (2007, 2014), sendo a “promoção social” o fio condutor para aqueles que se sentem excluídos dos processos sociais, em que a pedra fundamental é a ideologia da meritocracia, traçada para mostrar a possibilidade de ascensão social para as classes populares, tomando sempre como exemplo exceções sociais, ou mostrando através daqueles que já possuem certos privilégios, que é possível alcançar sucesso profissional por merecimento, encobrindo o fato de que o privilégio de acesso à educação de boa qualidade já os colocam bem à frente da maioria que não possuem as mesmas condições. Todavia, mesmo os que detêm esses privilégios, sobretudo, estamos nos referindo aqui a uma classe média escolarizada, como no caso de Eduardo, o que estamos vivenciando cada vez mais é a “regressão social” (GAULEJAC, 2014), a falta de lugares privilegiados mesmo para aqueles que são oriundos dessa camada populacional.

Conheci Eduardo em uma “corrida” que peguei com ele em março de 2019. Seria uma viagem um pouco demorada para os padrões da cidade de Aracaju, pois era um deslocamento do conjunto Orlando Dantas para UFS. Trajeto que se feito em um horário fora do pico de trânsito duraria em média dez

minutos, mas como foi realizado no início da manhã, acabou durando por volta de meia hora. Naquele dia eu estava um pouco cansado porque tinha ido dormir tarde da madrugada, fazendo algumas leituras para a tese, e acordado cedo demais para participar de um evento na Universidade. Sempre que faço essas viagens por aplicativo procuro ao máximo obter informações sobre a vivência dos motoristas, mas naquele dia particularmente não estava muito a fim de puxar assunto, torcendo também para que meu interlocutor não buscasse nenhuma interação. Parece que é sempre nesses momentos que o inesperado acontece. Nunca havia conseguido “recrutar” nenhum informante para minha pesquisa em uma viagem (por mais que eu tentasse), todos que consegui foi por outros meios, mas Eduardo resolveu realizar minha vontade.

Entrei no seu carro, bastante confortável, desses bem espaçosos, dei um bom dia bem baixinho, já mostrando que não estava querendo conversa, abri um livro, já para não ser incomodado, mas não foi suficiente, fui logo surpreendido com uma frase que não estava acostumado ouvir naquele ambiente de trabalho dos motoristas: “Hoje o dia está uma merda, você é meu primeiro passageiro”. Geralmente os condutores de aplicativo de viagem costumam começar uma “corrida” falando sobre o tempo, o trânsito, ou sobre o que o cliente faz, ou seja, as banalidades das convenções sociais. O que acabou ligando um sinal de alerta, e ele conquistou toda minha atenção. Então perguntei a que horas ele tinha acordado para começar a trabalhar. Mais surpreso fiquei quando ele me disse que na verdade não tinha nem dormido: “Passei a madrugada estudando para concurso. Estou aqui à base de energético. Mas o senhor parece que também não teve uma noite bem dormida, sua cara está inchada”. A empatia estava lançada dos dois lados. Foi a entrada que ele me deu para falar da minha pesquisa e tentar convencê-lo a me ajudar com ela. Ele topou sem pensar muito, me dando seu contato telefônico e continuando a falar de como estava cada dia mais difícil viver como motorista de aplicativo. Sem dúvida foi a melhor “corrida” que eu fiz enquanto passageiro da minha própria pesquisa de doutoramento.

Eduardo entrou no “capitalismo de plataforma” por razões que já se expressam no início desse tópico: 1 – Formado em Direito, ainda não tinha conseguido aprovação para exercer a advocacia, depois de várias tentativas; 2

– o trabalho que seu pai conseguiu para ele em um banco privado era temporário, e após dois anos não conseguiu mais a sua renovação; 3 – todas as tentativas de se tornar funcionário público por meio de concurso não foram bem-sucedidas. Somado a todos esses fatores estava o desejo de se emancipar financeiramente da sua família. Para ele, embora sua vida fosse bem tranquila em termos dinheiro, pois recebia todas as garantias de uma boa qualidade de vida que seus genitores lhe concediam, começou a incomodar o fato de só possuir as coisas por causa disso, os comentários dos colegas começaram a mexer com seu emocional, sem falar que se sentia “pequeno” perto das suas irmãs que tinha conseguido “vencer na vida por méritos próprios”.

Um automóvel muito bem conservado, desses modelos bem requisitados por quem tem condições financeiras diferenciadas da grande maioria da população de motorista de aplicativos no Brasil, já o aguardava na garagem. A dificuldade mesmo seria convencer seus pais de que era necessário para ele entrar no mercado de trabalho, nem que isso significasse adentrar por um dos setores mais precarizados, sendo que tinha sido escolarizado para conseguir os melhores postos do mundo do trabalho. Com muita insistência conseguiu convencê-los, se comprometendo a deixar um tempo disponível para continuar estudando para concurso e para o exame da OAB. Todavia, sua maior preocupação era em relação aos amigos, como eles iriam reagir para com ele exercendo essa profissão, sendo que a maioria deles eram funcionários públicos ou profissionais liberais que faturavam bem ao final do mês. A premissa adotada foi então que:

Não importaria como eu estivesse me sentindo, iria sempre mentir. Iria sempre informar que as coisas estavam ótimas, que as minhas corridas me rendiam muita grana (até porque eu teria como fazer isso já que morando na casa dos meus pais e o conforto que eles me davam, não tinham como provar se de fato o que estava falando era uma mentira). E assim fiz, acho que conseguia esconder deles o tanto que tinha que me matar o dia todo, às vezes até grande parte da noite, para no final do mês ter um ganho de pelo menos dois mil reais (...). Mas não tinha como esconder da minha família e de mim mesmo, me causando muita angústia, desespero e muita vergonha (EDUARDO, 16/06/2019).

A vergonha social (GAULEJAC, 2014), sem dúvida, perpassa o mundo do trabalho precarizado, que não bastasse a má remuneração, os inseridos nesse universo, ainda precisam enfrentar uma luta diária para se autoafirmar perante a sociedade, sobretudo quando o processo de regressão social (Ibidem) impõe novas formas para o indivíduo se subjetivar nas suas relações sociais. Portanto,

a vergonha, a culpa, o sentimento de inferioridade, embora se baseiem em questões narcísicas e nas primeiras relações objetais, podem igualmente provir da experiência concreta (e, em segundo lugar, da representação) dos processos de dominação, invalidação e diferenciação” (Ibidem, p. 121).

O “indivíduo desfigurado” apresenta-se envolto em uma solidão forçada por si, como fuga dos destemperos do neoliberalismo, em que o laço social e a cooperação cada vez mais destituem de lugar. Um caráter regressivo que se expressa, ainda, como assevera Fernando Gastal de Castro (2020), no crescimento das experiências de vazio, de tédio, de insatisfação, de perda de sentido, de esgotamento físico e emocional e de adoecimento psíquico.

As primeiras experiências como motorista de aplicativo para Eduardo, segundo seu próprio relato, era uma “terapia”, pois, como gostava muito de dirigir parecia estar unindo o útil ao agradável. Sem falar no fato de que nos primeiros meses, mais precisamente nos dois primeiros, conseguiu angariar uma grana que não recebia como funcionário contratado de um banco privado. Todavia, tinha, praticamente, triplicado as suas horas de trabalho. Na empolgação dos recursos financeiros que entravam, sem falar nas viagens que lhe acalmavam das ansiedades em relação ao seu futuro profissional, não conseguiu cumprir o pedido que seus pais fizeram, de deixar um tempo livre para continuar estudando, e ao invés disso, levava o material de estudo com ele para usar nos intervalos entre uma viagem e outra. Sem falar que muitas das vezes, chegando no final da noite em casa, ainda tirava um pouco de tempo antes de dormir para os estudos.

Com o tempo, os intervalos de espera entre uma viagem e outra começou a ficar mais espaçado, o que paradoxalmente foi afastando ele das leituras. Isso acontecia porque, segundo ele, começava a aumentar a ansiedade do tempo parado, e as leituras só iam deixando-o cada vez mais apreensivo dentro do carro. Passou a não mais levar o material para estudar no trabalho, deixando essa responsabilidade para depois que fechasse o aplicativo. Porém, isso só aumentou ainda mais o seu cansaço, e aquilo que no início era prazeroso, passou se tornar um grande fardo para sustentar.

Eduardo se deixou seduzir pela premissa de que a qualquer momento, quando se entediasse da atividade laboral poderia simplesmente diminuir a carga horária. Sendo o “dono” das suas próprias tarefas, não haveria problema em controlar suas cargas horárias de trabalho. Entretanto, as contingências não quiseram que assim fosse. Tendo que diminuir nos estudos para poder conseguir relaxar um pouco depois do trabalho, decidiu que teria que sair da casa dos pais para não haver controle, e para também não se sentir em dívida com a sua família. Seguramente essa decisão iria requerer dele um engajamento ainda maior na plataforma de viagem para conseguir ao menos se manter, pois não tinha mais como contar com o conforto da casa da família. Além do fato de que a sua nova moradia, nem de longe apresentaria sentimento de prestígio social que ele tanto estava acostumado durante toda sua vida.

Diante do processo de descenso social, a moradia se mantém como meio de compensar, reparar, ocultar o fracasso social ou profissional. Pensemos na luta dos aristocratas arruinados que se agarram à moradia, última expressão do esplendor passado, a ponto de lutar a tiros de espingarda quando as forças da ordem vêm executar a ordem de despejo que os tirará de lá; pensemos igualmente naqueles administradores desempregados que tentam com desespero conservar a casa de campo que mandaram construir com grande reforço de empréstimos quando a carreira era ascendente. Se a moradia significa pertencimento social, seu abandono significa a queda, a perda de posição; é o signo de uma degeneração consumada. Proteger a moradia é conservar o engodo, para os outros, mas também para si, de que estamos sempre no mesmo lugar, de que nada mudou, de que conservamos o conjunto dos atributos de pertencimento à “nossa” classe social (GAULEJAC, 2014, p. 84).

Sua moradia, era, sem dúvida, a única coisa que naquele momento ainda ligava Eduardo ao seu grupo social de origem. Assim sendo, foi o segundo grande passo que afastava ainda mais da sua posição social, não bastasse o fato de ter que trabalhar em um ambiente nada benquisto para alguém oriundo da sua camada social, teria que demonstrar ainda mais o seu fracasso através da perda de um dos signos do seu prestígio social. Neste caso, a racionalidade neoliberal (DARDOT e LAVAL, 2016) interpela o indivíduo para a competição consigo mesmo, devendo sempre maximizar os resultados, se colocando em riscos e tendo que assumir todas as responsabilidades em caso de eventuais fracassos. Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009) acrescentam ainda que “o novo espírito do capitalismo” levou para o abismo qualquer tipo de poder baseado na gestão de diplomas ou de *status*, deslocando o indivíduo para a esteira da incerteza, da reatividade e da flexibilidade, sendo que a nova gestão neoliberal, acrescentam os autores, é mais sofisticada justamente por individualizar o controle, criando uma mentalidade que se sente culpada pelos seus fracassos, se torna cada vez mais autocontrolada para se engajar na esfera precarizada do mundo trabalho. Nestas condições:

A racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 331).

O investimento em si mesmo como ferramenta de produção é um dos princípios ativos para o incremento de uma subjetividade elevada à enésima potência da busca por um “cálculo existencial”. Ou seja, cada vez mais que a economia (e seu conjugado mundo do trabalho) exige que o indivíduo a aplique na sua conduta de vida, imprimindo formas de agir e pensar, mais ele estará formando uma subjetividade que o leva a se voltar para a necessidade de uma luta existencial, causada justamente pela falta de pertencimento àquilo que se tornou por conta dos ditames do trabalho não representar a lógica interna de crescimento pessoal que foi buscado ao longo da trajetória profissional. Assim, o “cálculo econômico”, muitas vezes, cede espaço para questionamentos de

outras ordens, como a vergonha social, a ansiedade, o cansaço e a transfiguração da própria personalidade como forma de se estabelecer em determinado seio da sociedade.

Sob o neoliberalismo, a ordem do mercado aparece para o sujeito como palco da realização de uma série de valores, sob a condição de que ele participe do jogo da concorrência e otimize suas capacidades competitivas (...). Embora essa nova mentalidade resulte em sofrimento para os sujeitos, carregados de expectativas, descolados de suas condições objetivas e totalmente responsabilizados por seus fracassos, ele é capaz de mobilizar afetos e ganhar adesão social (SAFATLE, SILVA JÚNIOR e DUNKER, 2021).

O caso de Eduardo se agrava ainda mais porque com os “fracassos” que teve na tentativa de se manter na mesma posição social da sua família e assim seguir o projeto parental⁷², causou o que Gaulejac (2014) chama de conflito de identidade⁷³, que advém do deslocamento social do indivíduo, provocando um estranhamento perante as cristalizações da sua posição social anterior que produziu a sua identidade. Da criança que adquiriu da sua família uma vida confortável, estudando em uma das melhores escolas privadas do seu município até a conclusão do ensino médio; ao adolescente que não entrou em universidade pública como era o projeto parental e, de certa forma, dele também; até se tornar o adulto que concluiu o curso de Direito em universidade privada, mas que não conseguiu êxito nos exames para exercer a advocacia; indo parar, primeiro em um cargo “arranjado” em um banco por conta dos seus pais, com

⁷² É a expressão de desejo dos pais para com seus filhos, um tipo de modelo depositado para cada um dos seus entes gerados (GAULEJAC, 2014).

⁷³

“Identidade se define como a resultante das diferentes posições ocupadas (vertente identidade social) e da relação subjetiva com essas posições (vertente identidade psíquica). Essa definição remete ao duplo sentido da identificação que, por um lado, é o processo pelo qual um sistema social permite nomear e situar cada indivíduo dentro de sua ‘ordem’ e, por outro, é o processo psicológico pelo qual a personalidade se constitui ao assimilar, no todo ou em parte, propriedades, atributos e qualidades das pessoas que a rodeiam. A identidade é o produto de um movimento duplo, interno e externo. Portanto, ela é menos um estado do que uma construção dinâmica resultante do trabalho do indivíduo que busca se situar se posicionar, afirmar uma singularidade e uma unidade diante de uma realidade multiforme e heterogênea, e encontrar mediações diante das contradições intrapsíquicas, psicológicas e sociais que o invadem. A identidade, de certa forma, fica dilacerada entre a permanência e o contraste, entre a semelhança e a singularidade, entre a reprodução e a diferenciação, entre o que a ancora no passado e o que a especifica no presente em uma perspectiva de futuro” (GAULEJAC, 2014, p. 64).

um salário que não representava os seus anseios; e que por fim traçou seu destino ao redor do “capitalismo de plataforma”, sendo motorista de aplicativos; Eduardo se mostra completamente deslocado em seu mundo atual, não sendo reconhecido entre os seus colegas de profissão como sendo membro dessa comunidade, fato causado pela sua forma de se apresentar nesses meios sociais, seja pelas suas vestimentas estampadas com as marcas importadas e caras, ainda fruto do seu favorecimento familiar, mas também pelos gostos musicais, o tipo de bebida que consome, além do carro, que chama muito a atenção. Somados ainda ao fato de que se sente também deslocado em relação aos seus antigos membros de vínculo social, pois, os raríssimos encontros em que ele estava presente, se sentia, como gosta de falar, “fora de eixo”, não mais compartilhando os mesmos desejos e anseios, sendo que na maioria das vezes estava ele a mascarar sua vida, trazendo representações de si que não condiziam com os fatos: “eu fingia que vivia daquele jeito feliz que descrevia para eles. Mas acho que eles também começaram a fingir que acreditavam”, relatou.

A visibilidade é parte integrante da nova economia política do desempenho/gozo. A exposição é peça fundamental do regozijo descontrolado do desempenho; da necessidade de aceitação permanente de si e da necessidade da avaliação positiva do outro. A exibição é, ao final, uma celebração constante de si mesmo (...) a exibição do sucesso e da felicidade, real ou aparente, é condição essencial para a ideia de plenitude (LEITE, 2021, p. 330-331).

Assim sendo, o passo profissional que precisou realizar, além de frustrar todas as suas expectativas econômicas, acarretou em uma mutação da sua identidade social, que não se encaixa em nenhum perfil dos seus possíveis grupos sociais, seja no trabalho, com os antigos amigos, e até mesmo no seu seio familiar, o que provoca alguns conflitos psíquicos, já que todo problema de identidade carrega consigo, quase sempre, uma essência psíquica que integra o social, ou seja, o mundo exterior em suas contradições. É dessa forma que:

A sociologia pressupõe que o fundamento da identidade esteja na relação do indivíduo com um sistema de parentesco, com os

grupos em que nasceu, as instituições e redes sociais às quais pertence, as classes sociais que caracterizam o funcionamento social do qual participa. Mas essa relação está marcada pela problemática familiar, ou seja, pelo modo como os genitores e ascendentes se posicionam dentro desse conjunto de relações (GAULEJAC, 2014, p. 66).

É dentro dessa tensão entre a identidade herdada e a adquirida que Eduardo teve que enfrentar os desafios do seu trabalho altamente precarizado, tendo que lutar tanto economicamente para conseguir alcançar uma renda que possibilitasse ao menos conseguir pagar suas próprias contas (o que no “capitalismo de plataforma” requer muito dispêndio de energias físicas e mentais, além de uma entrega total do seu tempo diário), quanto psicologicamente para poder enfrentar as tensões causadas pela sua regressão social⁷⁴ que muitas vezes podem se expressar pelo sentimento de impotência pelo fato de ter se tornado algo diferente do que o curso “normal” dos acontecimentos apontavam para que ele fosse.

A regressão opera principalmente como ferida narcísica porque, na maioria dos casos, é ideologicamente dessocializada. A regressão é interpretada como consequência do destino individual, embora seja produto da concorrência social que provoca o descolamento entre oferta e demanda no mercado de lugares sociais. A regressão, agora e sempre, é um fenômeno social (GAULEJAC, 2014, p. 86).

É nesse sentido que a personalidade narcísica se faz presente, não para se autoafirmar, e sim como mecanismo de defesa perante as relações sociais, sobretudo as que representam seu passado marcado por uma posição social privilegiada. Por outro lado, “a contrapartida da satisfação narcísica é o medo de fracassar, de perder o amor do objeto amado, o temor de não estar à altura, a

⁷⁴Tomamos essa noção de empréstimo de Vicent Gaulejac (2014, p. 80) que diz que: “A regressão caracteriza a trajetória dos indivíduos que não souberam ou não puderam adquirir a posição correspondente ao lugar que provavelmente ocupariam em função de sua herança, sabendo que a maioria dos que estavam em posição semelhante ocupa posições socialmente mais elevadas. Podem ser herdeiros que não puderam herdar, indivíduos pertencentes a grupos sociais em declínio que sofrem passivamente seu destino social, ‘fracassados’ que não cumprem as aspirações neles investidas pelo grupo familiar: Todos aqueles que, ativa ou passivamente, enfrentam o rebaixamento de classe sem que este possa ser interpretado como passageiro”.

humilhação de não ser reconhecido como um bom elemento. Nessas situações, a tensão é entre o Eu e o ideal do Eu” (Ibidem, p.114). Em outras palavras, sua condição de regressão social perante o mundo do trabalho criou na subjetividade de Eduardo formas de escapar de possíveis sofrimentos psíquicos oriundos das decepções e frustrações causadas tanto pelo projeto parental (Ibidem, 2014) quanto pelo seu próprio projeto de vida (GIDDENS, 2011). Camuflar para o seu antigo grupo social sua real condição social é, portanto, requerer para si um estatuto existencial que, por um lado, lhe permite aderir ao “capitalismo de plataforma” em sua forma mais degradante sem precisar, aos moldes do “caso de Antônio” (analisado na primeira parte desse capítulo), se afastar do convívio social herdado por meio de sua família devido a vergonha que sua precarização causa, internalizando-a, e, por outro lado também, dinamiza a intersubjetividade dele para com seu atual posicionamento dentro da sociedade, pois, embora não se sinta pertencente a sua atual esfera social, abre a possibilidade de aceitação a realidade social que se encontra, na via de um certo conformismo e/ou resignação da sua existência.

Os indivíduos em regressão consideram seu trabalho unicamente como meio de subsistência ou condição para realizar seus desejos em outra parte. O trabalho não é valorizado como elemento de apoio das relações pessoais, na medida em que não buscam estabelecer relações continuadas nem integração nas redes sociais. O desinvestimento, em especial, se expressa na ausência de projetos profissionais ou sociais. O problema, portanto, é saber se o desinvestimento no trabalho, na mobilidade social, o distanciamento do poder, resultam da impossibilidade de manter a posição social e concretizar um projeto de promoção ou se está na origem da regressão social (GAULEJAC, 2014, p. 83).

Portanto, em conformidade com Lasch (1983), podemos afirmar que as novas formas sociais, sobretudo com o implemento das políticas neoliberais e as novas tecnologias que o acompanha, requerem novas formas de personalidade, novos modos de socialização, novos modos de se organizar a experiência. Assim sendo, o conceito de narcisismo proposto pelo autor, proporciona-nos analisar, não um determinismo psicológico feito sob medida, mas um meio de compreender o impacto sociopsicológico das recentes mudanças sociais.

Em uma sociedade neoliberal como a nossa, em que a ascensão social é jogada aos quatro ventos para que todos possam notar a mobilidade para a parte de cima da pirâmide, em que os indivíduos envolvidos se mostram sem nenhuma dificuldade, e a propaganda da meritocracia se aproveita desses casos para vender ainda mais a sua ideologia, nada mais cômodo do que jogar o jogo do sistema, mesmo que se esteja anos luz da realidade em forma de engodo. Assim, falar em regressão social é ferir todo esse conjunto de ideias, que valorizam a subida na escala da vida e condena ao ostracismo aqueles que descem das suas posições sociais, o que torna também a sua análise um desafio, pois, na maioria das vezes, é mais fácil falar das nossas vitórias do que das nossas derrotas, como fica claro nesse caso, em que Eduardo se recusa, perante o seu antigo grupo, admitir as suas derrotas. Todavia, no material recolhido para essa tese, em nenhum momento o nosso analisado escolheu esconder o seu descenso social. Perguntado sobre o porquê de não agir para comigo enquanto pesquisador da mesma maneira que agia para a sociedade que o cerca, ele foi enfático:

Eu não tenho vergonha de mim, na verdade, a minha vergonha é causada pelo que os meus antigos amigos irão pensar da situação que me encontro. Conhecendo bem todos, imagino que tenham pena de mim, mas ao menos, não me falam nada, já que eu não dou abertura para dizer como estou de fato, mesmo sabendo que eles tenham uma certa noção. Tem um deles, meu amigo mais antigo mesmo, desde os tempos de maternal até agora, que ele é juiz em uma cidade no interior aqui do Estado. Com certeza, deve me olhar como um fracassado, porque da última vez que nos vimos (no aniversário de uma das minhas irmãs), ele parecia bem distante de mim. Percebia pela forma como falava, sem nem olhar direito para mim (...). Então, são essas coisas que me causam vergonha, e não o fato de eu ter me tornado um motorista da UBER. Por isso que não tenho nenhum receio de falar para você do meu caso (01/07/2019).

O conteúdo sedutor de negar sua regressão social em nome de valores autopromocionais de orgulho e valorização de si perante seu antigo grupo social é então também uma forma de proteger seu eu contra os ataques emocionais dos que, ao contrário dele, tiveram uma trajetória profissional que condiz com a estrutura educacional recebida, que “souberam” tomar proveito dos seus

privilégios para continuar estabelecidos dentro do seu reduto social. Tais ataques, podem gerar ainda mais culpa, humilhação, inveja, amargura, além de um forte complexo de inferioridade.

Na neurose de classe, constatamos uma gênese sociopsicológica desses diferentes sentimentos, no sentido em que os elementos psíquicos e os sociais se apoiam mutuamente, com componentes diferentes conforme o caso. Nesse sentido, falaremos de complexo de inferioridade na medida em que os sentimentos percebidos pelo sujeito encobrem uma montagem de representações e emoções afetivas e sociais, parcial ou totalmente inconscientes, que estruturam suas atitudes, condutas e reações (GAULEJAC, 2014, p. 122).

Para evitar isso, o “cálculo existencial” de Eduardo se assegura e aposta na criação de um personagem narcísico, que no coração da precarização do trabalho, até parece um contrassenso, mas que se torna, em seu caso, essencial para fugir dos medos causados pelo que ainda não conseguiu enquanto membro de um grupo social abastado. Portanto, se apregoar de forma eloquente dos fundamentos morais da sua origem social, a saber: exposição das vitórias, valorização dos status social, etc. deixa-o mais próximo dos “seus pares” por meio das suas premissas ideológicas, mesmo que esse engodo possa trazer uma desfiguração da sua subjetividade, já tão complexa devido à desconstrução vivida da sua identidade social.

A vida pregressa de Eduardo após a saída da casa dos pais é marcada por um intenso investimento do tempo no trabalho, que pode muito bem ser “uma defesa reativa ao complexo de inferioridade da neurose de classe” (GAULEJAC, 2014, p. 124). Sua rotina social, que já vinha sendo reduzida à vivência dentro do automóvel, se amplia ainda mais para um engajamento frenético da atividade laboral. Segundo o próprio, o ano de 2019, estava sendo aquele em que deixava de ser movido por esperança de sair daquela situação para se fixar de forma contundente no trabalho que tinha. Imbuído desse espírito, até mesmo os concursos que pretendia fazer não eram mais aqueles com os melhores salários, focando – quando podia (caso que ficava cada vez mais raro por falta de tempo) – em seleções que exigiam somente o ensino médio. Sem falar que começou a

investir emocionalmente na ocupação de motorista, preocupando-se em tornar sua atividade menos desgastante do que ela já é, se policiando para seguir ritos que todo motorista precisa ter, segundo ele em conversa com alguns colegas, para que possa fazer com que o passageiro se sinta bem e, como consequência, amenizando o estresse diário do trânsito, fora as preocupações ordinárias do dia a dia.

Interessante é que as prescrições nesses novos trabalhos precarizados não advêm de nenhuma gestão hierárquica burocratizada, são desenvolvidas pelos próprios sujeitos do trabalho, nas suas vivências, nas suas jornadas experimentais. Em tese, até parece uma forma de autonomia, que livra, nesse caso, os motoristas de serem controlados por estruturas externas, embora o sistema de pontuação dos aplicativos seja uma maneira de controle. Todavia, por exemplo, a variável “simpatia” que se apresenta nos sistemas de avaliação é altamente subjetiva, pois para alguns passageiros “ser simpático” pode estar ligado a sempre buscar interação, mostrando preocupação com o cliente, mas pode ser também deixá-lo à vontade para só falar quando for acionado. O autocontrole elaborado pelos próprios motoristas fundamenta a subjetividade formando a sua “mente precarizada” (STANDING, 2014), com preceitos que são criados e elaborados para a fuga dos estresses, mas sem que se perceba, estimula condutas ansiosas que podem chegar, inclusive, a transtornos psíquicos. Será sobre esse oximoro que iremos analisar agora essas prescrições de práticas sociais dos motoristas em sua atividade diária. Eduardo nos passou oito formas de conduta para ser realizada em uma viagem, que serve de muleta emotiva para garantir, segundo ele, que nada saia do controle perante o seu trabalho. Porém, faz-se necessário dizer que esses dados primários relatados por ele não se encontram de forma pura nas suas vivências. Ou seja, não são regras que utilizam sempre de forma mecânica, mas serve de orientação geral, segundo ele, para conduzir e contornar alguns imprevistos. As prescrições são as seguintes:

- 1 *Cumprimente sempre o passageiro ao entrar no veículo, e observe suas expressões, caso perceba abertura, interaja, do contrário, não force a situação.*

O que evidencia o caráter primordial dos afetos e emoções nesse universo de trabalho. Não bastando somente exercer a atividade motora da condução do veículo, mas também a capacidade de o motorista conduzir a prestação dos seus serviços em níveis cada vez mais subjetivos. Talvez, seja nesses momentos que se iniciam os processos de desgastes emocionais que geram o cansaço, que se apodera do indivíduo deixando-o extenuado mentalmente.

Quando considerado via o prisma das emoções, o local de trabalho capitalista revela-se bem menos imune a elas do que comumente se admite. Assim, o desenvolvimento da racionalidade nas organizações econômicas caminhou junto, ainda que isso seja contraintuitivo, com uma intensificação da vida emocional. No capitalismo emocional (...) as emoções são elementos essenciais da eficácia, da gestão e da cooperação, e a lógica da troca econômica e das relações recíprocas torna-se crucial para compreender e influenciar a vida emocional (Illouz e Alaluf, 2020, p. 80).

Assim, a *percepção* passa a não ser somente uma forma de a personalidade individual captar o mundo que o cerca, e se torna uma qualidade que precisa se apresentar para o trabalho, como se fosse uma ferramenta tão importante como o próprio carro usado nas viagens.

2 *Na interação com o passageiro alguns assuntos devem ser evitados, principalmente política e religião. O ideal é deixar que o próprio passageiro conduza a conversa. Caso esses dois assuntos apareçam, nunca discorde das opiniões levantadas por ele.*

O Autocontrole das emoções é acompanhado ainda com a negação dos próprios princípios ideológicos. Se anular perante o outro como forma de mecanismo de defesa para evitar o estresse diário do trabalho, com as posições discordantes que é comum em qualquer ambiente social, está mais próximo de ser um paliativo momentâneo que permite suportar o desconforto daquele momento do que necessariamente evitar o estresse emocional que a anulação do seu eu pode causar.

- 3 *Controlar nossas expressões é primordial. Não basta saber o que dizer ou não dizer, é preciso também saber como fazer isso sem demonstrar que só está agindo dessa forma para agradar o passageiro. A expressão corporal conta muito nesses casos.*

A negação do eu é ampliada ao fato de que negar-se por si só não ser o bastante, é preciso representar, ser performático, para ser convincente. Em cada “corrida” o jogo de cintura do motorista precisa ser grande para se adequar a cada situação que se apresenta no seu ambiente de trabalho. Convencer o outro daquilo que você mesmo não acredita requer um esforço que vai além de ter a habilidade de persuadir (que antes era exigido dos políticos, passa também a ser uma qualidade subjetiva muito requerida no atual mundo do trabalho), pois a repetição cotidiana de procedimentos subjetivos que não correspondem o que se acredita ser certo pelo indivíduo angustia a sua personalidade, a ponto de não saber mais diferenciar as suas ações no trabalho e as ações da vida privada. O comportamento no trabalho passa a ser tão inundado de ações ordinárias das rotinas que vai ficando cada vez mais difícil de diferenciar cada complexo da vida social. Correndo o risco de que o próprio ato de persuasão no trabalho seja internalizado e usado em todas as ocasiões.

- 4 *Em caso de o cliente ser do sexo feminino. Como virou quase rotina ouvir notícias de assédio sexual feito por motoristas de aplicativos, uma regra essencial é sempre não buscar contato visual com a passageira, e em hipótese alguma fazer qualquer comentário em relação a sua imagem.*

A análise que fizemos no segundo tópico desse capítulo (o “caso Manuela”), embora seja a mulher no controle da direção, sinaliza no mesmo sentido da prescrição citada por Eduardo em relação ao comportamento para com a cliente do sexo feminino. Por se tratar de um trabalho que se encontra distante da visualização pública, fechado, muitas vezes apenas na presença do motorista e um cliente, faz com que o papel da mulher seja arriscado, tanto para a passageira quanto para aquelas que se arriscam nesse labor em busca da sobrevivência. Vigiar as ações mais espontâneas é, nesse sentido, a tarefa

primordial do motorista do sexo masculino em relação a uma cliente. Por ação espontânea entenda-se: um comportamento natural dentro de qualquer interação social, como olhar no olho da outra pessoa enquanto fala.

- 5 *Não se comportar, jamais, com prepotência em relação a qualquer assunto. Nunca querer mostrar que sabe mais que o cliente é importante, pois valoriza o que está sendo dito por ele.*

Ao contrário das atitudes prepotentes encontradas em Cláudio, e sua eterna vontade de se sentir importante e reconhecido por meio das suas exposições de ideias, parece ser que essa prescrição de Eduardo coloca o motorista na posição subalterna dentro da sua prestação de serviço. Se, por um lado, Cláudio nos ensinou ser preciso “ganhar” todas as conversas que acontecem na sua esfera de trabalho, pois isso garante a ele uma visibilidade social, uma forma de sentir-se importante dentro da sociedade, que só o aceitará através do uso da sua retórica, tornando sua subjetividade no trabalho algo que lhe adiciona prazer; por outro lado, a prescrição descrita por Eduardo procura fazer da sua subjetividade uma ferramenta de trabalho que atenda às expectativas emocionais dos seus clientes. Todavia, em ambos os casos é possível notar que a instrumentalização da linguagem pelo trabalho é a fonte primordial da satisfação do indivíduo, seja aquele que exerce suas funções motoras para desempenhar sua atividade laboral, ou o que se encontra na posição de consumidor do serviço prestado. No “capitalismo de plataforma”, tanto consumo quanto trabalho são experienciados para além de um objeto físico, palpável, ou direcionado para uma satisfação de ordem imaterial, como no caso do uso de aplicativos de viagens, a experiência se dá também na forma como o conteúdo da relação é gerenciada pelo sujeito do trabalho.

- 6 *Vestir-se bem é importante. Porém, não é necessário excesso, pois não se pode nem passar a impressão de desleixo, mas também não precisa causar a impressão de soberba para com os passageiros, já que o uso do aplicativo é feito por pessoas de várias condições financeiras, o que pode, em caso de alguém com pouco poder aquisitivo, deixá-lo constrangido perante o seu motorista.*

O cuidado com a imagem está longe de ser exclusividade desse ambiente laboral, porém a sua peculiaridade se encontra no fato de não aparentar para seu cliente que possa ter uma origem social mais abastada do que a dele. Escamoteando sua aparência visual, o indivíduo (motorista), além de não constranger o passageiro que venha de uma origem mais humilde, esconde do outro a sua regressão social, que lhe causa angústia por estar realizando um serviço que, em tese, não foi feito para ele.

7 *Quanto ao veículo: é importante que o veículo esteja sempre com o ar-condicionado ligado, e em hipótese alguma perguntar ao passageiro se quer desligar, ele é quem manda naquele momento e, caso queira, irá pedir para que assim proceda; jamais deixar o som do carro em um volume alto, muitas vezes é melhor até que, na entrada do passageiro, ele esteja desligado. Nesse caso, perguntar se quer que o ligue, e se tem preferência por algum estilo musical.*

O mundo sensível norteia o “capitalismo de plataforma”, sendo as sensações tão importantes quanto a objetividade do serviço prestado. Não basta, nesse caso, chegar ao local desejado, é preciso que esse deslocamento traga consigo um aparato de sensações de conforto e bem-estar. Exigir essa comodidade de uma empresa de aviação, por exemplo, não causa nenhum transtorno econômico, pois trata-se de um capital inicial que faz parte do mundo dos negócios. Mas quando esse tipo de cobrança é feito àqueles que prestam um serviço, em que uma quantia é deslocada para atender agentes externos que são os donos da plataforma utilizada, e que não são obrigados a cederem os meios de produção (no caso, o carro e tudo que nele é necessário), torna o sujeito do trabalho responsável pela qualidade das sensações que serão experimentadas em seu trabalho. Uma boa avaliação das condições do veículo é cobrada a quem se propõe a prestar o seu serviço e não a empresa que cede uma única ferramenta (o aplicativo) para o trabalhador.

8 *Em relação ao aplicativo: sempre mande uma saudação assim que surgir a chamada para a “corrida”, avisando também que já está a caminho. No caso*

de o cliente reclamar por mensagem de que está demorando muito a chegar, jamais deixe ele sem resposta, porque isso pode irritá-lo; no trajeto da viagem deve-se sempre seguir a rota dada pelo aplicativo, ao menos que o passageiro informe uma outra forma de chegar ao destino mais rapidamente.

O aplicativo é sem dúvida a ferramenta que impõe o controle, desde a chamada para a “corrida” até o processo avaliativo da performance do motorista. Nele perpassa tudo que precisa ser realizado de forma objetiva no trajeto da viagem. Trata-se, portanto, da única forma de intervenção direta da empresa para com os seus “colaboradores” e consumidores. Os registros das viagens estão todos disponíveis através do aplicativo: as rotas feitas pelos motoristas, as ligações com as conversas gravadas, além das mensagens trocadas entre “colaborador” e cliente, e claro, a avaliação feita tanto pelo condutor do veículo em relação ao passageiro, quanto à avaliação do passageiro sobre o condutor. Ademais, serve também de termômetro para o motorista calcular quantas corridas realizou durante um mês, por exemplo, qual o faturamento desse período, as horas “rodadas” e os dias em que teve mais rendimentos, sem falar de quanto deixou para trás por conta da porcentagem cobrada pela plataforma. É, quase sempre, utilizando dessas informações que os motoristas racionalizam o que pode ser melhorado, sobretudo em relação à quantidade de dias e horas trabalhadas para se chegar a determinada quantia financeira no final do mês. A submissão aos ditames do aplicativo é concedida, então, para agradar os agentes externos (os clientes), mas também a si próprio, como forma de se programar para as intempéries do trabalho.

Entretanto, todo engajamento de Eduardo para seguir à risca essas prescrições que evitariam, na visão dos seus colegas, estresses desnecessários, parece não ter sido suficiente para ele. Como vai ficar mais claro no decorrer da descrição que será desenvolvida a partir de agora.

Ao deixar para trás o lar aconchegante dos pais e abandonar o projeto parental que servia de estímulo para projetar seu futuro, Eduardo buscou construir seu próprio destino e, conseqüentemente, buscar novas formas de viver a vida, na qual o matrimônio seria o pilar necessário para se lançar em outro mundo social que pudesse dar para ele as armas necessárias para se encaixar

dentro da sua nova posição social. Nesse sentido, sem precisar fazer um casamento formal, com festa, igreja e cartório, ele resolveu se “juntar” com uma garota que era irmã de um colega que também trabalhava como motorista de aplicativo. Os dois se conheceram em uma confraternização feita pela empresa de provedor de internet que ela trabalhava como supervisora de atendimento ao cliente, e seu irmão convidou seu colega para comparecer. Em dois meses já estavam morando juntos e pouquíssimo tempo depois ela já estava grávida.

Embora os pais de Eduardo quisessem muito ajudar os dois com relação à criança que estava por vir, sua esposa não suportava a ideia de ficar em dívida com a família dele. Desde sempre ela procurou manter uma distância segura dos pais de Eduardo, como o próprio relembra: “ela sempre foi reticente com meus pais, nunca quis muita aproximação, dizia que por mais que fossem boas pessoas não queria que eles nem ninguém achasse que estava comigo devido à grana da minha família” (12/09/2019). A angústia de Eduardo só aumentava, pois, a gravidez poderia ser o gatilho que era preciso para a empresa da sua esposa colocar ela para fora, depois do tempo legalmente permitido para isso, já que antes ela vinha percebendo que poderia ser demitida em virtude do corte de gastos que já estava sendo implementado a todo vapor, inclusive com várias demissões. Assim, a regressão social vivenciada por Eduardo, mesmo com seus esforços existenciais para se sobressair perante ela, como a construção de novos laços sociais, se apresenta como definidora do seu Ser, porque se encontra com a possibilidade de que aquela realidade poderia ser diferente caso ele conseguisse seguir o caminho “normal” da sua jornada enquanto membro de um grupo social privilegiado. “Eu poderia dar à minha esposa e à criança que estava por vir tudo de bom e do melhor. Mas estou aqui fugindo do que eu era e colocando outras pessoas para viverem comigo a minha tragédia pessoal” (Ibidem).

Sobre isso, é interessante notar que o sentimento de inferioridade que ele sentia em relação aos seus familiares e, sobretudo, em relação aos amigos de infância, é, de certa forma também, transferido para suas novas relações, mais precisamente para a mulher com quem teria um filho. Sua trajetória profissional deixa-o envergonhado em não poder fazer pela sua nova família aquilo que seus pais fizeram por ele. No prefácio do clássico livro “Neurose de

Classe” de Gaulejac (2014), que vem nos servindo de chave analítica ao longo dessa tese, encontramos uma pista interessante sobre o complexo de inferioridade, que serve para compreender melhor o caso aqui analisado:

(...) A precariedade profissional e a vulnerabilidade social acentuam os processos de invalidação dos mais desprovidos e a internalização de sentimentos de inferioridade naqueles que não correspondem à imagem de sucesso que a sociedade propõe como ideal. Vemos se desenvolverem doenças da excelência e doenças da exclusão. De um lado, o estresse e, do outro, a vergonha. Nos dois casos, a interpenetração entre os fenômenos sociais e suas repercussões psíquicas é evidente. Mais as sociedades se desenvolvem, mais as tensões psíquicas são fortes (Ibidem, p. 8).

A vergonha social advinda do fracasso profissional, somada com o estresse cada vez mais forte decorrente do ritmo de trabalho, que a cada dia que passava só aumentava a carga horária, sobretudo com a chegada do filho e a consequente saída da esposa do trabalho⁷⁵, levou Eduardo às extremidades de suas capacidades de resiliência, que sempre foi, na sua visão, um dos pontos fortes da sua personalidade. Aos poucos passou a se resignar ainda mais, não só aceitando sua condição precária no mundo do trabalho, mas também o fato de que a realidade que outrora fazia parte do seu horizonte de vida, de fato tinha ficado para trás. Sua subjetividade, assim como a concepção de subjetividade elaborada por Fernando Gastal de Castro (2020), forjou uma forma específica de reflexividade na qual, sua existência passou a ter consciência de si como temporalidade comprimida, orientada pelo abandono do passado como referência mais ou menos estável, e do futuro como orientação mais ou menos definida e angustiante.

Segundo Ehrenberg (2010), o mundo do trabalho contemporâneo e, sobretudo aquelas esferas laborais advindas das tecnologias de informação,

⁷⁵ Segundo Eduardo, ela não estava conseguindo mais conciliar as duas jornadas de trabalho, na empresa e em casa, por causa de ter adquirido ao longo da gravidez um processo depressivo que se estendeu até o momento, deixando-a com muita alteração no humor. Quando não, devido aos medicamentos, ficava em estado de sonolência, que já tinha custado, inclusive, alguns acidentes domésticos, dentre os quais: adormecer com a criança no colo, provocando uma queda que só não teve danos maiores porque ambos estavam em um colchão no chão e bebê caiu sobre ele.

trouxeram, além do aumento da precariedade dos salários e das condições de trabalho, um grande complexo de espirais de transtornos e desequilíbrios subjetivos, uma “crescente onda de sintomas psicossomáticos e de transtornos compulsivos, depressões, ansiedades e tentativas de suicídio, para não falar do aumento da sensação de impotência e da desvalorização de si mesmo” (p.14). Esse quadro geral que o sociólogo francês expõe reflete de sobremaneira a forma como as dinâmicas atuais do mundo do trabalho estão cada vez mais submersas nas lógicas individualizantes dos aparatos de controle do neoliberalismo. Sendo que a formação do “indivíduo desfigurado” é um dos principais fatores para altas aparições de narrativas de sofrimento no/e pelo trabalho, já que este é fruto direto das desregulações trabalhistas; do empreendedorismo de si; da flexibilidade para tudo que for ligado ao trabalho; da retórica meritocrática; da felicidade a todo custo, mesmo que seu produto final não seja necessariamente a vitória, mas o fracasso pessoal; dentre tantos outros discursos ideológicos abraçados por esse indivíduo, que só consegue se subjetivar em seu cotidiano através da precariedade que suas relações se tornaram. É o alargamento do trabalho precário para todas as outras vivências cotidianas, quando essas vivências são possíveis, devido à falta de tempo para elas.

Hoje em dia o tempo de celebração desapareceu totalmente em prol do tempo do trabalho, que acabou se tornando totalitário. A própria pausa se conserva implícita no tempo do trabalho. Ela serve apenas para nos recuperar do trabalho, para poder continuar funcionando (HAN, 2017, p. 113).

Desse modo, é quase impossível não haver uma transposição dos limites psíquicos. O caso de Eduardo não pode ser entendido fora dessa lógica geral que perpassa grande parte das novas ocupações trabalhistas oriundas dessa morfologia social que se fundamenta na ideia de que se engajar no seu trabalho é uma escolha pessoal, você pode ou não fazer (dissimulando toda falta de empregos formais que assola o país), mas ao fazer já deve se preparar para saber a dosagem que necessitará para sobreviver. Em outras palavras, nesse caso, para Eduardo não basta fazer suas “corridas” em um período de poucas

horas semanais, pois isso em nada garante o sustento familiar. Quanto mais tempo gasto no automóvel à espera de clientes, mais será possível que as contas sejam pagas. O que leva muitos desses trabalhadores de plataformas digitais a cada vez mais ampliar suas horas de trabalho, que, em muitos casos, acarreta em um esgotamento não apenas físico, mas sobretudo, mental. É esse fato que levou Eduardo para clínica psiquiátrica, sendo diagnosticado com a Síndrome de Burnout⁷⁶, que é o esgotamento das energias emocionais, que cada vez mais vem:

(...) atingindo todas as profissões, à medida que a experiência do excesso foi sendo vivida por uma gama cada vez maior de trabalhadores (...) vivendo o transbordar dos limites de suas possibilidades psíquicas, queimando suas energias de maneira incapacitante. Da mesma forma que o corpo, ao expor-se a uma situação de excesso de jornadas de trabalho e ritmos frenéticos adoece e corre risco de morte súbita, o desejo, os sentimentos de investimento profissional, a satisfação pelo trabalho também morre. Burnout, nesse sentido, é a frustração ocupando o lugar da realização desejada, é o fracasso rompendo com os possíveis existenciais, é o afeto embotado por uma intensificação mortífera ao bem-estar (CASTRO, 2020, p. 350-351).

A ultra intensificação das atividades laborais é *conditio sine qua non* para quem vive do trabalho em aplicativos de viagens, só sendo possível se reproduzir socialmente por meio do excesso de trabalho, pois sendo o “dono” da sua própria força de trabalho, ou como a ideologia neoliberal prefere, por ser o “empresário de si mesmo”, aquele que será responsável tanto pela produção como pela arrecadação financeira da sua empresa é necessário esforçar-se mais, já que seu lucro depende somente de si, não tendo uma legislação trabalhista que possa assisti-lo com garantias que permitam, por exemplo, uma quantidade de horas trabalhadas que não sobrecarregue-os. O que faz da subjetividade desses indivíduos, uma subjetividade estressada que tangencia, e não raro ultrapassa, os limites vitais, se exaurindo física e emocionalmente, com aversão, e vivendo uma sensação de fracasso profissional que faz, inclusive, como no caso de

⁷⁶ A partir 01 de janeiro de 2022, a OMS (Organização Mundial de Saúde) incluiu o Burnout como uma doença ocupacional oriunda do trabalho.

Eduardo, questionar sua própria competência para outras áreas de trabalho, sentindo-se fracassado existencialmente.

Claramente não estava preparado para encarar o fato de que a atividade que foi obrigado a fazer – o aumento drástico na carga horária de trabalho dentro do seu carro – era impossível de ser realizada, o que aumentou sua tensão e estresse, ocasionando a queima total das suas energias, gerando o que Peters (2017) denomina como sendo a frustração entre um “eu atual” e um “eu ideal” não realizado. Ou seja, não alcançando as metas desejadas, esse indivíduo se cobra ao ponto de cansar as próprias energias que deveriam servir de combustível para buscar os objetivos traçados. Nesse sentido, podemos dizer que o processo psíquico de esgotamento de Eduardo tem seus fatores relacionados também a variável traçada pela sua regressão social, que gerou nele, por meio da frustração de não conseguir alcançar o projeto parental, uma perda de sentido existencial no trabalho que lhe restou. A desilusão e a ruptura vivenciadas por ele, representam, então, um fracasso do sentido dado ao trabalho, englobando o conjunto da sua existência pessoal.

O existir humano, ao fazer de si uma empresa movida pelo ímpeto de ampliar seu capital imaterial em função da coação muda do mercado desregulado, concentra em si a responsabilidade pelos sucessos e fracassos por sua empregabilidade e desemprego, pelo seu adoecimento e sua saúde. A subjetividade implica, dessa maneira, uma instrumentalização de si para si e não mais exclusivamente para e pelo outro (...), como instrumentalização que alcança o psíquico voltado sobre si mesmo: eu tenho que conseguir, o mérito é meu, eu fracassei, eu venci, eu bati as metas, por minhas deficiências fui despedido, por minha incapacidade adoeci, eu tenho que ser resiliente, eu tenho que gerir meu estresse etc. (CASTRO, 2020, p. 251-252).

Portanto, a nova razão do mundo (DARDOT e LAVAL, 2016), resultante do modo de produção flexível que é fruto das políticas neoliberais, é portadora de um paradoxo: mostra aos sujeitos a possibilidade de uma realização de si mesmo, ao mesmo tempo em que destitui o sujeito de si mesmo. Logo, as vivências individuais no trabalho, ao interiorizar esse paradoxo no seu processo de autoprodução histórica (GAULEJAC, 2009) e se comprometer com a sua

gerência organizacional (GAULEJAC, 2007), passa a viver, como consequência, a tensão psíquica entre sucesso e fracasso, gerando, segundo Ehrenberg (2010), o crescimento das depressões por esgotamento, das crises de ansiedade, dos desesperos suicidas, da desesperança, em geral, do sofrimento psíquico como um todo. O que expressa uma forma de ser no mundo marcada pela instabilidade emocional (ILLOUZ, 2011) e, sobretudo, pela (in)segurança ontológica (GIDDENS, 2011). Dessa forma, o mal-estar contemporâneo (HAN, 2018a) transformou as diversas manifestações físicas e psíquicas, principalmente as decorrentes da precariedade das relações de trabalho, em um avivamento do “cálculo existencial”, o que é sintomático de processos subjetivos movidos pela reprodução de si mesmo como eu do neoliberalismo, exposto aos excessos de trabalho, voltado a instrumentalizar a si mesmo. Em suma, processo de cansaço físico e mental, somados aos sintomas psicossomáticos derivados deles.

O sofrimento de noites mal ou não dormidas anteriormente desperta no sujeito o pavor de que a experiência dolorosa se repita no futuro. Quando é hora de deitar-se, a sensação de que não se pode mais confiar no próprio corpo para imergir no sono assalta o indivíduo. Ansioso por garantir um resultado neurofisiológico que não pode ser diretamente induzido, o sujeito monitora continuamente seu próprio estado mental e físico para sondar se está se aproximando da meta almejada. O monitoramento requer uma atitude alerta que, paradoxalmente, prejudica o seu relaxamento. Ciente de que um tempo considerável já se passou sem que ele conseguisse dormir, sua atenção ansiosa agora monitora também a passagem dos minutos ou, mais gravemente ainda, das horas – daqui a pouco será a hora de levantar-se para o trabalho, e a janela de oportunidade para um sono restaurador terá sido perdida. Pela janela, ele vê irromper a claridade da manhã. O despertador toca. A hora da labuta chegou (PETERS, 2017, p. 208).

A rotinização do cansaço transformado em esgotamento de Eduardo se aprofundava a cada dia, sendo que o pior agora é que essa rotina se amplia inclusive para todos os finais de semana e feriados, não sobrando muito tempo para desfrutar nem ao menos da sua outra forma de precariedade, a saber, sua própria vida social, cada vez mais marcada por uma angústia de não ter como mudar seu presente e muita decepção por não poder oferecer a sua família tudo

que recebeu dos pais: conforto, estabilidade financeira e a garantia de um futuro promissor, muito embora esse último foi solapado pelas contingências que é inerente ao neoliberalismo.

Ao pedir que me informasse com mais detalhes sobre a rotina desgastante que tomou rumo o seu trabalho, assim ele me relatou, e disponho a transcrição na íntegra (apesar de longa) para servir de exemplificação do que estamos aqui mostrando sobre o esgotamento e sua relação direta com a atividade de motorista de aplicativo realizada por Eduardo:

A partir das 05hs o despertador do celular toca no volume máximo para que eu possa conseguir acordar e levantar. Minha esposa já se acostumou com o barulho, não a incomoda mais, a criança muito menos. É só mais um dia de sofrimento como outro qualquer. Ah como queria que tudo tivesse dado certo na minha vida! Quem sabe um concurso público federal para trabalhar pouco, ganhar muito e poder curtir a vida, sonho que nunca mais sei que não vou realizar. A minha vontade de ficar na cama é sempre enorme (cara de decepção), mas as m... (palavrão) das melhores corridas são as do início da manhã. Tenho que tirar forças de onde não mais existe. Me levanto, quase sempre muito tonto, o meu médico diz que é devido à medicação, que sensação ruim do c... (palavrão). Lavo o rosto, às vezes não dá tempo direito para um bom banho, que só acontece quando consigo não enrolar tanto para sair da cama. Depois ponho uma roupa, tomo um café forte, muitas vezes só com pão e ovos, e coloco umas frutas na minha bolsa para comer durante o resto da manhã. Pego a marmita que minha esposa já deixa pronta no dia anterior e levo na bolsa térmica que minha mãe me deu. Antes de sair, passo pelo quarto e dou um beijo no meu filho e esposa que ainda estão dormindo. A depressão que ela está faz com que durma muito, ou são os remédios, não sei, a cada dia essa situação dela me angustia ainda mais. Depois que teve que deixar o emprego parece que a situação mental dela só piora, coitada, preocupada com tudo, nossas contas para pagar e tudo mais. A situação desse país não está fácil para ninguém “né”? Depois pego meu carro (que já pensei em vender milhares de vezes para pagar as nossas dívidas, mas sempre sou convencido pela minha esposa de que nada adiantaria, pois eu pagaria as dívidas, mas ficaria sem ter em que trabalhar), ligo o aplicativo e quase sempre tem uma chamada imediata. As horas vão se passando de forma lenta porque ao longo da manhã as corridas começam a ficar escassas, é Aracaju “né”, não uma São Paulo da vida, aqui é uma cidade pequena e logo as viagens vão diminuindo. Mesmo assim o gasto de gasolina é enorme, queria colocar gás nesse carro, mas acho que não conseguiria mais vendê-lo depois. A gasolina está naquele precinho que nós sabemos. Prefiro abastecer todos os dias com pouca quantia do

que encher o tanque e correr o risco de não ter muita corrida naqueles dias. E tome fila nos postos todos os dias, tenho que perder esse tempo que deveria ser para “tá” caçando passageiros. E é certo, toda vez que paro para abastecer e olho o celular lá tem uma corrida que não vou poder aceitar por causa daquelas filas no posto. Sem falar que meu carro já passou da hora de fazer a revisão, mas cadê o tempo e o dinheiro que não tenho. Aí a angústia e a ansiedade começam a aumentar. Tento pensar em outras coisas mais urgentes ainda, mas só piora e agrava o desespero. Vida de cão da p... (palavrão). Quando consigo sair do posto, que parece uma eternidade, vejo que só se passaram uns cinco minutos no máximo, mas sempre parece uma eternidade. Volto “pras” corridas. Pego crianças nas escolas, jovens, trabalhadores de meio período (que inveja!), pessoas passeando pelos shoppings, muita gente bacana, mas muita gente chata também, uns querem conversar, outros parecem que querem enterrar a cara no banco do carro para que eu não o veja e puxe algum assunto. Os dias são uma droga, só corrida “pra” perto... Duas da tarde, paro e como minha marmita perto de alguma sombra de árvore. Termina e tento cochilar, sempre tento, mas nunca consigo, é muita doideira na cabeça. Pego meu o celular vou olhar as notícias, os grupos de WhatsApp: nada me atrai, sempre olho, é automático, mas sei que não vou fixar minha cabeça em nada que vejo ali, ela “tá” em outro mundo, atordoada com a vida. Logo depois ligo o aplicativo, quase sempre uma corrida à vista. Só quero encerrar o dia. A tarde quase não tem corrida, mas fico ali o tempo todo aguardando. As costas começam a doer, a tristeza vai aumentando quando a tarde “tá” indo embora... Não fecha a cara Eduardo, porque senão o cliente dá avaliação negativa, penso. Tem que ser simpático. O cliente acima de tudo, ele tem sempre razão... Fim de tarde. Vou na padaria como alguma coisa, ligo para minha esposa, vejo como eles estão e volto para labuta. A noite é bom e ruim ao mesmo tempo para rodar. É bom porque é mais fresco e menos trânsito, é ruim quando tenho que ir para alguma zona perigosa na cidade, nunca fui assaltado, mas ouço relatos de colegas que foram, aí fico muito apreensivo, às vezes até cancelo viagens para essas localidades, é quase raro fazer isso porque preciso demais da grana. A noite vai passando mais rápida do que a manhã e do que a tarde, e eu vou ficando extasiado, morto de cansado, algumas vezes também, muito irritado. Às dez da noite começo a direcionar as corridas no sentido de casa. Procuro nem olhar quanto ganhei naquele dia para não ficar ainda mais angustiado do que já ando, e acabar me deprimindo ainda mais. Entro em casa, morto de cansado, mal vejo meu guri, pois já está sonolento. Mal dou atenção para minha esposa, não tenho disposição para nada. Tomo mais um remédio “pra” ansiedade, às vezes um relaxante muscular também para as dores nas costas. Sem eles não dou conta do dia seguinte. Quando consigo dormir são quase por volta da meia-noite já. Respiro fundo, o amanhã me aguarda, do mesmo jeitinho do hoje (07/02/2020).

O sentido existencial do trabalho (BRAZ, 2021), que estamos abordando aqui, nos ajuda a entender a longa citação feita acima que resume de maneira direta a experiência de um motorista de aplicativo tanto com a rotinização da vida quanto a rotinização do trabalho, e sobretudo, com relação ao excesso de atividade laboral decorrente, na visão do sujeito, do seu fracasso em relação ao projeto parental (GAULEJAC, 2014). Neste caso, podemos recorrer à noção de “projeto de ser” tal qual desenvolvida por Sartre (2015), que aborda o sujeito como totalização entre seu livre projeto e as determinações sociomateriais, pois não é necessário existir uma congruência entre o projeto de ser individual e as possibilidades oferecidas pela razão neoliberal (DARDOT e LAVAL, 2016), pelo contrário, eles são quase sempre excludentes, e quando se misturam é mais uma forma de adequação do indivíduo perante as necessidades impostas pelo trabalho do que necessariamente uma integração direta entre a subjetiva individual e os ideais neoliberais, por exemplo. Pois,

Junto à ascensão do neoliberalismo, o vocabulário econômico deixa de se apoiar em termos como pensamento, planejamento e desenvolvimento calculado e passará a enfatizar emoções como o medo e a inveja, de sentimentos como a austeridade. O humor otimista ou o pessimista dos mercados e habilidades socioemocionais operam um giro para uma política dos afetos, que torna compreensível a eleição de uma patologia do humor como paradigma de sofrimento (DUNKER, 2021, p. 85).

Desse modo, a noção de “projeto de ser” desenvolvida pelo existencialismo sartreano também permite, ainda, compreender a seriedade que a experiência do fracasso, da desilusão acarretam em uma ruptura psíquica vivida pelos sujeitos em função das lógicas de intensidade do trabalho “uberizado”. Permitindo dizer o fracasso e a desilusão afetam as relações estabelecidas através deles, e por causa deles, comprimindo o sujeito em regressão social a ordem de fatores que “naturalmente” não lhe correspondia. Portanto, o esgotamento das energias psíquicas representaria um momento de fracasso do projeto de ser (CASTRO, 2020).

A nova razão do mundo comandada pela debacle neoliberal (DARDOT e LAVAL, 2016), substituindo o controle hierárquico pela mobilização do desejo

(ILLOUZ, 2011), o controle externo pelo interno (psíquico) (BRAZ, 2021), a submissão à ordem pelo engajamento ilimitado a um ideal de excelência (GAULEJAC, 2004), coloca em evidência um crescimento abissal da dependência dos fatores estressantes do trabalho para poder reproduzir o sistema de acumulação flexível, sendo eles inerentes ao seu funcionamento (HAN, 2018a). Assim, o crescimento do mal-estar no trabalho (Ibidem) e, especialmente no caso aqui estudado, do Burnout, pressupõe a existência da perda do sentido existencial do trabalho, sobretudo na lógica de um projeto de ser. Ou seja, o trabalho “uberizado” dos motoristas de aplicativos, em alguns casos, sendo esse um exemplo crucial, envolve um engajamento que não estava na rota do sujeito do trabalho, exigindo dele um grande dispêndio de energia para qual sua subjetividade não havia sido formada para enfrentar a alta carga de trabalho, mas sobretudo, o engajamento psíquico decorrente dos seus fracassos e desilusões. Mas isso não quer dizer que outras frações sociais que aderem ao “capitalismo de plataforma” não venham a apresentar a Síndrome de Burnout, só que as peculiaridades da regressão social impõem ao sujeito em descenso uma otimização dos fatores estressantes, muito devido, como já falamos, à formação social do qual o projeto parental de manutenção da posição social privilegiada seria o resultado mais comum, e assim não acontecido, desencadeia uma série de sofrimento psíquico, do qual o Burnout é a consequência mais imediata.

Em “Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico” (SAFATLE, SILVA JÚNIOR e DUNKER, 2021) os autores reputam que até meados dos anos de 1970, ou seja, antes da implementação das políticas neoliberais em seu sentido mais estrito, o sofrimento no trabalho era um problema potencial porque ele afetaria o desempenho do empregado, reduzindo, portanto, a previsibilidade de uma linha de montagem, de uma linha de entrega, do engajamento de fidelidade do trabalhador com a empresa, aumentando o absenteísmo, as quantidades de afastamentos, etc. Por tudo isso vimos florescer, concluem os autores, medidas liberais, no sentido de que elas se formaram para proteger o trabalhador, como por exemplo, a ergometria, que é o planejamento das formas de trabalho, que vai desde o planejamento de cadeiras que não gerassem desconforto à arquitetura de ambientes de trabalho com luminosidades cada vez

mais adequadas. Em suma, todo um esforço de engenharia social para que o trabalhador sofresse mesmo, pois se imaginava que quanto menos sofrimento, maior seria a sua produção, impulsionando, assim, o modo de acumulação capitalista.

Por sua vez, o que vai caracterizar o modo de produção flexível – o neoliberalismo – é uma avaliação completamente contrária à anterior. Uma série de técnicas de manejo do trabalho (DARDOT e LAVAL, 2016) que ajuda a criar propositalmente de forma calculada a intensidade e a qualidade do sofrimento no trabalho. Em “A loucura do trabalho” de Christophe Dejours (2015), ele nos mostra que a carga de trabalho das telefonistas de *call center* iam sendo progressivamente aumentadas no intuito de dar mais trabalho do que a pessoa consegue entregar, para garantir o estresse dessa trabalhadora. Por exemplo, ao invés de colocar dez ligações para serem atendidas, calculavam uma meta maior, de vinte, para ter pelo menos quinze ligações executadas. Ou seja, extenuava essa trabalhadora, que ao ir para casa, se irrita constantemente em suas relações, extravasando suas angústias do trabalho no cotidiano fora dele, já que se fizer isso na empresa será sumariamente despedida. Em outras palavras, essa trabalhadora volta a agressividade para si e retrabalha isso em termos de mais pegada, de mais intensificação do trabalho, causando raiva em si para produzir maior desempenho. Dejours vai afirmar então que isso se tornou a regra para as relações laborais, quanto maior sofrimento, maior a produtividade.

Nas relações de trabalho no campo de serviços, no qual o motorista de aplicativo se encontra, essa constatação do autor francês se apresentará ainda com mais visibilidade, pois pode demandar uma produtividade que atravessa a noite, a madrugada, os finais de semana, os feriados, sem que haja uma legislação por trás que lhe assegure qualquer tipo de garantias trabalhistas, porque no fundo a relação é que quanto mais se trabalha, mais se ganha, e a empresa não precisa se preocupar com o descanso desse motorista, já que ela está terceirizando isso para que ele próprio arque com esse ônus, não tendo que se preocupar com a saúde do trabalhador, tornando o sofrimento humano, conforme Dunker (2021), um tipo de capital.

O estresse crônico, que é o primeiro sintoma do Burnout (HAN, 2017), tem sido o “passageiro sombrio” de Eduardo nos últimos tempos, não sendo somente aquele estresse causado por um dia cansativo de trabalho que com um tempo a mais para se recompor ele iria embora. Na verdade, esse estresse faz parte natural da paisagem dos seus dias de trabalho, sua recomposição social é feito por meios de fechamento sobre si, isolamento social (HAN, 2019), como o uso da *timeline* de algum aplicativo de rede social, o que lhe causa um achatamento da curva de satisfação, perdendo a capacidade até mesmo de brincar com seu filho; o raro tempo disponível também é usado para tomar uma cerveja em frente à televisão, querendo somente reduzir a tensão; ou seja, o prazer começou a se ligar com a “fuga do desprazer” (SAFATLE, SILVA JÚNIOR e DUNKER, 2021), que nada mais é do que ao invés de enriquecer suas relações sociais, as pessoas preferem se “autoisolar” para fazer a descompressão, produzindo um falso descanso que não é regenerativo, que não altera a rotina mental, não muda padrões de satisfação, em suma, um descanso que no fundo vai esgotando física e mentalmente o sujeito do trabalho. Assim,

O responsável pela depressão, na qual acaba desembocando o burnout, é antes de mais nada a autorrelação sobre-exaltada, sobremodulada, narcisista, que acaba adotando traços depressivos. O sujeito de desempenho esgotado, depressivo está, de certo modo, desgastado consigo mesmo. Está cansado, esgotado de si mesmo, de lutar consigo mesmo. Totalmente incapaz de sair de si, estar lá fora, de confiar no outro, no mundo, fica se remoendo, o que paradoxalmente acaba levando à autoerosão e ao esvaziamento (HAN, 2017, p. 91).

Na retórica do gerenciamento neoliberal (GAULEJAC, 2007) é onde encontramos diretamente essa “fuga do desprazer” empreendida por Eduardo, já que as potencialidades devem ser todas elas voltadas para a busca de satisfação pelo trabalho. Sendo assim, o foco como fundamento expressivo das vivências, precisa ser potencializado para a atividade laboral, não podendo ser desperdiçado com questões “irrelevantes” da cotidianidade. Na produção do Burnout (EHRENBERG, 2010) se faz as coisas porque elas estão ordenadas para serem realizadas daquela maneira, o foco se torna imperativo categórico nesse sentido, e não porque o sujeito está se criando nas suas redes de decisões

e na sua montagem do cotidiano um percurso que gera algum tipo de narrativa, ou seja, a vida vai sendo contada descritivamente e não narrativamente. O foco se fixa em um único momento, o momento do trabalho, logo, o sujeito descansa, mas o seu cansaço nunca para.

Essas características de cansaço e esgotamento são física e mentalmente, socialmente almejadas e estimuladas, compartilhadas e levadas a cabo pelo próprio neossujeito liberal (...) cujas subjetividades se atrofiam ao nível mais elementar do eficaz assujeitamento das pessoas aos dispositivos sociopsicológicos de autocontrole técnico-moral do sujeito neoliberal, fincados na ideia de rendimento, competitividade, sucesso e desempenho (LEITE, 2021, p. 335-336).

Os processos de ansiedade descritos aqui no caso de Eduardo, se enquadram nesse cansaço que nunca acaba, sendo a expressão mais acachapante do Burnout, na visão de Alain Ehrenberg (2016), e também Byung-Chul Han (2017), que apesar de algumas avaliações diferentes sobre o fardo do trabalho no mundo contemporâneo – que não cabe problematizar nesse momento – irão concordar que o trabalhador adaptado ao neoliberalismo não pode viver conflitos, traduzindo eles para inibições e intensificações, e diante da sua rotina ele precisa antecipar suas próprias demandas, ou seja, passa-se a funcionar não mais no tempo do produtivo, mas sempre antevendo e se antecipando degraus à frente do que se coloca no presente, pois só assim vai ser premiado pela quantidade desses esforços. O resultado é que se está produzindo ansiedade por técnicas de gerenciamento, ela é a expressão do sofrimento de algo que vai acontecer no futuro, o sujeito vivo à frente do seu próprio tempo subjetivo e relacional.

A partir de um certo nível de produção, a autoexploração é essencialmente mais eficiente, muito mais produtiva que a exploração estranha, visto que caminha de mãos dadas com o sentimento da liberdade. A sociedade do desempenho é uma sociedade da autoexploração. O sujeito de desempenho explora a si mesmo, até consumir-se completamente (...). O sujeito de desempenho se destrói na vitória. A sociedade da positividade, que acredita ter-se libertado de todas as coações autodestrutivas. É assim que doenças psíquicas como o burnout

ou a depressão, que são as enfermidades centrais do século XXI, apresentam todas elas um traço altamente agressivo a si mesmo (HAN, 2017, p. 101-102).

Assim, o trabalho nos serviços, do qual a “uberização” é uma expressão infeliz dos nossos tempos, além de se mostrar como polo precarizado por excelência, é também o lugar mais profícuo para as intermitências laborais (ANTUNES, 2020), podendo o motorista de aplicativo ficar horas e mais horas em busca de dar conta de algum boleto que precisa ser pago, ou até mesmo de porventura, pensar em fazer uma viagem que possa ajudar a relaxar do trabalho desgastante, como ocorreu certa feita com Eduardo, que planejando levar a família para, como ele mesmo disse, “desligar dos problemas”, precisou se desdobrar ainda mais na sua tarefa, gerando mais ansiedade e mais cansaço, e mesmo assim, o objetivo não foi alcançado, e os planos tiveram que ser abortados. Todavia, ele já entrou no que a Hartmut Rosa (2019) chama de “aceleração do tempo”, uma vida em aceleração, uma vida em acelerar para alcançar alguma coisa, colocando-se no polo da ansiedade. Portanto, na gestão neoliberal do sofrimento (SAFATLE, SILVA JÚNIOR e DUNKER, 2021) o que importa é alta dosagem de dissociação nos campos afetivos, tornando-se robótico, aéreo e disperso, para poder imprimir um ritmo alucinante no campo do trabalho. Assim começa o Burnout, e assim fechamos esse capítulo, sem final, pois as vidas desses pesquisados não é fotografia estática, elas são histórias que acontecem sem deixar que sejam totalmente apreendidas pelas ciências sociais. Cada uma delas seguem no vai-e-vem dos trajetos diários de sua precarização, e que, dificilmente se livrarão facilmente desse fardo angustiante.

Considerações finais

Este estudo procurou dar voz à invisibilidade que é o sofrimento do ser-que-trabalha, mostrando como o neoliberalismo vem impondo novas formas de subjetivações do sujeito que acaba sendo corrompido a aderir ao sistema como forma de não perecer, e com isso vem a cada dia mais vivendo a experiência de uma precarização que assola não somente a sua realidade econômica, mas também as próprias funções psicossociais do desenvolvimento individual, se expressando em várias formas de depressão e ansiedades.

Assim sendo, o diálogo entre a Sociologia do Trabalho e a Sociologia Clínica foi primordial, no sentido que pode nos mostrar as contradições desses indivíduos em suas múltiplas determinações, sobretudo a econômica, a psicológica e a social. O que nos permitiu evitar cair, por um lado, na “ilusão biográfica” tão alertada por Pierre Bourdieu (2002), de que o saber do sujeito é fruto apenas do seu interior, da realidade empírica tão somente, precisando analisar as vivências do sujeito se interrogando sempre sobre os condicionantes de sua existência; por outro lado, permitiu também evitar cairmos em esquemas conceituais substancialmente sofisticados de análise dos determinismos de nossa sociedade, que acabam desvalorizando a subjetividade, tratando a realidade social e as suas vivências como elementos estanques.

O uso da Sociologia Clínica em seus aspectos teórico-metodológicos, teve como intuito – além de ter servido como balizador do objeto estudado – ampliar as suas concepções ainda tão pouco estudadas no Brasil, permitindo também contribuir nas análises sobre o mundo do trabalho, em que sua penetração se apresenta mais em outros campos do conhecimento, sobretudo na Psicologia, do que propriamente no universo sociológico.

Os resultados encontrados com o auxílio desses recursos oriundos da Sociologia Clínica, me fizeram lançar a luz sobre dois conceitos construídos ao redor do mundo empírico que é vivenciado pelos motoristas de aplicativos. Estou falando do “indivíduo desfigurado” e do “cálculo existencial”, que a grosso modo, têm a pretensão de contribuir sociologicamente para a compreensão do trabalho na atualidade, principalmente nas discussões ao redor da formação da

subjetividade dos trabalhadores que estão circunscritos nas novas tecnologias, sejam elas da primeira ponta, ou mesmo aqueles que vivem no subterrâneo delas, no seu polo mais precarizado. Não se trata aqui de querer ter sido inovador nos estudos desse objeto, não tínhamos essa pretensão, mas, de algum modo, ter contribuído para diversificar o olhar sobre ele, ao mesmo tempo em que o diálogo possa alavancar as discussões sobre o papel da subjetividade no mundo do trabalho.

Falar em um “cálculo existencial” no trabalho não é querer reduzir ele a psique individual, e muito menos negar o papel da economia nas relações trabalhistas, pois fazer isso, seria, no mínimo, ingenuidade subjetivista do pesquisador. Trazer à baila essa concepção tem como fundamento geral mostrar o quanto as relações sociais no mundo do trabalho são permeadas por vários fatores que se somam à questão econômica e torna a vida da classe trabalhadora ainda mais difícil de ser vivida no século XXI. Em suma, dizer que o “cálculo existencial” precisa ser analisado no mundo do trabalho é evitar cair em um realismo econômico que tangencia questões que estão relacionadas à busca por reconhecimento social, mostrando fatores invisíveis que muitas vezes assim se apresentam devido ao caráter objetivista tanto dos sindicatos representativos dos setores, quanto aos partidos políticos que dizem representar os interesses da classe trabalhadora, que não sendo sensíveis às condições sociopsicológicas acabam expondo somente a narrativa da precarização em suas condições de vida econômicas, esquecendo de questões como a vergonha social sentida pelo trabalho não valorizado; a ansiedade desenvolvida pela pressão que são obrigados a se autoimpor caso queiram sobreviver a mais um dia, gastando suas energias dentro e fora do trabalho, pela autocobrança de que deve fazer sempre o melhor de si pois não dando certo o único responsável pelo fracasso é ele próprio; e tantas outras questões que pudemos levantar ao longo de nosso estudo.

Talvez, essas mudanças vividas no mundo do trabalho, em particular no seu setor de serviços, possam fazer com que, tanto os sindicatos e partidos tradicionais de representação dos trabalhadores, possam envolver outros temas que vão além da economia e consiga atrair esse “indivíduo desfigurado” para a construção de projetos alternativos aos que se apresentam na estrutura social

do mundo do trabalho. Sabendo que a tarefa de desconstrução da desfiguração da subjetividade desse(a) trabalhador(a) é árdua, já que o convencimento a se engajar no discurso neoliberal está por todos os lados, seja na mídia tradicional ou alternativa, nas redes sociais, nos aparatos comerciais, até mesmo no sistema educacional. Ou seja, configurar esse “indivíduo desfigurado” em torno de uma causa que envolva um engajamento em conjunto com outros indivíduos vai demandar uma ação que possa explorar questões que deem conta não só do seu bolso, mas da sua alma, da sua existência.

A feitura desse trabalho foi realizada dentro do espírito de um tempo, como em qualquer outra pesquisa também seria. Todavia, esse nosso tempo é marcado por um fato histórico de grandes proporções, a saber: a pandemia do Novo Coronavírus. Muito embora a coleta dos dados empíricos tenha sido feita antes do início da pandemia, o processo de confecção deles foi todo marcado pelo espírito desse tempo, desde as transcrições das entrevistas até a análise do material e sua escrita final. Ou seja, mesmo que os efeitos da pandemia não se traduzam aqui em forma de dados analisados, eles aparecem na subjetividade que construiu essa tese, sobretudo em termos psicossociais, das angústias e dos medos do próprio pesquisador, o que me torna também, em certa medida um membro da pesquisa que sentiu, por outros caminhos, alguns dilemas vivenciados por essa parcela da classe trabalhadora aracajuana.

Sem falar do ambiente político bastante turbulento, traduzido na figura de um presidente da República estupidamente vinculado ao que há de mais retrógrado em termos políticos, altamente alicerçado em discursos de ódio a minorias, e que vai culminar com o pensamento neoliberal de desmonte dos direitos dos trabalhadores, sendo esse segundo ponto o que mais influenciou na postura adotada pelos aplicativos de viagens em relação aos seus “colaboradores”.

Neste sentido, tanto a pandemia quanto o governo de Jair Bolsonaro, embora não sejam os atores principais na análise que fizemos ao longo de todo o texto, não há como negar que o primeiro é responsável pelos percalços da pesquisa e o segundo seja um dos principais incentivadores da ampliação da “economia do compartilhamento” que se inicia no governo de Michel Temer e se consolida no governo Bolsonaro. Talvez, sejam duas temáticas que possam ser

melhor desenvolvidas por mim mais à frente em outras pesquisas nesse campo de investigação, focando tanto na pandemia e suas consequências no “capitalismo de plataforma”, bem como também na esfera governamental e suas ações para a ampliação desse setor econômico, sem perder de vista também de que forma as subjetividades são afetadas dentro dessas duas situações.

Referências

- Abramo, Laís. **Novas tecnologias, difusão setorial, emprego e trabalho no Brasil: um balanço**. BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, ANPOCS-Vértice, São Paulo-Rio de Janeiro, n. 30, p.19-65, 1990.
- Alexander, Jeffrey. **O Novo Movimento Teórico**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 4, vol. 2. pp. 5-28, 1987.
- Alves, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- Alves, Giovanni. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- Alves, Paulo César. **Fenomenologia e Teoria Social**. Revista de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. UFPE: Civitas 21 (1): 12-22, jan-abr. 2021
- Alvim, Rosilene. **A Sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren**. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.
- Antunes, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2008.
- Antunes, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- Antunes, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- Antunes, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- Antunes, Ricardo. **Uberização do Trabalho, Indústria 4.0 e Trabalho Digital**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- Antunes, Ricardo; Braga, Ruy. **Infoproletários. Degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- Araújo, Ângela Carneiro; Ferreira, Verônica Carneiro. **Construindo um espaço: a participação das mulheres no Movimento Sindical (1978-1988)**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n.10/11, p.55-81, nov. 1998.
- Araújo, Ângela Carneiro; Ferreira, Verônica Carneiro. **Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva**. In: Rocha, Maria Isabel Baltar da. Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34, 2000.
- Arendt, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010.
- Arrighi, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

Benjamin, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura. I obras escolhidas.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

Berlink, Manoel. **Marginalidade social e relações de classe em São Paulo.** Petrópolis: Vozes, 1977.

Birman, Joel. **O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

Boltanski, Luc; Chiapello, Ève. **O novo espírito do capitalismo.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Boltanski, Luc; Thévenot, Laurent. **De la justification: les économies de la grandeur.** Paris: Éditions Gallimard, 1991.

Bourdieu, Pierre. **A ilusão biográfica.** In: Amado, J. ; Ferreira, M. de M. (Orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

Braga, Ruy. **A restauração do capital – um estudo sobre a crise contemporânea.** São Paulo: Xamã, 1997.

Braga, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista.** São Paulo: Boitempo, 2012.

Braga, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global.** São Paulo: Boitempo, 2017.

Brandão Lopes, Juarez. Rubens. **Sociedade industrial no Brasil.** São Paulo: Difel, 1971.

Brandão Lopes, Juarez. **Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano industrial no Brasil.** São Paulo: Nacional, 1980.

Brandão Lopes, Juarez. **“Reestruturação produtiva, mercado de trabalho e condição de vida”**, educação e sociedade, ano XIV. São Paulo: Cedes, 1993.

Braverman, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Braz, Matheus Viana. **Trabalho, sociologia clínica e ação: alternativas à individualização do sofrimento.** Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

Bresser-Pereira, Luís Carlos. **Em busca do desenvolvimento perdido: um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

Brito Filho, José Cláudio Monteiro. **Trabalho Decente: análise jurídica da exploração, trabalho forçado e outras formas de trabalho indigno.** São Paulo: LTr, 2004.

Buonfiglio, Maria Carmela; Araújo, Gilberto Mendes; Dowling, Juan Alfonso; Lima, Jacob Carlos; Gomes, M. L. B. **Inovações tecnológicas e processo de trabalho em telecomunicações: o caso TELPA.** In: Seminário Padrões Tecnológicos e Políticas de Gestão: Processos de Trabalho na Indústria Brasileira. São Paulo: Anais do Seminário Padrões Tecnológicos e Políticas de Gestão: Processos de Trabalho na Indústria Brasileira. São Paulo, 1988.

Burawoy, Michael. **Manufacturing consent: changes in the labor process under monopoly capitalism**. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

Butler, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Cabanas, Edgard; Illouz, Eva. **A ditadura da felicidade: como a ciência da felicidade controla as nossas vidas**. Lisboa: Bertrand, 2019.

Caillé, Alain; Vandenberg, Frédéric. **Por uma nova sociologia clássica: reunindo teoria social, filosofia moral e os studies**. Petrópolis: Vozes, 2021.

Canguilhem, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

Carelli, Rodrigo de Lacerda. **Terceirização e intermediação de mão de obra: ruptura do sistema trabalhista, precarização do trabalho e exclusão social**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

Carvalho, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

Cassar, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Método, 2014.

Castel, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

Castel, Robert. **Au-de-là du salariat ou en deça de l'emploi? L'institutionnalisation du précaire**. In: PAUGAM, S. Repenser la solidarité. L'apport des sciences sociales. Paris: Quadrige-PUF, 2007.

Castro, Fernando Gastal. **A subjetividade sem valor: trabalho e formas subjetivas no tempo histórico capitalista**. Curitiba: Appris, 2020.

Chesnais, François. **Dívidas impagáveis**. Lisboa: Círculo, 2012.

Codagnone, Cristiano; Karatzogianni, Athina; Matthews, Jacob. **Platform Economics: rhetoric and Reality in the Sharing Economy**. Bingley: Emerald Publishing Limited, 2018.

Cohn, Gabriel. **Sociologia – Para ler os clássicos: Durkheim, Marx, Weber**. Rio de Janeiro: Azougue, 2009.

Dal Rosso, Sadi; Fortes, José Augusto Abreu Sá. **Condições de trabalho no limiar do século XXI**. Brasília: Época, 2008.

Dal Rosso, Sadi. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**. São Paulo: Boitempo, 2017.

Dardot, Pierre; Laval, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

De Stefano, Valerio. **The rise of the “just-in-time workforce”: Ondemand work, crowdwork and labour protection in the “gig-economy”**. Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_443267.pdf>. Acesso em 12 de fevereiro de 2019.

Dejours, Cristophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Dejours, Cristophe. **Travail: usure mentale. Essai de psychopathologie du travail**. Paris: Bayard, 2000.

Dejours, Cristophe. **A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2015.

Dejours, Cristophe. **Trabalho Vivo: trabalho e emancipação**. Brasília: Paralelo 15, 2012.

Dias, Edmundo Fernando. **Capital e trabalho: a nova dominação**. Brasília: Vv.Aa, 1996.

Druck, Graça; Franco, Tânia. **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

Druck, Graça. **Terceirização: (des) fordizando a fábrica. Um estudo do complexo petroquímico**. São Paulo: Boitempo, 1999.

Druck, Graça. **A epidemia da terceirização**. In: Antunes, Ricardo. Riqueza e Miséria do Trabalho, vol. III. São Paulo: Boitempo, 2014.

Dubet, François. **O tempo das paixões tristes**. Belo Horizonte: Vestígio, 2020.

Dujarier, Marie-Anne. **Le management désincarné: enquête sur les nouveaux cadres du travail**. Paris: La Découverte, 2015.

Duménil, Gérard; Lévy, Dominique; Wallerstein, Immanuel. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

Duménil, Gerard; Lévy, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

Dunker, Cristian. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015.

Dunker, Cristian. **Uma biografia da depressão**. São Paulo: Planeta, 2021.

Dunker, Cristian; Thebas, Cláudio. **O palhaço e o psicanalista. Como escutar os outros pode transformar vidas**. São Paulo: Planeta, 2019.

Durham, Eunice. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

Durkheim, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

Eagleton, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

Ehrenberg, Alain. **La fatigue d'être soi: dépression et société**. Paris: Odilejacob, 1998.

Ehrenberg, Alain. **Depressão, doença da autonomia?** Entrevista de Alain Ehrenberg a Michel Botbol. *Ágora* 7 (1): 143-153, 2004.

Ehrenberg, Alain. **O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa**. São Paulo: Ideias e letras, 2010.

Ehrenberg, Alain. **The Weariness of the Self: diagnosing the history of depression in the contemporary age**. Québec: McGill-Queen's University Press, 2016.

Enriquez, Eugène. **Psicanálise e ciências sociais**. *Ágora* (Rio de Janeiro) v. VIII n. 2 jul/dez 2005.

Farivar, Cyrus. **Uber drives “employees” for unemployment purposes, NY labor board says**. Publicado em 20 de julho de 2018. Disponível em: <<https://arstechnica.com/tech-policy/2018/07/uberdrivers-employees-for-unemployment-purposes-ny-labor-boardsays/>>. Acesso em 27 de julho de 2019.

Foucault, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Foucault, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

Foucault, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014.

Freud, Sigmund. **Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

Freud, Sigmund. **Estudos sobre a histeria (1893 – 1895)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

Freud, Sigmund. **Moisés e o monoteísmo, Compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Freud, Sigmund. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Freud, Sigmund. **O futuro de uma ilusão**. São Paulo: Martin Claret, 2021.

Gaulejac, Vicent; Taboada-Leonetti, Isabel. **La lutte des places**. Paris: Hommes et Perspectives, 1994.

Gaulejac, Vicent. **L’histoire en héritage: roman familial et trajectoire sociale**. Paris: Éditions Payot & Rivages, 1999.

Gaulejac, Vicent. **O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito**. *Cronos*. 6(2), 59-77, 2005.

Gaulejac, Vicent. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Aparecida: Ideias & Letras, 2007.

Gaulejac, Vicent. **Les sources de la honte**. Paris: Desclée de Brouwer, 2008.

Gaulejac, Vicent. **Qui est « je »? Sociologie clinique du sujet**. Paris: Éditions du Seuil, 2009.

Gaulejac, Vicent. **Travail, les raisons de la colère**. Paris: Éditions du Seuil, 2011.

Gaulejac, Vicent. **Neurose de classe: trajetória social e conflitos de identidade**. São Paulo: Vialettera, 2014.

- Giddens, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- Giddens, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- Gonçalves, Marco Antônio; Marques, Roberto; Cardoso, Vânia. **Etnobiografia: subjetivação e etnografia**. Rio de Janeiro: 7letras, 2012.
- Gramsci, Antônio. **Americanismo e fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008.
- Guimarães, Antônio Sérgio. **Factory Regime and Class Formation: the petrochemicals workers in Bahia, Brazil**. Tese (Doutorado em Sociologia). University of Wisconsin, Madison, 1988a.
- Guimarães, Antônio Sérgio; Castro, Nádia Araújo. **Espaços regionais de construção da identidade: a classe trabalhadora no Brasil pós-77**. Ciências Sociais Hoje. São Paulo, 1988b.
- Guimarães, Nádia Araújo. **À procura de trabalho: instituições do mercado e redes**. Belo Horizonte: Argvmentvn, 2009.
- Guimarães, Nádia Araújo; Hirata, Helena; Sugita, Kurumi. **Trabalho flexível, empregos precários?** São Paulo: EDUSP, 2009.
- Habermas, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- Han, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- Han, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. Petrópolis: Vozes, 2018a.
- Han, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Âyiné, 2018b.
- Han, Byung-Chul. **Sociedade paliativa: a dor hoje**. Petrópolis: Vozes, 2021.
- Harvey, David. **A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2009.
- Hilário, Leomir. **Por uma teoria crítica periférica: crise, colapso e constelação no projeto da modernidade**. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2016.
- Hirata, Helena. **Reestruturação produtiva e relações de gênero**. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, ano 4, n. 7, p. 5-28, 1998.
- Hirata, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- Hirata, Helena; Kergoat, Daniele. **A classe operária tem dois sexos**. Revista de Estudos Feministas, IFSC/UFRJ, ano 2, p.93-100, 1º semestre, 1994.
- Hobsbawm, Eric. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Hochschild, Arlie Russell. **The managed heart: commercialization of human feeling**. Berkeley: University of California Press, 2003.

Honneth, Axel e Hans Joas. **Social action and human nature**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

Honneth, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2009.

Honneth, Axel. **Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

Illouz, Eva. **O Amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

Illouz, Eva; Alaluf, Yaara. **O capitalismo emocional**. In: Corbin, Alain; Courtine, Jean-Jacques; Vigarello, Georges. História das emoções. Volume 3: Do final do século XIX até hoje. Petrópolis: Vozes, 2020.

Jeffries, Stuart. **Grande hotel abismo: a escola de Frankfurt e seus personagens**. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

Kerr, Vera. **Uber X Táxi – a nova velha economia**. Sumário de Pesquisa, v. 1, n. 1, out. 2015. Disponível em: <http://www.cest.poli.usp.br/wp-content/uploads/sites/26/2016/03/V1N1pt_uber.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

Kowarick, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

Kurz, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Lainé, Alex. **Faire de sa vie une histoire: théories et pratiques de l'histoire de vie en formation**. Paris: Desclée de Brouwer, 1998.

Laino, André. **Controle fabril: poder e autoridade do capital**. Petrópolis: Vozes, 1983.

Lasch, Christopher. **A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

Lefèbvre, Henry. **Lógica formal e lógica dialética**. São Paulo: Civilização brasileira, 1975.

Le Goff, Jacques. **Para uma outra idade média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente**. Petrópolis, Vozes, 2013.

Le Ven, Michel; Neves, Magda. **A crise da indústria automobilística: automação e classe trabalhadora na FIAT**. Ciências Sociais Hoje 1985 – Anuário de Antropologia, Política e Sociologia – ANPOCS. São Paulo: Cortez Editores, 1985.

Leite, Elenice. **Inovação tecnológica, emprego e qualificação na indústria mecânica**. Anais do seminário padrões tecnológicos e políticas de gestão: processos de trabalho na indústria brasileira. São Paulo, dezembro 1989.

Leite, Maria de Paula; Silva, Roque Aparecido. **A sociologia do trabalho frente à reestruturação produtiva: uma discussão teórica**. BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, ANPOCS-Relume-Dumará, São Paulo-Rio de Janeiro, n. 42, p.41-58, 2º semestre de 1996.

Leite Lopes, José Sérgio. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo-Brasília: Marco Zero-Editora UNB-CNPq, 1988.

Leite, Rogério Proença. **Uma introdução à psicopolítica: autovigilância e ascese do desempenho**. In: Leite, Rogério Proença; Vieira, Ewerthon. *Distopias urbanas*. Coleção sociologias necessárias. Aracaju: Criação, 2021.

Linhart, Danielle. **La modernisation des entreprises**. Paris: La Découverte, 2004.

Linhart, Danielle. **Salariés du privé: une «éthique du dévouement» exigée au nom de l'entreprise**. *Problèmes Politiques et Sociaux au Travail*, n. 965, p. 32-34, 2009.

Lima, Jacob. **A sociologia das novas formas de trabalho no Brasil: olhares, temáticas e desafios**. In: Outras sociologias do trabalho: flexibilidades, emoções e mobilidades. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

Lipovetsky, Gilles. **A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo**. São Paulo: Manole, 2005.

Lobo, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos – Trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Lyotard, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

Maranhão, Sydia Maria de Albuquerque. **Tecnologia e Trabalho: um estudo de caso na indústria têxtil de Pernambuco (1950-1980)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983.

Marx, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

Mauss, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

Mészáros, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

Mills, Carl Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

Mocellim, Alan Delezeri. **Psicopolítica e mal-estar na contemporaneidade**. *Revista de Ciências Sociais*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. UFPE: Civitas 21 (1): 94-107, jan-abr, 2021.

Nabuco, Maria Regina; Neves, Magda de Almeida; Carvalho Neto, Antônio. **Indústria automotiva: a nova geografia do setor produtivo**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

Navarro, Vera Lúcia; Padilha, Valquíria. **Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo**. *Psicologia & Sociedade*; 19, Edição Especial 1: 14-20, 2007.

Negri, Antônio. **Cinco lições sobre império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Neves, Magda de Almeida; Le Ven, Michel. **Organização do trabalho, inovações tecnológicas e resposta sindical na indústria microeletrônica: estudo de caso em Minas Gerais**. *Análise & Conjuntura (Belo Horizonte)*, v. 6(3), p.74-93, 1991.

- Nietzsche, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Martin Claret, 2014.
- Offe, Claus. **Trabalho como categoria sociológica fundamental? Trabalho e sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1989.
- Oitaven, Juliana Carreiro Corbal. **Empresas de transporte, plataformas digitais e a relação de emprego: um estudo do trabalho subordinado sob aplicativos**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2018.
- Oliveira, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- Oliveira, Francisco. **Nordeste anos 70: as hostes errantes**. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, 1(1), dezembro de 1981.
- Oliveira, Roberto Veras. **Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicalismo cidadão**. São Paulo: Annablume, 2011.
- Pagès, Max. **La vie affective des groupes. Esquisse d'une théorie de la relation humaine**. Paris: Dunod, 1984.
- Pena, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- Pereira, Vera Maria Cândido. **O coração da fábrica: estudo de caso entre operários têxteis**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- Peters, Gabriel. **A ordem social como problema psíquico: do existencialismo sociológico à epistemologia insana**. São Paulo: Annablume, 2017.
- Peters, Gabriel. **O novo espírito da depressão**. Revista de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. UFPE: Civitas 21 (1): 71-83, jan-abr. 2021.
- Peters, Gabriel; Corrêa, Diogo Silva; Rabelo, Miriam. **Teoria social e sociologia existencial**. Revista de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. UFPE: Civitas 21 (1): 1-11, jan-abr. 2021.
- Pinto, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Expressão popular, 2007.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira. **Relatos orais: do indizível ao dizível**. São Paulo: Vértice, 1988.
- Ramalho, José Ricardo; Santana, Marco Aurélio. **Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro – a trajetória dos metalúrgicos**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2001.
- Ramalho, José Ricardo. **Estado patrão e luta operária – o caso FNM**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- Reis, Igor Macedo. **Na rota dos calçados: a Vulcabrás Azaléia em Sergipe. um estudo das transformações no mundo do trabalho**. São Cristóvão: Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2015.

Rodrigues, Iram Jácome. **Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria**. São Paulo: Cortez/ FASE, 1991.

Rodrigues, Iram Jácome. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta, 1997.

Rodrigues, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Símbolo, 1979.

Rodrigues, Leôncio. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1966.

Rodrigues, Leôncio. **Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

Rosa, Hartmut. **Aceleração: as transformações das estruturas temporais na modernidade**. São Paulo: Unesp, 2019.

Sader, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Safatle, Vladimir; Silva Júnior, Nelson; Dunker, Cristian. **Patologias do social: arqueologia do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

Safatle, Vladimir; Silva Júnior, Nelson; Dunker, Cristian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

Safatle, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

Sarlet, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

Sartre, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

Sartre, Jean-Paul. **O ser e o nada. Ensaio de ontologia fenomenológica**. Petrópolis: Vozes, 2015.

Schutz, Alfred. **A construção significativa do mundo social: uma introdução à sociologia compreensiva**. Petrópolis: Vozes, 2018.

Schwab, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2006.

Segnini, Liliana Rolfsen Petrilli. **Vivências heterogêneas do trabalho precário: homens e mulheres, profissionais da música e da dança, Paris e São Paulo**. In: Guimarães, Nádia; Hirata, Helena; Sugita, Kurumi. Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França e Japão. São Paulo: EDUSP, 2010.

Segnini, Liliana Rolfsen Petrilli. **Políticas públicas e mercado de trabalho no campo da cultura**. In: Leite, Márcia; Araújo, Ângela Maria Carneiro. O trabalho reconfigurado: Ensaio sobre o Brasil e México. São Paulo: Annablume, 2009.

Sennett, Richard. **A corrosão do caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro, Record, 2010.

- Simão, Azis. **Sindicato e Estado**. São Paulo: Pioneira, 1966.
- Simmel, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- Slee, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: elefante, 2017.
- Sorj, Bila. **Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 15, n. 43, 2000.
- Sorj, Bila. **O processo de trabalho como dominação: um estudo de caso**. Ciências Sociais Hoje, 1 – Anuário de Antropologia, Política e Sociologia. Recife-Brasília, ANPPCS/CNPq, 1981.
- Sorj, Bila. **O processo de trabalho na indústria: tendências de pesquisa**. BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. O que se deve ler em ciências sociais no Brasil 3, São Paulo, ANPOCS-Cortez Editora, p.62-65, 1986-1990.
- Souza, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.
- Souza, Jessé. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.
- Souza, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- Souza, Jessé. **Brasil dos humilhados: uma denúncia da ideologia elitista**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2022.
- Souza-Lobo, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense-SMC, 1991.
- Standing, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- Thompson, E. P. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- UBER. **Apresenta informações para motoristas parceiros**, 2016a. Disponível em: <<https://www.uber.com/pt/drive/>>. Acesso em: 8 maio, 2019.
- _____. **Driver Deactivation Policy**, 2016b. Disponível em: <<https://www.uber.com/legal/deactivation-policy/us-multi-lingual/en/>>. Acesso em: 13 maio 2019.
- Vargas, Nilton. **Gênese e difusão do taylorismo no Brasil**. Ciências Sociais Hoje. São Paulo: ANPOCS-Cortez, 1985.
- Wajcman, Judy. **Pressed for Time: the acceleration of life in digital capitalismo**. Chicago: University of Chicago Press, 2015.
- Weber, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

Weber, Max. **A ciência como vocação**. In: Três tipos de poder e outros escritos. Lisboa: Tribuna da História, 2005.

Zuboff, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.